

Jovens Adultos Descendentes de Imigrantes Africanos
em (Dis)posições de Destaque:
Um Estudo sobre Percursos de Mobilidade Ascendente entre as Minorias

Leonor Alexandra da Cruz Tavares

Tese submetida como requisito para a obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Orientador:

Doutor Fernando Luís Machado, Professor Associado
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Rita Marquilhas, Professora Associada
FLUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Março, 2019

Jovens Adultos Descendentes de Imigrantes Africanos
em (Dis)posições de Destaque:
Um Estudo sobre Percursos de Mobilidade Ascendente entre as Minorias

Leonor Alexandra da Cruz Tavares

Tese submetida como requisito para a obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Júri:

Doutora Rosana Albuquerque, Professora Auxiliar da Universidade Aberta

Doutora Cristina Maria Pinto Roldão, Professora Auxiliar da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Seabra, Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Rita Marquilhas, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Março, 2019

AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação é sempre um trabalho árduo, moroso e altamente desgastante, mas é também um trabalho que dá muita alegria a cada etapa conquistada, a cada capítulo concluído, a cada descoberta feita, por isso exige muita persistência, muita dedicação e muito amor ao tema e à ciência enquanto veículo para a evolução do conhecimento.

O trabalho aqui realizado não teria sido possível sem a participação de várias pessoas essenciais ao seu desenvolvimento. Por esse motivo, gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus orientadores, Professor Doutor Fernando Luís Machado e Professora Doutora Rita Marquilhas, pelos inúmeros conselhos e sugestões preciosas que me deram, para além de me terem despertado a curiosidade e o interesse. Agradeço-lhes a dedicação e envolvimento no projeto, bem como o seu incansável apoio em todas as fases da elaboração do trabalho, quer a nível académico quer a nível pessoal.

Gostaria de agradecer também, e muito especialmente, aos entrevistados, pois sem eles não teria sido possível concluir a pesquisa. O meu muito obrigada pelo tempo que me disponibilizaram, a simpatia com que acolheram o projeto e o modo como expuseram as suas vidas de forma tão candida e desprovida de pudores. Mas também agradeço às pessoas e instituições que possibilitaram a obtenção do seu perfil, bem como o respetivo contacto. Foram cruciais para uma execução mais célere das entrevistas e para o sucesso desta tarefa.

E de uma forma geral, mas não menos enfática, gostaria de expressar o meu agradecimento à minha família e aos meus amigos, os quais foram para mim o suporte necessário para a execução e conclusão desta etapa, dando-me apoio, carinho, conforto, amor e manifestando uma grande dose de paciência e compreensão. Sem eles, a caminhada teria sido certamente muito mais dura e mais demorada.

Resumo

A existência de percursos de mobilidade ascendente entre as minorias em Portugal é ainda uma realidade muito pouco estudada, sobretudo no que concerne às minorias de origem africana. A presente investigação visa contribuir para o conhecimento do fenómeno da mobilidade ascendente em Portugal através da descrição das características gerais do mesmo entre as minorias africanas e da caracterização dos contextos e fatores que possibilitam este tipo de mobilidade entre minorias de perfil desfavorecido.

Sabendo-se que os jovens filhos de imigrantes africanos constituem uma parte minoritária da população portuguesa em situação de inegável desigualdade social perante os jovens de classes média e alta pertencentes à sociedade de acolhimento, como se explica a existência de processos de mobilidade ascendente dentro deste grupo? Qual é a explicação para a presença (ainda que pequena) de jovens de origem africana provenientes de meios desfavorecidos no seio da classe média alta ou do sector mais qualificado da classe média? Será essa uma mobilidade proporcionada por motivos de ordem estrutural/económica ou uma mobilidade absoluta indicadora de equidade social? Ou, como diria Bourdieu, estes indivíduos foram obrigados a lutar para conseguir um sistema de classificação mais favorável? Qual o papel da família, da escola, dos pares, dos amigos ou do mercado de trabalho neste processo? Qual o peso da condição de classe, em si mesma, nestes casos excepcionais? Como funciona o sistema de disposições nestes casos? Como se adequa a pluralidade de disposições aos diferentes contextos em que estão inseridos?

Para tentar responder a estas questões, são aqui analisados os percursos de 25 jovens adultos filhos de imigrantes africanos cujos trajetos culminaram em processos de mobilidade ascendente.

Palavras-chave: Mobilidade ascendente, minorias, desvantagens sociais, descendentes de imigrantes, classe social.

Abstract

In Portugal, the upward mobility paths among the minorities are a reality that is still largely unknown and unstudied, mostly in what concerns the African minorities. The present research aims to contribute to the acknowledgment of the upward mobility phenomenon in Portugal through the description of its main characteristics among African minorities, and the characterization of the contexts and factors that lead to this kind of mobility among disadvantaged minorities.

Knowing that the second generation of African immigrants is a small part of the Portuguese population in situation of undeniable social disadvantage regarding the upper classes' youngsters in the host society, how do we explain the existence of upward mobility processes inside this group? What is the reason for the presence (even small) of youngsters of African origin coming from social disadvantaged areas among the upper middle class or the highly qualified sector of the middle class? Is such mobility caused by structural/economic motifs or is it an absolute mobility that shows social equity? Or else, like Bourdieu would have said, these individuals were forced to struggle in order to achieve a better classification system? What is the role of family, school, companions, friends or the labor market in this process? What is the weight of the social condition, by itself, in these exceptional cases? How does the dispositions' system work in these cases? How does the plurality of dispositions adequate to the different contexts that they occupy?

Trying to answer these questions, here we analyze the paths of 25 young adults belonging to the second generation of African immigrants who have experienced upward mobility processes.

Key-words: Upward mobility, minorities, social disadvantages, second generation, social class.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Teorias e conceitos de mobilidade social.....	11
1.1. Uma problemática clássica sempre atual.....	11
1.2. Classes, estratificação e mobilidade social: dos fundadores aos contemporâneos.....	14
1.3. Mobilidade social: estudos clássicos e contemporâneos.....	29
1.4. Do rastreio das desigualdades e da mobilidade social ao processo de individualização.....	40
2. Jovens adultos descendentes de imigrantes e processos de mobilidade social.....	47
2.1. Jovens descendentes de imigrantes e mobilidade social: uma aproximação teórica.....	47
2.2. Família e mobilidade social.....	57
2.3. Escola e mobilidade social.....	65
2.4. Mercado de trabalho e mobilidade social.....	73
2.5. Identidades adversariais e mobilidade social.....	80
2.6. Considerações finais.....	88
3. Esquemas de ação incorporados, reflexividade e mobilidade social.....	90
3.1. Passado incorporado.....	90
3.2. Disposições em contexto.....	94
3.3. Reflexividade.....	100
3.4. Disposições facilitadoras de mobilidade ascendente	107
3.5. Mobilidade ascendente e consequências disposicionais.....	112
4. Mobilidade social e descendentes de imigrantes em Portugal.....	114
4.1. Classes e mobilidade social em Portugal.....	114

4.2. Contextos e características dos descendentes de imigrantes em Portugal.....	119
4.3. Os descendentes de imigrantes dos PALOP: um caso particular.....	127
4.4. Mobilidade social de descendentes de imigrantes africanos.....	137
5. Metodologia: Razões, escolhas, implicações e ferramentas.....	146
5.1. Considerações teórico-metodológicas.....	146
5.2. A metodologia qualitativa	148
5.3. A amostra.....	150
5.4. O acesso.....	153
5.5. A entrevista.....	156
5.6. A transcrição.....	159
5.7. A análise das entrevistas.....	159
5.7.1. A análise de conteúdo.....	159
5.7.2. A análise do discurso.....	160
5.7.3. O sistema TEITOK.....	162
6. Jovens adultos descendentes de imigrantes africanos em posições de destaque: dimensões e linhas de análise.....	170
6.1. Perfis sociais dos entrevistados.....	170
6.2. Os jovens descendentes e a família.....	183
6.3. Os jovens descendentes e a escola.....	192
6.4. Os jovens descendentes e o mercado de trabalho.....	201
7. Teoria da assimilação segmentada e mobilidade ascendente: um exemplo português.....	208
7.1. A teoria da assimilação segmentada revisitada.....	208
7.2. Indivíduo, exposição social e mobilidade ascendente.....	214
7.3. Família, capitais e mobilidade ascendente.....	219
7.4. Modos de incorporação e mobilidade ascendente.....	224

8. Percursos de mobilidade ascendente: uma tipologia.....	230
8.1. Análise tipológica dos percursos.....	230
8.2. O percurso de “apoio providencial”.....	239
8.3. O percurso de “investimento pessoal”.....	244
8.4. O percurso de “sustentação comunitária”.....	250
8.5. O percurso de “programação familiar.....	258
9. Discurso e mobilidade social: Um ensaio exploratório.....	270
9.1. Análise do discurso e linguística de corpus.....	270
9.2. O corpus: uma análise exploratória.....	276
9.2.1. Palavras-chave e dimensões dicotómicas (análise quantitativa).....	280
9.2.2. A prosódia semântica/collocations (análise qualitativa).....	283
9.3. Discurso e mobilidade social: avanços teórico-práticos.....	287
Conclusão.....	296
Bibliografia.....	306
Anexos.....	I

Índice de Quadros

Quadro 1: BI da população portuguesa (2011-2017).....	113
Quadro 2: Caracterização geral dos entrevistados.....	150
Quadro 3: Número de entrevistados segundo meio de acesso.....	153
Quadro 4: Nível de escolaridade dos entrevistados.....	169
Quadro 5: Número de reprovações segundo o sexo.....	191
Quadro 6: Variáveis individuais segundo o sexo.....	212
Quadro 7: Variáveis familiares segundo o sexo.....	218
Quadro 8: Variáveis contextuais segundo o sexo.....	226
Quadro 9: Percursos de mobilidade ascendente.....	230
Quadro 10: Número de entrevistados por tipo de percurso de mobilidade ascendente.....	235
Quadro 11: Palavras-chave do discurso dos entrevistados.....	276
Quadro 12: Dicotomias segundo frequência e tipo de percurso.....	280
Quadro 13: Palavras-chave e tipo de colocação.....	282
Quadro 14: Palavras-chave, género e percursos de mobilidade ascendente.....	287

Índice de Figuras

Figura 1: População estrangeira em Portugal (2018).....	121
Figura 2: Modelo de Análise.....	145
Figura 3: Trajetórias de Mobilidade através das Gerações (Portes, 2014).....	207
Figura 4: O processo de assimilação segmentada (Portes, 2014).....	208
Figura 5: Tipologia de percursos de mobilidade ascendente.....	228

Índice de Imagens:

Imagen 1:

Estrutura adotada no MAEM para o elemento <teiHeader>...</teiHeader> (1).....161

Imagen 2:

Estrutura adotada no MAEM para o elemento <teiHeader>...</teiHeader> (2).....161

Imagen 3:

Estrutura adotada no MAEM para o elemento <teiHeader>...</teiHeader> (3).....162

Imagen 4:

Estrutura adotada no MAEM para o elemento <teiHeader>...</teiHeader> (4).....162

Imagen 5:

Estrutura adotada no MAEM para o elemento <teiHeader>...</teiHeader> (5).....163

Índice de Capturas:

Captura 1: Primeira imagem da página de buscas em MAEM.....164

Captura 2: Segunda imagem da página de buscas em MAEM.....164

Captura 3: Terceira imagem da página de buscas em MAEM.....165

Captura 4: Quarta imagem da página de buscas em MAEM.....165

Captura 5: Quinta imagem da página de buscas em MAEM.....166

Captura 6: Sexta imagem da página de buscas em MAEM.....166

Captura 7: Sétima imagem da página de buscas em MAEM.....167

INTRODUÇÃO

País de múltiplas conexões culturais e identitárias, Portugal construiu uma ligação com África que, se bem que seja antiga de séculos, é mais problemática do que pacífica no que diz respeito a mecanismos de aceitação e integração de cidadãos de origem africana. O legado de um colonialismo tardio, sobretudo no que ele significou de manutenção de um império à custa do conflito militarizado, de exploração económica das colónias africanas e de regulamentação coerciva de diferenças socioculturais (Jerónimo e Pinto, 2015), dificilmente se teria dissipado sem deixar rastos de desigualdade e intolerância. Mais recentemente, o caso concreto de uma imigração que começou há pouco mais de meio século, e que começou por trazer para Portugal trabalhadores cabo-verdianos procurando vagas de trabalho desprezadas pelos autóctones, agravou o problema.. Desta fase recente, nasceram os primeiros descendentes de imigrantes africanos em Portugal, hoje adultos e supostamente em condições de exercitar a sua plena cidadania no tecido social português. Com efeito, e ao contrário dos seus pais, estes jovens já não chegaram ao país como imigrantes. Na sua grande maioria, nasceram, cresceram e vivem no país em condições que deveriam ser semelhantes às da maioria dos jovens autóctones. Afinal de contas, falam a mesma língua, o português (ainda que em casa por vezes tenham acesso a outras), frequentam o mesmo sistema de ensino (embora frequentemente em escolas marginalizadas), inserem-se no mesmo mercado de trabalho (ainda que as oportunidades quase infalivelmente não sejam as mesmas), movimentam-se, enfim, no mesmo tecido social. No entanto, as suas trajetórias de vida veem-se bloqueadas ou limitadas por fatores que minimizam a hipótese de mobilidade ascendente, o que se prende com a sua condição socioeconómica, tendencialmente desfavorável, e com as particularidades derivadas da origem imigrante e da sua compleição, étnica e racialmente diferenciada.

Os estudos sobre fenómenos como este, de mobilidade social das minorias de origem imigrante, encontram-se ainda pouco desenvolvidos em todo o mundo e são deveras escassos para o contexto português. Sobretudo no que diz respeito ao sucesso ocupacional e à mobilidade ascendente destes jovens, com todas as suas especificidades, pouco se sabe. A nível mundial, nos últimos cerca de 60 anos, os estudos sobre mobilidade social vêm estando associados ao estudo das classes, da pobreza e das desigualdades. Porém, ainda que seja imperativo entender os movimentos ascendentes e descendentes dos indivíduos na escala social e estes determinem o nível de abertura das sociedades, a problemática da mobilidade social não se esgota na questão classista. Fatores como a educação, as estratégias familiares, o capital social, a cultura e o racismo (social e sobretudo institucional) vêm ganhando uma expressão analítica cada vez mais premente.

No caso português, embora as pesquisas sobre a condição dos jovens descendentes de imigrantes africanos ainda estejam a dar os seus primeiros passos e as análises feitas sejam na sua grande maioria de pendor classista (dando grande ênfase ao factor socioeconómico e ao lugar de classe), seguindo a linha de estudos já realizados em outros países europeus e americanos, alguns trabalhos apresentam conclusões interessantes. Ainda que as análises sejam em grande parte voltadas para o sucesso educacional (por oposição ao tão temido insucesso escolar massivo e às teorias da reprodução), foi aqui possível averiguar alguns aspetos que podem ser determinantes nos percursos de mobilidade social ascendente: uma maior incidência do género feminino, a detenção de nacionalidade (enquanto meio e prova da obtenção de direitos civis), aspetos económicos e familiares (estratégias, expetativas e aspirações) que influenciam o desempenho escolar dos alunos e, consequentemente, as suas oportunidades de futuro.

Sabemos que, principalmente quando em condição social desfavorecida, estes jovens tendencialmente percorrem “caminhos limitados de integração social” (Machado, 2005), sendo fortemente afetados pela condição socioeconómica da família de origem. No entanto, estes jovens veem o seu percurso rumo à realização pessoal, ao sucesso

ocupacional e à mobilidade social de sentido ascendente bloqueado também por vários outros fatores endógenos e exógenos que é preciso analisar com acuidade. Sobretudo no que diz respeito a minorias étnica e racialmente diferenciadas, cada vez mais se torna necessário um estudo multidimensional cuidadoso.

A escolha do tema em si prende-se com esta necessidade de um maior conhecimento sobre tal realidade, mantida ainda como uma incógnita, não só por ser recente no contexto português (e por isso ainda não quantificável) como porque se revela complexa e de difícil enquadramento analítico.

Porém, consideramos de suma importância que se compreendam os processos pelos quais as minorias étnica e racialmente diferenciadas chegam a palmilhar percursos de mobilidade ascendente, uma vez que estes jovens se constituem como uma importante parte do tecido social português. O futuro das gerações vindouras (migrantes, de origem migrante e autóctones) dependerá efetivamente em grande parte dos modos como esses processos se têm vindo a desenvolver nestas primeiras gerações.

Se queremos construir um país mais inclusivo, em que os direitos e as oportunidades sejam indicadores de equidade social, temos de olhar, analisar e descobrir que fatores podem ter um efeito coadjuvante nas trajetórias pessoais destes indivíduos e nas vivências destas comunidades e que fatores funcionam como inibidores ou bloqueadores de mobilidade ascendente, suprimindo deste modo generalizações abusivas e contribuindo também para um melhor entendimento desta realidade.

Assim, acreditamos que será possível colaborar na mudança social no sentido de uma melhoria das condições de integração destas comunidades e, consequentemente, na construção de uma maior equidade social, favorável ao desenvolvimento económico e social do país.

Com vista a atingir os objetivos propostos, ou seja, a contribuir para o conhecimento dos processos de mobilidade social em Portugal, a dar conta das características gerais de percursos de mobilidade ascendente entre populações com perfil desfavorecido, a observar que contextos e que fatores podem levar a que um membro de uma

comunidade étnica minoritária em desvantagem consiga derrubar as fronteiras da sua condição e ter mobilidade social ascendente, bem como a observar que estratégias e que disposições são desencadeadas nesse processo, foram estabelecidos alguns parâmetros analíticos para este estudo.

Primeiramente, decidiu-se pela terminologia “descendentes de imigrantes” e não “segunda geração de imigrantes”, “novos luso-africanos”, “jovens negros em Portugal” ou outras designações preconizadas na Europa (como “génération zéro”, “nouvelle génération”, “jeunes immigrés”, “enfants d’ immigrés”, ou ainda “jeunes issus de l’ immigration”), por se entender que estes jovens já não se encontram na mesma condição dos seus pais e que por esse motivo devem ser vistos enquanto grupo social distinto, resultante de uma vasta e complexa profusão cultural e identitária. Esta designação é por isso considerada a mais indicada para conciliar a herança imigratória com a diversidade de percursos e pertenças identitárias destes jovens no espaço social de acolhimento dos seus pais (para a maioria, o seu país de nascença), sem dela sobrevir nenhum prejuízo para os mesmos (discriminação, subvalorização, entre outros), bem como nenhum tipo de referência geracional específica.

Durante um período de cerca de dois anos (2014 a 2016), foram recolhidos dados de 25 jovens adultos descendentes de imigrantes africanos de origem desfavorecida, moradores da região de Lisboa, cujos percursos demonstram um efetivo aumento de recursos de vários tipos, sobretudo em comparação com os dos seus pais. Mais concretamente, são jovens que completaram uma licenciatura ou mais e que desempenham profissões intelectuais, científicas, artísticas ou que assumem cargos empresariais de relevância. Os jovens são provenientes de contextos de origem africana lusófona, mas, na respetiva seleção, por questões de representatividade, deu-se importância à pertença a comunidades mais numerosas e com mais tempo de permanência em Portugal, como é o caso, sobretudo, da comunidade cabo-verdiana.

Estes jovens, pertencentes a ambos os sexos (de modo a possibilitar um despiste de efeitos de género) e de idades compreendidas entre os 25 e os 42 anos, participaram em entrevistas biográficas e narrativas realizadas com base num guião semi-estruturado.

A realização das entrevistas revelou-se um processo moroso. Por um lado, esteve condicionada a um agendamento difícil: não só não foi fácil encontrar estes jovens, tendo sido adotado o método bola de neve, como a respetiva agenda se revelou muito pouco flexível. Por outro lado, foi necessário garantir grande disponibilidade de tempo por parte dos mesmos entrevistados, uma vez que lhes foram feitas entrevistas extensas, como são, necessariamente, as entrevistas biográficas. Os discursos obtidos foram depois transcritos e analisados qualitativamente.

O motivo da atribuição da faixa etária em questão prende-se com o facto de se pretender estudar uma população jovem, mas já integrada no mercado de trabalho. Com vista a manter a coesão dos contextos de análise e a reduzir o risco de enviesamento do objeto de estudo, os entrevistados pertencem única e exclusivamente a famílias cujos pais são ambos africanos oriundos dos PALOP.

Em termos analíticos, estes jovens foram considerados, por um lado, quanto aos seus contextos familiares, escolares, profissionais e de sociabilidade, e aos seus capitais económicos, escolares e culturais, herdados e adquiridos. Por outro lado, foram considerados quanto ao seu ponto de vista em relação ao respetivo percurso e às expectativas de trajeto futuro.

Da análise destes casos excepcionais enquanto produtos complexos e singulares proporcionados por certas condições sociais objetivas, resultou uma tipologia constituída por quatro tipos de percursos de mobilidade ascendente, subdivididos em dois tipos de meios que possibilitam a mobilidade ascendente e originados por dois tipos de condições de origem dentro da condição social desfavorecida comum a todos.

Considerámos também que cada um desses tipos tem uma abordagem diferente no que diz respeito a aspirações escolares, estratégias familiares e acompanhamento ou intervenção no percurso dos seus filhos. Enquanto as famílias menos capitalizadas tendem a ter aspirações ao nível do ensino secundário, já manifestam falta de capacidade para dar um acompanhamento ao percurso dos filhos de forma presencial (devido a cargas horárias de trabalho muitas vezes mais pesadas, mas também por falta

de habilitações para o fazerem) e, por isso, tendem a não ter estratégias bem definidas para ajudar os filhos a superar os obstáculos e a conseguir ter sucesso. Já as famílias mais escolarizadas têm aspirações ao nível do ensino universitário, fazem algum acompanhamento e aconselhamento dos filhos no que diz respeito às escolhas escolares (ainda que de forma também por vezes não sistemática) e desenvolvem estratégias específicas para alcançar os seus objetivos, nomeadamente dando orientação e mobilizando recursos nesse sentido.

Acreditamos, por isso, que, por um lado, os jovens de famílias com menos capitais (escolares e económicos) tendem a depender mais das suas próprias disposições individuais e das oportunidades sociais que lhes são proporcionadas, trilhando assim percursos em que se nota uma grande saliência natural de traços de personalidade ou identidade que em si só promovem a mobilidade ascendente (i.e. percursos de investimento pessoal) ou trajetos em que normalmente existe uma ajuda exterior para o encaminhamento dos seus percursos (i.e. percursos de apoio providencial).

Ressalvamos, no entanto, que não se está a falar de capacidade de resiliência (que não deve nem pode ser interpretada dessa forma), mas sim de traços de personalidade ou identidade e de patrimónios de disposições constituídos durante o processo contínuo de socialização. A chamada resiliência é comum a todos os tipos de percurso, uma vez que estes jovens vêm de meios desfavorecidos e os seus percursos são bloqueados por condições adversas que têm de enfrentar. Salienta-se ainda que a resiliência não é apanágio nem destes casos específicos e nem destas comunidades em particular e que esta, por si só, não determina os percursos de sucesso.

Por outro lado, os jovens com uma condição de origem relativamente mais capitalizada tendem a depender mais das orientações e dos recursos familiares e comunitários, palmilhando percursos em que é efetivamente dada uma orientação e um incentivo sistemático que serve de suporte ao percurso (i.e. percursos de sustentação comunitária), ou em que as estratégias familiares são conscientes, programadas e assumem um papel relevante nos ditos percursos (i.e. percursos de programação familiar).

Sublinhamos ainda que não se trata de endeusar ou diabolizar o papel das famílias nos percursos de mobilidade ascendente, uma vez que a família em si só também não constitui um fator determinante nesses percursos, ainda que tenha um papel de suma importância. Trata-se, sim, de perceber como a família pode ser um meio influente e eficaz na ascensão dos seus descendentes, afetando a agência dos atores sem, contudo, esquecer o efeito contraproducente de determinados fatores estruturais e a própria agência pessoal e individual de cada ator social.

Estas conclusões, que serão abordadas de forma mais aprofundada nos últimos capítulos e no capítulo de conclusão da tese, foram conseguidas através de uma análise de conteúdo das entrevistas executada em várias fases e recorrendo a duas áreas de conhecimento distintas, a da Sociologia e a da Linguística. Lançando mão da experiência interdisciplinar da doutoranda, foram adotadas metodologias qualitativas puramente sociológicas, bem como metodologias da área da Ciências da Linguagem, nomeadamente a *análise de discurso* e a *análise de corpus*. A conjugação das duas vertentes crê-se uma mais-valia no estudo aprofundado do discurso dos entrevistados e dos dados fornecidos pelas suas entrevistas. Para além da perspetiva sociológica, foi possível fornecer nesta tese um tratamento linguístico das entrevistas através de uma metodologia avançada pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e nunca antes utilizada no tratamento de entrevistas sociológicas, mas que sob a supervisão da co-orientadora da tese, a Prof. Doutora Rita Marquilhas, se revelou profundamente pertinente e profícua.

Para acompanhamento desta abordagem linguística, foi criada uma plataforma online onde se encontram arquivadas (com o total consentimento dos entrevistados) todas as entrevistas em formato editável e pesquisável utilizando métodos e instrumentos recentes das humanidades digitais, mais concretamente, a linguagem XML-TEI e o sistema TEITOK. A automaticidade permitida por este sistema traduz-se numa pesquisa célere, simples, concisa e eficaz de determinadas estruturas linguísticas que facilitam muito o processo de análise e que podem ser adaptadas às necessidades de cada pesquisa de forma segura e fiel. A utilização destes recursos permitiu interpretar, em

contexto, os resultados de operações automáticas de listagem de frequência de palavras, deteção de palavras-chave e deteção de palavras vizinhas (colocações), mas pode ser utilizado para várias outras finalidades, dependendo unicamente das escolhas de cada investigador e da adaptação das mesmas ao sistema. Os resultados deste tipo de abordagem demonstram como a combinação de metodologias de áreas díspares pode ser uma mais-valia no estudo sociológico.

O texto que compõe esta tese está organizado em nove capítulos, sendo que os quatro primeiros incluem o enquadramento teórico e a contextualização empírica, o quinto diz respeito à explicação da metodologia utilizada e os quatro últimos, antes da conclusão, testemunham a abordagem empírica, efetuada através do exercício de uma análise qualitativa do conteúdo das entrevistas realizadas para este estudo.

Assim, o primeiro capítulo procura esclarecer as teorias e os conceitos de maior importância para o entendimento da temática da mobilidade social nas suas diferentes perspetivas e abordagens, dando uma visão global dos estudos já efetuados nesta área, desde os autores clássicos até aos mais atuais. É ainda oferecida uma pequena reflexão sobre as desigualdades e a individualização enquanto fruto de mudanças estruturais.

O segundo e o quarto capítulos são mais voltados para o caso específico da mobilidade social dos descendentes de imigrantes, sendo que o quarto capítulo se foca no caso português em particular e nas comunidades PALOP em especial. No segundo capítulo são abordadas as dimensões de análise que constituem a narrativa biográfica destes jovens, as questões familiares, escolares, laborais e identitárias. No quarto capítulo é posta em perspetiva a mobilidade social destes jovens no contexto português, dando-se alguma relevância ao contexto de origem e às desigualdades a que estão sujeitos enquanto minoria de origem imigrante.

O terceiro capítulo introduz a temática das disposições e da reflexidade enquanto causa e consequência da mobilidade social, uma vez que ambas estão presentes em todo o processo de constituição da identidade individual e dos percursos de mobilidade ascendente.

O quinto capítulo, todo dedicado à metodologia, explica o método qualitativo utilizado, passando das considerações teórico-metodológicas à constituição da amostra e ao modo como foram feitas, transcritas e analisadas as entrevistas.

No sexto capítulo procedeu-se à caracterização sociográfica dos entrevistados, contextualizando os seus percursos e tendo em conta as grandes dimensões de análise: família, escola e mercado de trabalho.

No sétimo capítulo revisita-se a teoria da assimilação segmentada de Alejandro Portes e procura-se, de uma forma genérica, relacionar essa mesma teoria com os percursos dos jovens entrevistados, tentando encontrar nela as afinidades com o caso português e abrindo uma nova perspetiva de análise.

O oitavo capítulo contém a explicação da tipologia de percursos de mobilidade ascendente suscitada pela análise qualitativa realizada. Aqui é sugerida uma hipótese de análise dos percursos dos entrevistados e é posta em evidência a trajetória de cada um dos entrevistados, percorrendo-se para isso as suas histórias de vida e os pontos de viragem detetados nos seus discursos.

O nono e último capítulo retoma algumas das conclusões já referidas no capítulo anterior e sugere outras novas, através da já descrita abordagem inovadora, que combina a análise do discurso com a análise de corpus, utilizando o mesmo sistema TEITOK que se utiliza no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Na conclusão, são resumidas as linhas de análise introduzidas nesta pesquisa e, de forma que se procurou cuidada e consistente, são apresentados os principais resultados obtidos através da análise das entrevistas. Elaboraram-se ainda algumas considerações finais no sentido de uma visão global da problemática da mobilidade ascendente dos descendentes de imigrantes e de uma futura melhor integração dos mesmos em Portugal.

1. TEORIAS E CONCEITOS DE MOBILIDADE SOCIAL

1.1. UMA PROBLEMÁTICA CLÁSSICA SEMPRE ATUAL

A mobilidade social, campo de estudo tipicamente sociológico, teve grande destaque nos últimos cerca de 60 anos a nível internacional (sobretudo nos EUA e na Europa), nunca tendo deixado de ser estudada desde então. Os trabalhos nesta área são tipicamente produzidos com financiamento estatal e procuram sobretudo uma quantificação a nível nacional dos rácios de mobilidade absoluta, ou seja, do número total de pessoas que se movimentavam ou não em sentido ascendente ou descendente, independentemente da sua origem social. São também trabalhos que associam o estudo da mobilidade social ao da pobreza, das condições de vida dos trabalhadores na era capitalista, do conflito e das desigualdades baseadas na hereditariedade social e nas classes sociais que sobrevieram após a revolução industrial, bem como aos ideais da justiça social e da igualdade de oportunidades.

Por mobilidade social entende-se, numa definição lata, o que Pitirim Sorokin propôs como “any transition of an individual or social object or value (anything that has been created or modified by human activity) from one social position to another” (Sorokin, 1959). Assim como a mudança numa sociedade pode ser explicada pela mudança nos seus subsistemas, também a mobilidade social pode ser explicada pela mudança no interior dos estratos sociais. Depreende-se da visão de Sorokin, considerado o fundador desta área de pesquisa sociológica, a ideia de que a mudança social não depende unicamente de fatores externos, mas antes advém de um fluxo incessante de mudanças individuais, coletivas e estruturais. E então a movimentação social dos indivíduos será também uma forma de o externo e o interno se mesclarem. Ou seja, a sociedade movimentar-se-á *pari passu* com os indivíduos, uma vez que é composta por eles, sendo que eles são também, indubitavelmente, influenciados por ela. “The change is thus

imanent in any sociocultural system, inherent in it, and inalienable from it” (Sorokin, 1957/1970, p. 633). Assim sendo, se pensarmos que toda a ação implica uma reação, podemos levar em conta as teorias behavioristas na sua aceção da resposta ao estímulo, mas sob uma outra perspetiva: os indivíduos não só recebem o estímulo exterior como são também eles desencadeadores de estímulos, o que deixa de lado a noção da passividade do mero recetor. O indivíduo passa a ser ator e agente na construção da sociedade e na sua própria construção.

Refletindo sobre a mobilidade social enquanto fenómeno relacional, dependente da ação ou agência, e aproveitando também o contributo de Piaget na área da psicologia (que esteve na base da teoria de *habitus* de Bourdieu), poderia então pensar-se em como esta relação entre as diversas ações que compõem o espaço social pode ser vista como um “condicionamento”, efetuado não só como resposta a um estímulo que se torna habitual, mas também como uma troca de benefícios entre duas forças alegadamente opostas. Ou seja, o que aqui se propõe é que a mobilidade social (em geral) seja entendida como um fenómeno resultante de um processo de *troca*.

Já Simmel, preocupado com as interações informais da experiência quotidiana, na sua obra intitulada *A Filosofia do Dinheiro*, tentava mostrar como a troca podia ser uma forma de medição objetiva de avaliações subjetivas, em que as partes envolvidas tornam o valor do que é trocado em algo concreto e simbolicamente se auto-definem como possuidoras de valor uma a partir da outra, advindo esse valor da interação entre ambas e do condicionamento que tal interação pressupõe numa relação recíproca.

Também Bourdieu, ao pensar as práticas sociais como “propriedades que cabem [aos grupos] em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis” (Bourdieu, 1996, p. 18), coloca a hipótese de essas mesmas práticas assentarem em posições sociais definidas relationalmente, umas em relação às outras, pelo que se pode depreender, também, que a existência e o sentido de ambas advêm da sua relação mútua e, consequentemente, das trocas aí ocorridas.

Por sua vez, em *O Capital*, Marx (1871/1960) já equacionava o próprio indivíduo como mercadoria, e por isso mesmo sujeito à troca. Desta ideia surge a sua teoria da exploração, na medida que se institui uma relação de poder opressiva dos empregadores sobre os trabalhadores. Os empregadores atribuiriam um valor aos trabalhadores (expresso por meio do salário recebido) que definiria a sua posição, mas esse valor só se materializaria quando o trabalhador o aceitasse (ainda que constrangido ou não a fazê-lo), pelo que se pode depreender que, embora esta possa ser uma relação opressiva, não deixa de ser uma relação de mútuo consentimento de avaliações subjetivas.

No fundo, quando falamos de mobilidade social, seja ela em que sentido for, estamos a falar de *troca* e estamos a falar também de diferenciação ou valoração dos indivíduos, valoração da sua posição e do seu poder na sociedade.

A mobilidade social pode ser horizontal ou vertical, ascendente ou descendente, intrageracional ou intergeracional, estrutural ou líquida, relativa ou absoluta, objetiva ou subjetiva. No entanto, falar de mobilidade social implica sempre falar de mudanças nas posições sociais e, em última análise, de mudanças na estrutura social. Assim sendo, não podemos conceber a existência de mobilidade social sem que se faça a sua correlação imediata com os conceitos de classe social e de estratificação social.

Mas a mobilidade social não é só um processo material de mudanças a nível estrutural, pois implica também mudanças nas vidas dos indivíduos. Através de percursos de mobilidade social ascendente, os indivíduos ganham bagagem interna suficiente para confrontar as instituições, para exigir equidade de direitos e para se fazerem ouvir e respeitar socialmente. Em suma, a mobilidade social ascendente também pode ser sinónimo de empoderamento. Já o contrário, ou seja, a queda na hierarquia de classe e de status, pode ter o efeito inverso, a incapacitação e a vulnerabilidade social. Para clarificar como os estudos sobre mobilidade social investigaram desde o início estas questões, nada melhor do que começar pelo início.

1.2. CLASSES, ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: DOS FUNDADORES AOS CONTEMPORÂNEOS

O século XIX foi uma época de grandes mudanças a nível político, social e económico e daí nasceu a necessidade de questionar o funcionamento da sociedade. As mudanças que se fizeram sentir nessa altura tornaram-se um terreno fértil para os cientistas sociais e para a emergência de teorias que pretendiam explicar e até resolver as crises que se haviam instalado.

A revolução industrial (com a erradicação da economia agrícola tradicional e da comunidade rural, o célere desenvolvimento das cidades e as alterações no pensamento da sociedade) foi, sem dúvida, um alicerce para muitos estudos, mas a ela aliaram-se as revoluções científica (desafiando o pensamento religioso), política (com os ideais de liberdade e igualdade) e social (com origem no Iluminismo e na ideia de um mundo ideal). Esta conjuntura fez com que a liberdade de pensamento fosse valorizada e criou, deste modo, condições para mudanças sociais e económicas substanciais, bem como para um espírito de empoderamento humano.

As classes sociais, entendidas como “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (Bourdieu, 1989, 136), tornaram-se um símbolo das sociedades industriais capitalistas, pois trouxeram uma nova dinâmica a nível do emprego e da mobilidade geográfica dos indivíduos, capazes de se movimentar mais livremente em busca de trabalho remunerado adequado às suas competências, e mudando de emprego e de funções com mais frequência. Por outro lado, todas estas transformações trouxeram consigo também uma pauperização alargada das classes da base da estrutura económica, crescentemente concentradas nas grandes cidades, dando origem a crises sociais e políticas (nomeadamente, as ocasionadas pela mudança de

pensamento em consequência das revoluções industrial, científica, política e social e as relacionadas com as reivindicações dos trabalhadores e operários por melhores condições salariais, laborais e de vida com a constituição de sindicatos, inicialmente clandestinos). Isto chamou a atenção dos cientistas sociais para o estudo das condições sociais dos mais pobres, das suas oportunidades de vida e, um pouco mais tarde, também da sua mobilidade social.

Esta época, marcada por profundas mudanças sociais, foi também o palco do início da busca incessante pela origem da ordem social, e a maioria dos estudos feitos na altura têm essa preocupação como pano de fundo.

A sociologia, área disciplinar então emergente, contou com os contributos dos seus pais fundadores para a realização de estudos baseados nos questionamentos levantados por estas crises. Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim¹ tiveram, como se sabe, um papel fundamental. No entanto, aqui interessa-nos sobretudo olhar para o legado de Marx e Weber, considerados os dois pais das teorias das classes e da estratificação, respetivamente.

Os dois autores estudaram detalhadamente os processos de exploração, de dominação ou subordinação e de hierarquização ao nível das classes e dos estratos sociais. Enquanto Marx identificou a distribuição da propriedade e dos meios de produção como fator estruturante das classes sociais (que o mesmo dividia em burguesia e proletariado, diferenciados pela posse de capital da primeira e a inexistência

¹ Embora pequeno, Durkheim deu um contributo muito importante a propósito das desigualdades. Este autor, na sua obra *The Division of Labor*, considerou dois tipos de desigualdades: as externas e as internas. As desigualdades externas estavam associadas às circunstâncias individuais de cada indivíduo (*ascribed status*) impostas à nascença e prevaleciam sobretudo nas sociedades pré-industriais, ao passo que as desigualdades internas, mais características das sociedades industriais e pós-industriais, estavam associadas à competência individual ou (*achieved status*). As desigualdades externas promoveriam solidariedade orgânica e as desigualdades internas, solidariedade mecânica. Para além disso, no que diz respeito à mobilidade social ascendente, este autor deixou implícito que à competência deve corresponder uma maior oportunidade de subir na estrutura, ou seja, mérito e oportunidade devem caminhar juntos.

de capital da segunda), a abordagem de Weber distinguiu classes sociais, relacionadas com diferentes tipos de oportunidades de mercado (ordem económica), de grupos de status, relacionados com atribuições diferenciais de prestígio (ordem social). No entanto, ambos admitiram que tanto a posição económica como os recursos materiais são dois elementos fundamentais para a compreensão da estratificação social.

Indignado com a miséria que via à sua volta e revoltado com a opressão social, Marx agarraava-se ao sonho de um mundo melhor. Partindo do princípio de que a origem da sociedade se devia à união de um coletivo para a produção de bens necessários para a vida, Marx assentou a sua teoria na produção económica e julgou que a explicação da ordem social estaria assente nesse pressuposto. Para isso, tentou ver como se produziam e se desenvolviam as desigualdades económicas entre os diferentes grupos sociais criados pelas sociedades modernas capitalistas. Para este autor, o conceito de classe definia um grupo de indivíduos que tinha a mesma relação com os meios de produção, sendo que a relação existente entre burguesia e proletariado seria uma relação de exploração e potencial conflito. Segundo ele, nas sociedades capitalistas os empresários têm lucro porque os trabalhadores produzem mais do que o necessário para pagar os seus salários e os custos de produção, pelo que esses lucros ficam disponíveis para os empregadores os utilizarem em seu benefício. A riqueza alcançada é, deste modo, desigualmente distribuída, e os trabalhadores que a produzem não têm acesso a ela, permanecendo na pobreza. Assim, Marx chegou à seguinte conclusão: se um grupo controlar os recursos económicos da sociedade, vai ter mais poder sobre os outros grupos e vai poder impor as suas regras e os seus valores em benefício próprio.

Na visão de Marx, a burguesia (detentora dos meios de produção) controlava a sociedade, inclusive politicamente. O proletariado, explorado e oprimido, possuidor apenas da sua força de trabalho, era obrigado a vendê-la à burguesia em troca de um salário. Na burguesia incluem-se os proprietários e donos de capital, e no proletariado, todos aqueles despojados de propriedade e de capital. Estes lugares de classe são assim muito abrangentes, sendo que a burguesia é, na verdade, uma pequena minoria que controla e manipula o proletariado.

Pegando também no legado do italiano Antonio Gramsci (década de 30), os marxistas modernos advogam que a classe capitalista (neste caso, pensando no que Marx chamava de burguesia) não só domina os meios de produção como também controla uma dimensão subjetiva do social, a forma de pensar das outras classes, impedindo-as de terem ‘consciência de classe’ e de, consequentemente, agirem sobre ela através da dominação e da manipulação (no controlo dos seus rendimentos e do seu estilo de vida).

Ainda assim, comparado com outros sistemas de estratificação (nomeadamente o de castas ou o feudal), o sistema de classes pode considerar-se o que mais possibilita a mobilidade ascendente, ou, por assim dizer, o mais meritocrático, uma vez que, nele, as clivagens não são essenciais ou de direito.

Isto parece ser um contra-senso em relação ao que foi advogado por Marx no que diz respeito às desigualdades próprias de uma sociedade capitalista, pois, segundo este autor, o problema só estaria resolvido se o capitalismo colapsasse e a exploração de classe deixasse de existir. A sua teoria baseava-se na hipótese de a classe trabalhadora se expandir a tal ponto que as condições de trabalho e de vida se viessem a deteriorar ainda mais (pela sua alta concentração urbana e falta de condições laborais), levando a que a massa operária, insatisfeita com a sua condição, se revoltasse contra a exploração, contra o sistema. Marx não pôde prever que a classe trabalhadora (manual) diminuiria e que a classe média teria grande crescimento, nem imaginou que a estrutura que tinha dividido basicamente em dois grupos (burguesia e proletariado) se poderia complexificar ao ponto de ser extremamente difícil discernir as fronteiras de classe. Contudo, isto não significa que Marx estivesse enganado naquilo que é o cerne da sua teoria. Até hoje, os marxistas defendem a teoria da clivagem entre proprietários e não-proprietários, ajustando-a apenas a uma nova existência de lugares intermédios (por vezes altamente remunerados).

Já Max Weber, definindo a sociologia como uma ciência abrangente da ação humana, procurando o significado das ações individuais para compreender a lógica e o

desencantamento associados à modernidade e ao capitalismo, centrou-se na ação, e não na estrutura, para explicar a aceitação da autoridade de uns sobre outros.

Na sua obra intitulada *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Weber opôs-se à ideia de Marx de que a componente económica estaria na base do conhecimento sobre a sociedade e da sua mudança de valores. Para o autor, as mudanças económicas sucediam-se às mudanças de valores, e procurou ilustrá-lo mostrando a importância das crenças religiosas na origem do capitalismo. Segundo Weber, na lógica religiosa calvinista do céu para os justos e do inferno para os vis, instituíra-se uma noção de compensação das boas ações através da eternidade, que incentivava ao trabalho árduo como forma de oração. Contudo, esse trabalho árduo resultava em ganhos financeiros que não poderiam ser gastos em frivolidades e que, por isso mesmo, se iam acumulando, gerando riqueza. Para Weber, o capitalismo moderno floresceu pelos valores religiosos instituídos, na medida em que estes favoreciam a acumulação de fortuna através de uma conduta que valorizava o trabalho e a moderação e não o desejo consumista ou a ambição económica.

Numa outra obra, *Class, Status and Party*, Weber apresentou a sua teoria dialogando com Marx e tentando aprimorar alguns dos seus pontos de vista. O modelo de sociedade estratificada de Weber era concebido por meio da classe, do grupo de status (baseado em estilos de vida e no prestígio social a eles associado) e do que ele chamava de partido ou grupo(s) de poder com objetivos em comum. Insistindo na importância do status na estratificação, o autor defendeu que esta dimensão é muito importante porque, ao mesmo tempo, determina e é determinada pelas oportunidades de vida. Se, por um lado, pode ser um fator que possibilite a mobilidade social ascendente, pelo jogo das influências e pela estima ou consideração votadas a alguém com base na sua função social ou na herança familiar; por outro lado, pode também ser o fator que inibe essa mesma mobilidade por desempenhar uma função de conservação das estruturas sociais de classe, resultando daí, como diria Charles Wright Mills (1956), uma inexistência de relação entre o mérito e mobilidade, entre competência e sucesso. Por sua vez, as oportunidades de vida são determinadas pela classe, pelo próprio status e pelo poder, em

conjunto. Isto faz com que a sociedade de Weber, resultado de uma visão muito mais complexa, seja composta por um número muito maior de posições na estratificação social do que a conceitualizada por Marx.

O autor entendia o conceito de classe de forma genericamente semelhante à de Marx: a classe remeteria para a posição no mercado de trabalho, meramente ligada a fatores económicos. Contudo, não concordava com a divisão de Marx em apenas duas classes porque encontrava uma série de diferenças no interior de cada uma delas, que as impediriam de ser vistas como um conjunto uniforme, a começar pelos diferentes rendimentos auferidos nas diferentes profissões e, como é claro, enfatizando as diferenças de status de cada profissão. Regra geral, o status tendia a coincidir com a classe, mas Weber apontava também exemplos em que isso não acontecia, como era o caso, por exemplo, dos novos-ricos, cujo prestígio pode ser baixíssimo apesar de possuidores de grande fortuna.

Marx entendia o fator status como resultante da classe e Weber entendia que ambos coexistiam sem nenhuma relação causal obrigatória. O entendimento de estratificação de Weber é assim muito mais flexível do que o de Marx, porque não centrou a discussão apenas na classe e considerou também vários outros fatores. Classe, status e poder seriam três pedras basilares do estudo da estratificação e, consequentemente, do estudo da mobilidade social.

Como vimos, a industrialização e o capitalismo trouxeram consigo uma série de mudanças sociais, de entre as quais, mudanças na divisão social do trabalho. À medida que as sociedades se foram transformando, o mercado de trabalho foi-se complexificando e surgiram novas implicações estruturais. Importa ressalvar também que, atualmente, já passámos, em muitas sociedades, da era da industrialização para a era dos serviços, da informação e da reflexividade. Estão a surgir novos postos de trabalho (muito baseados nos avanços tecnológicos) e as mulheres estão cada vez mais instruídas e capacitadas para ocupar lugares de liderança, mudando drasticamente as dinâmicas laborais anteriores e, consequentemente, a configuração da estratificação social.

Reconhecendo o legado de Marx e Weber para o estudo das classes sociais e da estratificação, temos ainda de considerar que outros autores, tais como Ralf Dahrendorf, Erik Olin Wright, W. G. Runciman e Pierre Bourdieu, deram também o seu contributo nesta área, com maior ligação a um ou a outro dos dois grandes autores clássicos. De entre eles, Erik Olin Wright e Pierre Bourdieu foram os autores que conseguiram elaborar teorias mais completas e influentes que retomaram elementos tanto das teorias de Marx como de Weber.

Segundo o sociólogo americano Erik Olin Wright, as classes sociais podem ser estudadas quanto à sua estrutura, à sua formação (classe enquanto conjunto de atores coletivos organizados), à luta de classes (práticas para a realização de interesses de classe) e à consciência de classe (enquanto entendimento dos interesses de classe). E as classes existentes podem também ser determinadas a partir de três grandes dimensões de controlo sobre recursos: o controlo sobre os meios de produção (propriedades e empresas), o controlo sobre o capital (monetário ou investido) e o controlo sobre a força laboral (dos trabalhadores e da sua ação enquanto classe), ou seja, o controlo dos recursos em propriedade, dos recursos em qualificações e dos recursos organizacionais. Assim, a classe capitalista teria acesso a estes três tipos de controlo, enquanto a classe trabalhadora estaria impedida de aceder a eles. Entre estas duas classes, estariam localizadas as posições de classe contraditórias, pois deteriam apenas algumas das três dimensões do controlo mencionadas, sendo que poderiam assim ter influência em apenas alguns determinantes da produção. Nesta categoria inseriam-se os gerentes e os "colarinhos-brancos". A classe capitalista continua a ser uma minoria em relação ao conjunto total de posições, como já proclamava Marx, mas a grande maioria é agora vista como muito diversa, à semelhança do proposto por Weber.

Um dos aspectos da teoria de Erik Olin Wright que é preciso salientar é o dos laços de amizade entre membros da classe capitalista e membros das outras classes. Segundo o autor, é muito difícil que alguém que não seja da classe capitalista consiga fazer amizade nesse circuito porque a classe capitalista é muito fechada sobre si mesma. Para tentar demonstrar as diferenças existentes nas classes não-capitalistas, Wright serve-se

da ajuda de dois fatores explicativos: as qualificações e a relação com a autoridade hierárquica no trabalho (entendendo-se esta como de maior ou menor proximidade, consoante o cargo exercido). Segundo o autor, se os trabalhadores possuírem ambas as coisas, ou seja, um nível de qualificação superior à média, e em falta no mercado, e uma maior proximidade com as chefias (muito dependente dessas qualificações), estarão em posição de exigir um maior rendimento e de obter benefícios como recompensa pelos seus contributos no local de trabalho, ou seja, estarão mais capacitados para ascender na estrutura social. Tornam-se mais-valias por serem indiscutivelmente necessários e gozam de autonomia suficiente, o que impede o seu controlo.

Assim, segundo Wright, as barreiras à mobilidade ascendente relacionadas com o poder ou a autoridade (recursos organizacionais) são as mais fáceis de ultrapassar, pois há mais mobilidade intergeracional nas posições mais altas em escala de autoridade. Seguem-se-lhes, em grau de dificuldade, as barreiras das qualificações e, por fim, o tipo de barreira mais difícil de suplantar: a propriedade.

Independentemente da maior rigidez nos extremos da estrutura social, tem-se vindo a verificar uma maior mobilidade social entre os estratos intermédios da estrutura de classes ou da hierarquia da estratificação social. Apesar de vários estudos apontarem para uma tendência para a mobilidade de curto alcance, isto comprova que, à medida que os cargos intermédios se vão complexificando, os lugares e as fronteiras de classe tendem a esbater-se. Assim como existe uma maior fluidez na transição entre cargos, também se torna mais difícil discernir as fronteiras de classe e as próprias classes em si. A analogia de Shumpeter (1984), a qual sugere que as classes são como autocarros sempre cheios de pessoas diferentes, parece aplicar-se na perfeição. Isto implica também que as barreiras entre as classes, apesar de ainda existirem, sejam mais transponíveis. Tal instabilidade de classe, à semelhança do que foi sugerido por Blau e Duncan (1967), contribui para a estabilidade e integração social, pelo que diminui o conflito entre classes e motiva a competição individual.

Outra teoria contemporânea importante, a par da de Erik Olin Wright, é a teoria do espaço social a três dimensões de Pierre Bourdieu.

Bourdieu vê o espaço social como um espaço multidimensional, de dimensões que se constituem como princípios diferenciadores. Segundo a teoria de Bourdieu, existem três dimensões (volume de capital, estrutura do capital e as mudanças que ocorrem nas duas dimensões anteriores ao longo do tempo), que se manifestam nas trajetórias passadas e potenciais dos indivíduos:

And the structure of the distribution of the different types and subtypes of capital at a given moment in time represents the immanent structure of the social world, i.e., the set of constraints, inscribed in the very reality of that world, which govern its functioning in a durable way, determining the chances of success for practices (Bourdieu, 1986).

Bourdieu concebe as classes sociais como produtos da combinação entre variados tipos de capital. Ao aferir o posicionamento social de cada indivíduo ou grupo, o autor foi um pouco mais longe do que os dos anteriores estudos sobre classes e estratificação (os quais viam a estratificação como um continuum²) e chegou a quatro tipos de capital que caracterizam a posição de classe: o capital económico (bens materiais e rendimentos), o capital cultural (educação, lazer, estilo de vida e consumo), o capital social (redes de amigos e contactos) e o capital simbólico (prestígio). Os diferentes tipos de capital estão relacionados entre si e podem combinar-se de variadas formas. Quem detém um deles tende a tentar conseguir obter os outros, sobretudo em benefício da prole, uma vez que os filhos vão poder usufruir de coisas que os pais não puderam ter na sua juventude. Os capitais são assim concebidos como dimensões diferenciadoras e estão por isso inevitavelmente associados às trajetórias de mobilidade ascendente ou percursos dos “trânsfugas de classe”, para usar a terminologia de Lahire (2001).

Segundo a teoria do espaço social a três dimensões, que o autor defendeu num capítulo da obra *Distinction. A Social Critique of the judgement of Taste* de 1979, consoante o volume de capital, ou seja, o conjunto de recursos e poderes utilizáveis (sobretudo capital económico e capital cultural) e a maneira como estes diferentes tipos de capitais se interrelacionam, as trajetórias individuais podem ser mais marcadas pela

² Ver Grácio, 1999: 53.

reprodução ou pela resistência ao sistema. Tendencialmente, as classes privilegiadas detêm mais capital (sobretudo económico e cultural) e tendem a ser originárias de classes com essas mesmas características (classes dominantes), as quais consomem uma grande quantidade de bens materiais e culturais, ao contrário do que acontece com as classes desprovidas de capital. As estratégias de distinção estão assim associadas à acumulação de “bens” materiais e simbólicos que atribuem um certo grau de excelência, mas tal excelência é, por sua vez, valorizada consoante os modelos das classes dominantes. A diferença entre as classes está por isso intimamente ligada a condições de injustiça social, uma vez que origem social e posição social têm uma relação estreita. A origem familiar e a socialização dos indivíduos estão, desta forma, na origem da relação entre as práticas sociais e a posição ocupada por cada indivíduo ou grupo no espaço social, bem como o está a trajetória que nele percorrem.

Conforme o posicionamento dos agentes na posição alta, média ou baixa da hierarquia social, estes vão adotar estratégias diferentes em relação à sua trajetória. No que diz respeito às estratégias utilizadas pelos membros das diferentes classes, Bourdieu argumenta que os agentes das posições médias têm tendência para investir fortemente na escola porque acreditam que esta instituição possibilita a ascensão social. Os seus pais, durante o processo de socialização primária, de alguma forma transmitem as grandes esperanças que desenvolveram na obtenção de diplomas enquanto meios de distinção e ascensão social familiar e recursos para fazer face à competitividade no mercado de trabalho.

No campo oposto estariam as camadas das posições mais baixas, as quais tenderiam a não dar importância à escola por não verem nela grandes vantagens em termos de incremento do seu futuro. Estas camadas também são coagidas material e simbolicamente, pelo que tendem a não desenvolver esperança nas suas oportunidades objetivas (desde logo muito restritas).

As classes altas seriam assim, de certa forma, “indiferentes” ao poder da escola, na medida em que o ambiente escolar é inerente ao seu contexto e apenas serve para creditar competências já adquiridas.

Para Bourdieu (1975), a reprodução social entre as classes está relacionada com a educação, na medida em que com a expansão do ensino se criaram condições para que

mais pessoas tivessem acesso à escolaridade, mas as oportunidades de vida continuam a ser diminutas para aqueles que detêm menos capitais e se encontram na base da hierarquia social.

Para este autor, a educação promove a luta pelo poder e pelo prestígio, mas no fundo acaba por camuflar as desigualdades sociais, dando a ilusão de que se estão a criar oportunidades quando, na verdade, aqueles que por ela conseguem atingir alguma mobilidade social ascendente não passam de uma exceção que confirma a regra. Nestes casos (de contratendência) dá-se o que Bourdieu chama de reconversão de capitais, porque aqui é a partir do capital cultural adquirido por meio do sucesso escolar que se obtém o capital económico, necessário para obter todos os outros privilégios, bem como o prestígio. Os pais investem na educação dos filhos e tentam adotar práticas culturais em consonância com o estilo de vida que pretendem obter com o intuito de melhorar as condições de vida e a posição de classe dos seus familiares, sobretudo as dos filhos.

A junção dos capitais cultural e económico traduz-se numa maior aproximação às classes dominantes, as quais são possuidoras de ambos e se caracterizam por gostos e estilos de vida distintos. Contudo, uma vez que as classes dominantes tendem a sê-lo de nascença, muito porque essas condições são reproduzidas de geração em geração, os seus códigos sociais são, também eles, difíceis de apreender para quem chega de fora, para quem não pertence ao grupo, à classe. Isto não quer dizer que os gostos culturais refinados sejam propriedades inatas e próprias das elites. Tais gostos, que distinguem as classes e os seus estilos de vida, dependem da reprodução da estrutura de classes, arbitrariamente legitimada. Embora o sistema de ensino seja considerado, à partida, a via por exceléncia para a transposição das barreiras de classe, segundo Bourdieu este é um meio de institucionalização das diferenças e desigualdades porque também ele hierarquiza e reproduz (de forma legal e supostamente legítima) essas mesmas desigualdades.

A escola baseia-se na cultura dominante e exige dos alunos conformidade com essa cultura, ao mesmo tempo que não se questiona sobre tal exigência, uma vez que a sua adoção parece natural e consensual. Todavia, isto beneficia as classes dominantes porque não lhes exige esforço nenhum de adaptação, ao contrário do que acontece com as outras classes, às quais são exigidas características e saberes que não possuem à

partida e que não será a escola a ensinar. Os alunos provenientes das camadas superiores estarão sempre em vantagem em relação aos outros na medida em que já têm uma familiaridade com a linguagem e com os modos de transmissão de saber que lhes é natural, ao mesmo tempo que são essas as características que são mais valorizadas nas avaliações escolares e que determinam, de certa forma, o acesso à formação avançada. Por isso, a escola promove a conservação das classes dominantes e do seu domínio.

Numa era em que se acredita que o sucesso depende essencialmente da capacidade e do esforço pessoal de cada indivíduo, o fracasso na obtenção de um diploma é ainda mais estigmatizante e castrador das oportunidades de trabalho, e consequentemente das oportunidades de vida. As desigualdades tornam-se, por isso, mais dissimuladas mas também mais contundentes, uma vez que elas já não residem no acesso (ao ensino e às oportunidades), mas multiplicam-se em formas variadas de exclusão na inclusão.

Embora a ideia da democratização do ensino se tenha revelado uma quimera devido à inatingibilidade da igualdade de oportunidades que esta propunha, nem todos acreditam na incapacidade da escola face ao poder simbólico da estruturação social, atribuindo a esta visão Bourdieusiana um exagerado determinismo ou fatalismo.

Com uma outra visão, Anthony Giddens (1973/1979) refuta a ideia da reprodução de Bourdieu, avançando com a teoria da estruturação. Este autor acredita mais na transformação social e na mudança. A ação é tida como um processo ou fluxo contínuo, que resulta da agência ou capacidade de operar transformação. O agente é assim um ser reflexivo, detentor do poder de operar tal transformação. Não existem sistemas sociais sem a existência de atividade humana porque é ela que cria as instituições, assim como não se pode pensar na ação humana sem a influência das estruturas. Existe uma correlação entre as duas coisas. Segundo a sua teoria, a estrutura funciona como uma ordem virtual de relações transformativas que se desencadeiam por meio de interações. Os indivíduos exibem, por isso, propriedades estruturais internalizadas, que orientam as suas condutas. Como diz o autor:

The most important aspects of structure are rules and resources recursively involved in institutions. Institutions by definition are the more enduring features of social life. In speaking of the structural properties of social systems, I mean

their institutionalized features, giving ‘solidity’ across time and space. I use the concept of ‘structures’ to get at relations of transformation and mediation which are the ‘circuit switches’ underlying observed conditions of system reproduction. (Giddens 1984, p. 24)

Ou seja, para este autor, à semelhança do que foi dito por Bourdieu, a reprodução social existe e é inegável, mas ela não está dependente da estrutura, e muito menos das instituições, sendo que o ator tem um papel muito ativo nesse sentido, por possuir poder ou capacidade de agência. Para ele, a estrutura (composta por regras e recursos) resulta da ação ao mesmo tempo que a condiciona, ou seja, a estrutura constrange e estimula a ação (*dualidade da estrutura*). O autor diz-nos o seguinte:

According to the notion of the duality of structure, the structural properties of social systems are both medium and outcome of the practices they recursively organized. [...] Structure is not to be equated with constraint but is always both constraining and enabling. (Giddens 1984, p. 25)

Assim, embora Giddens tenha noção dos contrangimentos ou impedimentos que as estruturas podem acarretar, não se coíbe de atribuir uma maior liberdade de ação ao indivíduo e coloca sobre este a capacidade de mudança ou transformação de situações através da ação. Se o ator perder essa capacidade é porque deixou de ser agente. Por isso, para este autor, o indivíduo é capaz de alterar as suas próprias circunstâncias. À medida que este se torna cada vez mais reflexivo em relação à sua capacidade, consegue também ter acesso e controlar recursos que o imbuem de poder transformativo.

Desta forma, podemos concluir que, embora, como nos diz Erik Olin Wright, “class counts” e o lugar de classe possa conferir vantagens ou desvantagens de partida, os indivíduos estão imbuídos de capacidade de agência e podem alterar as suas condições de existência. Os percursos de mobilidade ascendente ou de contratendência são a prova disso. Embora a estrutura possa ter uma grande influência nessas trajetórias (através dos bloqueios ou oportunidades que se lhes apresentam), a ação individual ou coletiva pode ser a base das trajetórias de sucesso dos “trânsfugas de classe”.

No entanto, segundo alguns autores, talvez as sociedades contemporâneas europeias estejam agora a atravessar um período em que a mobilidade ascendente volta a estar em declínio, uma vez que a Europa está a atravessar um período de grandes crises económicas e sociais que levam a que o desemprego aumente e, consequentemente, a que as oportunidades de vida sejam também mais escassas. Por isso, não nos podemos esquecer de que os percursos de mobilidade social (ascendente ou descendente) são também marcados por fatores outros, variados e complexos, que podem ter um papel determinante nas oportunidades de vida, tais como os fatores culturais, os estilos de vida e os padrões de consumo. Numa sociedade capitalista em que as transformações se dão de forma célere e muitas vezes imprevisível, as lógicas clássicas e classistas nem sempre conseguem dar resposta aos questionamentos que se impõem.

É talvez por isso que autores como Jan Pakulski e Malcom Waters acreditam que o conceito de classe está em declínio. Estes autores, na sua obra intitulada *The Death of Class* (1996), advogam que vivemos numa época em que as desigualdades são determinadas pelas disparidades de status e consequentes padrões de vida a ele subjacentes, não pela classe. Para eles, a propriedade está cada vez mais acessível e a transferência de propriedades por meio da herança deixou de ser um processo linear, na medida em que o status da geração seguinte não está obrigatoriamente dependente disso. Por outro lado, os indivíduos têm maior poder de consumo, o que implica um ligeiro *twist* na lógica dos mercados e nas relações de poder, levando os grandes empregadores capitalistas a procurarem satisfazer os desejos dos consumidores e a procurarem *staff* mais próximo dos mesmos. Por isso, as desigualdades parecem ser determinadas pelo fator cultural e não pelo económico; desta forma, a classe já não terá nem relevância social nem relevância empírica. Esta perspetiva é, no entanto, contestada pela maioria dos autores que fazem pesquisa na área das classes e da estratificação social.

Ainda assim, vale a pena reforçar a ideia de que, embora a classe e a estratificação social sejam fundamentais para o estudo destes percursos, é imperativo que não se negligenciem todas as outras dimensões sociais que podem afetar as trajetórias individuais.

1.3. MOBILIDADE SOCIAL: ESTUDOS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

Os estudos empíricos extensivos sobre mobilidade social têm início e ganham grande fulgor nos anos 50 e 60 do século XX, com teorias desenvolvidas sobretudo nos EUA (Davis e Moore, 1945; Lipset e Bendix, 1959; Blau e Duncan, 1967) e na Europa (Glass, 1954; Dahrendorf, 1959; Goldthorpe, 1963; Bourdieu e Passeron, 1964/1970/1979; Bertaux, 1977). Mais tarde, sociólogos como Boudon (1981), Laacher (1990), Terrail (1990) e Laurens (1992) contribuiriam também para o estudo da mobilidade social através de pesquisas centradas em estudantes de origens populares ou desfavorecidas.

Nos EUA, a mobilidade social era vista enquanto conceito central. Inicialmente, e em contexto alargado, a premissa mais acatada nos estudos sobre mobilidade social prendia-se com a relação entre estrutura e mobilidade. As sociedades organizadas em estratos sociais dariam origem a que a necessidade de realização pessoal movesse os indivíduos sobretudo em sentido ascendente na estrutura.

As sociedades mais fechadas (com sistemas de estratificação como o de escravatura, o feudal ou o de castas) caracterizavam-se por grandes clivagens e por uma desigualdade acentuada entre os grupos sociais. Os elementos de cada grupo estariam a ele confinados pela nascença, pelo que as suas hipóteses de ascensão seriam diminutas. Já em sociedades mais abertas sucederia exatamente o contrário. Os elementos de cada grupo estariam em melhor posição para transitar de grupo através das múltiplas conexões culturais, e, por isso, estas sociedades seriam também mais facilmente transformáveis. Assim, quanto mais abertas fossem as sociedades mais favorecido seria o fluxo de circulação entre posições (Lipset e Bendix, 1959; Blau e Duncan, 1967).

Isto viria a ser atestado com o desenvolvimento industrial das sociedades mundiais. Várias foram as mudanças que ocorreram nessa época: evolução demográfica

(envelhecimento populacional), aumento da escolarização (escola de massas), crescente urbanização e litoralização, terciarização da atividade económica, incremento do trabalho feminino e transformações no seio familiar foram algumas delas. As teorias desdobravam-se agora em nuances: ascensão social promovida por planos a longo prazo, desenvolvimento de estratégias para a ascensão social levadas a cabo pela família, entre outras.

Lipset e Bendix, analisando nove sociedades industriais (Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Itália, Dinamarca, Alemanha, Suíça, Suécia e Japão), partiram da ideia de que o indicador da mobilidade ascendente estava intimamente relacionado com os índices de estabilidade e de coesão social das sociedades industriais modernas. Segundo estes autores, a mobilidade ascendente impedia que os elementos das classes inferiores (no caso de uma impossibilidade imutável de ascenderem) se rebelassem contra as classes superiores. Assim, desenvolveram um dos primeiros estudos sobre mobilidade efetuados na América, intitulado *Social Mobility in Industrial Society*, publicado em 1959.

Este estudo comparativo tentava examinar a abertura das sociedades através dos seus índices de mobilidade vertical. No entanto, ao contrário do que esperavam, os resultados mostraram que os Estados Unidos da América não apresentavam maior abertura do que a dos outros países analisados, uma vez que todos tinham taxas semelhantes. Concluíram que estaria a haver uma mudança substancial no que dizia respeito à expansão dos colarinhos-brancos (indivíduos cujos cargos se situam no setor terciário e implicam maiores qualificações), comum a todos os países analisados, e que seria essa a causa do fenómeno internacional de mobilidade ascendente entre estas camadas.

Já o grande estudo, também americano, que se lhe seguiu, *The American Occupational Structure* de Peter Blau e Otis Dudley Duncan, publicado em 1967 (considerado o maior estudo sobre mobilidade social realizado até hoje, com uma amostra de 20 mil homens), pretendia averiguar se efectivamente a mobilidade social estava associada ao pressuposto de que as pessoas mais eficientes e capazes são de facto aquelas que conseguem aceder aos lugares de topo, independentemente da sua classe de

origem, tentando entender o papel da educação no desenvolvimento de todo o processo. Estes autores entendiam a mobilidade social enquanto produtora de diferenças no que toca a rendimentos e oportunidades, dando menos ênfase às classes sociais enquanto categorias reais da sociedade. Chegaram à conclusão de que, apesar da mobilidade social de largo alcance ser rara, havia muita transição em sentido ascendente entre cargos muito próximos, e atribuíram esses movimentos à educação e à experiência profissional, tidos como fatores impulsionadores do sucesso dos trabalhadores.

Nesta altura, os chamados colarinhos-azuis (trabalhadores manuais, nomeadamente operários industriais) estavam a ter um significativo crescimento no seu nível de riqueza devido a uma abertura significativa de cargos de colarinhos-brancos que se tornaram acessíveis aos filhos destes trabalhadores pela sua grande procura, fenómeno que suscitou muito interesse.

Na mesma altura, na Europa, surgiu a tese do *embourgeoisement*, segundo a qual estes trabalhadores, considerados da classe mais baixa, estavam a conseguir uma alteração da sua condição social e estavam a adotar valores e estilos de vida em conformidade com a classe média, o que levava a crer que o progresso industrial estava a fazer com que a estratificação também estivesse a mudar. Para testar esta tese do *embourgeoisement*, Goldthorpe e os seus colegas, no estudo que ficou conhecido como *The Affluent Worker*, de 1963, tentaram ver se realmente os trabalhadores estavam a ficar com valores e estilos de vida parecidos com os dos colarinhos-brancos e descobriram que, apesar de os rendimentos serem aproximados, possibilitando um padrão de consumo semelhante, estes trabalhadores afinal não partilhavam os mesmos valores nem conviviam socialmente, assim como assumiam atitudes diferentes perante o trabalho, contrariando a tese do *embourgeoisement*.

Numa fase posterior (pós-industrial), começa-se a explicar o fenómeno da mobilidade social com base na estimulação da competição individual através da recompensa ou valorização do desempenho (normalmente medido com base nas qualificações escolares e no status económico do cargo desempenhado [Duncan e Duncan, 1968]). No entanto, começaram também a surgir vertentes teóricas que

negavam a existência de mobilidade efetiva, dando primazia à teoria da mobilidade intergeracional (percursos de uma geração em sentido diferente da dos seus pais na hierarquia social), como se pode ver pela afirmação seguinte:

To be sure, there still are numerous obstacles and barriers in the way of complete equality of educational opportunity, but it is the stubborn tendency of modern societies to institutionalize intergeneration mobility by making a person's social position dependent on his educational achievement (Dahrendorf, 1959: 59).

Ainda no contexto americano e na mesma linha dos primeiros estudos, deve referir-se o estudo de Featherman e Hauser (1978), *Opportunity and Change*, que pretendia replicar o estudo de Blau e Duncan, mas com uma amostra maior. Este estudo chegou à conclusão de que a mobilidade intergeracional era efetivamente muito extensa nos Estados Unidos da América, que a mobilidade ascendente era maior do que a mobilidade descendente (muito por causa das mudanças na estrutura ocupacional americana) e que essa mobilidade era sobretudo de curto alcance, mantendo-se alguma rigidez nas posições de topo e nas posições mais baixas da estrutura social.

Ao contrário do que acontecia nos EUA, em que, como vimos, a mobilidade era utilizada como conceito central, na Europa (sobretudo em França e na Grã-Bretanha), a mobilidade social era vista enquanto conceito auxiliar. Sobretudo na Grã-Bretanha, este tipo de estudo era motivado fundamentalmente pelo interesse pela igualdade de oportunidades, e, portanto, o conceito de mobilidade social surgia agregado ao estudo das desigualdades.

David Glass e os seus colegas foram autores do primeiro grande estudo britânico sobre mobilidade social, *Social Mobility in Britain*, na década de 50. Glass tentou perceber como funcionava a mobilidade social a nível dos diferentes tipos de profissão e descobriu que havia grandes diferenças entre profissões manuais e profissões não-manuais, sendo que a mobilidade de pessoas com profissões manuais era muito reduzida em comparação com as que exerciam outras profissões. Concluiu que a mobilidade

intra-geracional de curto alcance era muito mais comum e que a mobilidade descendente era quase inexistente, sendo que a mobilidade ascendente se dava sobretudo nos níveis intermédios da estrutura social e que, tendencialmente, as pessoas das posições mais baixas permaneciam nelas. Ficava assente a ideia de que a sociedade inglesa não era muito aberta.

Este estudo, utilizando dados sobre mobilidade intra-geracional e intergeracional, chegou a conclusões que seriam mais tarde contestadas por Goldthorpe (1980) e outros autores no estudo de Nuffield, no qual se argumentou que as avaliações em torno da abertura das sociedades e da sua consequente equidade ao nível das oportunidades só podem ser satisfatórias se se tiver em conta a mobilidade intergeracional, uma vez que a probabilidade de alguém com antecedentes de classes inferiores subir na hierarquia de classes é muito menor do que a de os que vêm de níveis intermédios ou que já nasceram nas classes altas permanecerem nelas.

Segundo os dados apurados, o número de pessoas que se movimentavam em sentido ascendente (mobilidade absoluta) era muito elevado, ao passo que, probabilisticamente, a hipótese de pessoas com antecedentes diferentes se movimentarem em sentido ascendente na estrutura de classes (mobilidade relativa) era muito reduzida. No entanto, ambos os tipos de mobilidade coexistiam. A explicação para isto residia, essencialmente, na mudança na estrutura profissional, uma vez que o crescimento do setor dos serviços na época teria dado origem a mais lugares intermédios ou de topo, que poderiam ser ocupados por pessoas de níveis mais baixos da escala socioprofissional. Uma das mais importantes conclusões a que foi possível chegar no estudo de Nuffield foi a ideia de que as posições do topo da estrutura de classes, assim como as posições de base, eram muito estáveis e que isto poderia levar a uma solidariedade de classe.

Para além disso, também neste estudo se evidenciou o que Blau e Duncan já tinham sugerido: que havia uma correlação entre a mobilidade social ascendente e o grau de formação educacional, embora à partida os mais “bem nascidos” já estivessem em vantagem nesse sentido. Goldthorpe via a mobilidade social como uma mudança da

segmentação do mercado de trabalho em classes profissionais, sendo a mobilidade ascendente uma mudança de uma classe de status baixo para uma de alto, envolvendo não somente o rendimento líquido mas também poder e prestígio.

Em 1993, inspirados pelas referências clássicas marxista e weberiana, John H. Goldthorpe e Robert Erikson desenvolveram um estudo comparativo internacional sobre a mobilidade social intitulado *The Constant Flux*. Neste estudo, os autores apresentaram um esquema de classes que examinava o tipo de relação de emprego a partir da posição do indivíduo no mercado de trabalho e da sua relação com o processo produtivo.

As conclusões mais interessantes a que chegaram contrariavam a teoria liberal, a qual supunha as sociedades industriais como mais abertas, mais móveis e com processos de seleção mais universalistas do que as sociedades pré-industriais, o que por sua vez facilitaria a mobilidade absoluta e tornaria a mobilidade relativa mais estável. Segundo estes autores, os resultados das sociedades analisadas (entre as quais EUA, Inglaterra, França, Japão, entre outras) não só não comprovavam esta teoria, como a contrariavam, demonstrando uma inexistência de tendências consistentes. A mobilidade ascendente revelava-se superior à mobilidade descendente, mas nenhum dos países analisados apresentava um grau de abertura excepcional. Deixando bem claro que as estruturas de classes determinam os diferentes níveis de vantagens e poder, afirmaram:

“Thus, while the functional requirements of industrialism may best be served through the development of more universalistic, achievement oriented processes of social selection, the members of more advantaged and powerful classes can be expected still to try to maintain ascriptive elements in such processes, precisely so that they can use the superior resources they possess in order to improve the life-chances of their children” (Erikson e Goldthorpe, 1993: 368).

Os autores não só desvalorizaram os fluxos de mobilidade ascendente encontrados, tidos como pouco relevantes, como pareceram estar de acordo com as teorias da reprodução social, enfatizando a rigidez dos extremos da estrutura social e a

conservação dos lugares de topo pelas classes dominantes, independentemente dos fatores culturais.

Uns anos antes, já Daniel Bertaix tinha elaborado um estudo intitulado *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes* (1978), que chegava a conclusões semelhantes e que, até certo ponto, representou uma inversão da lógica do *achievement* de outras pesquisas sobre mobilidade social. Neste estudo, o autor procurou conhecer os fundamentos dos destinos pessoais através da análise de inquéritos realizados em França sobre a mobilidade social dos indivíduos. Ainda que dando muita importância à herança social, o autor não descurou o estudo da mobilidade, mas partiu do princípio de que a mobilidade social é inerente aos processos estruturais. Segundo o autor, as sociedades capitalistas exercem um controlo relativo sobre os indivíduos, controlo este que determina os seus destinos.

Um pouco na senda da teoria de Marx (1871/1960), em *O Capital*, nesta obra os indivíduos são vistos como mercadorias que têm uma função específica e que servem à sociedade, colmatando as suas necessidades (de acordo também com a visão funcionalista). A mobilidade social é, assim, vista como um processo utilitário, onde os indivíduos, quase como marionetes, são moldados e usados pelo sistema consoante as suas necessidades. Contudo, uma das conclusões mais importantes neste estudo relativamente ao fenómeno da mobilidade social prende-se com o facto de também Bertaix destacar a rigidez existente nas extremidades da estrutura social. Não só é muito difícil que alguém das classes mais baixas ascenda socialmente até ao topo da hierarquia como o inverso é quase impossível. Assim, os destinos pessoais são determinados: i) pelas relações sociais constitutivas de uma sociedade e, ii) e pela formação social historicamente determinada.

Partilhando da ideia de Durkheim de que a harmonia entre as naturezas individuais e as funções sociais só se pode obter através da divisão espontânea do trabalho, valorizando as competências e apetências internas de cada um como fator diferencial na distribuição dos indivíduos pelos diferentes níveis de estratificação social ou lugares de

classe, Bertaux demonstrou, a partir dos dados recolhidos, que o que acontecia na realidade francesa era bem diferente. O autor afirmava que:

O traço mais distintivo da distribuição antropomórica em França não é nem a proporção elevada de «reprodução» (auto-recrutamento) de cada categoria, nem o fluxo não desprezível de mobilidade social ascendente, mas a ausência de todo o fluxo de mobilidade descendente de classe, a ausência de um fluxo de proletarização de quadros (Bertaux, 1978: 241)

O autor atribuiu ainda este resultado não só à economia capitalista como também à influência do aparelho escolar, elitista, que privilegiaria as classes dominantes, mantendo a sua condição e exercendo uma influência quer conservadora (subestimando e subvalorizando os alunos das classes populares e desfavorecidas, deixando-os à própria sorte) quer progressista (distinguindo apenas os mais dotados e deixando todos os outros de lado, originando elites colhidas nas classes ditas inferiores, mas catapultando-as para as outras classes sem que estas pudessem “opor-se realmente ao curso histórico de sociedades arrastadas pelo movimento cego do capitalismo” [Bertaux, 1978: 246]).

Contudo, a ideia de que os indivíduos localizados nos lugares inferiores da hierarquia social eram de alguma forma probabilisticamente mais propensos a restrições e bloqueios, ao passo que os dos posicionamentos mais altos da hierarquia tenderiam a sentir-se estimulados para a ambição e para a vontade de vencer, implicava também heterogeneidade ao nível dos valores e suscitava uma certa curiosidade científica em torno dos efeitos da mobilidade ascendente e descendente na mudança do pensamento político e ideológico dos indivíduos, uma vez que a mudança de status poderia implicar também uma mudança drástica no estilo de vida e nos hábitos socioculturais. Estabeleceu-se assim uma correlação concreta entre mobilidade social, formação educacional e capitais simbólico e económico.

Em pesquisas mais recentes, autores como Yaojun Li, Mike Savage e Alan Warde (2008), no seu estudo intitulado *Social Mobility and Social Capital in Contemporary*

Britain, dão atenção à mobilidade social tendo em conta o contributo da teoria dos capitais de Bourdieu mas enfatizando o capital social, os laços informais das relações interpessoais. Admitindo que existe uma forte desigualdade na mobilização de recursos sociais, estes autores vão centrar a sua pesquisa na aplicação de uma nova metodologia para a aferição de classe, “the position generator” (Lin, 2001), tentando entender como a mobilidade social se relaciona com a formação de capital social, o qual parece ser o elemento-chave da consolidação e reprodução da vantagem de classe (Li, Savage e Warde, 2008, p.392).

Seguindo as anteriores asserções de Putnam (2000/2002), os autores partem do princípio de que a distribuição do capital social é ainda mais desigual do que a do capital humano ou económico e que este tipo de capital está relacionado com a formação da identidade dos grupos. Tentando saber se existem efetivamente laços entre pessoas de classes sociais diferentes, os autores tentaram examinar a quantidade, o tipo e a natureza dos recursos afetos a cada inquirido. Esta pesquisa tem ainda uma preocupação com a participação cívica em associações como parte fundamental para a criação de laços entre classes sociais distintas e, consequentemente, para a transposição das barreiras ou fronteiras de classe.

A trajetória social, neste caso de mobilidade ascendente ou de reprodução da divisão social, pode estar associada à posse de modos formais ou informais de capital social. Contudo, segundo Bourdieu (1986), também é preciso ter em conta o poder estruturante da origem familiar e da posição de classe. Neste estudo de Li, Savage e Warde, os indivíduos que desenvolvem percursos de mobilidade ascendente estão intimamente ligados a um capital social dependente da classe de origem e da sua atual posição na estrutura social, ao passo que os que descem na hierarquia social parecem ter menos capacidade para manter os contactos com a sua classe de origem e, consequentemente, têm menos laços com pessoas de status superior.

Os autores chegam à conclusão de que a Inglaterra continua a ser altamente estratificada e que, embora haja camadas mais estáveis em todos os estratos sociais, ainda se mantém uma certa rigidez na base e no topo da estrutura, muita ligada ao

montante, volume e natureza do capital social dos indivíduos. Por outro lado, os resultados indicam também que as mulheres e as minorias étnicas estão mais desprovidas de capital social, enquanto os indivíduos com alguma filiação religiosa se encontram em vantagem neste requisito. As minorias étnicas parecem estar de alguma forma limitadas pela segregação residencial e pela desvantagem a nível do mercado de trabalho, o que se traduz numa rede social de contactos mais limitados ao meio em que circulam (Li e Heath, 2008; Li, Savage e Warde, 2008).

Fica por isso comprovado que as trajetórias de mobilidade ascendente estão fortemente ligadas à existência de uma rede de contactos alargada (capital social informal), o que sugere que, nestes casos, mais importante do que a classe e as condições de origem é a capacidade de manter contacto com a classe de destino. No que diz respeito ao capital social formal, parece haver uma correlação entre os casos de mobilidade descendente e a filiação religiosa, mas também as mulheres e as minorias estão muito representadas em tal tipo de participação cívica, o que sugere que a religião talvez funcione como um consolo para as situações menos vantajosas.

Quanto à mobilidade ascendente, esta parece não ter grande relevância no que diz respeito a uma participação cívica muito ativa, sobretudo em associações. “This suggests that even though the upwardly mobile have larger social circles, they may not have such strong ties to high status persons as those born into the service class”, o que indica também alguma reprodução intergeracional do capital social, como diria Bourdieu (Li, Savage e Warde, 2008, p.406).

A discussão em torno das noções de classe, estrutura social, cultura e capital social, entre outros e da sua relação com os processos de mobilidade social (sobretudo a de sentido ascendente) não se esgota na resenha apresentada até aqui, pelo que será abordada de novo nos próximos capítulos. Contudo, é de salientar que, embora o papel das classes seja ainda preponderante neste tipo de estudo e seja impossível descartá-lo (ainda que alguns autores anunciem a sua queda e preconizem a sua irrelevância científica), como pudemos ver, em estudos recentes novos fatores têm ganho um maior destaque, trazendo novas abordagens, novas questões e tornando o nível teórico da

questão cada vez mais complexo. Assim como a divisão de classes se vem complexificando ao ponto de ser difícil discernir as fronteiras de classe, também os percursos que levam a processos de mobilidade social se têm vindo a complexificar, influenciados por diversos fatores económicos, culturais e sociais.

1.4. DO RASTREIO DAS DESIGUALDADES E DA MOBILIDADE SOCIAL AO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO

À semelhança do velho dilema sobre a origem da galinha e do ovo, o pensamento sobre as sociedades contemporâneas ainda não conseguiu dar resposta à seguinte pergunta: são as sociedades explicáveis pelas ações dos indivíduos ou são as ações dos indivíduos explicáveis pela influência das sociedades? Basicamente, não saímos da conhecida controvérsia ação versus estrutura. Mas uma coisa é inegável: existe, efetivamente, uma relação entre as duas. Se a sociedade serve o indivíduo (fornecendo os meios para que este possa adquirir o seu bem-estar) ou se o indivíduo é que serve a sociedade (enquanto parte ínfima que contribui para um todo que é a manutenção da ordem social), numa relação causal ou não, não sabemos. Talvez dependa da situação, do contexto. Esta contradição, que resulta do desequilíbrio entre o desejo, a inclinação individual e a manutenção da ordem social é o que impossibilita uma explicação satisfatória, sem resvalar para um dos lados. No entanto, o importante é, como disse Norbert Elias (1939), saber qual é a relação entre indivíduo e sociedade, como é que ela é possível.

Cada pessoa tem a sua liberdade individual, mas também está constrangida por uma ordem externa, social, que lhe é imposta, de maneira subtil mas eficiente, desde os primeiros anos de vida. O modo como a vida é organizada e os papéis a desempenhar são, de alguma forma, condicionados por essa ordem. Por isso, cada indivíduo tem um lugar dentro da sociedade, mas esse lugar não é propriamente escolhido, sendo antes, de certa forma, atribuído. Não quer isto dizer que, inevitavelmente, não exista possibilidade de modificação de qualquer sorte, como se existisse um futuro pré-determinado. Mas também não é possível inverter este ciclo de forma caprichosa, como se não houvesse consequências ou fosse simplesmente fácil fazê-lo. O indivíduo vive em sociedade mesmo antes de o saber e de o compreender. A família, a escola, os amigos, os vizinhos... todos fazem parte de um contexto específico, de um contexto

estrutural. E o indivíduo deve adaptar-se a ele, aprender as suas regras e aprender a movimentar-se dentro delas. Isto faz com que tenha um conjunto limitado de opções e que essas opções sejam, por sua vez, limitadas pela sua posição em tal universo. As suas oportunidades de vida vão ser igualmente balizadas pelo contexto de vida (origem familiar, recursos económicos, educação, etc.). Ou seja, o ser social está inevitavelmente agregado a uma série de relações de interdependência, que não dependem da sua vontade ou capacidade de agência mas que o moldam e o enquadram dentro de um tecido social específico. Quer isto dizer que, como refere Esping-Andersen (1993), pensando na teoria de Goldthorpe e Erikson, é preciso saber se, e em que medida, existem efetivamente forças que estruturam sistematicamente as oportunidades de vida coletivas, criando um fechamento de classe e, consequentemente, barreiras no acesso à mobilidade.

Como vimos, a mobilidade pode ser estudada sob vários ângulos e perspetivas. No entanto, interessa-nos aqui perceber como o conceito de mobilidade se articula com o complexo jogo entre ação e estrutura. Ao processo de troca entre posições sociais que resulta da própria necessidade da estrutura de absorção de indivíduos para posicionamentos diferentes na estrutura social chama-se mobilidade estrutural. Tendencialmente, se uma sociedade está em franca expansão e progresso, tenderá a necessitar de elementos mais qualificados para ocupar espaços que não existiam antes, fazendo com que os elementos mais qualificados das classes menos privilegiadas ascendam na cadeia social. Como já foi possível ver, com a terciarização das sociedades industriais houve um incremento exponencial dos empregados executantes (a chamada pequena-burguesia de execução de Bourdieu), a qual abriu espaço para a entrada de trabalhadores provenientes do campesinato ou de profissões manuais num processo de “mobilidade interclassista” (Almeida, 2013: 61). Por outro lado, a mobilidade dita líquida ou individual (a mobilidade verdadeira) resultaria mais do esforço pessoal de cada indivíduo para obter uma melhor classificação social e assim ascender por meios próprios, estando à partida a estrutura social estagnada ou estável no que diz respeito ao seu conjunto de posições sociais disponíveis. Tal mobilidade, segundo vários estudos, estaria muito associada ao nível de qualificações,. Os dois tipos de mobilidade,

mobilidade estrutural e mobilidade individual, podem coexistir e têm até o que se pode chamar uma “conexão íntima” (Almeida, 2013: 61), na medida em que as mudanças na estrutura possibilitam os movimentos na hierarquia social, mas esses movimentos também vão alimentar as mudanças na estrutura. Por exemplo, se “abrirem vagas” no topo da hierarquia social e elas forem ocupadas por indivíduos das classes inferiores, estamos perante um caso de mobilidade estrutural. No entanto, o facto de esses indivíduos terem conseguido ascender vai de certo modo incentivar outros indivíduos das classes inferiores a investir em percursos de mobilidade ascendente (mobilidade individual), o que por sua vez se vai traduzir em transformações na estrutura (mobilidade estrutural).

A mobilidade é, por isso, um excelente indicador de classe, na medida em que as oportunidades de vida vão ditar a pertença a uma classe específica. Não obstante, a cada vez maior proeminência das escolhas pessoais, ou individuais, desenha um quadro de provável incapacidade de fechamento social ou classista: “It follows that the correlation between current position and final destination may be quite low: a static picture of the occupational structure may therefore be deceptive” (Esping-Andersen, 1993: 226).

Embora alguns autores se inclinem para a extinção do conceito de classe enquanto conceito dotado de poder analítico, é impossível negar o seu poder explicativo no que diz respeito a desigualdades sociais, ainda que normalmente associado a outras categorias como género, etnia, etc. Sobretudo quando falamos de capital social, estamos a falar de características que são de alguma forma adquiridas e transferidas em meios ou contextos específicos, como são a família ou grupos circunscritos a elites (escolas privadas, clubes considerados distintos, etc.). Estes privilégios, associados logicamente a poder socio-económico, são considerados como “a decisive class-filter within post-industrial economies” (Esping-Andersen, 1993: 227).

Estamos perante uma dualidade, portanto. Se, por um lado, a fluidez social facilita e de certa forma incentiva a uma maior mobilidade e, consequentemente, a uma maior abertura social, há, por outro lado, uma herança social que tende à reprodução das condições de privilégio, que dificulta a transposição de classe e que acentua as

desigualdades: "As diferenças bem claras no acesso a recursos – não apenas económicos – globalmente disponíveis e influentes na vida social geram assimetrias, as quais precisamente operam a divisão em classes" (Almeida, 2013: 60). Isto levanta outra questão: a da recomposição de classes.

Uma vez que “falar de classes sociais é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais (que ao produzem e reproduzem a sua própria identidade modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem) e falar das estruturas que delimitam duradouramente o espaço em que esses processos ocorrem” (Almeida, 1986: 81), as desigualdades sociais podem ser interpretadas como produto da relação existente entre estes dois polos: o das estruturas sociais e o das práticas sociais.

A distribuição dos indivíduos por lugares ou posicionamentos diferenciados traduz a composição social (indivíduos, estrutura e mudanças sociais subjacentes). Por isso, quando falamos de transformações na estrutura ou nos percursos individuais (afetos a uma posição específica e diferenciada), estamos a aludir também a mudanças na composição social e na sua relação entre as suas frações dispare. Os processos de mobilidade social são, por isso, veículos muito importantes para a recomposição de classes e, consequentemente, para a mudança social. É através das práticas sociais dos indivíduos e dos grupos que as estruturas e os processos sociais têm sido produzidos ao longo dos tempos. Contudo, o inverso também é verdadeiro. As mudanças nas estruturas também influenciam os percursos individuais e produzem novas formas de individualidade.

As transformações que se iniciaram com a revolução industrial e que se desdobram nos trâmites da modernização (inovação e racionalização tecnológica, flexibilização e outras mudanças no mercado de trabalho, mudanças nas estruturas de poder e de status, mudanças na produção científica, entre outras) vêm tendo incontáveis e incontornáveis consequências, que se traduzem em alterações nos modos e estilos de vida e na própria reflexividade em relação ao percurso pessoal dos indivíduos. Ou seja, com a modernização e as mudanças a ela subjacentes, as sociedades ocidentais tornaram-se mais instáveis e reflexivas.

Estas mudanças aumentaram o grau de risco e de insegurança das sociedades (Beck, 1992). Tais riscos e as inseguranças revelam-se perturbadores sobretudo porque abalam as estruturas clássicas ou tradicionais da sociedade industrial (como as classes, a instituição do casamento, as biografias individuais e o mercado profissional), as quais parecem ter sido diluídas, dando lugar a um indivíduo supostamente liberto de todas as amarras sociais (sobretudo as de classe e as de género), no sentido de uma sociedade mais individualizada.

Autores como Ulrik Beck (1992) e Bauman (2001) têm vindo a debater a ideia de uma crescente individualização nas sociedades ocidentais contemporâneas. Embora a individualização não esteja dependente da agência, enquanto móbil, é fortemente marcada por ela. A construção da trajetória e das redes sociais ao longo da vida é um projeto que se inscreve dentro de determinadas circunstâncias estruturais, tais como a instituição educativa, o mercado de trabalho, etc. Por isso, as alterações nas conjunturas estruturais, como por exemplo as ocorridas com a crescente representação da mulher no mercado de trabalho, de certo modo vêm complexificar não só os papéis sociais como as exigências a eles atribuídas. Isto faz com que, no ideário de felicidade atingível no curso de vida, se acumulem tensões nas duas grandes dimensões da vida social: a esfera profissional e a esfera doméstica e afetiva, num esforço para equilibrar as exigências da vida profissional com as da vida familiar ou doméstica.

O processo de individualização da sociedade passa assim pelo próprio processo de individualização pessoal, na medida em que o indivíduo, ainda que impulsionado pelo recorte socio-económico e pelo seu contexto de origem, se vê motivado para a procura da sua independência e passa a ser o centro das atenções (tanto pessoais como da sociedade) ou, como diria Beck (1992), a unidade de reprodução do social. A família de origem deixa de ter importância enquanto grupo de dependência e dá margem a que nasça uma identidade individual, um “eu” mais voltado para si próprio (Mitterauer, 1992). Podemos assim dizer que também o processo de individualização engloba duas dimensões distintas, mas ainda assim correlacionáveis: a dimensão individual ou circunstancial e a dimensão coletiva ou institucional.

Com a globalização e os novos avanços tecnológicos, a distância entre as pessoas e o conhecimento das coisas tendem a ser cada vez mais curtos, e o indivíduo tem aos seus pés não só uma maior informação como novas formas de comunicar, pensar e agir. Ou seja, as relações tornam-se cada vez mais dinâmicas e as fases da vida cada vez menos delimitáveis. Na sociedade individualizada, o indivíduo tem mais capacidade de agir à distância e por isso tem mais poder (Bauman, 2001). Estas mudanças também se traduzem numa maior mobilidade (sobretudo em termos relacionais e laborais) durante o ciclo de vida.

Beck (1994)³ assinala que os sistemas de ensino e mercado de trabalho exigem flexibilidade e que a mobilidade durante a trajetória de vida é um aspeto fundamental do conceito de individualização, evidenciando também o processo de escolhas a ele inerente. No entanto, é preciso salientar que as sociedades ocidentais contemporâneas estão tendencialmente voltadas para modelos sociais que prolongam as dependências familiares e económicas através do aumento da escolaridade obrigatória e da precarização das condições de trabalho dos jovens (Mitterauer, 1992). A transição para a idade adulta mostra-se cada vez menos linear. O processo de individualização tanto dilata quanto limita as possibilidades de agência dos indivíduos, pois, ainda que os padrões tradicionais pareçam agora obsoletos e os indivíduos se vejam mais libertos do jugo familiar e de classe, estes desenvolvem novas dependências e padrões, ajustados à lógica do mercado de trabalho, das qualificações e do consumo.

Ulrich Beck (1992) entende que, na modernidade reflexiva, a dimensão de classe e as desigualdades foram reconfiguradas. Com a insegurança e o risco, a mobilidade tanto pode ser ascendente como descendente, o que tende a afetar sobretudo os mais pobres, as mulheres, os estrangeiros, os jovens, as pessoas com baixas qualificações, enfim, as camadas mais vulneráveis da sociedade, piorando as suas condições e oportunidades de vida. Ao mesmo tempo que as estruturas sociais institucionalizadas tendem a conservar

³ No estudo *Riskante Freiheiten – Gesellschaftliche Individualisierungsprozesse in der Moderne* realizado em conjunto com Elisabeth Beck-Gernsheim. Citado por Vera Herweg Westphal em “A Individualização em Ulrich Beck: análise da sociedade contemporânea”, *Emancipação*, Ponta Grossa, 10(2): 419-433, 2010. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>

a realidade social, mantendo os privilégios para as classes mais altas e reproduzindo as desigualdades, os casos de sucesso ou de mobilidade ascendente legitimam essas desigualdades, levando a crer que o insucesso é fruto da individualização dos riscos sociais, ou seja, do destino pessoal. Assim, instituições como a escola, pretensamente promotoras de equidade social, podem ser agentes de camuflagem e legitimação das desigualdades.

No próximo capítulo, que incidirá diretamente sobre a categoria social que é objeto desta tese, a dos descendentes de imigrantes, veremos como diferentes esferas do social, como são a família, a escola e o mercado de trabalho, se relacionam com os processos de mobilidade social destes jovens.

2. JOVENS ADULTOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES E PROCESSOS DE MOBILIDADE SOCIAL

2.1. JOVENS DESCENDENTES DE IMIGRANTES E MOBILIDADE SOCIAL: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Os estudos sobre a mobilidade social das minorias de origem imigrante encontram-se ainda pouco desenvolvidos em todo o mundo e são deveras escassos para o contexto português. Ainda que possamos mencionar as pesquisas desenvolvidas nos EUA sobre os filhos de imigrantes de origem latina e mexicana (Ogbu, 1992; Gándara, 1995; Fejgin, 1995; Suárez-Orozco e Suárez-Orozco, 1995; Rumberger e Larson, 1998; Zhou e Bankstoon, 1998; Portes, 1999/2001), ou as pesquisas sobre as minorias de origem imigrante, sobretudo turca, argelina e magrebina, desenvolvidas nos países francófonos (Abu Sada e Milet, 1985; Minces, 1986; Zeroulou, 1988; Laacher, 1990/1995; Manço, 1998/1999; Santelli, 2001), e possamos destacar os recentes estudos de Machado (salientando em particular Machado e Abranches, 2005; Machado, Matias e Leal, 2005; e Machado, 2008), Seabra (2008) e Roldão (2015) para o contexto português, é inegável a necessidade de aprofundamento e de divulgação dos estudos neste âmbito específico.

Contudo, a produção académica a nível internacional sobre as temáticas relacionadas com a chamada “second generation” é já muito considerável e diversificada, pelo que seria impossível listar aqui todos os contributos existentes. Esta é uma temática muito complexa e nem sempre é possível chegar a consensos. A discussão em torno desta matéria encontra-se, por isso, ainda em solo muito instável. Contudo, alguns estudos são já muito aclamados neste meio (sobretudo os oriundos dos EUA, que têm já uma tradição mais arreigada na discussão destas matérias). Ainda assim, no que toca à mobilidade social, intergeracional e de sentido ascendente, a produção também não é

muita nem conclusiva. Desta forma, tentar-se-á dar aqui uma visão abrangente das questões desenvolvidas em alguns dos estudos de referência mais recentes sobre este assunto.

Primeiramente, faz-se necessária uma breve introdução ao conceito de “descendentes de imigrantes”. Apesar de a nomenclatura parecer óbvia, a terminologia utilizada no meio académico nem sempre foi esta e ainda não o é de forma exclusiva.

Em Portugal, devido às circunstâncias que envolvem estes grupos, a designação mais utilizada foi durante muito tempo a de “segunda geração de imigrantes”¹ (ainda em uso, mas fortemente contestada). Esta designação pretendia dar conta da realidade dos filhos de imigrantes nascidos ou criados nas sociedades de acolhimento. Já na Europa, o termo inicialmente utilizado foi o de “filhos de imigrantes”, o qual estava em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e os seus projetos de integração escolar destas comunidades (Albuquerque, 2008). Contudo, assim como aconteceu nos países francófonos (os quais utilizam denominações outras, tais como “génération zéro”, “nouvelle génération”, “jeunes immigrés”, “enfants d’ immigrés” ou ainda “jeunes issus de l’ immigration”), várias foram as propostas que surgiram no contexto português: “novos luso-africanos” (Machado, 1994; Contador, 1998), “jovens negros em Portugal” (Vala, 2003), entre outras, mas todas com um certo grau de incapacidade de explicação da vasta e complexa profusão cultural e identitária deste grupo social. A verdade é que a sua denominação advém da necessidade de ajustamento à realidade através da categorização e da concetualização da mesma, sem negligenciar a dupla referência, as especificidades dos grupos e a heterogeneidade das situações (Abu Sada e Milet, 1986).

¹ Esta designação pressupõe que os filhos de imigrantes têm a mesma condição dos pais, o que não é de todo verdade. Os filhos de imigrantes muitas vezes já nasceram no país de acolhimento e não tiveram relação nenhuma com o processo de imigração. Por isso, tal designação acaba por também excluir estas comunidades de uma realidade mais abrangente que é a da pertença à cidadania portuguesa. Sendo-lhes atribuída a condição de estrangeiros, são-lhes também negadas as condições de nacionais e por isso as suas oportunidades ficam mais limitadas. Como diz Rosana Albuquerque (2008): “Sinteticamente, a noção de “segunda geração” não tem sido poupar a críticas por não traduzir correctamente, ou reduzir a uma falsa homogeneidade, a diversidade de perfis sociais e culturais e de trajectórias migratórias dos filhos de imigrantes (Carreira, Tomé 1994: 156; Machado, Matias 2006b: 5-10; Rocha-Trindade et al. 1995: 50); por pressupor “uma espécie de reprodução social mecânica” entre o estatuto social desfavorecido da primeira geração e o dos filhos e omitir ou desvalorizar os contrastes entre eles (Machado 1994: 120); ou ainda por conduzir à estigmatização (Rea 1992: 164)”.

Estas categorizações funcionam, contudo, como projeções mentais da realidade, e não como realidade em si mesma. Quer isto dizer que, apesar de o objeto conceitual estar bem definido, a nomenclatura por vezes não é suficiente para abranger a sua especificidade, levando ao risco de categorizações excludentes ou discriminatórias.

No presente texto optou-se pelo conceito de “descendentes de imigrantes” por se entender que esta terminologia é a mais indicada para conciliar a herança imigratória com a diversidade de percursos e pertenças identitárias destes jovens no espaço social de acolhimento dos seus pais (para a maioria, o seu país de nascença), sem dela sobrevir nenhum prejuízo para os mesmos (discriminação, subvalorização, entre outros). No sentido de que o olhar sobre este grupo específico e a sua análise sejam em tudo mais abrangentes, esta denominação impede também

“a particularização da geração filhos, uma vez que, no caso de um fluxo migratório que se estenda ao longo dos decénios, por via de sucessivas chegadas ao país receptor, nele coexistirão filhos, netos ou bisnetos dos imigrantes de primeira geração: nesse contexto haverá lugar a considerar-se a existência de um **continuum** de gerações, englobando imigrantes propriamente ditos e todos os seus descendentes” (Rocha-Trindade et al., 1995: 50; citado em Albuquerque, 2008: 28; em negrito no original)

Embora, atualmente, os estudos sobre mobilidade social ainda estejam muito centrados em diferentes teorias de ligação com o sistema de estratificação ou de classes (os quais dão um maior ênfase à classe como fator explicativo), estudos sobre descendentes de imigrantes desenvolvidos nos EUA difundiram novas abordagens teóricas que defendem um papel reduzido dos efeitos de classe nos percursos de sucesso, explorando outros fatores como a cultura ou a etnia para tentar encontrar as causas das desigualdades de mobilidade.

Analizando as diferenças entre os filhos de imigrantes asiáticos e imigrantes europeus que obtêm elevado nível de sucesso (muitas vezes até mais elevado do que o dos autóctones) em comparação com os filhos de imigrantes mexicanos e latinos, os quais estatisticamente estão vinculados ao insucesso, surgiram teorias de índole sociocultural que anteviam possibilidades para a origem deste fenômeno. Dando-se conta de que o insucesso desses grupos continuava a existir ainda que as condições de

classe fossem controladas ou desaparecessem, surgia a hipótese de a questão do sucesso estar relacionada com fatores culturais e com o contexto de receção no país de acolhimento.

Ao contrário dos pais (imigrantes) que possuíam uma dupla referência (o contexto de origem e o contexto de imigração), os filhos de imigrantes que tinham baixo nível de desempenho não se apercebiam da sua situação como melhor do que a situação do país de origem dos pais e adquiriam a consciência de que eram marginalizados em comparação com a cultura dominante. Ogbu (1982) centrou-se na problemática da descontinuidade cultural das populações imigrantes para justificar as diferenças em termos de sucesso. Segundo o autor, as regras de interação e comunicação, as competências sociais, as regras de comportamento direcionadas para o sucesso e as competências cognitivas adquiridas são alguns dos fatores culturais que podem constituir barreiras a trajetórias de sucesso escolar e profissional. Aprimorando esta teoria, em 1992, este mesmo autor distinguiu entre minorias voluntárias e involuntárias, sendo que as primeiras teriam chegado aos EUA de forma voluntária com o intuito de melhorar de vida (como os asiáticos e os europeus), e as segundas de forma involuntária, trazidas contra a sua vontade em casos de imigração forçada (mexicanos) ou de dominação (afro-americanos). Devido ao contexto histórico inerente a cada minoria e às suas características culturais, estes dois tipos de minorias iriam deste modo ser recebidos de modo diferente no país de acolhimento. Logo, teriam também diferentes trajetórias de integração e de sucesso ou insucesso, sendo que as minorias voluntárias e os seus descendentes estariam tendencialmente mais votados à mobilidade ascendente e ao sucesso. Porém, as diferenças entre estes dois tipos de minorias não se extinguem aí. Segundo o autor,

voluntary and involuntary minorities differ not only in initial terms of incorporation in to american society but also in their cultural models of what it means to be a minority, how to get ahead, and the role of education in getting ahead in the United States (Ogbu, 1992: 292).

Ogbu atribuiu as desigualdades no desempenho escolar das minorias a dois fatores específicos: o sistema e as “forças comunitárias” (i.e. modelos culturais e respetivas respostas, o nível de confiança nos sistemas de ensino controlados pela maioria e as

suas crenças nas sanções culturais de diferenças culturais e linguísticas) (Ogbu, 1992/1998). Como refere o autor:

the first is their own responses to their history of incorporation to the U.S. society and their subsequent treatment or mistreatment by white Americans. The second is how their responses to that history and treatment affect their perceptions of and responses to schooling. (Ogbu, 1998: 158)

O autor viu as minorias como autónomas, capazes de intervir e interpretar, e não como vítimas indefesas, dando importância ao carácter estratégico e motivacional (a agência) das minorias de origem migrante. Considerou, por isso, que era preciso examinar os contextos históricos e estruturais destas situações. O mesmo sublinha Lucinda Platt (2003), a qual refere ser necessário reconhecer a agência dos indivíduos nos percursos de mobilidade social. A autora mostra-se preocupada com a concretização das aspirações dos pais imigrantes em relação aos seus filhos, com o modo como isso acontece e se efetivamente acontece.

Para Portes e Macleod (1999) estas desigualdades entre as minorias (incluindo o facto de ainda haver casos de ilegalidade entre os imigrantes) são muito importantes nas trajetórias de mobilidade. Os autores atribuem o sucesso educacional dos filhos de imigrantes nos EUA aos seguintes fatores: capital humano e capital social, redes familiares e modos de incorporação. A análise de percursos de mobilidade social deve então abranger estas esferas e articulá-las para um maior aprofundamento do seu conhecimento.

Alejandro Portes refere também que a “nova segunda geração” pode percorrer três trajetos alternativos. Um deles é o que corresponde ao padrão homogéneo tradicional de progressiva aculturação e integração na classe média branca; o segundo é o oposto do anterior e conduz, por via de mobilidade social descendente, à pobreza e à diluição na subclasse autóctone; o terceiro é o da mobilidade ascendente através da preservação da solidariedade comunitária das populações imigrantes (Portes, 1999: 101).

Já Zhou e Bankston (1998) defendem que o problema está na aculturação rápida das minorias, uma vez que os filhos de imigrantes que mantêm as raízes da cultura da sua família (como os asiáticos) têm melhores resultados, opinião esta partilhada por alguns

outros autores (Lebon; 1983; Koot e Rath; 1987; Liebkind; 1989; citados em Manço, 1998). Estes estudos valorizam, assim, mais do que a condição de classe, os valores culturais, as restrições estruturais e a receção no país de acolhimento.

Do mesmo modo, começa a surgir nos nossos dias uma vertente que reivindica um outro olhar sobre a mobilidade social das minorias étnicas (em especial dos negros), mais ligada às desigualdades promovidas por questões étnicas do que pelo sistema de classes.

Estudos realizados com a população negra brasileira revelaram que estes casos excepcionais, outrora utilizados para confirmar a teoria de uma sociedade estratificada por classes (enfatizando assim a existência de preconceito de classe² e não de preconceito racial), seriam a prova de que as desigualdades se estabelecem ao nível da classe e não da etnia ou da raça. Contudo, mais tarde, alguns investigadores sugeriram que no contexto brasileiro a “democracia racial”³, tida como uma verdade quase absoluta, não era mais do que uma fachada para um preconceito velado que funcionava como barreira social no acesso a posições mais altas na hierarquia social. Esses casos de exceção seriam apenas isso: exceções relativamente a uma maioria mantida em condições sociais mais baixas, “desfavorecidas”.

Na Europa, e em particular nos países francófonos, os estudos das minorias de origem migrante estiveram, desde a década de 70, sempre muito ligados à preocupação com a (des)igualdade de oportunidades e a teorias de integração social e de identidade. Tendo por base o *motto* nacional francês “liberté, égalité, fraternité”, os estudos realizados neste âmbito procuram evidenciar como a mobilidade social dos descendentes de imigrantes é bloqueada, o que muitas vezes se traduz em reprovação, abandono escolar (Mince, 1986), em agravamento do fenómeno do desemprego (Abu Sada e Milet, 1986) e numa falta de coesão social (Manço, 1999).

Já em Portugal, embora esta tenha sido uma tendência iniciada ainda bastante cedo (tendo em conta a recente história da Sociologia portuguesa) e tenha conseguido obter

² Ver Donald Pierson (1945), *Negroes in Brazil*.

³ Ver Thales de Azevedo (1996), *As élites de cor numa cidade brasileira*.

bastante atenção por parte dos estudos realizados, a temática dos descendentes de imigrantes está ainda muito pouco desenvolvida, sobretudo no que diz respeito à mobilidade social. Na verdade, os estudos neste sentido são quase inexistentes. A questão das novas gerações de descendentes de imigrantes gera ainda muita controvérsia, que vai da designação dos mesmos até ao seu papel identitário dentro da sociedade portuguesa.

Num estudo realizado em 2005 por Machado e Abranches sobre os percursos profissionais de imigrantes hindus e cabo-verdianos, os autores observam que, enquanto os imigrantes hindus conseguiram fundar empresas a partir das suas redes étnicas (o que lhes possibilitou uma integração significativa), se bem que de certa forma confinados ao setor do comércio e serviços, os cabo-verdianos, por seu turno, continuam a lutar contra a precariedade laboral, mesmo após permanência duradoura em Portugal, tendo por isso um histórico de mobilidade ascendente substancialmente menor do que o dos hindus. Assim, os autores chegam à conclusão de que estes dois grupos sociais estão condicionados por “caminhos limitados de integração social”, conclusão essa que parece ser a «palavra de ordem» de outros estudos desenvolvidos sobre os imigrantes e os seus descendentes.

Já Marques e Martins (2005), examinando os processos de mobilidade dos imigrantes e as recomposições sociais a eles inerentes, chegam a uma conclusão de pendor classista. Para os autores, tanto jovens descendentes de imigrantes como jovens imigrantes e jovens portugueses são todos eles afetados mais pela sua condição socioeconómica do que por fatores culturais ou étnicos. Assim, a condição socioeconómica afeta a possibilidade de aquisição de recursos e por isso é a grande causadora das desvantagens sociais e dos contextos de exclusão. As limitações à integração social dos imigrantes parecem, deste modo, estar indissociavelmente ligadas à sua condição socioeconómica desfavorecida.

No mesmo sentido vai também o estudo realizado no mesmo ano por Machado, Matias e Leal (2005). Com base no primeiro inquérito extensivo sistemático aos jovens descendentes de imigrantes africanos em Portugal, e tentando perceber as dinâmicas de

integração ou exclusão, bem como o sentimento de pertença destes jovens comparando-os com os seus pais e com os jovens portugueses em geral, os autores apontam para a existência de semelhanças nos percursos escolares quando as variáveis (nível de escolaridade, origem social e género) são controladas. Deste modo, os autores comprovam a tese de que o insucesso escolar dos jovens descendentes de imigrantes africanos se deve sobretudo à condição social das suas famílias, reduzindo assim o papel da cultura no que concerne as desigualdades escolares, ressalvando contudo a necessidade de uma análise multidimensional cuidadosa.

Por sua vez, Carneiro (2006), tentando classificar a mobilidade social de imigrantes no período inicial após a sua chegada a Portugal e ao longo da sua permanência no país, chega à conclusão de que a primeira inserção profissional dos imigrantes é tendencialmente dividida entre dois polos opostos: o da não qualificação e o da especialização, embora com uma grande desadequação na correlação entre qualificações e o cargo a exercer. Contudo, segundo o autor, inicialmente tende a haver uma desqualificação em relação ao estatuto socioprofissional detido pelos imigrantes no país de origem, a que se segue uma ascensão social que varia sobretudo em função da nacionalidade dos imigrantes. Segundo os dados analisados pelo autor, os imigrantes da Europa de Leste e da China eram os que tinham uma evolução mais célere no que diz respeito à sua mobilidade ascendente. À semelhança da teoria da incorporação laboral de Portes, estes dados mostram a relevância da proveniência dos imigrantes na sua relação com o mercado de trabalho.

Em “Os filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajetos”, estudo realizado em 2008, Fernando Luís Machado refere que “as pesquisas realizadas mostram que muitos imigrantes, apesar de trajectos longos, têm uma mobilidade profissional limitada, que os mantém dentro dos segmentos laborais menos valorizados, embora com algumas mudanças de ramo e alguma melhoria das condições de trabalho” (2008: 129). Estes percursos são, por isso, marcados pela instabilidade e pela precariedade. A partir do estudo destes percursos, o autor desenvolve uma tipologia de quatro tipos de mobilidade: 1) mobilidade descendente; 2) mobilidade estacionária; 3) mobilidade entre categorias próximas; 4) mobilidade ascendente. No que diz respeito

à mobilidade ascendente de filhos de imigrantes africanos, o autor refere que esta se caracteriza sobretudo por uma maior representação feminina, uma elevada escolaridade e uma evidente proeminência do fator “detenção de nacionalidade portuguesa”.

No mesmo ano de 2008, Teresa Seabra estudou, na sua tese de doutoramento, as desigualdades de resultados escolares, dando particular atenção aos alunos descendentes de indianos e de cabo-verdianos no ensino básico. A autora chega à conclusão de que, quando homogeneizadas as propriedades sociais da família, existe uma forte correlação entre as condições sociais das famílias dos alunos e o seu desempenho escolar, independentemente da pertença dos alunos à maioria ou a minorias específicas. Para além disso, definindo três perfis⁴ sociais distintos das famílias (i.e. *apoiado*, *esforçado* e *desamparado*), a autora estabelece uma correspondência entre o quotidiano familiar, as expectativas dos pais e os resultados escolares dos filhos, dando especial destaque à composição do agregado familiar. As aspirações escolares, os comportamentos conformes às normas escolares e a discriminação em função do fenótipo são outros fatores de grande relevo nos percursos escolares. No caso dos descendentes de imigrantes, as práticas que reforçam a normatividade e a autoridade dos pais parecem ser um ponto fundamental, uma vez que à condição de jovens estudantes se aliam fatores desvantajosos relacionados com o que Ogbu (2003) chamou de “forças comunitárias”: modelos culturais ambivalentes, referências culturais e linguísticas múltiplas e por vezes contraditórias, desconfiança em relação à escola e à sociedade de acolhimento em geral, estratégias educacionais não conformes à norma e uma profusão identitária que os torna alvos mais frágeis de discriminação ou exclusão.

Podemos assim concluir, com base nos estudos apresentados, que em Portugal a perspetiva mais acatada tem um forte pendor classista, ainda que se considere a relação do fator “classe” com fatores outros de cariz cultural. Os imigrantes e os seus descendentes (sobretudo os de perfil desfavorecido) percorrem tendencialmente

⁴ Seabra (2008) destaca três perfis distintos para o modo como o quotidiano das famílias está intrinsecamente relacionado com os resultados escolares: o *apoiado*, para os que usufruem de sucesso; o *esforçado*, para os que resistem apesar de terem pais com pouca escolaridade e baixas expectativas escolares; e o *desamparado*, o mais desfavorecido de todos, marcado pela repetência, a instabilidade familiar e falta de recursos e expectativas.

“caminhos limitados de integração social” que são fortemente afetados pela condição socioeconómica da família de origem e que variam consoante a sua nacionalidade ou natureza seletiva⁵ (Feliciano, 2005) e o nível de escolaridade. Fatores como o género, a composição do agregado familiar, as aspirações e expetativas (dos pais, dos alunos e dos professores), a manutenção da autoridade parental e a detenção de nacionalidade portuguesa parecem ser também essenciais no estudo da mobilidade social deste grupo social.

Uma outra questão que está sempre presente, mas que não é tratada por todos com a mesmo grau de importância, é a questão da etnicidade e da discriminação, ou do racismo, como impedimento ou bloqueio estrutural à movimentação em sentido ascendente. Embora a tendência dos estudos internacionais já vá muito no sentido de assumir de forma assertiva a acuidade deste fator nas trajetórias de mobilidade, no contexto nacional ainda se fala muito timidamente sobre a questão e normalmente atribui-se-lhe um plano secundário ou residual em termos de relevância analítica.

⁵ Segundo Cynthia Feliciano (2005), a natureza seletiva da imigração contribui para a desigualdade entre as diferentes comunidades imigrantes. Esta seleção diferencial, que sublinha a divergência entre os percursos dos imigrantes e os dos não-migrantes, manifesta-se consoante a nacionalidade. Ou seja, a diversidade de percursos que se pode encontrar entre as diferentes comunidades imigrantes e os seus descendentes tem uma forte relação com a sua nacionalidade de origem, a qual pode influenciar as suas oportunidades de sucesso, sobretudo a nível educacional e económico.

2.2. FAMÍLIA E MOBILIDADE

Segundo Smelser e Lipset (1966), as hipóteses de uma boa qualidade de vida estão intimamente ligadas à vantagem de se estar inserido num grupo social vantajoso, e não a características pessoais. A sociedade reside em valores, normas, prestígio e autoridade. Como as vantagens sociais tendem a ser hereditárias, as desigualdades sociais tendem a ser reforçadas ao longo das gerações. Os casos de mobilidade ascendente são considerados excepcionais porque quebram essa tendência, sobretudo quando falamos de mobilidade intergeracional de sentido ascendente e de longo alcance.

O estudo da mobilidade intergeracional tem um carácter fundamental no que diz respeito aos estudos sobre mobilidade social em geral, uma vez que tendencialmente as análises de classes costumam recair sobre o posicionamento dos pais como fator determinante na posição de classe dos filhos. No entanto, quando estes estudos têm como objeto as populações desfavorecidas, essa necessidade ganha uma importância acrescida. Isto porque não é possível estudar e compreender em profundidade estes grupos sem perceber se se movimentaram de maneira diferente daquela dos seus pais, se conseguiram alterar o seu status económico. O estudo da mobilidade intergeracional, nestes casos, é crucial para averiguar até que ponto existe equidade na distribuição de recursos na sociedade, até que ponto as barreiras de classe ou outras são transponíveis para aqueles que se encontram à margem, e como essas situações podem, de alguma forma, ser antecipadas ou modificadas.

A família de origem é uma instituição muito importante em todo o processo rumo à mobilidade social ascendente. Ela é a grande responsável pela socialização primária. É no seio da família que se aprendem as normas informais e se modela o comportamento do indivíduo. Aqui se aprendem os papéis que mais tarde servem de modelo à ação de forma a manter uma sociedade ordenada. É por isso que também é no seio da família que se aprendem as regras de bom comportamento e o respeito pela autoridade. A família orienta a primeira visão do “eu”, do mundo e da vida, por isso, ela é crucial na reprodução ou na modificação de padrões e de desigualdades:

Sabe-se que, para o mesmo meio e condição social, pode haver variações consideráveis nos estilos educativos das famílias, e esse factor pode alterar completamente as possibilidades dos filhos. Essas normas e práticas podem amenizar os constrangimentos de ordem económica e torná-los menos decisivos (como no caso dos pais que investem fortemente na mobilidade social das crianças) ou podem agravá-los, quando significam desorientação e desregramento (Machado e Silva, 2009: 10).

Pari passu com as mudanças estruturais, vão também as mudanças de valores e as mudanças no seio familiar que se traduzem em “processos de “desorganização familiar” potencializadores da persistência e da transmissibilidade das características de pobreza e exclusão” (Garcia et al., 2000: 205).

Ao longo dos tempos, surgiram mudanças sociais importantes que implicaram alterações muito significativas na família, como por exemplo o casamento por amor que resultou num modelo de família mais afetivo, o uso do contracetivo, que possibilitou um adiamento da maternidade, a entrada da mulher no mercado de trabalho, que fez com que a condição de classe das mulheres mudasse e as dinâmicas familiares fossem revistas e alteradas (sobretudo no que concerne a divisão doméstica do trabalho e ao cuidado com as crianças), o aumento da taxa de divórios, a proliferação das famílias monoparentais e suas consequências (mesmo a nível de políticas estatais), entre outras.

Várias são as perspetivas e as teorias sobre a família, mas em geral a maioria delas tende a encontrar benefícios para os seus membros. Segundo a visão funcionalista, a família moderna (industrial e pós-industrial) tem interesse sociológico na medida em que se estabelece como um dos grandes fatores que contribuem para a existência da sociedade e da ordem social. Contudo, Parsons (1959) sublinha que a família tem vindo a perder a sua funcionalidade, exceto em dois aspetos fundamentais: a socialização primária e a estabilização das personalidades adultas. Segundo este autor, a família tem um papel fundamental na motivação para o sucesso através de educação para a autonomia, da valorização do aproveitamento escolar e da inculcação de expectativas e aspirações. No entanto, para alguns autores, como Bryan Wilson, a família tornou-se demasiado afetiva, e isso, assim como o aumento da escolaridade obrigatória, faz com que os filhos fiquem dependentes dos pais durante mais tempo. Ainda assim, o facto de os pais se dedicarem de forma mais afetiva à vida dos filhos e de participarem mais

(sobretudo no que diz respeito à educação escolar, auxiliando no estudo e monitorando a disciplina) beneficia muito o percurso deles.

Outras teorias, estas menos abonatórias da família, tendem a centrar-se nas disfunções familiares. Marx e os seus seguidores procuravam ver a família como produto dos intentos capitalistas e sem autonomia para gerir os seus próprios interesses. Assentando na teoria de Engels da transmissão da propriedade de forma hereditária como base para o casamento (para assim estar garantida a sucessão consanguínea), os marxistas concebem a família como uma ferramenta do estado destinada a conservar os benefícios de alguns. Através da família, o estado conseguiria controlar e limitar a liberdade individual, ao mesmo tempo que reproduzia facilmente a ordem estabelecida de geração em geração, uma vez que a classe dominante detinha o poder e consequentemente explorava e manipulava as outras classes.

Já as teorias feministas, essas centram-se mais na opressão das mulheres e nas desigualdades de género perpetuadas pela família. Nesta vertente, as mulheres são exploradas pelos homens. O poder é masculino e o trabalho explorado é o trabalho doméstico feminino, o qual nem sequer é remunerado. Algumas vertentes mais radicais chegam a propor a tese de que a família beneficia somente os homens, que, por esta via, exploram as mulheres, tornando-as física e mentalmente doentes (aludindo naturalmente a abusos e a violência doméstica).

A família revela-se, portanto, como fator primordial no processo de mobilidade social ascendente. Dela dependem não só o processo de socialização na infância e ao longo da vida como também a aquisição de capitais, como Bourdieu referiu nos seus estudos. Pensa-se que sobretudo os capitais económico e cultural dos pais têm grande influência nos percursos de mobilidade ascendente dos filhos. “Parent’s social class tends to have an influence on children’s occupational outcomes” (Platt, 2003: 5). O capital económico está de alguma forma assegurado legalmente pela transmissão de bens de pais para filhos e pelo investimento destes na supressão das necessidades dos mesmos. E a correlação entre a transmissão do capital cultural e as qualificações dos pais também é imediata. Se a família possuir ambos os capitais, a reprodução das suas

condições está, portanto, quase infalivelmente assegurada. Se apenas possuir capital económico, o indivíduo poderá ter um maior acesso ao capital cultural, frequentando boas escolas, estando exposto ao conhecimento das artes e a viagens de lazer.

Mas o que é que acontece nos casos das famílias desprovidas de capital económico? Este é o caso da maioria dos imigrantes que chegam aos países de acolhimento em busca de melhores condições de vida. Quer a sua deslocação tenha sido causada por motivos laborais, profissionais ou de refúgio (Pires, 1993), o capital económico é normalmente muito escasso nestes casos, o que coloca estes indivíduos numa situação de dupla desvantagem. Isto faz com que todos os outros capitais sejam colocados em risco. Contudo, se se pensar nos imigrantes de Leste, muitas vezes esta afirmação não chega a ser totalmente verdadeira. Estes imigrantes costumam possuir muitas qualificações (capital cultural incorporado ou institucionalizado), apesar de imigrarem para ocupar os cargos denominados de *3D (dirty, demanding and dangerous)*. Acontece que o capital cultural que possuem ajuda a que os seus filhos desenvolvam mais as suas capacidades e tenham maiores ambições para o seu futuro, sendo a falta de capital económico a grande barreira a ser ultrapassada. Como o desempenho futuro está relacionado com o investimento na educação, e, por sua vez, este investimento depende da capacidade do indivíduo e dos recursos materiais dos pais, isto faz com que muitas vezes tal investimento esteja em perigo.

Pensa-se que a socialização primária (enquanto inculcação de normas e aspirações por parte dos pais), a autoridade familiar na restrição de comportamentos negativos (sanções) e a instituição de modelos ou rotinas de trabalho (disciplina) são fundamentais para que os filhos desenvolvam as características necessárias para ter sucesso na vida. As estratégias educativas dos pais, quando associadas ao investimento escolar, nomeadamente através do apoio escolar nos trabalhos de casa, da participação na escola, do encorajamento, de conversas entre pais e filhos sobre a situação e o futuro, de atividades lúdicas de desenvolvimento da literacia e do controlo das sociabilidades, pode contribuir imensamente para percursos bem sucedidos (Roldão, 2015). A cultura do trabalho árduo, do respeito pela autoridade e da valorização da educação incutida pelos pais pode ser vista como resposta a caminhos bloqueados.

Em *Tableaux de Familles*, Bernard Lahire centra-se na ordem doméstica, na autoridade dos pais e nas suas estratégias; no capital económico; e sobretudo nas capacidades relacionadas com a escrita como sinais externos de modos de incorporação de disposições, de traços mentais reveladores de estruturação interna. Segundo o autor, uma das conclusões a que se pode chegar é a de que os percursos de contratendência são beneficiados pela existência de estabilidade e apoio familiar, quer ao nível das condições económicas (pais com emprego fixo, com um salário capaz de suprir as despesas básicas, incluindo aqui as despesas com material escolar e algum extra não supérfluo); quer ao nível da transmissão de disposições necessárias para uma boa integração no mundo escolar (ascéticas, de organização temporal e espacial, de gestão de recursos, de disciplina, etc.).

Bernard Lahire refere-se à “ordem material doméstica” (organização no seio familiar: disciplina de horários, arrumação dos códigos, rotinização de tarefas domésticas como as limpezas, entre outras) e à “ordem moral doméstica” (respeito pela autoridade dos pais e dos professores, valorização do bom comportamento quer em casa quer na sala de aula, sanções aplicadas ao desrespeito de regras) como formas de transmissão de disposições muito úteis para percursos de sucesso escolar e ocupacional, pois incentivam o esforço e a dedicação a projetos, bem como um sentido de responsabilidade e de dever que servem de orientação para o futuro.

O capital cultural também tem grande importância nesta obra. A leitura e a escrita nas suas diferentes formas (quer seja revistas, livros, apontamentos, diários, notas ou outros), enquanto hábitos familiares, adquirem grande relevância na medida em que se traduzem também numa certa reflexividade. Isto porque, para além de desenvolverem o gosto pelo conhecimento, se tornam também muitas vezes instrumentos de auto-reflexão e de conhecimento sobre o mundo, mantendo uma atividade frequente e empenhada ao nível do cognitivo e não do prático.

As práticas diárias no seio da família, tais como a monitorização dos trabalhos de casa, o tempo que os pais passam com os filhos (sobretudo as mães), a existência ou

ausência de um local próprio para estudar em casa, os hábitos de leitura dos pais, etc., também são importantes.

Ogbu (2003) tentou perceber quais as estratégias educacionais utilizadas pelos pais e como estes implementavam as suas aspirações nos filhos, partindo do princípio de que o envolvimento dos pais na educação dos filhos, no ambiente familiar, exercia uma influência muito positiva. O autor chegou à conclusão de que, para o caso que estava a estudar (alunos negros de Shaker Heights, uma escola num bairro predominantemente habitado por brancos), existia uma boa performance escolar dos alunos porque os pais tinham expectativas altas em relação à sua prestação, apesar de muitas vezes não os acompanharem nas atividades escolares (reuniões de pais, eventos escolares, programas de apoio, etc). Não nos podemos esquecer de que as camadas mais vulneráveis da população tendem a ter uma elevada carga horária de trabalho e, por isso, muitos pais veem-se sem tempo para ajudar, acompanhar e motivar os filhos.

Obedecendo a esta lógica, o contexto social em que a criança se desenvolve (vizinhança, efeitos de bairro, cidade, etc.) tem também um papel fundamental no sucesso escolar e profissional dos imigrantes e dos seus descendentes. Por isso, uma das estratégias familiares para assegurar o sucesso dos filhos passa também pela escolha do local de residência e das escolas a frequentar.

Segundo Ogbu (2003), muitos pais preferem trabalhar mais horas e estar menos presentes na vida dos filhos para poderem dar-lhes a oportunidade de viver numa zona mais cara e estudar em escolas com mais prestígio, na tentativa de aumentar as probabilidades de sucesso. No entanto, acredita-se que, estando a sociedade contemporânea cada vez mais centrada no mundo profissional e sendo também as condições de trabalho um fator condicionante das rotinas diárias, os pais passam muitas horas fora de casa e boa parte do tempo das crianças é despendido em socializações secundárias em que os pares têm uma influência cada vez maior ao longo do percurso. Para além das “estratégias económicas e sociais dos imigrantes, nomeadamente em situações de crise, [tirarem] forte partido das redes de solidariedade que envolvem conterrâneos” (Malheiros e Vala, 2003:92), também os seus filhos podem usufruir de

um maior acompanhamento se as comunidades em que vivem preservarem valores comunitários de entreajuda (Portes, 1999). No entanto, quando a comunidade não tem laços fortes e espírito solidário, a socialização secundária pode estar entregue a modelos marginais e marginalizantes. Segundo Jenks e Mayer (1990), a influência dos pares nos percursos sociais produz efeitos que se traduzem em cinco grandes fatores a ter em conta: (1) os modelos centrados na importância dos pares; (2) o papel da vizinhança na socialização; (3) os modelos institucionais veiculados pelas outras instituições fora da família; (4) a absorção de valores negativos ou preconceituosos difundidos como modelo; (5) a competição entre pares por parcos recursos.

Em bairros sociais degradados, o fator comunidade ou vizinhança tem uma importância maior devido à segregação étnica e social a que os seus moradores estão expostos. “[...] residential segregation is the single most important barrier to the equal participation of minorities in the broader society end economy” (Hawley, 1944; Duncan and Lieberson, 1959; citados em Hirshman, 1982: 484). Aqui, as oportunidades são efetivamente bloqueadas pois reproduzem-se “processos de exclusão como o desemprego, a desvalorização de mecanismos de sociabilização formal como o ensino e o desenvolvimento de culturas da ilegalidade ligadas à droga, à violência e à criminalidade” (Malheiros e Vala, 2003: 92). Alguns autores (Kempen e Özüekren, 1998: 1632; Blom, 1999:228) consideram que “a concentração espacial dos imigrantes em determinadas áreas limita as suas possibilidades de participação na sociedade, na medida em que se reduzem os contactos com os autóctones” (Malheiros e Vala, 2003: 89). Para além disso, segundo estes autores, “isto revela-se particularmente desvantajoso em termos de acesso ao mercado de trabalho e de uma participação escolar bem sucedida por parte dos descendentes de imigrantes, que contribua para reforçar as trajectórias de ascensão social geracional” (Malheiros e Vala, 2003: 89).

Outro fator que parece ser muito importante é o da composição do agregado familiar. Comprovou-se que as crianças socializadas em família nuclear clássica ou intacta detêm mais oportunidades de sucesso do que as de famílias monoparentais ou recompostas. Segundo Portes e Rumbaut (2006: 251), “intact families can have a strong

positive influence on second-generation outcomes, including aspirations, self-esteem, and the likelihood of graduating from high school”.

Contudo, os filhos de imigrantes são condicionados por contextos essencialmente desestruturados e desestruturantes. “Crescer numa família imigrante foi sempre difícil, já que os indivíduos são assolados por exigências culturais e sociais enquanto enfrentam o desafio de entrar num mundo não familiar e frequentemente hostil” (Portes e Zhou, 1993, 75), mas, neste caso, é ainda especialmente difícil porque se sobrepõem questões outras como a estigmatização social em função da etnia e a consequente construção de estereótipos, bem como a precariedade em termos de capital social e económico. No entanto, o modo de pensar integracionista, em que apenas um dos lados tem a incumbência de se adaptar ao novo contexto (neste caso, o do país de acolhimento), está a cair em desuso. Os percursos dos imigrantes e dos seus descendentes nas sociedades de acolhimento já não podem ser vistos como uma estrada de uma só via, mas antes como um processo de interdiálogo entre aqueles que chegam e aqueles que os recebem.

2.3. ESCOLA E MOBILIDADE

Como já vimos anteriormente, a expansão do sistema de ensino advém de um contexto histórico em que se procurou adotar políticas igualitárias, no rescaldo de trabalhos (sobretudo *surveys*) realizados por sociólogos que compartilhavam esses ideais. Da década de 60 em diante, a ideia da democratização do ensino sofreu fortes ataques críticos, de onde veio a surgir também a teoria da reprodução social e correntes como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, entre outras. Ainda assim, a escola e os sistemas de formação alternativos são por excelência as instituições que possibilitam (mais facilmente) o acesso a trajetórias de sucesso por parte de jovens de meios populares desfavorecidos, sem outros recursos para o fazerem. Mas não nos esqueçamos de que:

a escola pode actuar em sentidos opostos; pode promover a integração e a mobilidade social desses jovens, neutralizando as suas desvantagens de partida, e a comprová-lo estão aqueles que atingem o topo das qualificações académicas partindo da base da escala social; mas pode simplesmente reproduzir as desigualdades sociais quando permite que o insucesso e o abandono precoce atinjam níveis sem paralelo em nenhum outro país europeu (Machado e Silva, 2009, p. 11).

Segundo Alejandro Portes (2006), também o sucesso escolar é promovido através de recursos que no futuro tragam acesso a bens económicos e a oportunidades de emprego, bem como os que reforçam o controlo normativo dos pais. É por isso que, como referem Bourdieu e Passeron (1964/1985), “para os estudantes da burguesia culta, a cultura está presente desde a infância”. Estes adquirem as disposições sem esforço aparente e integram regras do saber-viver e saber-pensar, pois ao longo de gerações essas mesmas disposições foram sendo reforçadas. Apesar disso, com a massificação do ensino, as classes mais altas foram obrigadas a investir mais fortemente na sua capacitação escolar para garantir a reprodução das suas condições nas gerações seguintes, uma vez que com o aumento da concorrência pelos diplomas e a consequentemente investida das classes médias em percursos de mobilidade ascendente, a pressão sobre estas se tornou maior. Porém, o aumento do acesso ao ensino das

populações desfavorecidas constrói-se como um fator ambivalente, na medida em que, se, por um lado, facilita a emergência de percursos de contratendência de sentido ascendente, por outro, também tende a desvalorizar os diplomas, o que por sua vez pode ser um fator retardador do efeito dessa conquista nos percursos destas populações. Quanto mais diplomas houver, menos correlação há entre o diploma e o cargo profissional, entrando em jogo outros fatores como o capital económico e o prestígio do candidato.

Basta olhar para um anúncio de oferta de emprego nos nossos dias para se perceber que os empregadores estão cada vez mais exigentes em relação aos perfis dos candidatos às vagas. Muitas vezes pedem qualificações bem acima das necessárias para o tipo de emprego oferecido, e isto porque a concorrência o permite. Como os jovens das populações mais desfavorecidas não têm como usufruir dos benefícios que o capital económico e o prestígio podem dar, acabam por estar de novo numa encruzilhada em que, apesar de possuírem diploma ou certificação escolar, continuam sem conseguir avançar, paulatinamente marginalizados.

Outro problema que se pode identificar é o problema da qualidade do ensino. Enquanto as classes mais altas têm possibilidade de escolher vias escolares socialmente mais prestigiadas (com mais qualidade de ensino, instalações de mais qualidade e diversidade de materiais escolares), o que muitas vezes está também diretamente ligado ao capital económico das famílias, as classes populares, sobretudo as de meios sociais desfavorecidos e marginalizados, são relegadas a escolas dos subúrbios, também elas socialmente marginalizadas e com poucos recursos, quer ao nível do ensino quer ao nível material. Uma escola equitativa deveria estar pensada de modo a permitir aos alunos ultrapassarem as suas dificuldades, dificuldades essas que vão muito além das suas capacidades de aprendizagem ou do próprio interesse pela escola (Minces, 1997: 210). Contudo, o sistema educativo vive ainda preso às lógicas americanas dos anos 50 da vulnerabilidade escolar (Forquin, 1982; Roldão 2015), em que o insucesso escolar é atribuído sobretudo a um handicap dos alunos (falta de capacidade de aprendizagem, falta de ambição, baixas expectativas e aspirações escolares). Nesta lógica, os segmentos mais afetados, nomeadamente as comunidades periféricas, instabilizadas e marginalizadas das classes populares (incluindo aqui os imigrantes e os seus

descendentes) veem-se relegadas para escolas suburbanas, pouco adaptadas aos novos públicos, onde encontram, para além de condições precárias, um corpo docente inexperiente e com baixas expectativas em relação aos alunos por não ter traquejo no trato com grupos de composição social e étnica diversificada e complexa (Mince, 1997: 201), bem como insatisfeito e instável, uma vez que estas escolas não são atrativas para os professores por frequentemente estarem degradadas e sobrelotadas (Gándara, 1995). Se, como refere Teresa Seabra (2008: 268),

o sucesso escolar aparece associado às condições sociais mais favorecidas, às famílias nucleares, aos pais que comunicam elevadas expectativas quanto à escolaridade a atingirem, à existência de apoio familiar à escolaridade, ao suporte quotidiano dos professores, à satisfação com a escola frequentada, à percepção de um ambiente escolar de tratamento equitativo, ao sentimento de agrado pelos professores e à forte adesão às normas escolares de comportamento,

então este tipo de situação configura um constrangimento de partida às oportunidades de vida, constrangimento esse que se traduz frequentemente em reprovação e abandono escolar precoce. Esta forma de exclusão é vista por Bourdieu (1992) como uma exclusão a partir do interior, porque estes jovens estão inseridos no sistema mas só gozam do mínimo do seu potencial. Sendo assim, não podemos falar de uma verdadeira democratização do ensino nem de uma sociedade meritocrática ou igualitária, mas antes de um reforço das desigualdades sob “uma aparência de legitimidade [da] seleção escolar” (Bourdieu, 1966: 59). Ainda que se recusasse até recentemente a ideia da dita “seleção” escolar, ela continua a existir e a favorecer as classes privilegiadas, em detrimento da promoção dos alunos pelas suas capacidades reais (Mince, 1997: 212).

Para Boudon (1981) os fatores que influenciam o sucesso escolar são sobretudo os ligados às origens sociais dos indivíduos: a categoria socioprofissional do pai, a política de educação vigente, o número de filhos em cada família, etc. Este autor sublinha que as famílias e os seus descendentes sempre investiram na educação calculando os riscos, os custos e os benefícios. Comparando o sistema de estratificação social ao sistema de estratificação escolar, o autor chegou à conclusão de que ambos estão relacionados através do nível de qualificação e da posição social de origem dos indivíduos (Boudon, 1981: 160). Segundo ele, estes dois fatores são o que diferencia os indivíduos na

estrutura social. Para compreender a mobilidade social é então necessário que se interrelacione a estrutura social, a estrutura escolar, o lugar de classe e as qualificações. O autor também atribui grande importância às expectativas, às escolhas e à herança cultural dos indivíduos no que diz respeito à agência.

Outros autores, como Chiswick (1978), dão importância a fatores negligenciados tanto pela teoria como pela empiria clássicas, como as aptidões linguísticas enquanto fatores de grande importância nos percursos de sucesso dos imigrantes no mercado de trabalho. Segundo este autor, os imigrantes falantes de espanhol (no caso, imigrantes mexicanos) tinham salários baixos devido a essa condicionante. No entanto, esta é uma assertão discutível, uma vez que o conhecimento de outras línguas pode ser valorizado em determinadas áreas de empregabilidade.

A este respeito, no contexto português, segundo Contador ((1998), os filhos de imigrantes africanos tendem a utilizar o crioulo como língua de calão suburbano, «autocongregadora de uma certa identidade do “microbairro”», que seria também para outros uma “reapropriação metafórica ou folclórica da cultura das origens alimentada pelo culto criado à volta de uma mítica identidade africana vivida de forma ficcional pelos filhos dos imigrantes africanos”, à semelhança do que aconteceria nos Estados Unidos com o Black English que se pode encontrar nas letras de *Rap*, o que levaria a formas de autoexclusão ou autofolclorização, e consequente simulação de pertença identitária.

Contudo, esta é uma afirmação que pode e deve ser contestada, uma vez que traduz um olhar sobre esta realidade que denota uma perspetiva estrangeira à cultura alheia, generalizadora, e em certa medida até preconceituosa. Se por um lado é verdade que o fenômeno do uso do crioulo fora da comunidade familiar tem necessariamente a ver com a reapropriação da identidade e cultura das origens, por outro lado ele também serve como ponto de ligação a uma realidade que é muito própria do ambiente de bairro vivenciado e que, de alguma forma, traduz, demarca e acentua a diferença, impõe muitas vezes pelo olhar dos que estão de fora dessa mesma realidade. Encravados entre a tradição e a modernidade, a continuidade e a mudança, estes jovens passam por transformações ocasionadas pelas pressões externas que vivem diariamente. Neste caso

é preciso ter em conta a imagem que os media e a sociedade passam dos bairros e a relação dessa imagem com estes fenómenos. Assim como nos Estados Unidos os habitantes de bairros sociais criaram os seus próprios mecanismos de defesa e valorização pessoal por oposição, também os jovens dos bairros portugueses se reveem nessa atitude e procuram adquirir uma identidade própria por identificação com a marginalização que sofrem no dia-a-dia. Chamar de folclorização e autoexclusão a este tipo de fenómeno é contribuir para a folclorização e exclusão em si mesma. Se pensarmos que os luso-descendentes que nascem em França ou os filhos de imigrantes açorianos nos Estados Unidos muitas vezes também já não conhecem, nem mantêm, nenhuma relação com Portugal, não falam português ou falam-no mal, mas frequentam associações portuguesas e mantêm determinadas tradições portuguesas mesmo sem o conhecimento da origem das mesmas, também estão num processo de folclorização e autoexclusão em relação à sociedade de acolhimento dos pais, então estaremos perante um fenómeno idêntico, que nada tem a ver com a origem africana ou o crioulo, mas sim com o facto de estes serem filhos de imigrantes e pertencerem a uma “geração” que se encontra no limbo entre duas culturas, entre duas referências, entre dois processos sociais distintos (tradição vs. modernidade, continuidade vs. mudança). Por este motivo, tal fenómeno não pode ser considerado como um fenómeno à escala micro, mas antes como um fenómeno que provém de uma nova realidade, que é a realidade dos descendentes de imigrantes.

Ainda no que diz respeito à língua, na senda da perspetiva do handicap sociocultural de Basil Bernstein (1982) e da sua teoria dos dois códigos linguísticos⁶, embora seja comum ouvir dizer ao senso comum que as crianças que aprendem crioulos têm maior dificuldade na aprendizagem do uso da língua portuguesa e também na sua pronúncia, os dados comprovam que a língua pode ser otimizada se os pais tiverem proficiência

⁶ Duas modalidades de utilização da linguagem: (1) elaborada, para as classes mais favorecidas, ou (2) restrita, para as classes populares e desfavorecidas. Segundo esta teoria, existe uma correlação entre as orientações cognitivas e as representações do mundo físico e social, o que por sua vez pressupõe uma relação entre classe social, linguagem e capacidade cognitiva, atribuindo deste modo o insucesso escolar a uma suposta “deficiência” linguística dos alunos (Wallet, Nehas e Sghiri; 1996: 92).

tanto na língua materna como na língua do país de acolhimento (Matias, 2014), quer a língua materna seja o crioulo ou o inglês.

Os crioulos não são línguas castradoras que inibem os seus falantes de aprenderem outras línguas. É possível ser-se bilingue ou poliglota tendo o crioulo como língua materna. Diversos sociolinguistas (Mackey, 1976; Cummins; 1978, entre outros) demonstraram a importância de um conhecimento aprofundado da língua materna na obtenção de efeitos positivos no conhecimento de outras línguas (Manço, 1998: 139).

Contudo, tendo em conta essa imagem desfasada da realidade, muitos imigrantes africanos que educaram os seus filhos em Portugal optaram por reduzir o uso do crioulo junto dos seus filhos como estratégia para evitar que eles tivessem problemas na escola com o uso do português. Ainda que, erroneamente, foram acionadas estratégias educacionais castradoras das línguas maternas, na tentativa de otimizar as possibilidades de mobilidade ascendente dos filhos.

As camadas mais desfavorecidas estão, em geral, mais associadas a elevados índices de abandono escolar precoce. Rumberger e Larson (1998) apontam a mobilidade residencial e escolar como um dos fatores mais evidentes desse tipo de percurso. Ou seja, para estes autores as comunidades que possuem maior estabilidade em termos de habitabilidade e de permanência escolar beneficiam de vantagem na progressão no ensino e aumentam as suas probabilidades de mobilidade ascendente. Embora esta seja uma vertente que não tem tido muita atenção por parte da comunidade académica devido à sua ligação ao realojamento familiar, é relevante pensar-se que este fator pode ter consequências a nível dos percursos escolares e, consequentemente, profissionais. Vários estudos (Astone e McLanahan, 1994; Smith, 1995; Wood e outros, 1993; Temple e Reynolds, 1995) comprovam que a mobilidade escolar está relacionada com os níveis de abandono escolar das populações mais vulneráveis. Segundo esses estudos, existe uma correlação efetiva entre a mobilidade residencial ou escolar e os baixos níveis na avaliação nos exames, com a consequente não transição de ano escolar, o atraso na aprendizagem e no desenvolvimento pessoal e os distúrbios comportamentais. No entanto, a mobilidade residencial e escolar também pode estar fortemente vinculada

a problemas relacionados com a pobreza, pelo que se deve ter particular atenção à conjugação destes dois fatores.

Para além das desigualdades de classe (entre as quais se podem incluir os problemas relativos à pobreza e às comunidades desfavorecidas), as desigualdades de raça são também introduzidas no sistema educativo. As escolas dos bairros mais problemáticos são provas vivas dessas desigualdades, já que se constituem como «arenas de injustiça». Por um lado, nelas subsistem e para elas são transpostas subculturas adversariais, que rejeitam o desempenho escolar como meio de mobilidade ascendente e, portanto, os co-étnicos bem-sucedidos escolarmente (Portes, 2006), numa atitude de oposição e revolta contra o sistema que julgam seu opressor. Por outro lado, várias são as experiências que demonstram a importância das expetativas dos professores e o seu efeito no processo educativo, afetando o desenvolvimento intelectual dos alunos (Ogbu, 1978; Rosenthal e Jacobson, 1986; Roazzi e Almeida, 1988). Devemos por isso ter em conta que, sobretudo em meios degradados, onde a população é mais carenciada e etnicamente diferenciada, os professores também tendem a ter expetativas mais baixas em relação aos alunos e que, ainda que este fator não determine o insucesso escolar por si só, talvez possa ter grande influência nos percursos de imobilidade, uma vez que não motiva os alunos para o sucesso.

Podemos então colocar a questão: *É a escola uma instituição realmente democrática, igualitária e aberta a todos?*

Segundo Bourdieu (1972) e a teoria da reprodução, a resposta é obvia. Não, a escola não é uma instituição democrática, igualitária e aberta a todos. Para esta linha de pensamento, a escola é perpetuadora das desigualdades e pode até agravá-las, na medida em que mantém e promove a cultura e o poder elitistas. A escola serve de *gatekeeper* no acesso à promoção social, bloqueando as trajetórias das populações mais vulneráveis. Mas, contrariamente a esta teoria, existem outras abordagens (mais frequentes no meio académico) que defendem o papel positivo da escola como canal de mobilidade ascendente (ainda que, no caso das minorias, seja em menor escala) e na sua capacidade de proporcionar informação, conhecimento e educação a todos os indivíduos de forma indiferenciada, independentemente da classe, da cultura, do género ou da raça.

Contudo, a escola é uma instituição imprescindível nos dias de hoje. Ela é, sem dúvida, um elemento mediador entre a socialização familiar e a vida adulta. “O sucesso/insucesso escolar dos alunos induz para a divisão social do trabalho e prepara-os para a posição que cada um irá mais tarde ocupar no tecido social” (Roazzi e Silva, 1988: 55). A escola tem, assim, uma importância fundamental nos projetos e percursos de vida.

2.4. MERCADO DE TRABALHO E MOBILIDADE

O mundo laboral está em permanente mudança e a era do *pós-emprego*⁷ trouxe consigo uma visão mais alargada do que é o mundo do trabalho. O trabalhador já não é somente um assalariado, mas deve ser também um empreendedor em busca de novas metas e novos desafios, gerindo o seu próprio percurso e procurando formação adequada para progredir. Nas sociedades individualizadas, os trabalhadores são gestores da sua própria carreira com mais ou menos segurança segundo o risco que pretendem correr para alcançar os seus objetivos. Na era das tecnologias avançadas e da sociedade da informação, o que conta é o conhecimento e a capacidade de trabalho inteligente e criativo marcado pela flexibilidade, pela complexidade e pela polivalência. O mercado de trabalho quer-se global e competitivo.

Isto seria uma equação simples se as oportunidades de vida estivessem sempre disponíveis, coisa que nem sempre acontece. Vivemos tempos de crise que se refletem sobretudo no setor económico e se fazem representar pelos números cada vez maiores de desempregados e de pessoas em situação precária de emprego, onde as horas de trabalho aumentam e os ordenados parecem diminuir. Sendo o direito ao emprego uma base fundamental para a constituição de uma sociedade igualitária, não é difícil adivinhar que o resultado desta instabilidade no mercado de trabalho seja o agravamento das desigualdades sociais.

Ainda que se preveja a descentralização do trabalho enquanto elemento organizador da sociedade, este não deixa de ser uma pedra basilar não só do mundo económico como também das relações interpessoais, possibilitando ou mantendo a capitalização do plano estrutural dos percursos de sucesso ou de mobilidade ascendente. Contudo, a informalização e a instabilidade são agora marcas permanentes e evidentes do mercado

⁷ *Pós-emprego* é o termo utilizado para definir a nova fase no mundo laboral e a época que se seguiu ao modelo de emprego do período do pós-guerra, o modelo fordista-keynesiano de emprego, o qual era conhecido pela promoção de “pleno emprego, pensões mais seguras, elevadas receitas fiscais, margens de manobra da política estatal [que se complementavam e reforçavam] mutuamente”. Ver AAVV, *Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos sectores de serviços*, p.35.

de trabalho, e se, por um lado, são também elas que proporcionam a flexibilidade necessária para que o mercado possua fluidez e a economia cresça, por outro, é também desses mesmos fatores que provém o acréscimo nos despedimentos de trabalhadores e na precarização dos postos de trabalho.

Tendo em conta o cenário atual, sem dúvida alguma que as camadas mais prejudicadas na entrada no mercado de trabalho são as mulheres, os jovens e as minorias étnicas, as quais sofrem mais com a flexibilização dos postos e sobretudo com a desvalorização da segurança, da remuneração e da regulação do trabalho em si. Contudo, não se pode negar a evidente brecha aberta pelas “melhorias processadas na qualificação da população, na reestruturação do tecido empresarial, do aparelho de Estado e do emprego, bem como no desenvolvimento paulatino do Estado-providência” (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2006: 49), as quais permitem e promovem trajetórias de mobilidade ascendente.

Segundo dados de 2011 do Eurostat, em Portugal, nesse ano, a transição para a vida adulta fazia-se de maneira instável e precária, a mudança frequente de emprego fazia-se notar e os rendimentos obtidos rondavam, na sua grande maioria, valores inferiores a mil euros mensais, mesmo quando se tratava de candidatos altamente qualificados ou com elevado nível de escolaridade. O quadro não terá evoluído muito desde então. Ainda hoje, a incerteza e as poucas perspetivas de carreira marcam o panorama de empregabilidade dos jovens, e, em função disso, a dependência em relação aos pais ou a outros familiares aumenta e os projetos de vida são adiados por tempo indefinido:

Hoje a transição para a vida adulta é mais tardia, por causa do prolongamento da escolaridade, e também mais incerta, dado que os episódios que a constituem são mais reversíveis do que no passado. Alterna-se saídas e reentradas no sistema de ensino com entradas e saídas no mercado de trabalho, para além dos casos em que as duas actividades coexistem. Sair de casa dos pais não significa que se constitua sempre uma nova família e pode haver regressos a casa, por mudanças na situação profissional ou por rupturas ocorridas nas novas famílias que possam ter-se constituído (Machado e Silva, 2009: 9).

Isto acontece com os autóctones e torna-se ainda mais grave junto das comunidades mais desfavorecidas de imigrantes e seus descendentes, os quais geralmente provêm de

meios familiares em que os capitais económico e cultural são limitados e por isso tendem a começar a trabalhar mais cedo (muitas vezes abandonando os estudos) para poderem contribuir para o orçamento familiar. Também por isso “os imigrantes estão normalmente colocados nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho, onde se cruzam com outros grupos populacionais mais vulneráveis, como os jovens, mulheres e outros trabalhadores pouco qualificados” (AAVV, ACIDI: 43).

Segundo a teoria do mercado de trabalho segmentado de Piore (1979) e também em conformidade com a teoria da incorporação laboral de Alejandro Portes, os imigrantes seriam colocados no mercado “secundário” de trabalho, pois estariam ainda satisfeitos com os ganhos em relação ao seu país de origem, embora mal pagos no país de acolhimento. Assim, estes estariam concentrados em maior número nos empregos designados por 3D (*dirty, demanding and dangerous*). A esta condição estariam confinados também alguns grupos étnicos, discriminados e socialmente excluídos (como os negros e os ciganos, para o caso português). Deste modo, os imigrantes e os seus descendentes veem-se mais sujeitos ao desemprego, a situações de ilegalidade laboral e, consequentemente, à ausência de proteção de direitos quer a nível fiscal, de saúde ou de segurança social, bem como a uma inserção precária no mercado de trabalho, pautada pela descontinuidade na relação com o emprego e por condições de trabalho abaixo da média.

Para autores como Chiswick (1978) e Carneiro (2006), a ascensão social dos imigrantes está proporcionalmente ligada ao estatuto que detinham no seu país de origem. Ou seja, para estes autores, o processo de migração é um processo evolutivo, em que à chegada ao país de acolhimento se dá um declínio inicial em relação ao estatuto socioprofissional obtido no país de origem e esse estatuto vai evoluindo progressivamente rumo à ascensão social. À medida que fatores como a participação social, o domínio da língua, o reconhecimento de diplomas e o acesso a informação vêm sendo aprimorados, também a ascensão se vai tornando mais notória.

Ainda assim, não nos podemos esquecer de que na outra face desta moeda estão as teorias que referenciam e escrutinam os bloqueios estruturais à mobilidade social dos

imigrantes e dos seus descendentes. Alejandro Portes, referência incontornável neste campo, desenvolveu uma teoria sobre as limitações estruturais associadas ao mercado de trabalho que tem por base os modos de incorporação no que chamou de “modelo de assimilação segmentada”. Para este autor, para se poder compreender o percurso laboral dos imigrantes e dos seus descendentes, é preciso relacionar a segmentação laboral e a desigualdade de recursos. Estes dois fatores vão explicar o motivo pelo qual, tendencialmente, os imigrantes e os seus descendentes se encontram sobrerrepresentados nas camadas mais desfavorecidas do mercado de trabalho, impossibilitados de progredirem substancialmente.

Para Alejandro Portes (2006), a integração dos descendentes de imigrantes no mercado de trabalho depende dos modos de incorporação destes e dos seus pais. Utilizando do conceito de assimilação segmentada, o autor vai tentar descrever as diversas consequências resultantes do processo de adaptação:

The concept of segmented assimilation can be redefined empirically as a set of strategic outcomes in the lives of young children of immigrants. One such outcome is educational attainment, in terms of both completed years of education and whether the person is still in school. A second includes employment, occupation, and income; a third, language use and preferences. (pp. 274)

Por seu turno, os modos de incorporação (i.e. políticas do governo do país de acolhimento, valores e preconceitos da sociedade receptora e características da comunidade co-étnica) revelam as fragilidades e os recursos que podem afetar os percursos destas comunidades.

Numa sociedade aberta e igualitária seria expectável que o percurso dos imigrantes seguisse o modelo da “Curva-U”⁸ e que o dos seus descendentes já fosse em tudo muito semelhante ao dos autóctones. Contudo, sobretudo nas camadas mais vulneráveis, persiste uma imobilidade social que evidencia a falta de integração ou, melhor dizendo, a falta de abertura da sociedade de acolhimento em relação a estes grupos sociais, com

⁸ “Curva-U” é a designação usualmente dada a percursos de mobilidade social que se iniciam com um declínio no estatuto socioprofissional e progressivamente vão delineando uma ascensão na carreira proporcional ao estatuto original do país de origem em função do tempo de permanência no país de acolhimento. Ver Carneiro, 2006: 17.

um enorme risco de reprodução social das condições pouco favoráveis de origem nas gerações seguintes. Como refere Hirschman (1982):

While immigrants do bring a certain amount of cultural baggage with them that shapes their initial preferences and orientations, it is the economic, residential, political and social institutions which absorb them in the new environment that shape their longterm outcomes (in cultural as well as in socioeconomic patterns). (p. 479)

Contudo, não nos podemos esquecer também da capacidade de agência dos imigrantes e dos seus descendentes. Nestes casos, de populações provenientes de meios desfavorecidos, as redes familiares e de sociabilidade, ou seja, o capital social, também têm uma grande importância no acesso ao emprego. Ainda que com maiores limitações, estas redes vão ser cruciais para o acesso a determinados recursos. Tendencialmente, os imigrantes e os seus descendentes estão vinculados a redes pouco nutridas em termos de capacitação escolar, o que se pode comprovar pelos elevados números que o abandono escolar atinge nestas comunidades, reforçando também a sua precária inserção no mercado de trabalho. Porém, a qualificação escolar “constitui um impulso fundamental, mas não determinantemente decisivo para a mobilidade ascendente nas sociedades contemporâneas” (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011: 50) e, por isso, estas redes podem ampliar o leque de possibilidades, o tipo de posições e os volumes de capital económico e simbólico disponíveis (Wall e outros, 2001).

As redes familiares não só constituem um apoio fundamental na conciliação da vida familiar e profissional, principalmente quando existe já um novo agregado familiar e filhos e é necessário prestar cuidados a crianças ou idosos, como também desempenham um papel importantíssimo na subsistência dos seus integrantes, quer seja com apoio económico, em géneros, ou apenas afetivo, moral ou psicológico. Nos nossos dias, a esperança de vida é mais elevada e há mais consciência e conhecimento em relação aos benefícios de uma vida saudável, por isso, os avós encontram-se agora com mais capacidade para viver a sua longevidade de forma ativa. Este fator, aliado à precariedade e instabilidade das sociedades contemporâneas, faz com que os avós

tenham um papel mais ativo na família, não só em termos económicos (uma vez que gozaram ainda da estabilidade económica de outros tempos e contribuem muitas vezes para a educação e sustento dos netos) como em termos de auxílio dos filhos na organização e gestão das rotinas diárias (Chan e Boliver, 2013). É no seio da família que se desenvolvem os projetos individuais através de sucessivas tentativas sustentadas pelos familiares com apoio e garantia de alguma estabilidade, quer em períodos de rutura (como é o caso do desemprego ou de uma rutura conjugal) quer em períodos de pura experimentação.

No que diz respeito a sociabilidades, importa sublinhar que os jovens, em geral, e os provenientes de contextos descapitalizados, em particular, podem ter também como referência os “trajetos dos seus amigos, pares no processo de desenvolvimento dos elementos fundamentais de estruturação das suas oportunidades mais ou menos alargadas de integração profissional e social” (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011: 59), os quais podem influenciar tanto trajetórias ascendentes como descendentes ou estacionárias.

Estando a mobilidade social ascendente bloqueada para a maioria dos jovens descendentes de imigrantes, a conquista de espaço no tecido social revela-se, sem dúvida, uma tarefa árdua. As desigualdades e as discriminações sofridas na escola, no trabalho e em todas as outras dimensões da vida quotidiana, quer sejam intencionais ou não, colocam estes jovens numa posição de inferioridade que, ao contrário dos seus pais, eles não têm nenhuma razão para aceitar (Mince, 1997: 246). Não podemos negar que as suas trajetórias estão inscritas no que se pode chamar de uma continuidade parental, ainda que já se desenvolvam na sua maioria no espaço social e cultural do país de acolhimento. Contudo, a distância entre a situação dos imigrantes e a dos seus filhos é também ela inegável. Os descendentes de imigrantes já foram escolarizados no país de acolhimento, vivem entre dois sistemas de normas distintos, têm os mesmos deveres que os autóctones e deveriam ter os mesmos direitos, uma vez que também eles fazem parte do tecido social do país em que nasceram ou viveram a maior parte do tempo da sua vida. Não se pode pedir-lhes que se conformem com a mesma situação dos pais,

ocupando e estagnando nos mesmos lugares. O natural seria que pudessem explorar as oportunidades do país de acolhimento da mesma forma que os seus pares autóctones.

No entanto, com o agravar das condições de (des)emprego (com maior impacto nestes casos do que no panorama geral dos jovens), os jovens descendentes de imigrantes sofrem de maneira mais profunda as consequências da crise no mercado de trabalho e vivem de modo mais intenso situações de insegurança e segregação do que os jovens da classe popular autóctone.

Ainda que não possam ser considerados uma “tábua rasa cultural”, como seria expectável na teoria da integração durkheimiana, a sua integração socioprofissional depende em grande medida das estruturas de formação e de acessibilidade sociocultural (nomeadamente no que diz respeito à melhoria da escolaridade das crianças, à sua autonomização, aos conhecimentos linguísticos, à mistura de sociabilidades e interculturalidades) e socioeconómica (com a melhoria da inserção profissional e com a acesso a cargos de responsabilidade ou mobilidade ascendente). Uma vez que a mobilidade social se apresenta como um princípio regulador que permite também uma maior coesão social (Manço, 1999:41), a inexistência dessas condições coloca em risco a integração socioprofissional e avulta o perigo de exclusão social precoce.

2.5. IDENTIDADES ADVERSARIAIS E MOBILIDADE

Como acabámos de ver, “a formação escolar acumulada e a integração num posto de trabalho constituem dois fatores balizadores da autodefinição pessoal dos indivíduos” (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011: 9). Estes dois elementos, juntamente com a formação de base adquirida durante o processo de socialização primária, são os pilares da individualidade, tendo por isso uma importância extrema na formação da identidade pessoal. Mas são também etapas cruciais para a definição de trajetórias de mobilidade social, pois é através delas que se estruturam os modos e estilos de vida, os padrões de consumo e as expectativas e aspirações face ao futuro.

Marinho Antunes (1981: 20), referindo-se à forma como os emigrantes (neste caso, os portugueses) são retratados, refere a sua “iniciativa pessoal, a capacidade de sacrifício e de trabalho, a vontade de melhorar de vida, de «ser alguém», ou seja de subir na escala social”. E refere ainda que “o emigrante representa alguém que, pelo seu próprio esforço, sacrifício e trabalho, é capaz de vencer o peso da hereditariedade do status social dos seus pais, reunindo os bens económicos que lhe permitam ser mais na sua comunidade”. Ora todos os imigrantes são também emigrantes em relação ao seu país de origem, pelo que estas características, sendo tidas como verdadeiras, se poderiam aplicar aos imigrantes que se encontram em Portugal.

No entanto, esta assertão é hoje demasiado generalizadora e está demasiado imbuída de valores tradicionais que advêm da condição histórica dos portugueses, que saíam dos meios rurais em busca de um destino melhor e voltavam às suas terras com uma condição social de topo nas suas pequenas comunidades, erigindo-se quase como heróis que enfrentavam perigos e viviam aventuras, tendo conseguido triunfar (resquícios da glória dos Descobrimentos ainda latente). Para além disso, esta representação dos imigrantes de conotação social positiva servia também intentos políticos no sentido da adoção de uma ideologia que, por um lado, fomentasse o investimento dos capitais dos imigrantes no país de origem e, por outro, camuflasse os problemas que esse

empoderamento poderia causar à manutenção da ordem social de um Estado Novo insidioso e arbitrário. A forma como os emigrantes e imigrantes são representados e, consequentemente, percecionados é, por isso, uma construção social que depende do contexto e das motivações subjacentes.

Bem diferente da dos emigrantes portugueses é a forma como os jovens adultos descendentes de imigrantes são percecionados. Eles veem-se muitas vezes na encruzilhada da sua própria condição: a de jovens e a de descendentes de imigrantes (ambas com determinado grau de problematicidade). Como se não bastasse os riscos e as incertezas próprios da juventude na modernidade tardia (com a complexificação e maior precariedade na transição para a vida adulta), a sua condição de descendentes de imigrantes traz consigo a marca da alteridade, que os coloca numa posição de desvantagem face aos autóctones. Por sua vez, os media tendem a veicular uma representação do jovem de origem imigrante que, associada a uma imagem distorcida dos bairros sociais, faz com que seja visto como “uma figura urbana que não se interseca com outras figuras urbanas juvenis, como os «estudantes», os «jovens empresários», os «jovens operários», os «jovens quadros»” (Machado e Silva, 2009: 8) e apareça vinculada sobretudo à delinquência, ao desemprego e aos problemas relacionados com a imigração.

No entanto, como já se disse anteriormente, estes jovens são jovens cujos percursos já não se podem equiparar aos dos seus pais. Enquanto os pais se reveem na condição de imigrantes (condição essa partilhada por muitos outros indivíduos em todo o mundo), os filhos, muitas vezes já nascidos no país de acolhimento e sem terem vivido o processo de imigração, encontram-se numa realidade muito diferente. Os descendentes de imigrantes já não têm como ponto de referência o país de origem dos pais e, ao contrário destes, muitas vezes nem colocam a hipótese de lá morar. Ainda que apoiados numa herança cultural difusa no seio familiar, em que “a transmissão geracional do sentido do passado cultural e étnico e o posicionamento dos pais em termos de recursos em poder social se constituem, à partida, enquanto fatores mobilizadores dos recursos à disposição dos filhos com vista à consubstancialização da sua inserção social”

(Contador, 1998: 2), estes jovens já não têm o mesmo modelo de socialização dos pais e vão construir a sua identidade com alicerces outros, diferenciados e diferenciadores.

Sem dúvida que falar de imigrantes e dos seus descendentes é falar de uma condição de “não-norma”, de minoria, de “outro” em relação à norma, à maioria e ao “eu” nacional. E ter que nomear é sempre uma tarefa complexa, e implicando um posicionamento em relação a um centro, sobretudo quando falamos de desigualdades ou diferenciações. Nem o saber científico escapa ao processo interminável de construção, reconstrução e desconstrução de “juízos recíprocos, avaliações positivas e negativas, estratégias de afirmação e estigmatização, disputas de gosto, concorrência de estilos, lutas de poderes, processos de construção e destruição de identidades” (Costa, 1998, 67). Estamos, portanto, “perante um jogo de diferenciação e significação sem fim, onde continuamente os sujeitos sociais, ao lutarem pela mais-valia da sua identidade, definem o lugar daqueles que entendem como outros, pois que apenas pela definição da alteridade a identidade se define (Vasconcelos, 2004, 54). Deste modo, são produzidos mecanismos ou sistemas de classificação que muitas vezes se traduzem em processos discriminatórios ou de racismo, que servem para diferenciar e dominar, negando a participação ativa na vida económica, social, política e cultural (Anthias e Yuval-Davis, 2005: 10).

Estes processos discriminatórios estruturam, portanto, um espaço classificatório em que as lógicas da distinção e do valor apercebido se organizam em hierarquias. Nessas hierarquias, o valor identitário de uns alcança-se pela denegação do valor de outros – este é um processo de apropriação do valor pela distintividade identitária. (Vasconcelos, 2004: 57)

O nacional é valorizado em detrimento do que é considerado estrangeiro e, por conseguinte, a maioria, na tentativa de manter a sua condição dominante, desvaloriza o que é diferente. Deste modo, a identidade dos jovens descendentes de imigrantes é construída por oposição à dos autóctones. As identidades adversariais ou reativas nascem dessa rejeição, da dificuldade sentida em sentir-se aceite e de conseguir construir uma identidade plena e inteira (Minces, 1997: 201). Permanecer diferente traduz-se na assunção de uma falta de integração, e essa noção da própria exclusão social por meio da rejeição em relação ao que é diferente pode levar à revolta.

É também pela oposição entre imigrantes e descendentes em relação aos autóctones, criada e mantida através de mecanismos sociais, que muitas vezes se definem as identidades adversariais. Na impossibilidade de se sentirem incluídos, muitas vezes estes jovens veem-se enredados em percursos que denotam o desgosto de si e dos outros (que normalmente se reflete em trajetórias marcadas pela instabilidade emocional, o consumo de drogas, alcoolismo e prostituição) ou o desrespeito pelas regras e normas da sociedade pela qual se sentem rejeitados (Mince, 1997: 208).

No entanto, também se pode dar o caso do desenvolvimento de “identidades míticas”. Estas identidades são de alguma forma exacerbadas por um sentimento de pertença em relação às origens familiares, que tem origem na delineação de grupos e na aceitação ou rejeição sentidas a par dessa diferenciação. A consciência adquirida da não pertença ao grupo maioritário faz com que a identidade étnica, perceptível muitas vezes através de características físicas como o tom da pele, seja adotada como uma forma natural de inclusão em grupos minoritários. Contudo, como refere Alejandro Portes:

Children of Asian, black, mulatto, and mestizo immigrants cannot easily reduce their ethnicity to the level of a voluntary option. Their enduring physical differences from whites and the equally persistent prejudice based on those differences, especially against black persons, throw a barrier in the path of occupational mobility and social acceptance. Immigrant children's ethnic identities, their aspirations, and their academic performance are affected accordingly. (Portes, 2001: 255 -258)

A questão da ‘raça’ e do racismo já tem uma longa história na literatura científica, e não se pretende aqui rever toda a discussão a seu propósito. Contudo, é de referir que, embora a raça e a etnicidade sejam características que ganham consistência na sua relação com determinados contextos e na construção das diferenças entre grupos, elas são fatores importantes nas trajetórias de mobilidade, pois podem constituir-se como barreiras, afetando os desempenhos, as aspirações e a própria identidade dos jovens descendentes de imigrantes. Estas características podem determinar a sua inclusão ou exclusão de um contexto particular. Já Duncan (1969) e Featherman e Hauser (1978) referiam nos seus estudos que a estratificação racial não estava de acordo com as

expetativas do modelo assimilaçãoista⁹, devendo-se isso sobretudo a uma discriminação de cariz histórico e essencialista.

Partindo do princípio de que o termo “raça” tem a desvantagem de agrupar indivíduos muito diferentes em vários aspectos (nacionalidade, religião, cultura, língua, etc.), aspectos esses essenciais para a formação de uma ‘identidade’, sendo que essa mesma identidade não é também um dado adquirido, mas antes um processo em permanente construção e desconstrução, talvez devamos falar de identidades (no plural) e não de uma identidade única.

No caso dos descendentes de imigrantes, a profusão de identidades torna-se ainda mais evidente. Falamos de identidades plurais e de pluralismo cultural (Mince, 1997). Para além das referências culturais do(s) país(es) de origem dos pais, estes têm também a referência do país de acolhimento, vivem numa modernidade onde o acesso à informação e a outros mundos é feito de maneira célere e facilmente acessível, e muitas vezes desenvolvem outras referências, individuais ou grupais, espelhadas em modelos exteriores (como é o caso dos jovens que adotam o *hip hop* e o *rap* como forma identitária por identificação com a cultura negra americana), que pensam adequar-se mais à sua condição de jovens, ‘marginalizados’ ou discriminados e socialmente excluídos. Poderia talvez dizer-se que estes são os verdadeiros ‘cidadãos do mundo’, com todas as ressalvas que esta afirmação poderá suscitar.

A ostentação étnica e cultural torna-se um meio de auto-afirmação, de demarcação de uma posição e de se fazer reconhecer pela positiva enquanto sujeito identitário e social, na tentativa de romper o espaço social. É no interior do grupo que encontram o seu lugar e que desenvolvem novas formas de ser, quer a nível individual quer a nível coletivo, e deste modo fabricam uma identidade própria (Wallet, Nehas e Sghiri, 1996: 22). E esta nova identidade, original, nada tem a ver com a dos seus pais, embora se

⁹ Segundo este modelo, estudado nos EUA sobretudo em relação aos imigrantes de origem europeia, os imigrantes deviam experimentar um processo gradual de progresso e um esbatimento das disparidades. Os negros americanos eram vistos como imigrantes (Karl Taeuber, 1964), na medida em que estes se deslocavam do sul rural para as cidades do norte, mas, ao contrário dos imigrantes europeus, estes não conseguiam progredir a nível socioeconómico. Perante tal disparidade de percursos, foi impossível negar a evidente discriminação por eles sofrida (ver Hirschman, 1982).

ampare nas origens dos mesmos. É uma identidade que reclama a sua autenticidade apoiando-se na memória coletiva, mas distanciando-se dos símbolos e valores parentais, que deixaram de fazer sentido na sociedade de acolhimento.

No entanto, segundo alguns autores (Ogbu, 1992/2003; Portes, 1993/2006), a manutenção da identidade cultural de origem pode ser uma mais-valia nos percursos de mobilidade social ascendente, através do uso do suporte material e do capital social que estas comunidades podem disponibilizar aos seus integrantes. Contrariando a ideia clássica assimilaçãoista de que os imigrantes e os seus descendentes devem primeiro aculturar-se para depois tentarem uma integração na sociedade e a consequente mobilidade em sentido ascendente, os estudos empíricos realizados neste sentido demonstraram que a assimilação não é resposta para o problema.

Segundo Portes e Zhou (1993), o que se verifica é uma segmentação no processo de absorção de grupos imigrantes para setores particulares da sociedade consoante os tipos de adaptação¹⁰. Contrariamente ao que seria de esperar, o único tipo de adaptação que impulsiona percursos de mobilidade ascendente de forma mais célere e evidente é o que é sustentado pelas redes comunitárias dos imigrantes, as quais beneficiam os seus integrantes por preservarem valores de comunidade e exercerem laços de solidariedade que facilitam a sua inserção na própria comunidade e na sociedade em geral. O tamanho e a estrutura da comunidade co-étnica é, por isso, considerado um fator de extrema importância. Quanto maior for a comunidade co-étnica e quanto mais esta preservar os laços de solidariedade entre os seus membros maiores são as chances de estes terem uma melhor “integração” socioprofissional e, consequentemente, de desenvolverem percursos de mobilidade ascendente.

Contudo, a mobilidade social ascendente não depende da necessidade de “integração” social, mas antes resulta de uma combinação de um conjunto de fatores individuais, familiares e conjunturais (Santelli, 2001: 31). Na verdade, os percursos de

¹⁰ Na assimilação segmentada de Alejandro Portes existem três tipos de adaptação: (1) o perfil esperado, por via da aculturação/assimilação e que se faz de forma progressiva; (2) o perfil oposto, que culmina em extrema pobreza; (3) e o perfil da rápida progressão económica através da preservação dos valores e dos laços de solidariedade entre as comunidades imigrantes.

mobilidade ascendente dos integrantes de uma comunidade imigrante podem afetar essa comunidade na medida em que, ao causarem a diferenciação social dos seus membros, podem ocasionar a emergência de uma comunidade completamente nova culturalmente (Camilleri, 1991; Vermès, 1991; Manço 1999:65). Através de negociações que se vão dando *pari passu* com as aquisições e os ganhos (sobretudo a nível económico e cultural) que a mobilidade ascendente pode proporcionar, a comunidade em questão pode efetivamente construir um imaginário ou uma ideologia que lhe permita justificar a sua nova condição e as transformações pelas quais passou (Kastoryano, 1991; Manço 1999:65). Tendencialmente, a mudança de status ou de classe social pode implicar uma mutação nos modelos comportamentais, nos hábitos culturais, nos estilos de vida e até nos valores e aspirações. Por isso, a probabilidade de estas transformações influenciarem também a própria construção da identidade individual e coletiva, enquanto apropriação progressiva de normas, atitudes e papéis sociais, bem como da ação em contexto específico, não deixa de ser uma hipótese muito plausível.

Podemos concluir, assim, que as identidades resultam de processos contínuos de negociação entre variados fatores: os coletivos, relacionados com o social, o cultural e os seus desenvolvimentos, bem como os individuais e do *self*, enquanto dimensão pessoal e reflexiva (dos quais voltaremos a falar mais detalhadamente no próximo capítulo). Como os indivíduos estão em permanente mudança, a sua identidade, construída a partir das dinâmicas individuais (licerçadas no desempenho de papéis múltiplos) e grupais (inseridas e apoiadas em comunidades diversificadas), vai estar dependente da multiplicidade de mundos com os quais os indivíduos vão estar em contacto.

Por sua vez, essa profusão de imbricamentos manifesta-se nas várias etapas de vida de que já falámos, nomeadamente a infância (vivida sobretudo no seio familiar), a transição para a escola (primeiro contacto com a institucionalização) e a transição para a vida adulta (marcada até pouco tempo através da entrada no mercado de trabalho), estando, pois, na origem da diversidade de percursos de vida. A identidade, ou se assim o quisermos, as identidades (uma vez que esta parece ser a forma mais adequada de utilizar este conceito), enquanto produto da construção da individualidade ou da

coletividade (consoante o prisma de observação), assentam também nos discursos e nas práticas sociais dos indivíduos, pois só existem, subsistem e resistem em sociedade. A interação é, por isso, uma dimensão crucial na constituição das identidades, uma vez que só pela alteridade estas se podem definir (Pinto, 1991; Vasconcelos, 2004). Sendo que a agência e as experiências dos indivíduos (através da incorporação dinâmica de disposições), a sua posição social na estrutura e as suas aspirações de futuro sustentam as identidades individuais e sociais, estas estão também intimamente ligadas à gestão dos percursos de mobilidade social de sentido ascendente.

Os imigrantes e os seus descendentes vivem imersos em contextos de dupla referência ou até de pluralismo cultural. As suas identidades, plurais (construídas e reconstruídas a partir de heranças e cenários múltiplos, ambivalentes e muitas vezes contraditórios), quando relacionadas com percursos de mobilidade ascendente, podem originar novas realidades ainda mais complexas.

2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo sintético podemos dizer que a mobilidade social dos descendentes de imigrantes se caracteriza por “caminhos limitados de integração social” (Machado e Abranches, 2005) que devem ser analisados sob três prismas específicos: o da estrutura, o da agência e o da identidade (enquanto processo contínuo e reflexivo).

No que diz respeito à estrutura, vimos que estas populações são afetadas sobretudo pela sua condição socioeconómica desfavorável, pelos mecanismos de reprodução social muitas vezes afetos ao sistema escolar, pela discriminação étnica e pelos modos de incorporação (i.e. políticas, valores e preconceitos da sociedade de acolhimento e características da comunidade co-étnica).

Do lado da agência, vimos também a importância das estratégias familiares (na aplicação da autoridade e da ordem doméstica, na escolha do local de residência e das escolas e no apoio escolar e afetivo), das redes de solidariedade intraétnica e interétnicas ou culturais, que também podem ser uma mais-valia no acesso ao mercado de trabalho, e do capital social, que pode beneficiar os percursos de mobilidade ascendente.

Por outro lado, a análise dos percursos de mobilidade destas populações não podem negligenciar a dimensão identitária, uma vez que as identidades resultam de processos contínuos de negociação entre variados fatores culturais, sociais, singulares e coletivos.

Esses processos advêm dos modelos culturais das famílias e da sociedade de acolhimento, mas também das dinâmicas individuais e grupais que podem traduzir-se em identidades reativas por oposição à rejeição sentida. De qualquer forma, os jovens em geral, e os descendentes de imigrantes em particular, caracterizam-se por uma multiplicidade de pertenças que se refletem nos seus percursos e nas suas escolhas. Por isso, construídos, desconstruídos e muitas vezes reconstruídos, os percursos e as identidades dos imigrantes e dos seus descendentes assentam em processos complexos e ambivalentes, entrecortados por caminhos que vão sendo traçados consoante as

oportunidades e os bloqueios, as continuidades e as diferenciações, as aproximações e os distanciamentos, as diacronias e as sincronias, a inclusão, a exclusão e a resistência.

3. ESQUEMAS DE AÇÃO INCORPORADOS, REFLEXIVIDADE E MOBILIDADE SOCIAL

3.1 PASSADO INCORPORADO

Sem dúvida alguma, o estudo das disposições está intrinsecamente ligado ao trabalho de Bourdieu e ao seu conceito de *habitus*. Embora o conceito já remonte a Aristóteles e mais tarde tenha sido trabalhado por São Tomás de Aquino, Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty, foi com Bourdieu que ganhou maior sistematicidade.

À luz das teorias de Bourdieu, uma boa parte da Sociologia que se tem feito tem-se preocupado com a análise do social em função das disposições enquanto elementos de determinada consistência e estabilidade. No entanto, alguns autores advogam que o fundamental será olhar para as disposições como um conjunto de características individuais e tentar perceber a pluralidade de disposições que pode estar na origem de determinada resposta a determinado contexto. Por isso, embora o *habitus* seja um conceito incontornável neste tipo de estudo, autores como Lahire e Archer (os quais têm em comum o facto de se oporem a Bourdieu e contestarem a sua teoria do *habitus* e da durabilidade e transponibilidade das disposições) têm vindo a contrapô-lo com novos olhares e novas teorias merecedoras de grande atenção.

Bourdieu parte da conceção de estrutura internalizada para explicar a capacidade de agir dos indivíduos, a qual sublinha como existente, independentemente dos efeitos que produz. Os indivíduos são condicionados pela estrutura, e da sua adaptação a esse condicionamento nasce o *habitus*.

Uma vez recriadas as condições para o seu aparecimento, é com base neste passado internalizado que o sistema de disposições que o constitui é constantemente ativado. Para este autor, os modelos do mundo são construídos a partir da informação de que

dispomos, ou seja, os recursos de que dispomos podem constranger a nossa visão do mundo e assentam em disposições. O *habitus*, enquanto “structured structure predisposed to function as structuring structure” (Bourdieu), confirma a internalização como um processo que torna nosso algo que era exterior, negando assim a diferença entre o externo e o interno. Isto coloca o problema de as disposições e as crenças, que são propriedades essencialmente humanas, poderem passar a ser vistas também como algo que já não é diferenciável das estruturas sociais.

É inegável também a elevada importância dada ao passado que se encontra na base do próprio conceito de *habitus*, uma vez que este assenta na conservação e no reforço de disposições ou capacidades pré-adquiridas. Assim sendo, o futuro torna-se pré-determinado, uma vez que não há espaço para alguma ação que seja deliberativa sem que este sistema esteja na sua base. Se o sistema é subconsciente e assenta no passado interiorizado, então como poderá haver alguma novidade no que diz respeito a situações futuras? Este é um dos problemas mais apontados à teoria de Bourdieu.

Por sua vez, Lahire adota uma perspetiva que reclama uma nova postura em relação aos modelos teóricos existentes, os quais, segundo ele:

Would seem satisfactory if their notions (and their counterparts in the real world) of cognitive, psychological, or mental structure, schemes, dispositions, habitus, embodiment, and internalization did not have a key position, but were only necessary, in reporting on surveys, to account for particular practices by giving a global idea of how past socialization is stored in the body (Lahire, 2003, 332).

Segundo Lahire:

We should envision that social agents have developed a broad array of dispositions, each of which owes its availability, composition, and force to the socialization process in which it was acquired (Lahire, 2003, 329).

Lahire interessa-se pelos indivíduos enquanto seres socializados, enquanto produtos complexos de vários processos de socialização (Lahire, 2005), privilegiando a realidade

social na sua forma internalizada. Partindo do princípio de que o indivíduo é um ser em constante mutação, sem, contudo, perder de vista o importante papel das disposições na sua atuação, o autor vai contrapor-se a Bourdieu pelo facto de não conceber o *habitus* como uma realidade empiricamente comprovada, e vai sublinhar que o processo de durabilidade e transferência das disposições, ao contrário do que foi proclamado por Bourdieu, não é um processo linear e contínuo, mas antes um processo que está dependente dos numerosos contextos de atualização, reforço ou transformação dessas mesmas disposições, as quais podem determinar a sua capacidade de sere agir ou de crer e sentir, o que talvez possa ser o fator diferencial nos percursos de mobilidade social.

Lahire ressalva ainda que:

[...]the problem of the nature and the organization of the personal heritage of dispositions should be solved by conducting empirical research. One should not try to settle the problem before posing it by an a priori use of such coercive terms as ‘system of dispositions’ (Lahire, 2003, 345)

reclamando assim a necessidade de uma nova exigência metodológica (Lahire, 2004).

Ainda na lógica da internalização, Lahire defende que as disposições enquanto *habitus* são questionáveis, até porque não existe prova empírica do seu funcionamento, durabilidade ou transferência, mas propõe que as disposições em si sejam um conceito válido, podendo ser a chave para o conhecimento do social na sua forma interiorizada. A proposta do autor enquadra-se numa vertente que vê as disposições não como um sistema automático e inquestionável mas como “guidelines” da ação, exercendo influência na escolha e na decisão dos indivíduos “as complex products of multiple processes of socialization” (Lahire, 2003, 332-333).

Assim, com estudos como os de Lahire (2005, 2004, 1995) sobre crianças de diferentes classes sociais na escolarização primária e, principalmente, com estudos em que, dando primazia a abordagens biográficas, a trajetórias singulares e a “trajetos de contratendência” enquanto retratos sociológicos, o autor desenvolveu uma “sociologia à escala individual”, privilegiando sobretudo a realidade social na sua forma interiorizada

e o indivíduo enquanto produto complexo de vários processos de socialização, em que vai gradualmente adquirindo, substituindo ou transformando disposições sociais (Lahire, 2005). Desta forma, é possível reconstruir a rede de conexões sociais em que cada indivíduo está inserido, alcançar e compreender a pluralidade de pertenças sociais e simbólicas, chegando à caracterização das diferenças internas de cada indivíduo e evitando assim generalizações culturais abusivas a propósito de determinados grupos.

Seja como for, e como disse Lahire, “discussing mental structures, schemes, dispositions, habitus or embodiment necessarily entails the risk that other researchers will pay attention and make critical comments” (Lahire, 2003, 332).

3.2. DISPOSIÇÕES EM CONTEXTO

Como vimos no ponto anterior, tanto Bourdieu como Lahire (assim como boa parte do meio académico em geral) tentam nas suas teorias encontrar os fundamentos da ação humana e social. Basicamente, podemos resumir as teorias existentes em apenas dois grandes planos: “o da unicidade do ator e o da sua fragmentação interna” (Lahire, 2001, p. 21). Se, por um lado, se explora a relação do indivíduo com o mundo exterior e objetivo, tentando perceber as relações que se estabelecem nas interações, como funcionam as estruturas, os grupos, como se desenvolvem as práticas sociais, por outro lado, tenta-se perceber a relação do indivíduo com o seu mundo interior e subjetivo, o mundo da consciência, o mundo dos sentimentos, dos saberes, das memórias, dos conhecimentos e muitas vezes dos desconhecimentos também.

O estudo das disposições está inegavelmente mais ligado ao segundo plano, o plano subjetivo. No entanto, não deixa de ter aplicação prática no primeiro plano, o do mundo objetivo. Mas como?

Bourdieu tende a explicar, como já vimos, que o sistema de disposições funciona como estrutura internalizada que está presente em todas as práticas sociais, enfatizando a durabilidade, a transferibilidade e a unicidade do sistema de disposições. Mas Lahire, tentando refutar este argumento e todo o determinismo na teoria de Bourdieu, avança que não existe um sistema de disposições (*habitus*) ou que este só pode existir em casos muito particulares ou excepcionais (como o caso de sociedades tradicionais¹ ou o caso de internatos²) porque as disposições são propriedades que podem ser adquiridas,

¹ As ditas sociedades tradicionais são muito diferenciadas e, devido “à grande homogeneidade, à grande coerência e à grande estabilidade das condições materiais e culturais de existência e dos princípios de socialização que daí decorrem, os actores modelados por tais sociedades são dotados de um stock de esquemas de acção incorporados particularmente homogéneo e coerente” (Lahire, 2001, p.31). Pierre Bourdieu estudou a sociedade tradicional cabilá.

² Para referir o estudo de Durkheim sobre as crianças e a educação crista em sistema de internato. O conceito de *habitus* parece aplicar-se bem a este tipo de situação.

reforçadas ou até substituídas, ao longo da vida (rejeitando assim a ideia de que a socialização primária imprimia uma certa solidez às disposições).

Por outro lado, este autor também deixa claro que não concorda com a ideia da homogeneidade inerente às disposições que Bourdieu sugere (a qual considera mais próxima de uma metáfora do real do que do real em si mesmo). Para Lahire, essa é apenas uma hipótese, não comprovada empiricamente.

Em conformidade com a lógica de Sorokin, da mudança como imanente e da vida como um fluxo incessante, o que pressupõe uma constante mutação do indivíduo e da sociedade, também Lahire concebe o ser humano como ator em constante mudança. Contudo, isto não implica que esse mesmo ator não encerre em si também uma certa estabilidade, senão correríamos o risco de extrapolar ao ponto de interpretar a mudança como algo infinitamente desdobrável. Se assim fosse, não haveria ordem social, e o mundo provavelmente seria caótico. Se é possível prever algumas ações, é porque o ser humano tem algo de previsível apesar da sua imprevisibilidade. A identidade serve, de alguma forma, para solidificar esses aspectos (exteriores).

Começando pelo nome atribuído à nascença e indo até à invariabilidade do corpo biológico (ADN único), em termos objetivos, à primeira vista a unicidade do ser parece ser inquestionável. No entanto, o ser enquanto ator social, nas sociedades contemporâneas francamente diferenciadas quer a nível demográfico quer a nível social, desempenha muitos papéis, e esses papéis, por vezes até contraditórios (filho e pai; empregado e chefe, etc.), conferem-lhe a sua pluralidade. O ator desenvolve formas de pensar e de agir muito diferentes consoante o contexto. Como nos diz Lahire:

A coerência dos hábitos ou esquemas de acção (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de apreciação, de avaliação...) que cada actor pode ter interiorizado depende, por isso, da coerência dos princípios de socialização aos quais ele foi submetido. A partir do momento em que um actor foi colocado, simultanea e sucessivamente, no seio da pluralidade de mundos sociais não homogéneos, e por vezes mesmo contraditórios, ou no seio de universos sociais relativamente coerentes, mas que apresentam, em certos aspectos, contradições,

então estamos perante um actor com o stock de esquemas de acções ou de hábitos não homogéneo, não unificado e com práticas consequentemente heterogéneas (e mesmo contraditórias), que variam conforme o contexto social no qual ele será levado a evoluir. (Lahire, 2001, p.39)

Pensa-se que durante a infância, naquilo a que se costuma chamar de socialização primária, a criança tende a adotar uma visão homogénea do mundo, que lhe é transmitida pelos pais e familiares, como se o mundo só pudesse ser de uma única forma: aquela. No entanto, nas fases seguintes dá-se uma relativização de todas as coisas, pois o indivíduo é confrontado com diferentes cenários e diferentes agentes de socialização. Assim, o primeiro mundo passa a ser o mundo de referência, enquanto todos os outros mundos que se vão adicionando e que o indivíduo vai adquirindo como parte integrante de si mesmo vão modificando a sua estrutura interna.

Com as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, esta fragmentação do “eu” começa a dar-se cada vez mais cedo, uma vez que, na impossibilidade de os pais serem pais a tempo inteiro, as crianças frequentam infantários e creches desde idade muito tenra. “Um actor plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogéneos” (Lahire, 2001, p. 46). Todavia,

[...] no caso daqueles a que chamamos, segundo as situações, os «trânsfugas de classe», os «desclassificados por cima» os «desenraizados, os «autodidactas», os «bolseiros» ou os «miraculados», e que saíram das suas condições sociais de origem pela via escolar, trata-se de uma clara oposição entre duas grandes matrizes de socialização contraditórias (o universo familiar e o universo escolar), cujos valores simbólicos são socialmente diferentes no quadro de uma sociedade hierarquizada (prestigioso/desvalorizado; alto/baixo; dominador/dominado...), que leva a heterogeneidade dos hábitos, dos esquemas de acção incorporados a organizar-se sob a forma de uma clivagem do eu, de um conflito interno central que organiza (e embarga) cada momento da existência. (Lahire, 2001, p.54).

Os «trânsfugas de classe», como o autor lhes chama, são atores plurais por excelência, uma vez que, para além das condições normais de qualquer ator que enfrenta contextos diversificados, estes atores vivem diante de uma permanente dicotomia que pode levar a uma clivagem do eu, como se pertencessem a dois mundos distintos. Estas situações conflituais não podem, no entanto, ser generalizadas como protótipo do ator plural, pois são situações singulares e até talvez extremas.

Voltando ao ponto de partida, o da ação humana e social como produto de disposições em contexto, parece claro que, embora alguns autores (na linha de Bourdieu) atribuam muito peso ao passado incorporado e à socialização primária e outros (na linha do interacionismo simbólico e da teoria da escolha racional) prefiram concentrar-se na ação em si sem traço temporal afetado mas pendendo muito para o futuro enquanto móbil da ação, o tempo e o espaço da ação são elementos base da mesma.

Toda a ação tem passado, presente e futuro, independentemente de ser racional ou não. Ao contrário do que é sugerido por Bourdieu, e tendo em mente que o ser está em permanente mudança, o passado, embora influencie (e talvez em grande medida), não determina as ações futuras; no entanto, estas também não são apenas momentos soltos no tempo, sem conexão alguma com o passado. O presente da ação é um confluir entre estas duas coisas e talvez até uma terceira, a reflexividade.

A ação humana é fruto do ser, enquanto ator plural, e do seu enquadramento no espaço e no tempo. Quer isto dizer que a ação é uma amálgama complexa de vários fatores, de entre os quais, o passado incorporado, em que estão contempladas as experiências passadas e toda a bagagem que delas resulta (memórias, saberes, etc.), o momento presente, em que se dá a interação e esta, por sua vez, está dependente das características de um contexto específico (local, situação, intervenientes) e o momento futuro, o qual pode definir ou influenciar as projeções da situação presente (expetativas e aspirações ou consequências) e no qual se pode inferir uma certa reflexividade. A ação pode assim ser vista como um *continuum* relacional.

Desta simbiose temporal da ação nasce o ator plural, o ator fragmentado, o ator diverso em si mesmo. E também a sua pluralidade de disposições. As disposições são elementos de determinada inconstância ou, melhor dizendo, de relativa constância. Elas são, supostamente, ativadas enquanto “[habitus] ajustados por antecipação às situações nas quais eles funcionam e são o seu produto” (Bourdieu, 1997, p.174; Lahire, 2001, p.61), o que Lahire considera ser falacioso na medida em que funde passado e presente como se de uma única coisa se tratasse e onde nunca ocorre transformação de sorte alguma.

Mas podemos interpretar isto de uma maneira diferente da de Lahire. Embora o conceito de *habitus* deixe antever uma certa homogeneidade e durabilidade estática nas disposições, estas são sim produto de situações em que funcionam e às quais se ajustam e esse ajustamento é a prova da sua relativa constância. Se as disposições fossem imutáveis não haveria ajustamento possível. A antecipação de que nos fala Bourdieu provém do facto de no *continuum* em que podemos ver a ação nada ser totalmente estrangeiro/novo/diferente, nem totalmente natural/antigo/igual.

Embora o passado não possa ser igual ao presente porque a mudança é imanente, não existe rutura entre os dois, ou pelo menos ela não é obrigatória. Com efeito, a aparência de harmonia resulta da subtileza da mudança e da diferença e de esse ajustamento ser feito com base no que se poderia chamar de inferência, melhor do que “antecipação”. Contudo, isto não exclui as situações de desajustamento a que um ator plural pode estar exposto, as quais certamente implicam uma maior transformação ao nível das disposições, mas que também já são comuns nas sociedades complexas e diferenciadas.

Como nos diz Lahire, as disposições podem por isso ser adquiridas, substituídas ou reforçadas consoante o contexto, pois:

[...] as disposições de um actor não se constituíram numa única situação social, num único universo social, numa única «posição» social. Um actor (e as suas disposições) nunca pode, portanto, ser definido por uma única «situação», nem mesmo por uma série de coordenadas sociais (Lahire, 2001, p.66)

Uma vez que as disposições nunca são observáveis pelos investigadores, mas entendem-se como estando na “origem” das práticas sociais, a atribuição de disposições acaba por ser de natureza probabilística ou indutiva, não categórica. Deste modo, não se pode estabelecer uma relação causal entre disposições e ação, assim como não é possível definir até que ponto elas são duráveis ou transponíveis, ou se são realmente duráveis e transponíveis. Contudo, as disposições em contexto, ou as “disposições sob condição”, como lhes chama Lahire, continuam a ser um conceito muito útil para o estudo da ação, na medida em que se dá ênfase ao contexto, evitando assim generalizações abusivas.

3.3. REFLEXIVIDADE

Não podemos falar de reflexividade sem voltar ao conceito de *self* e ao estudo da interação. Sabemos que o indivíduo enquanto ser social é também um ser socializado. Quer isto dizer que somos ensinados desde pequenos a comportarmo-nos em sociedade, nos seus diferentes âmbitos e contextos.

Como diria George Herbert Mead, o *self* não é algo inato, mas antes algo que se vai adquirindo durante a experiência social. O comportamento adequado a cada situação social é-nos ensinado logo na infância, no que comumente se chama de socialização primária, enquanto “primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade”, (Berger e Luckmann, 1966/1999, p. 138).

Durante as brincadeiras da infância somos levados a desempenhar papéis que depois nos servirão para nos portarmos como atores sociais. Assim, vamos ganhando conhecimento sobre nós próprios, sobre como somos vistos pelos outros e sobre como nos devemos comportar perante eles. Descobrimos o nosso *self*. Isto faz com que não só ganhemos consciência de quem somos como também que nos consigamos vislumbrar na posição dos outros e saber como estes se sentiriam perante determinada situação. Em suma, aprendemos a interagir socialmente de modo a não contrastar com a organização previsível da sociedade em que estamos inseridos, tendo consciência dos nossos papéis. Isto possibilita a manutenção da coesão e da estabilidade social.

Sem este processo de socialização, não seria possível chegar ao que Durkheim chamou de consciência coletiva (existência de um conjunto de valores sociais partilhados), e possivelmente entraríamos num estágio de des controlo social em que a individualidade se elevaria até à inconsequência, um cenário hipotético de caos total, em que cada pessoa buscaria apenas o seu proveito pessoal sem olhar às consequências, o que por sua vez seria o colapso do controlo social, instalando-se a anomia.

Mas o *self* não pode ser confundido com a simples manifestação das atividades quase mecânicas que produzimos diariamente, mesmo que já tenhamos atingido um certo nível de sofisticação intelectual que nos permita refletir sobre elas. Quando estamos a visitar as nossas lembranças, por exemplo, fazemo-lo de acordo com as nossas experiências passadas, mas isso não significa que reviver o momento, sentir o cheiro das coisas do passado ou até saber a data exata em que aconteceram e o que se sentiu quando aconteceram seja uma expressão do *self*.

O *self* não é orgânico e, portanto, não é sensorial ou emotivo. O *self* é reflexivo, implica um distanciamento. É um diferencial próprio dos seres racionais. É sujeito e objeto ao mesmo tempo. É objeto de si próprio. A isto se chamou durante muito tempo consciência, ainda que o termo não traduza a sua essência na totalidade. O indivíduo ganha a capacidade de se ver e de se pensar. “The self, as that which can be an object to itself, is essentially a social structure, and it arises in social experience” (Mead, 1934, p. 140). Por isso, o indivíduo, como ser social que é, precisa de uma plateia para demonstrar as suas ações, a sua inteligência social, a sua habilidade para colocar-se no lugar do outro e desempenhar o seu papel em determinado contexto situacional.

Erving Goffman (1959/1993) veio reforçar esta teoria ao apresentar a sua noção de interação através de uma metáfora dramatúrgica. Este autor não só contribuiu para um melhor entendimento da noção de interação como também trouxe para a discussão o nível micro de análise. Tentando estudar as organizações sociais através do modo de administração das impressões, Goffman elaborou um quadro teórico em que a ação social se traduz na tendência dos atores para dissimularem as suas exigências e valores, formulando declarações para obter adesão verbal e construírem assim uma imagem aceitável.

Partindo do princípio de que quando um indivíduo se encontra numa situação de frente-a-frente físico com outro se dá um encontro ou interação em que se exerce uma influência recíproca sobre as ações de cada um, o autor formulou a ideia de que, à semelhança do que acontece no teatro, cada um desses indivíduos vai estar a representar um papel. Ou seja, cada um dos indivíduos estabelece para si próprio um modelo de ação que visa impressionar o espetador, a plateia. É neste sentido que o indivíduo se

define enquanto ator, que, ao utilizar uma máscara como projeção de si próprio, está também a desempenhar um papel que é manifestamente um símbolo da sua consciência de si próprio. Para Goffman, o indivíduo mobilizará o seu “eu” numa identificação com um dado papel, organização ou grupo de forma a não comprometer a ordem social. O *self* é então uma dimensão subjetiva da identidade que se manifesta de forma situacional.

Mead e Goffman, entre outros, partilham da mesma opinião em relação à normatividade necessária para a manutenção da ordem. O que Mead chamou de “outro generalizado”³ está patente também na ideia de Goffman de que a ordem é feita em larga escala de pressuposições cognitivas partilhadas, pois existe um consenso normativo que controla o comportamento e os contextos em que este ocorre. A partir da norma e do reforço dessa norma em termos coletivos, o indivíduo efetua um exercício de abstração dos comportamentos e dos papéis dos outros, interiorizando o mundo objetivo (filtrado pelos outros significativos e pelo próprio contexto em que está inserido) tornando-o no seu mundo subjetivo.

No entanto, este conhecimento interiorizado da sociedade, da realidade e do *self*, não implica que não haja problemas na interação. Na verdade, os indivíduos estão frequentemente determinados a alterar as suas percepções em relação aos outros e as dos outros em relação a si mesmos, bem como a sua própria auto-perceção. A previsibilidade das interações advém da consciência adquirida na experiência social de como o outro é e de como se comporta nos mais variados contextos, não admitindo portanto que a outra pessoa não seja o que parece ser. Estes padrões de comportamento são, deste modo, bons indicadores da boa forma de se comportar, e também por isso se tornam normativos.

As ações de cada ator são, assim, determinadas pelas suas assunções em relação ao comportamento dos outros (quer em relação a si mesmo quer em relação a outros), o que faz com que o indivíduo tenha uma noção de si próprio em determinado contexto. São ações reflexivas na medida em que recorrem a comportamentos padrão, ou normativos, baseando-os num social hipoteticamente ordenado, ao mesmo tempo que

³ Segundo Mead, «the organized community or social group which gives to the individual his unity of self may be called ‘the generalized’ other.” (Mead, 1934, p. 154).

justificam essa ordem social através da existência de comportamentos padronizados e normativos, num processo de confirmação mútua ou processo reflexivo e reflexo, como diria Garfinkel.

Esta reflexividade inerente ao *self* é também, como disse Margareth Archer, “a power that human beings possess: it is the ability to monitor ourselves in relation to our circumstances” (Archer, 2003, a, p. 14).

Segundo a autora, “reflexivity is the regular exercise of the mental ability, shared by all normal people, to consider themselves in relation to their (social) contexts and vice versa (Archer, 2010, p. 4). Por isso, esta capacidade possibilita a realização de projetos normativos, que por sua vez guiam a ação humana e social. Segundo esta autora, a ação humana será determinada pelas disposições e pela reflexividade e decisões reflexivas.

Contudo, para Pierre Bourdieu, o papel da reflexividade não é assim tão importante, porque as disposições, enquanto *habitus*, determinam o comportamento humano, uma vez que este é condicionado pelo social. Assim, enquanto Archer dá maior relevo à reflexividade como produtora de agência humana e consequentemente da ordem social, Bourdieu justifica a irrelevância da reflexividade pela desnecessidade de haver planos para o futuro, deliberações ou intenção de coerência para haver ordem na ação humana.

Um outro autor, Elder-Vass, no seu artigo intitulado “Reconciling Archer and Bourdieu in an Emergentist Theory of Action” (2007), não só tenta fazer o aproveitamento das teorias de Bourdieu e de Archer como faz a ligação entre estrutura e ação no que chama de *Teoria Emergentista da Ação*. Segundo ele, um dos problemas reside no facto de Bourdieu dar demasiada importância ao papel do *habitus* enquanto fator de determinação do comportamento humano através do condicionamento social, descurando a contribuição da reflexividade, o que parece estar de acordo com a perspetiva de Archer, a qual critica Bourdieu dizendo que “no modality now work as *habitus*” (Archer, 2010, 300).

Para ambos, Bourdieu parece confirmar um determinismo por detrás das ações humanas, esquecendo-se de que somos ensinados a cumprir regras de forma explícita e consciente. Mas Elder-Vass explica que o problema principal talvez seja o facto de que “it is not clear how dispositions produce practices and it is difficult to know where to place conscious deliberation and awareness in Bourdieu’s scheme of things” (Elder-

Vass, 2007, 327), opinião essa partilhada por Lahire quando, na sua crítica ao trabalho de Bourdieu, diz que:

no tone example is given of social constitution, inculcation, embodiment, or the ‘transmition’ of these dispositions. No indication is provided of the way in which they can be reconstructed nor of the way in which they act, i. e. how they are activated or used as standbys according to the domains of practices or the more restricted contexts of social life. (Lahire, 2003, 384).

Como já foi dito anteriormente, e contrariando aqui a visão mais determinista de Bourdieu, segundo o qual a ação humana seria determinada pelo *habitus*, a ação humana e social difere da ação animal e instintiva devido a esta capacidade de exercitar a reflexividade inerente ao *self*. A capacidade mental de relacionar o *self* com a sociedade envolvente e a sociedade envolvente com o *self*.

Contudo, a reflexividade em si mesma depende da conceção de projetos e planos de ação futura durante o percurso de vida. Embora, como disse Giddens, muitas vezes os atos intencionais produzam consequências inesperadas, o indivíduo enquanto agente é capaz de racionalmente agir de acordo com o que espera que seja um resultado final da sua ação. Quer isto dizer que, se por um lado a reflexividade depende dos planos, por outro lado os planos dependem das expetativas em relação ao resultado final a obter.

Independentemente do espaço e do tempo em que a ação é desencadeada, quando esta é intencional o agente tem o poder de escolha sobre a sua ação, ainda que esta se encontre condicionada a nível material, estrutural, e possa também sofrer sanções⁴.

Bourdieu argumenta que o condicionamento social gera e ativa disposições de adaptação ao próprio condicionamento (as oportunidades e as necessidades) e que:

[...] all those who share a given social position are exposed to similar opportunities and necessities, they tend to develop a similar habitus, hence their social practices tend to be objectively harmonized without any calculation or conscious reference to a norm (Bourdieu, 1990, pp. 58-59/327).

⁴ Ver Giddens, “constraints on choice”.

No entanto, embora seja lógico que estes indivíduos partilhem um conjunto de disposições semelhante, isto não explica o porquê de pessoas da mesma classe social experimentarem por vezes percursos diferentes de mobilidade social.

Se o *habitus*, enquanto “sistema de disposições geradoras e organizadoras de práticas e representações”, fosse o principal determinante da ação humana, então os indivíduos de uma mesma classe não teriam expectativas diferentes em relação ao seu futuro. Isso só acontece porque o ser humano é dotado também de pensamento reflexivo. No diálogo interior consigo próprio, o indivíduo toma consciência de si mesmo e dos seus sonhos, o que leva a que produza expectativas em relação ao futuro e invista em planos para concretizar essas expectativas.

É óbvio que para não correr o risco de cair em teorias vazias (algo de que Bourdieu já foi acusado por parte de Lahire), não se pretende aqui assumir uma posição tacitamente assertiva a este respeito, mas antes hipotética.

Talvez Bourdieu argumentasse que os sonhos também são eles mesmos produtos da incorporação do social, da internalização de valores sociais, uma vez que, segundo o autor, a ideia de deliberação voluntária leva a assunções erróneas, atribuindo o princípio da ação mais ao senso prático do que ao cálculo racional. Não deixa de ser verdade, uma vez que o social molda e é moldado pelo indivíduo, mas esta asserção só estaria a colocar em evidência uma parte da equação: a de que o social molda o indivíduo, tomando este como sujeito passivo.

Embora o conceito de reflexividade não esteja totalmente clarificado na teoria social e permaneça ainda como um conceito vago no que diz respeito ao que é ou ao que produz, Giddens (2005: 27) advoga que, na modernidade, a reflexividade “é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de tal modo que o pensamento e a ação são constantemente refratados um sobre o outro”. Segundo o autor, “a reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter” (Giddens, 2005, p.27).

Isto não chega a ser uma negação do que foi dito pelos autores já mencionados, mas antes uma complexificação do conceito de reflexividade adaptado à modernidade. A reflexividade é vista por Giddens como “reflexividade generalizada”, reflexiva em

relação a si mesma, num processo mais focado no presente do que no passado, ao contrário da reflexividade “tradicional”. Archer parece concordar com Giddens quanto a isto. Para a autora “in the third millennium, the fast-changing social world makes it incumbent on everyone to exercise more and more reflexivity in increasingly greater tracts of their lives” (Archer, 2010, p. 5).

3.4 DISPOSIÇÕES FACILITADORAS E INIBIDORAS DE MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE

Como já vimos, a existência ou a inexistência de capital económico é um fator fundamental em percursos de mobilidade social, uma vez que este capital possibilita todos os outros capitais. O capital económico ou a falta dele determina a composição e o tipo de recursos materiais existentes no seio familiar. Isso marca a diferença no acesso e no consumo de bens essenciais, tais como material escolar ou simplesmente uma boa alimentação, favorecendo ou comprometendo as trajetórias de sucesso.

Mas se este tipo de capital for muito reduzido ou inexistente, como acontece no caso das populações mais desfavorecidas, como ter acesso a trajetórias de sucesso?

Os estudos que se centram em trajetos de contratendência, sobretudo os de sentido ascendente, partilham a ideia de que estes trajetos só são possíveis se houver condições compensadoras específicas para que possam acontecer. Essas condições estão muito ligadas a origens sociais específicas, singulares, excepcionais: família de origem e condições sociais pré-existentes que confirmaram uma certa vantagem social. A mobilidade ascendente depende, por isso, em grande medida, da história familiar (Santelli, 2001; Bertaux e Bertaux-Wiame, 1988).

Assim, acredita-se que os indivíduos oriundos das classes populares e que se destacam têm percursos singulares porque são também eles produtos de condições singulares (Bourdieu e Passeron, 1964/1970). Ou são filhos de pais com algum capital cultural (normalmente com qualificações escolares acima da média para as classes populares, ou obrigados a abandonar os estudos precocemente), apesar de terem pouco capital económico, ou então são filhos de pessoas com estabilidade profissional, regalias sociais e melhores perspetivas de carreira, com profissões com características que possam ajudar a estabelecer uma rotina organizada e disciplina em casa (como pessoal administrativo, do setor dos serviços, ou de alguns trabalhos manuais mais qualificados). Em todo o caso, tendencialmente estes jovens provêm de meios em que se

entende o investimento escolar como significativo para as trajetórias futuras.

Em suma, estas famílias têm de reunir condições que possibilitem, por um lado, a ativação de disposições que facilitem o seu enquadramento no sistema e, por outro, que contribuam para fomentar a sua ambição (expetativas e aspirações de futuro).

Por isso, o capital cultural torna-se uma ferramenta muito útil para explicar este tipo de trajetória. Partindo do princípio de que os pais mais escolarizados vão também incentivar os filhos a estudar, vão dar um maior suporte nas tarefas escolares e vão fomentar expetativas e aspirações mais elevadas nos seus filhos, pode dizer-se que o capital cultural incorporado é uma forma de garantir que os filhos ultrapassem a condição dos pais, uma vez que à partida já se encontram numa posição mais vantajosa ao terem esse suporte.

O capital social também pode ser uma grande vantagem porque muitas portas podem ser abertas por esta via. O facto de às vezes uma mãe, que é doméstica mas trabalha na casa de um casal de advogados, desejar que o seu filho um dia venha a ser advogado e já ter esse contacto para perguntar como se faz, o que é preciso para lá chegar e às vezes até gozar de algum incentivo ou apoio nesse sentido por parte dos patrões, faz toda a diferença.

O contacto com outras realidades, ainda que não seja de forma direta, pode ser um potente catalisador da mudança. Prova disso são também os professores que, ao lidarem com este tipo de situação, não se coibem de ajudar e de incentivar. Procuram dar apoio mais personalizado e aplicar estratégias de maior proximidade para motivar e estimular a criatividade e as capacidades dos alunos, geralmente com bons resultados. O professor, quando bem preparado para lidar com contextos diversificados e motivado para levar os alunos à excelência, pode ser um elemento-chave nos percursos de mobilidade ascendente, pois, juntamente com a família, ele pode dar à criança ou ao adolescente o incentivo e as bases necessárias para que este faça o seu próprio caminho, aproveitando o máximo do seu potencial. Não admira por isso que se pense que o efeito-escola é uma das maiores revoluções neste tipo de trajeto.

Embora ainda seja uma hipótese não comprovada, também parece ser comum a religião promover valores e comportamentos que são mais adequados à integração no ambiente escolar e, consequentemente, a um melhor resultado socioprofissional.

Contudo, isto não explica de que modo é que as disposições são ativadas ou adquiridas para este tipo de contexto, nem se pretende aqui fazê-lo, deixando apenas este tópico como uma possível linha de reflexão.

Todavia, não nos podemos esquecer de que a estrutura também pode ter implicações na agência e que com o surgimento de novos canais para a mobilidade ascendente, tais como a expansão da educação universitária, a acessibilidade crescente das profissões qualificadas, a internet e a nova economia, estão a modificar as relações interpessoais e, com elas, todas as dinâmicas pessoais, familiares, escolares e profissionais. Para além de estarem a mudar os modos de socialização, estes novos canais também estão a colocar em causa a noção de classe e de estratificação social, contribuindo para uma nova era supostamente mais meritocrática e fluida, característica esta que se espera das sociedades mais abertas.

No entanto, se, como disse Bourdieu, o sistema de disposições está intrinsecamente ligado ao processo de socialização primária, ou, como advoga Lahire, o património de disposições depende das diversas e sucessivas socializações que o indivíduo vai experimentando, então, com a mudança nos modos de socialização (quer primária, quer secundária) que estes novos canais trazem para a vida do cidadão comum, também o modo de incorporação dessas mesmas disposições passa a ser de alguma forma diferente e mais adaptado ao contexto ou contextos inerentes.

Ainda assim, seria impensável não pensar no reverso da medalha: as disposições inibidoras, aquelas que de alguma forma podem impedir que um indivíduo inteiramente capacitado para uma trajetória de mobilidade ascendente exerça a sua capacidade de forma plena e efetiva, mesmo que de modo involuntário.

Acredita-se que famílias que apresentam maior instabilidade financeira e familiar, nomeadamente ao nível de empregos precários, de baixas remunerações e horários irregulares, tendem a ter um estilo de vida desorganizado, comprometendo as rotinas familiares (horários, atividades domésticas, etc.) e o bom acompanhamento escolar dos filhos (disciplina, controlo e incentivo aos estudos, exercícios de leitura e outros tipos de aprendizagem).

Os pais, forçados a trabalhar mais horas e sujeitos a cansaço extremo e grandes níveis de stress, tendem a delegar os seus poderes parentais a outros (parentes, vizinhos,

professores), exercendo menor autoridade e disciplina sobre os filhos. Esta falta de acompanhamento adequado, juntamente com as causas estruturais, pode traduzir-se em abandono escolar precoce e em fracas expetativas e aspirações, o que, por sua vez, parece ser o ingrediente fulcral em trajetórias marcadas pelo insucesso, reprodução ou mobilidade descendente.

No que toca ao plano dos efeitos estruturais, não nos podemos esquecer também de que os constrangimentos são vários e de variada ordem. Primeiramente, quando falamos de massificação do ensino estamos a falar de uma suposta democratização, que, como vimos, está longe de ser igualitária. A desvalorização dos diplomas só veio tornar o caminho para a mobilidade ascendente ainda mais sinuoso. A nível disposicional, ela tanto pode implicar uma “propensão” para a mobilidade ascendente, uma vez que as classes populares têm um maior acesso às instituições de ensino público (obrigatório e superior) como a uma maior descrença nela, pois esses mesmos diplomas, cada vez mais banalizados, na prática não se traduzem em melhores condições de acesso ao emprego, uma vez que estas dependem também do capital social e económico dos seus detentores. Assim, como diria Bourdieu, “excluídos do interior”, estes jovens têm acesso ao ensino, mas apenas conseguem aproveitar o mínimo do que este tem para oferecer, condicionados a cursos e estabelecimentos menos privilegiados e marcados pelas baixas expetativas das instituições que frequentam.

Quando não ficam retidos logo no ensino obrigatório (com sucessivas reprovações e abandono escolar precoce), muitas vezes faltam-lhes as condições materiais para o ingresso no ensino superior e, “devido à segmentação laboral e à desigualdade de recursos, muitos dos imigrantes e dos seus descendentes ficam retidos nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho, não lhes sendo possível efetuar percursos ascendentes significativos” (Egreja e Peixoto, 2011:44).

Temos ainda de mencionar a questão do racismo, sentido quer a nível social quer a nível institucional. Estes jovens, oriundos de meios desfavorecidos e marginalizados, tendencialmente desenvolvem autoperceções vinculadas a estereótipos disseminados pelos media, os quais se revelam maioritariamente parciais e discriminatórios. A representação mediática de que são alvo geralmente em nada beneficia a sua imagem, retratando os contextos de imigração como causa de problemas sociais e a presença dos

imigrantes como temporária e precária (Santelli, 2001), relegando os imigrantes e os seus descendentes para uma posição de inferioridade (Mince, 1997: 246).

As discriminações de que são alvo na rua, na escola, no trabalho ou até perante a lei fazem com que estes jovens desenvolvam uma imagem desvalorizada de si mesmos (Wallet, Nehas e Sghiri, 1996: 22) e uma autoestima muito baixa. Influenciando o modo como se situam e como se definem, este sentimento de exclusão ou rejeição pode ter efeitos perversos, não só no modo como estas populações se vêm e são vistas como nas suas expetativas e aspirações em relação ao futuro.

Portes e Rumbaut (2001) afirmam que os modos de incorporação, a duração e o tipo de aculturação estão relacionados com o grau de auto-estima dos adolescentes descendentes de imigrantes. Segundo os autores, quando existe grave experimentação de discriminação ou aculturação dissonante (marcada pelo sentimento de vergonha em relação aos pais e conflito entre pais e filhos), os níveis de autoestima dos filhos são fortemente reduzidos. Isto faz com que a sua autoimagem seja afetada e, consequentemente, as suas expetativas e aspirações sejam também reduzidas.

Por outro lado, as famílias intactas fortes ou as relações intra-comunidades étnicas apoiam a adaptação psicosocial dos descendentes, evitando ou minimizando os efeitos disposicionais nocivos da discriminação e beneficiando os seus percursos.

Seja como for, as disposições vão estar sempre aliadas aos contextos em que estes agentes estiverem inseridos, pelo que deles dependem em grande medida. Bons ambientes familiares, escolares e profissionais tendem a desenvolver disposições facilitadoras de mobilidade social ascendente, ao passo que ambientes hostis, desorganizados, precários, instáveis ou simbólica ou fisicamente violentos tendem a gerar disposições inibidoras da mobilidade social ascendente.

Ação e estrutura complementam-se e vivem de mãos dadas. Uma não existe sem a outra, e as duas juntas, com mais intervenção de uma ou de outra, geram a diversidade de percursos e de patrimónios de disposições que podemos encontrar nas entrevistas realizadas para esta tese.

3.5. MOBILIDADE ASCENDENTE E CONSEQUÊNCIAS DISPOSICIONAIS

As trajetórias de mobilidade de sentido ascendente, consideradas, até certo ponto, excepcionais, podem proporcionar mudanças significativas nos estilos de vida e, consequentemente, na (auto)perceção pessoal e social dos indivíduos. Desta forma, podemos pressupor que os patrimónios de disposições sejam, também eles, afetados em grande medida por estas mudanças.

Se, como diz Lahire, as disposições são ativadas, reforçadas ou substituídas, então, perante um cenário de grande mudança social ou até de clivagem do “eu”, seria impossível manter o mesmo património disposicional (imutável ou pelo menos transferível de um contexto para o outro de maneira durável, como diria Bourdieu). “A coerência dos hábitos ou esquemas de ação (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de apreciação, de avaliação...), que cada ator pode ter interiorizado, depende, portanto, da coerência dos princípios de socialização aos quais esteve sujeito” (Lahire, 1999: 31).

“La différenciation sociale [...] sous l’effet d’une mobilité ascensionnelle peut occasioner l’éclatement d’une communauté culturelle” (Camilleri, 1991; Vermés, 1991; Manço, 1999: 65). Por este motivo, pode dar-se uma rutura entre as lógicas populares e tradicionais afetas aos pais e as lógicas da modernidade a que os filhos pertencem. Entre a continuidade e a mudança, os jovens em percursos de contratendência ou, por assim dizer, os “trânsfugas de classe”, vivem a sua pluralidade disposicional, intrínseca, não necessariamente de maneira tensa, conflituosa (como seria o caso de uma dupla personalidade explicado por Freud), mas antes como uma experiência “normal” do quotidiano em contexto diferenciado.

Uma vez que um ator foi colocado, simultânea ou sucessivamente, dentro de uma pluralidade de mundos sociais não homogéneos, às vezes até contraditórios, ou dentro de universos sociais relativamente coerentes mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então trata-se de um ator com o estoque de esquemas de acções ou hábitos não homogéneos, não unificados, e com práticas consequentemente heterogéneas (e até contraditórias), que variam

segundo o contexto social no qual será levado a evoluir. (Lahire, 1999: 31)

Ou seja, o ator, desde muito cedo exposto a múltiplos contextos, incorporou esquemas de ação diversificados, que não são obrigatoriamente desencadeadores de sofrimentos, podendo, na realidade, coexistir harmoniosamente.

Assim como Bourdieu e Sayad (1964) falavam de um “desdobramento” resultante da duplicidade existencial da condição de colonizado (neste caso, argelino), também o “trânsfuga de classe”, enquanto produto de uma nova realidade onde o ponto de origem e o ponto de chegada são classes, estilos de vida, valores, maneiras de estar e de agir diferenciados, está de certa forma oscilante entre as contradições que opõem esses dois mundos: o mundo familiar (supostamente com valores mais tradicionais e mais desprovido de poder económico) e o mundo escolar e laboral, que abrirá portas para uma nova condição social.

[...] trata-se de uma clara oposição entre duas grandes matrizes de socialização contraditórias (o universo familiar e o universo escolar), cujos valores simbólicos são socialmente diferentes no âmbito de uma sociedade hierarquizada (prestigioso/desvalorizado; alto/baixo; dominante/dominado...), que leva a heterogeneidade de hábitos, dos esquemas de ação introjetados a se organizarem sob a forma de uma divisão do eu, de um conflito interno central que organiza (embaraça) cada momento da existência. (Lahire, 1999: 42)

No entanto, esta complexidade interna do ator, adquirida através da exposição a diversos contextos de socialização e que pode originar o conflito interno (mas não o faz obrigatoriamente), é também uma mais-valia. Os jovens “plurais” tendem a adaptar-se mais facilmente a novos contextos e a desenvolver um gosto pelo desafio. Tendencialmente, os “trânsfugas de classe” parecem ter percursos marcados por uma valorização escolar precoce que aumenta a sua autoestima, ajudando a desenvolver uma autoimagem positiva, muito útil no caminho rumo à mobilidade ascendente. A superação de obstáculos pode tornar-se um motivo de orgulho e de autovalorização. Em detrimento das adversidades, à medida que os bons resultados vão chegando, os mecanismos de autodefesa vão sendo acionados e a capacidade de mutação e de adaptabilidade vai sendo reforçada, abrindo portas a novos horizontes.

4. MOBILIDADE SOCIAL E DESCENDENTES DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

4.1. CLASSES E MOBILIDADE SOCIAL EM PORTUGAL

Como se sabe, a Sociologia em Portugal foi uma área disciplinar que se iniciou relativamente tarde, na década de 1960. Os cientistas sociais portugueses começaram a dar os primeiros passos quando nos EUA e nas grandes potências europeias (sobretudo em Inglaterra e em França) já se discutiam em profundidade os imbricamentos ligados à relação entre estrutura e ação e já se dispunha de um vasto património de pesquisa empírica sobre múltiplos temas, incluindo o da mobilidade social.

Portugal não tardava a passar pelas transformações impostas pelas crises da revolução do 25 de Abril de 1974 e da democratização, sofrendo grandes alterações a nível económico e social. Uma sociedade que se mantivera durante muito tempo fortemente apoiada em alicerces rurais foi-se modernizando com o desenvolvimento da indústria e dos serviços. Na senda das mudanças na Europa, também a sociedade portuguesa sofreu alterações significativas no seu mercado de trabalho: a terciarização, a emancipação feminina com contornos maciços (com a crescente escolarização e entrada da mulher no mercado de trabalho, o adiamento da maternidade e a reivindicação de direitos na esfera doméstica) e a massificação do ensino.

Mas essas não foram as únicas alterações que o país sofreu. Como podemos ver na tabela 1, da década de 1960 para cá, o número de idosos foi aumentando substancialmente, ao passo que, nos últimos anos, a população tem vindo a diminuir (muito devido ao menor número de nascimentos). Apesar da diminuição considerável da taxa de analfabetismo e do incremento da percentagem de população com o ensino secundário completo (relacionados com a massificação do ensino), o desemprego tem

vindo a aumentar, e o número de pensionistas está a chegar a níveis alarmantes, uma vez que rondava quase a metade da população (39,4%) em 2011 e tem aumentado desde então. Isto evidencia os efeitos da crise, mas também o envelhecimento da população portuguesa, agora muito dependente das medidas do Estado, as quais parecem insuficientes para controlar e colmatar as necessidades dos seus contribuintes.

Quadro 1: BI da população portuguesa (2012/2018). Fonte: INE.

	1960	1981	2001	2011	2017
População (milhares)	8.865,0	9.851,3	10.362,7	10.557,6	10.291,0
Idosos por cada 100 jovens	27,3	45,4	101,6	125,8	155,4
Famílias	2.356.982	2.924.443	3.650.757	4.043.726	-
Alojamentos familiares	-	-	5.357.900	5.882.130	-
Taxa de analfabetismo (%)	-	18,6	9,0	5,2	-
% população com ensino secundário	-	-	11,7	16,8	-
Taxa de desemprego (%)	-	-	4,0	12,7	8,9
Pensionistas da Seg. Social e CGA em % da população	-	25,1	34,0	39,4	-
PIB per capita (preços constantes 2006)	3.133,3	8.157,1	14.973,0	15.202,7	-

Estas alterações trouxeram consigo um interesse acrescido pelo estudo das mudanças sociais e, consequentemente, pelo estudo das classes, da estratificação e da mobilidade social.

Procurando olhar para a estrutura social portuguesa e para os contextos de recomposição social (tais como a estruturação diferencial da economia portuguesa, as especificidades regionais da estrutura de classes, a crescente litoralização e a concentração urbana), que implicaram mudanças no setor terciário (Estanque e Mendes, 1998/1999), os primeiros estudos sobre mobilidade social em Portugal limitaram-se a fazer um enquadramento estrutural e a dar o arranque ao estudo das classes. Foi só a partir do início da década de 1980, com estudos realizados por autores como João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, que o

terreno das classes e da estratificação social se consolidou e ganhou uma perspetiva mais clara e uma conceptualização mais operacional (nomeadamente a tipologia ACM).

Assim, os estudos portugueses sobre mobilidade social mais significativos chegaram a conclusões parecidas com as que encontramos nos primeiros grandes estudos americanos e europeus anteriormente mencionados. Apesar de terem sido realizados três décadas mais tarde, também os estudos sobre a mobilidade social portuguesa chegavam à conclusão de que os números da mobilidade social absoluta eram consideráveis, mas que a mobilidade intergeracional não era expressiva, o que fazia presumir uma fraca abertura da sociedade portuguesa (Villaverde Cabral, 1998; Machado e Costa, 1998; Estanque e Mendes, 1998).

Embora a produção científica sobre a mobilidade social em Portugal não seja extensa, “a investigação aplicada ao contexto da sociedade portuguesa nesta matéria ora salienta que, embora se verifique uma democratização, subsiste o peso da reprodução social e das trajectórias descendentes, ora realça a pouca abertura da estrutura social e uma mobilidade social ilusória” (Estanque e Mendes, 1998, 1999; Albuquerque, 2008).

No que diz respeito ao género, de forma sucinta, poder-se-á dizer que as análises feitas para o contexto português relativamente à mobilidade social da população em geral indicam que existe, efectivamente, uma variação, uma vez que os homens tendem a ter percursos mais lineares do que as mulheres. Segundo Machado et al. (2008), o recrutamento universitário é para as mulheres menos influenciado pelo fator classe de origem, o que pressupõe uma maior diversidade no acesso e trajetórias ascendentes marcadas por um maior distanciamento social. Estanque e Mendes (1998) também já tinham mencionado as disparidades de género neste tipo de trajetória, bem como o facto de o capital social ser determinante nestes casos.

Com a democratização do ensino, a chegada às instituições universitárias, tal como aconteceu noutras países, começou a ser mais eclética, até porque foi alvo de uma recomposição social. No entanto, os dados dos estudos realizados tendem a apontar para uma disparidade nas percentagens de entrada de alunos segundo a classe de origem, o que se revela preocupante (Estanque e Nunes, 2003). A reprodução de classe continua a ser um problema porque a probabilidade de um aluno oriundo das classes mais altas

entrar na faculdade é simplesmente sete vezes maior comparativamente à dos das classes populares (Machado et al., 2003). Isto evidencia o facto de que, como diria Erik Olin Wright, “class counts”.

Alguns estudos, nomeadamente os de Manuel Villaverde Cabral, apontam para uma forte reprodução social como consequência da manutenção de posições sociais através da atribuição “viciada” de diplomas. Ou seja, as instituições escolares e profissionais estariam de alguma forma a reproduzir as condições sociais, beneficiando os mais favorecidos ao atribuir e valorizar diplomas aos já detentores de capital económico e escolar. Ainda assim, tendo em conta a massificação do ensino e a crescente entrada de jovens oriundos das classes populares nas universidades, esperar-se-ia que esses diplomas também surtissem algum efeito nas lógicas do mercado de trabalho. Contudo, ao que parece, no caso dos jovens oriundos de contextos descapitalizados, quando há efetivamente uma correspondência entre diploma e lugar de classe, estamos perante uma exceção que confirma a regra.

É por isso que no contexto português, no que diz respeito às classes populares e sobretudo aos descendentes de imigrantes, se tende a minimizar o fator “escolaridade dos pais” ou capital cultural de origem como fator determinante para os percursos de mobilidade ascendente em favor de explicações mais voltadas para o efeito da condição socioeconómica (capital económico) nessas trajetórias (Garcia et al. 2000; Queiroz e Gros, 2002; Machado, Matias e Leal 2005; Marques e Martins, 2005; Tavares, 1998). A pobreza e a exclusão seriam assim os fatores mais bloqueadores das trajetórias de sucesso e propagadores de percursos marcados pela reprodução social.

Para além disso, também em Portugal os resultados expressivos de mobilidade social estiveram sempre intimamente ligados às mudanças estruturais no mercado de trabalho. Com a difusão da precarização a todos os níveis, da flexibilização e da segmentação do emprego a que assistimos, as lógicas classistas deixam de se aplicar, pelo menos em termos tradicionais. Se as fronteiras de classe estão cada vez mais atenuadas, teoricamente deveria haver mais abertura para trajetórias de mobilidade social, quer ascendente quer descendente. Mas será que isso acontece, ou a reprodução social determina uma estabilidade fictícia que camufla padrões de estagnação social?

Como pudemos ver, capital cultural e status nem sempre andam de mãos dadas. Tendo em conta a desvalorização dos diplomas, quer isto dizer que, hoje em dia, a obtenção de um grau académico ou de um diploma por si só não é garantia de uma trajetória ascendente. Para isso concorre também a respetiva correspondência que o diploma tem com o lugar que cada um ocupa na pirâmide profissional.

Machado e Costa (1998) analisam a relação entre a crescente escolarização (sobretudo ao nível do ensino superior) e as categorias profissionais mais qualificadas, bem como a feminização e a sua relação com a terciarização. Chegam à conclusão de que existem dois padrões de classe bem assentes em Portugal: o empresarial e dos quadros dirigentes, predominantemente masculino e pouco escolarizado, e o dos profissionais altamente escolarizados, maioritariamente feminino. Esta é uma tendência que se tem mantido, uma vez que a frequência universitária e a consequente obtenção de diplomas também se tem vindo a feminizar de maneira célere e esmagadora, sem que tenha havido grande revolução no mundo empresarial. Mas seria interessante perceber se o número de mulheres no meio empresarial e em cargos de direção tem vindo a aumentar, se se manteve estável ou se diminuiu nos últimos tempos.

Os autores sugerem ainda que o panorama da mobilidade social em Portugal se desdobra em vários cenários e percursos heterogéneos, onde coexistem padrões de reprodução e trajetórias de mobilidade social (ascendente e descendente). De sublinhar é o facto de, no estudo da mobilidade social, ser preciso ter em conta vários fatores, de entre os quais o género e os capitais económico e escolar familiares.

Quanto aos jovens provenientes dos contextos descapitalizados, “esperam-nos obstáculos incontornáveis, e é bastante escassa a probabilidade de fugirem das posições sociais menos gratificantes em que se encontravam à partida” (Estanque e Mendes, 1998: 192), mas não é impossível. Estes são “caminhos limitados”, mas que ainda assim encerram algumas possibilidades.

4.2. CONTEXTOS E CARACTERÍSTICAS DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

Portugal, um país pequeno e de grande homogeneidade cultural, passa rapidamente de país de emigração a país de emigração e imigração, perdendo assim tal homogeneidade, o que por si só já é uma condição que particulariza a situação do país na Europa, como também faz de Portugal um país plural, de contexto multicultural e composição complexa.

Não admira, por isso, que uma das temáticas mais abordadas nos últimos anos tenha sido a da gestão e integração das populações migrantes na sociedade portuguesa. A necessidade de gerir essa pluralidade (quer seja em termos dos fluxos migratórios ou das modalidades de integração) e a necessidade de sustentar uma coesão nacional são, sem dúvida, duas faces de uma mesma moeda, que parece ser questão central tanto a nível político quanto a nível científico.

Esta recomposição estrutural que o país sofreu e vem sofrendo até hoje, através das entradas de imigrantes e saídas de emigrantes, gerou uma considerável produção científica em volta dos temas relacionados com as políticas de imigração, o mercado de trabalho e a caracterização das populações imigrantes por comparação com a população portuguesa.

Os primeiros textos sobre esta temática procuram sobretudo dar um panorama geral sobre a condição dos imigrantes, sobretudo os dos PALOP (Saint-Maurice e Pires, 1989) e em particular sobre os cabo-verdianos, devido ao seu maior número e tempo de permanência em Portugal (França, 1992), dando especial atenção ao conceito de etnicidade (Bruto da Costa e Pimenta, 1991; Castro e Freitas, 1991; Machado, 1992) e aos contrastes sociais entre população autóctone e população imigrante (Machado, 1992), procurando ainda sistematizar os tipos de imigrantes e de imigrações (Pires, 1993).

Em conformidade com todos os estudos está a assunção de que a imigração em Portugal começa com a comunidade cabo-verdiana na década de 1960 (porque ainda

que haja provas da permanência desta comunidade em território português muito antes, essas eram situações em que não se diferenciava a nacionalidade portuguesa dos autóctones da dos colonizados, pelo que se torna impossível contabilizá-la) e que se vai desdobrando até aos nossos dias em três fases (1^a fase: de 1974 a 1985 - com a chegada de retornados e o consequente reagrupamento familiar; 2^a fase: de 1986 a 1999/2000 – com a vinda de brasileiros, europeus e americanos, devido ao crescimento económico do país; 3^a fase: entre 2003 e 2004 – devido a mais oportunidades de emprego nos setores da construção civil e das indústrias ligadas ao turismo, segundo o texto de Baganha, Marques e Góis de 2009). Ou em quatro fases (de 1960 a 1975; de 1975 a finais de 80s; de finais dos 80s a 2003; e de 2003 até aos dias de hoje com o abrandamento do número de entradas e processos de recomposição familiar, como se pode ver em Machado, 2009) e três tipos de imigração (laboral, profissional ou refugiada), como considera Rui Pena Pires no seu estudo de 1993.

Mais para o final da década de 90 e inícios do século XXI, vários estudos começam a incidir não tanto na caracterização das comunidades imigrantes por comparação com a população autóctone, mas privilegiando um enfoque nas diferenças intracomunidades (Saint-Maurice, 1997) ou intercomunidades migrantes, e também dando já os primeiros passos no sentido de perceber as especificidades do fenómeno do contexto imigratório português à escala europeia (Machado, 1997; Pires, 2002; Marques e Rosa, 2003; Baganha, 2005).

Passadas já mais de três décadas desde o início da imigração em Portugal, começa portanto a fazer sentido estudar os processos de mobilidade dos imigrantes e as recomposições sociais a eles inerentes (Machado e Abranches, 2005). E como a mobilidade social ascendente tende a ser vista enquanto processo indissociável do capital escolar, vemos também surgir, nesses anos, estudos relacionados com o percurso escolar dos filhos de imigrantes (agora em idade escolar, ou até já em percurso universitário) e a sua integração na sociedade da informação e do conhecimento (Marques e Martins, 2005), tentando perceber as dinâmicas de integração ou exclusão, bem como o sentimento de pertença destes jovens e comparando-os com os seus pais e com os jovens portugueses em geral (Machado, 2007).

Fruto da frequente construção simbólica dos imigrantes como o "Outro", o "problema" e a "ameaça", as formas de integração subjetiva dos imigrantes mostram-se também um terreno científico produtivo e surgem estudos relacionados com os modos de percepção negativa dos imigrantes/minorias (Rosário, Santos e Lima, 2011), que procuram destrinçar os porquês de manifestações racistas ou de qualquer essência discriminatória numa sociedade pretensamente não-racista como a portuguesa (Marques, 2007).

Outra linha de análise que importa referir é a dos estudos sobre mulheres e as relações de género, dois temas que estiveram entre os mais investigados neste domínio entre 2006 e 2008 (Machado e Azevedo, 2009). Nesses estudos procurou-se descrever o papel das mulheres no tecido imigratório (Wall et al., 2008) e compreender as implicações da feminização dos processos migratórios através de retratos de mulheres migrantes e dos seus percursos (Miranda, 2009), bem como dos seus modos de incorporação económica na sociedade de acolhimento (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010).

Neste contexto, os estudos vão avançando no sentido de uma visão da imigração e da etnicidade enquanto fenómeno à escala europeia e global, o que se traduz também em estudos sobre a transnacionalidade dos espaços, das culturas e das identidades, em busca de perceber como a globalização, ao intensificar os processos migratórios, promove cidades mais multiculturais e origina mercados de referências étnicas (Lima Costa, 2011).

Sabemos que, em Portugal, a existência de gerações de filhos de imigrantes é um fenómeno relativamente recente. No que diz respeito aos jovens descendentes de imigrantes africanos, provenientes dos contextos PALOP, não chega ainda a meio século de existência. Embora os imigrantes cabo-verdianos tenham chegado a Portugal por volta do final dos anos 60 do século passado, motivados sobretudo por razões de cariz laboral, nessa altura esta imigração ainda não era considerada como tal.

Portugal vivia em contexto colonial e, como já foi mencionado, os cabo-verdianos que por cá se instalaram eram considerados portugueses, pois não se fazia a distinção entre a população das colónias e a população da metrópole. Isto faz com que não se

saibam números relativamente a estes primeiros fluxos de imigração. Só após a independência das colónias foi possível diferenciar as comunidades por nacionalidade e contabilizar as entradas ou saídas do país de elementos estrangeiros. Ainda assim, tendo em conta que essa primeira incursão de cabo-verdianos em Portugal data do final dos anos 60 e que cumpria o objetivo de preencher vagas disponíveis no mercado de trabalho da altura, que consistiam em posições de trabalho precário e desqualificado que já não eram aliciantes para os autóctones, muitos dos filhos dessa geração de trabalhadores, que terão já nascido em Portugal, nasceram anos mais tarde e estarão agora na casa dos quarenta anos de idade.

Um pouco depois, em meados e finais da década de 1970, com o enorme fluxo de imigração proveniente dos contextos das ex-colónias africanas devido às guerras de libertação das mesmas, milhares de imigrantes, assim como centenas de milhar de portugueses que se tinham instalado nas colónias (e a quem depois se chamou de “retornados”), refugiaram-se em Portugal. Várias foram as famílias que se viram sem recursos e obrigadas a enfrentar uma nova realidade e a construir uma nova vida num Portugal também ele novo e diferente.

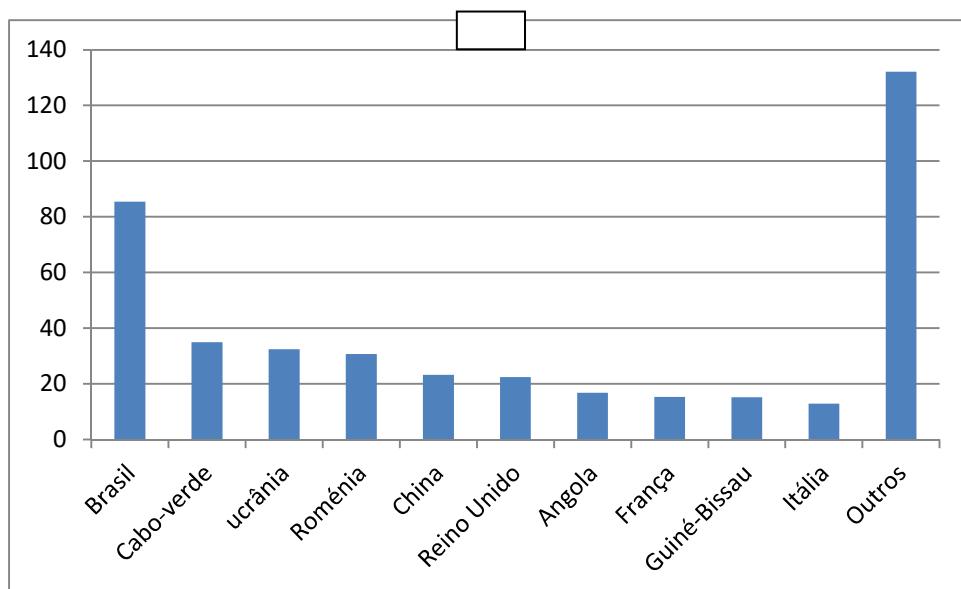
Contudo, o incremento da imigração em Portugal, e sobretudo a imigração de origem africana, deu-se por volta dos finais dos anos 80, tendo-se alargado a fluxos provenientes de outros continentes, como o americano (com um forte destaque para os imigrantes brasileiros), e ao fluxo europeu, com a crescente vinda de imigrantes de Leste, sobretudo a partir dos anos 90. Esta tendência manteve-se nos primeiros anos do século XXI, mas mais recentemente, em função dos desaires das crises económicas europeias, tem vindo a retrair-se, com uma diminuição assinalável dos fluxos de entrada de comunidades estrangeiras.

No entanto, como podemos ver no gráfico 1, segundo o relatório estatístico anual do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no ano de 2017, a comunidade brasileira manteve-se a principal comunidade estrangeira residente (20,3%), seguida da comunidade cabo-verdiana (8,3%) e da comunidade ucraniana (7,7%). As surpresas foram apenas a comunidade chinesa (5,5%) aparecer em quinto lugar e a comunidade

inglesa em sexto lugar (5,3%), suplantando a comunidade angolana (4%), entre as dez comunidades imigrantes mais numerosas em Portugal.

De salientar é também o facto de, segundo o mesmo relatório, cerca de 83% da população estrangeira estar entre a população potencialmente ativa, na faixa dos 20 aos 39 anos de idade. Isto significa que não só esta população favorece em grande medida o rejuvenescimento da população portuguesa em geral como também constitui muita da sua força de trabalho, contribuindo para a economia do país.

Figura 1: População estrangeira em Portugal (em milhares). Fonte: SEF (2017).



No entanto, Portugal, que tem já uma longa história de emigração e agora de imigração também, e que, segundo os dados do SEF, no ano de 2017 era composto por cerca de 421.711 cidadãos imigrantes com título de residência válido, concentrados sobretudo em Lisboa, Setúbal e Faro, debate-se ainda com problemas seriíssimos para a integração plena destas comunidades, a começar pela nacionalidade.

Pode-se dizer que Portugal tem ainda uma lei (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, a qual introduziu algumas alterações à Lei da Nacionalidade - n.º 37/81, de 3 de Outubro precisamente para combater a exclusão social) que não concede a nacionalidade portuguesa a filhos de imigrantes, ainda que nascidos em solo português,

exceto se um dos progenitores for português ou se residir em Portugal pelo menos há cinco anos. Isto faz com que haja neste momento uma série de jovens, de origem africana e outras, que, ainda abrangidos pela legislação de 81, se encontram efetivamente a viver como se fossem estrangeiros no seu próprio país.

Para estes jovens, que na verdade muitas vezes só conhecem a realidade portuguesa, mas se veem desta forma impedidos de exercer a sua plena cidadania, é revoltante serem excluídos desta forma dentro país onde nasceram. Para além das questões legais que advêm da falta da nacionalidade portuguesa, há ainda o sentimento de rejeição a elas associado, que, como já vimos, pode estar na origem do emergir de identidadesreativas.

A questão da identidade é uma outra questão que merece alguma atenção. Em Portugal, os imigrantes africanos são neste momento aqueles que têm já um tempo de fixação considerável e, por isso, os seus filhos fazem parte de uma geração que já deu entrada no mercado de trabalho ou está neste momento a fazê-lo. Isto torna-se um dado relevante sobretudo porque, para além de já se poderem fazer estudos de mobilidade junto desta população, também se torna cada vez mais premente a necessidade de saber mais e de pensar mais sobre essa população.

A chamada “segunda geração de imigrantes” é na verdade a primeira geração de nacionais de origem estrangeira e, por isso, é a própria designação que precisa de ser repensada, uma vez que também pode ser uma forma de os incluir ou excluir do contexto social mais alargado. Por exemplo, não é aceitável para ninguém denominar Mia Couto ou José Eduardo Agualusa como “afro-lusitanos” ou mesmo “segunda geração de imigrantes”. E também não é usual chamar-se aos filhos dos imigrantes ingleses, ou até mesmo aos dos imigrantes de leste que vivem em Portugal, de luso-ingleses ou de algo como luso-ucranianos. Então porque é que se há de fazê-lo com os jovens filhos de imigrantes africanos?

Para além destas questões, podemos ainda mencionar várias outras que têm a ver com a diferenciação étnica, a desvantagem social a nível económico e a desvalorização linguística e cultural a que estas comunidades estão sujeitas quer no seu dia-a-dia quer em termos históricos globais.

Os jovens descendentes de imigrantes são, na sua maioria, jovens que ou nasceram no país de acolhimento dos pais ou que chegaram ao país ainda com pouca idade. Assim sendo, sobretudo no caso dos descendentes de imigrantes africanos, embora estes mantenham alguma ligação com o país de origem dos seus progenitores, a realidade que lhes é mais familiar não deixa de ser a realidade do país de acolhimento dos seus pais, a realidade do seu país, indiscutivelmente. Não podemos negar a existência de vínculos muito fortes não só com a cultura de origem, transmitida pelos pais e restantes familiares, e muitas vezes exacerbada nos círculos de amigos íntimos. Contudo, “a promoção de valores democráticos de igualdade, vinculados ao modelo de socialização portuguesa – incluindo o sistema educativo – coloca os filhos de imigrantes numa posição de geração, simultânea e potencialmente, afastada da dos pais e próxima da posição de geração dos filhos de portugueses sem origem nos PALOP, porque inseridos no mesmo contexto e socializados através dos mesmos modelos educativos” (Contador, 1998).

Os contrastes culturais são assim minimizados e é frequente que, sobretudo nos filhos dos imigrantes dos PALOP, os quais já exibem na sua grande maioria uma continuidade no que diz respeito à religião católica e à língua portuguesa, esses contrastes sejam de nível muito inferior aos de outras minorias não-católicas e de língua estrangeira (Machado, 2002).

Para além disso, estes jovens vivem concentrados maioritariamente na capital, o que faz com que estejam expostos aos modos de socialização e aos estilos de vida tipicamente lisboetas. Isso implica também, como disse Machado (2008), que a sua entrada no mercado de trabalho siga o padrão de transição para a vida ativa desta região, a qual, em comparação com a entrada no mercado de trabalho dos jovens de algumas regiões menos desenvolvidas mais a norte do país, pode ser considerada uma inserção relativamente tardia. No entanto, seria abusivo referir aqui que essa é a condição da maioria dos descendentes de imigrantes, uma vez que ainda não é possível quantificar a sua presença devido à falta de estatísticas nacionais a esse respeito, e que é preciso ter em conta que a entrada precoce ou não no mercado de trabalho está muito dependente da condição socioeconómica familiar dos indivíduos.

De qualquer forma, o que é importante salientar aqui é que, independentemente da origem imigrante, dos contextos descapitalizados ou dos patrimónios culturais subjacentes, estes jovens fazem parte do tecido social do país e estão indiscutivelmente ligados a um modo de socialização que está mais próximo do dos jovens autóctones portugueses do que de qualquer outro.

4.3 OS DESCENDENTES DE IMIGRANTES DOS PALOP: UM CASO PARTICULAR

Sendo Portugal considerado um país de imigração há apenas algumas décadas, é perfeitamente justificável que somente agora se possam fazer estudos sobre os descendentes de imigrantes numa perspetiva longitudinal. Tendo em conta que os imigrantes dos PALOP, são os que têm maior tempo de permanência em Portugal (sobretudo os oriundos de Cabo-Verde e de Angola), começa agora a ser possível estudar as trajetórias e os modos de integração da descendência desta população, o que de alguma forma a particulariza. Do mesmo modo, a sua relação com o país de origem dos pais e com Portugal, enquanto partes de uma história colonial, também traz consigo alguns aspetos particulares no contexto da imigração portuguesa de que se tentará aqui dar conta.

Os descendentes de imigrantes africanos constituem na sua grande maioria a primeira geração de nacionais de origem estrangeira em Portugal e, por isso mesmo, estão ainda muito pouco estudados no que diz respeito à sua trajetória, sobretudo a de cariz socioprofissional. Estatisticamente, não existe ainda um total assegurado do número dos jovens que pertencem a este grupo e dificilmente haverá (pelo menos nos próximos anos), uma vez que é preciso primeiro distinguir quem se enquadra nesta categoria. A conceitualização estatística de uma população tão diversa está longe de ser fácil. Primeiro, porque seria preciso encontrar uma designação suficientemente abrangente para abranger toda essa diversidade e depois porque, apesar de nos últimos anos terem sido adotadas várias medidas de otimização dos modos de integração e de cidadania dos imigrantes e dos seus descendentes (nomeadamente as levadas a cabo pelo ACM¹/CNAI e Programa Escolhas², entre

¹ O antigo ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) ou ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural), hoje ACM (Alto Comissariado para as Migrações) tem promovido projetos e iniciativas com o intuito de melhorar a resposta aos problemas sentidos pelos imigrantes. Com essa intenção, desde 2004 está em funcionamento o CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), subdividido em vários gabinetes espalhados por Lisboa, Porto e Faro. O ACIDI criou também o GARF (Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar) e o GAJI (Gabinete de Apoio jurídico

outros), existem ainda uma série de lacunas que deixam margem para dúvidas e para a exclusão e a discriminação.

No que respeita à designação dos descendentes de imigrantes, como dizem Machado e Matias (2006), “é fundamental distinguir analiticamente *jovens filhos de imigrantes* de *imigrantes jovens*, que constituem uma categoria completamente diferente”, ainda que possa haver semelhanças quanto à idade ou à origem dos seus membros.

No entanto, embora teoricamente já seja costume confundir estas duas categorias, na prática é ainda mais difícil discernir outros aspetos. Isto porque existem jovens filhos de imigrantes que não detêm a nacionalidade portuguesa e são, por isso, considerados estrangeiros ou imigrantes, não podendo exercer a sua plena cidadania e tendo praticamente os mesmos direitos e o mesmo tratamento que os pais ou que os imigrantes jovens (em circunstâncias iguais). E também porque existem imigrantes jovens que detêm a nacionalidade portuguesa (casos de dupla nacionalidade e outros), e que têm modos de incorporação mais facilitados, adaptando-se ao contexto português de maneira por vezes mais célere e simples do que os jovens filhos de imigrantes (seja pela sua condição socioeconómica, étnica ou cultural).

Por outro lado, em termos concetuais também não podemos confundir a) os pais que efetivamente experienciaram o processo de imigração; com b) os filhos que vieram com eles ainda pequenos (a chamada “geração 1,5”³); c) os filhos que foram reagrupados à família mais tarde; ou d) os filhos que já nasceram no país de

ao Imigrante). O GAE (gabinete de Apoio ao Emprego) faz parte da RGI (Rede GIP Imigrante) que detém 24 gabinetes de inserção profissional a nível nacional e que constitui uma parceria entre o ACIDI e o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

² O programa Escolhas está em funcionamento desde 2001 e é um programa governamental também gerido pelo ACM que pretende promover a inclusão social de jovens de contextos descapitalizados (nomeadamente, bairros sociais vulneráveis) de todo o país (incluindo Madeira e Açores). As áreas de intervenção são: educação, empregabilidade, participação cívica e comunitária, formação na área da informática e inclusão digital e empreendedorismo social. O programa conta já com seis gerações, estando agora a ser iniciado o processo da sétima.

³ Termo originalmente utilizado por Rubén Rumbaut para caracterizar filhos de imigrantes que se vêm entre dois mundos sem pertencerem a nenhum deles (Rumbaut, 1991).

acolhimento, porque estas também são quatro situações completamente diferentes e envolvem processos identitários e sociais diferentes.

Em todo o caso, aqueles que podemos considerar como imigrantes seriam indiscutivelmente os pais e os filhos que foram reunificados mais tarde (embora numa imigração com circunstâncias diferentes da dos pais). Os outros dois casos, uma vez que a socialização é toda, ou quase toda, feita no país de acolhimento e que pouca ou nenhuma memória há do país de origem dos pais (podendo esta origem ser uma dupla origem, a título de exemplo: pai de Angola e mãe de Moçambique), não podem ser considerados como casos de imigração e integrar-se-iam na categoria de filhos ou descendentes de imigrantes. Mas, mesmo nestes dois casos, há situações muito diferentes, nomeadamente no que respeita à nacionalidade e aos modos de incorporação na sociedade de acolhimento ou país de nascimento.

Ao contrário do que é costume ouvir-se como argumento irrefutável na comunicação social, na opinião pública em geral e nos discursos políticos, o facto de Portugal se encontrar muito bem cotado a nível europeu no que diz respeito à sua política e legislação relativamente à imigração e à integração de imigrantes, não significa que na prática essas medidas sejam adotadas com exímio rigor e que os imigrantes em Portugal sejam mais bem tratados do que são outros países europeus. Essa falácia, construída com o intuito de valorizar a imagem de Portugal no exterior, tem mascarado uma realidade que é ainda muito pouco consistente, apesar das melhorias e dos esforços despendidos nesse sentido nos últimos anos. A lei da nacionalidade é um dos exemplos de que na prática as coisas não funcionam como deveriam. Como já vimos, embora à partida esta lei pareça muito abrangente, dá margem a que sejam colocados entraves ao processo de obtenção da nacionalidade. Prova viva disso são os vários filhos de imigrantes que, apesar de terem tudo o que supostamente seria necessário para deter a nacionalidade portuguesa, se arrastam nas filas de espera de processos intermináveis, por anos a fio, sem a conseguirem obter (como relatam alguns dos entrevistados para esta tese).

No caso particular dos imigrantes oriundos dos PALOP e dos seus descendentes, dado o seu histórico colonial, os modos de incorporação e a relação com o país de

acolhimento também são processos vivenciados de maneira muito diferente. “São diferenças de trajecto, socialização e projecto” (Machado e Matias, 2006), por um lado, e diferenças de receção, incorporação e percepção ou aceitação, por outro. Os imigrantes africanos e a sua descendência têm de gerir os seus percursos tendo em conta as condições específicas da imigração africana, as dificuldades de inserção no país de acolhimento, a fragilização das dissociações familiares, as más condições de vida e as influências urbanas e as suas lógicas marginais (Attias-Donfut e Wolff, 2009).

Se, por um lado, os pais viveram o processo de imigração, tendo uma dupla referência (o país de origem e o país de acolhimento) e procuram no país de acolhimento uma situação melhor do que a que tinham no seu país (no caso da imigração laboral), ou então fugiram dos conflitos inerentes às guerras de libertação (no caso dos refugiados), tendo por isso uma visão do país de acolhimento condicionada por esses fatores, os filhos, inteiramente socializados no país de acolhimento dos pais e sem referência concreta ao país de origem dos mesmos, vivem uma realidade que é bem mais próxima dos valores, consumos e estilos de vida dos portugueses, não tendo por isso razão nenhuma para aceitar uma condição igual à dos seus pais e inferior à dos seus pares autóctones.

Os descendentes de imigrantes, nomeadamente os dos PALOP, ainda que herdeiros de um legado histórico e cultural resultante das origens colonizadas, vivem e sonham do mesmo modo que os jovens portugueses com a mesma condição social. No entanto, as suas expetativas em relação ao futuro, embora tendencialmente devessem seguir o padrão dos jovens autóctones da mesma faixa etária e condição socioeconómica, vão ser afetadas por fatores outros (os modos de incorporação).

Algumas minorias étnicas (e nomeadamente as de histórico colonial) são vistas como culturalmente inferiores e muitas vezes também associadas a imagens distorcidas da realidade, que englobam cenários de inferioridade intelectual, propensão ao crime e pouca capacidade laboral. Por estes motivos, seriam de algum

modo menos merecedoras de partilhar os sonhos da sociedade dominante (Suárez-Orozco e Suárez-Orozco, 2002).

No caso dos imigrantes oriundos dos PALOP, o passado colonial tem um peso significativo no contexto da imigração. Se, por um lado, os Descobrimentos e a ideologia colonial se basearam no mito da seleção natural, da hierarquização de raças e na superioridade absoluta do homem branco por oposição à inferioridade intrínseca do negro africano (Sudan, 2002), por outro lado, com o Estado Novo, essa lógica foi revertida em apologia do *lusotropicalismo*⁴ (Sudan, 2002; Machado, 2002), levando a uma maior abertura em relação à interpenetração de culturas como apogeu da tolerância e dos brandos costumes portugueses (imagem de paraíso luso-tropical) e celebração dos quinhentos anos de relações interétnicas ilusoriamente amenas de lado a lado, o que para alguns autores “facilita [...] a difusão do racismo subtil” (Vala, Brito e Lopes, 1999; citados em Machado, 2002: 358).

Esta inversão de lógicas faz com Portugal tenha um posicionamento relativamente às comunidades africanas de alguma forma ambíguo. Em pesquisas nacionais e europeias sobre valores e representações (nomeadamente *media*, Eurobarómetro, e outros), os portugueses não se consideram racistas, mas reconhecem a existência de racismo em Portugal e revelam conhecer casos, oscilando entre posições racistas e posições tolerantes.

Embora tendencialmente os portugueses se vejam sobretudo como tolerantes e integradores em relação aos imigrantes provindos das ex-colónias, em geral mantêm uma visão assimilação clássica ao conceberem a sua integração como unilateral, esperando que o imigrante seja o único a mudar as suas referências culturais como forma para ascender socialmente. Esta visão, algo arrogante e pouco inclusiva, ainda que não seja um apanágio português, coloca em cheque várias dimensões das relações intercomunitárias.

⁴ Termo preconizado por Gilberto Freyre na década de 40 do século passado como elogio da mestiçagem e da mistura de culturas (a propósito do *melting pot* brasileiro) por oposição à segregação americana.

Uma vez que a identidade se constrói a partir das relações entre os grupos sociais e através de processos de inclusão e exclusão que estabelecem os limites entre esses grupos (Barth, 1969; Sudan, 2002), a ambivalência entre uma atitude supostamente tolerante e as expectativas desfasadas em relação a um objeto historicamente considerado inferior, tornam por vezes as relações tensas e levam à construção de nacionalidades (individuais e coletivas) exacerbadas. O sentimento de identidade nacional ameaçada por um “outro” com novos modos de vida, novos hábitos culturais pré-concebidos como inferiores, pode levar a uma resistência à imigração, vista como mudança efetuada por agentes invasores ou usurpadores. Os “nós” e os “outros” constituem-se deste modo como objetos contrastantes.

Tendo em conta que, segundo os dados do SEF (2017), a maioria dos imigrantes (subentendendo-se também os oriundos dos PALOP) residem maioritariamente em Lisboa, Setúbal e Faro e pertencem às classes populares (muito por causa da sua condição imigratória, laboral [de agência individual ou devido a fatores socioeconómicos] ou de refugiados), sendo uma população bastante jovem (em média entre os 20 e os 39 anos) no contexto de um Portugal envelhecido, isso já seria o suficiente para determinar uma situação de contraste social. No entanto, as diferenças não se esgotam aí. Apesar do passado colonial comum e da proximidade linguística e religiosa na maior parte dos casos⁵ (ou seja, uma certa continuidade cultural), que fazem com que se esbatam algumas fronteiras na relação entre estes imigrantes e os seus descendentes e a população portuguesa em geral, as relações entre estas duas partes são marcadas por várias ambivalências. Estas são populações que também se diferenciam pela sua cultura e pela distintividade racial (visível e intransponível).

Sabemos que as diferenças relativas à condição socioeconómica influem muito nas oportunidades de futuro, condicionando ou beneficiando trajetórias de mobilidade ascendente, nomeadamente através do favorecimento ou da inibição ou

⁵ Fernando Luís Machado menciona o facto de uma parte dos Guineenses residentes em Portugal seguirem o Islão, sendo portanto muçulmanos e não católicos (ver, Machado, 2002; Machado e Matias, 2006).

bloqueio no acesso a bens e recursos. Mas será que a distintividade cultural ou racial também não tem um papel importante nesse processo?

No que diz respeito à ação, os jovens descendentes de imigrantes africanos são positivamente ou negativamente influenciados por essa pertença cultural ou racial? No que diz respeito à estrutura, as diferenças nos percursos de mobilidade destes jovens podem ser atribuídas a esses fatores ou têm neles um papel importante? As oportunidades são favorecidas ou constrangidas, mesmo bloqueadas, em função do fenótipo ou de particularidades culturais?

No que concerne aos percursos de reprodução ou de mobilidade, comparativamente, são os percursos dos angolanos diferentes dos cabo-verdianos ou dos guineenses, pela sua pertença étnico-racial ou cultural? São os percursos dos africanos em geral, por esse mesmo motivo, diferentes dos dos portugueses?

“Sabendo-se que os filhos são bastante mais escolarizados do que os pais, e que têm outras aspirações e expectativas, mais próximas dos quadros culturais da juventude urbana contemporânea do que da «cultura imigrante» dos seus progenitores” (Machado, 1994; Machado, Matias e Leal, 2005; Machado e Matias, 2006; Machado), seria difícil imaginá-los confinados a um único cenário, uniforme e imutável. Embora comumente se pense nos seus pais como uma reprodução da expressão «homens constroem, mulheres limpam», numa alusão à sua representatividade nos setores da construção civil e das limpezas, nem estes podem ser vistos sob esse único prisma, e muito menos o podem ser os seus filhos.

Segundo os dados do Projeto JODIA⁶ do CIES-ISCTE (Machado, 2008), os jovens descendentes de imigrantes africanos vivem experiências idênticas às dos seus pares autóctones quando detêm a mesma condição social e residem na mesma região, neste caso, Lisboa. No entanto, este estudo também conduz a uma conclusão que pode ser muito relevante e que corrobora o que já havia sido dito por Alejandro

⁶ O projecto JODIA do CIES-ISCTE iniciou-se em 2003 e possibilitou o estudo dos trajetos e da situação profissional dos filhos de imigrantes africanos em Portugal através da aplicação de inquéritos a 1000 indivíduos dos 15 aos 29 anos e de 22 entrevistas em profundidade a casos-tipo, realizados entre 2004 e 2005 na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Portes nos seus estudos: que os percursos dos jovens descendentes de imigrantes podem ser beneficiados se estes usufruírem de redes comunitárias fortes.

O estudo de Fernando Luís Machado (2008) comprova isso, na medida em que boa parte dos jovens inquiridos ou entrevistados mencionaram a sua entrada no mercado de trabalho como fruto de conexões familiares, amicais ou de vizinhança. Quer isto dizer que, embora estes jovens consigam efetivamente aceder ao mercado de trabalho, as vias que os levam a ele passam pela confiança ou pelo desbravamento. Sem um canal que garanta ou possibilite a oportunidade (quer seja o próprio empregador que oferece a oportunidade por já conhecer o candidato, alguém que conhece o candidato e o apresenta ao empregador, ou alguém que desbravou caminho e sabe que aquele é ambiente propício a uma candidatura do candidato), o acesso ao emprego torna-se muito mais difícil.

Enquanto os pais lidam bem com a sua condição de imigrantes e se adaptam bem à realidade do país de acolhimento por terem um projeto de retorno ao país de origem ou simplesmente se conformarem com as oportunidades que lhes são oferecidas, valorizando a nova situação por oposição ao sofrimento ou às privações que sofriam no país de origem, os filhos, sem motivo para aceitarem uma posição de inferioridade, têm mais dificuldades de adaptação (ao contrário do que seria expectável).

Ainda que façam parte da grande riqueza nacional por deterem grandes potencialidades (Attias-Donfut e Wolff, 2009), estes jovens veem-se cercados por modos de discriminação e segregação institucional que agravam os processos sociais e económicos de concentração das minorias em comunidades empobrecidas (Massey e Renton, 1993; Moore e Vigil, 1993; Wilson, 1997, em Zhou e Bankston III, 1998: 219). O resultado da concentração destas comunidades de baixa renda revela-se nas baixas expectativas que estes jovens possuem, uma vez que, limitados nas suas sociabilidades, estes só podem formar expectativas através do que veem ao seu redor. São moldados pelas pressões do ambiente em que vivem.

No contexto português, temos um exemplo bem claro disso. Um dos erros do programa PER (Programa Especial de Realojamento) foi precisamente esse: realojar

os habitantes dos bairros sociais degradados concentrando as comunidades em novos bairros sociais empobrecidos. Esta segregação residencial e social, embora bem aceite pela maioria dos habitantes desses bairros por constituir uma melhoria nas condições de habitabilidade, tem consequências adversas nas suas expectativas, sociabilidades e oportunidades de futuro.

A maioria dos imigrantes dos PALOP e dos seus descendentes veem-se limitados por uma *hipersegregação* (Suárez-Orozco e Suárez-Orozco, 2002). Não só estão condicionados, logo à partida, pela sua condição de imigrantes de classe popular, como estão limitados por uma segregação residencial e étnica que vai influenciar a sua percepção pessoal e social, diminuindo as hipóteses de sucesso.

Segundo Suárez-Orozco e Suárez-Orozco (2002: 98), os descendentes de imigrantes de contextos descapitalizados sofrem com o “social mirroring”, na medida em que “the child sense of self is profoundly shaped by the reflections mirrored back to her significant others” e “when the reflection is generally negative, it is extremely difficult to maintain an unblemished sense of self worth”. Quer isto dizer que, mesmo quando há estímulo e valorização familiar em casa, quando os espelhos de uma imagem negativa (quer na rua, na escola ou nos media) são numerosos, torna-se extremamente difícil ter-se uma autopercepção positiva e acreditar-se nas capacidades próprias.

Os autores mencionam ainda três reações possíveis a esse “social mirroring” negativo: 1) resignação ou conformismo (associado a uma atitude de alienamento ou abstração em relação ao meio circundante), 2) esperança na mudança das condições (muito favorável a trajetórias de mobilidade ascendente) e 3) sentimento de revolta, que pode ter como consequência uma certa resistência ou oposição aos grupos e modelos padronizados (i.e. identidades reativas).

No caso português, ainda que, em termos gerais, os filhos de imigrantes vivam experiências idênticas às dos seus pares autóctones quando detêm a mesma condição social e residem na mesma região, como concluiu Fernando Luís Machado (2008), em termos particulares, a sua vivência diária e a sua inserção laboral vão ser influenciadas por fatores que eles não têm em comum com os jovens da maioria

dominante (nomeadamente as características raciais, o contexto imigratório, os modos de incorporação e, muitas vezes, a diferenciação em termos de status legal e de discriminação linguística).

Assim, embora em termos de capital (recursos financeiros, classe, educação e sociabilidades) estes jovens se possam equiparar aos seus pares autóctones nas mesmas condições, as suas oportunidades de ascensão social podem ser reduzidas se, nos seus modos de incorporação, fatores como a discriminação racial, linguística ou legal forem ativados, constrangendo os seus percursos.

Porém, em certa medida, a superação dos obstáculos também depende da agência dos indivíduos, e os descendentes de imigrantes não podem ser vistos como uma exceção, como vítimas indefesas e sem capacidade de agência. Prova disso são os vários exemplos das trajetórias de mobilidade ascendente de jovens que, mesmo perante a adversidade, conseguiram singrar (como as dos jovens entrevistados para esta tese).

4.4. MOBILIDADE SOCIAL DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES AFRICANOS

Os poucos estudos realizados que contemplam a área de investigação da mobilidade social relacionada com descendentes de imigrantes em Portugal procuram fornecer pistas sobre uma realidade que é ainda quase totalmente desconhecida, uma vez que ainda não é possível quantificar o universo de que falamos. Ainda assim, podemos referenciar algumas das dimensões importantes quando se pensa na mobilidade social de jovens provenientes de contextos descapitalizados.

Primeiramente, será necessário clarificar o conceito de mobilidade social aplicado a minorias de perfil desfavorecido e, mais particularmente, aos jovens descendentes de imigrantes africanos no contexto português. Por um lado, como já foi mencionado anteriormente, os jovens descendentes de imigrantes africanos encontram-se agora numa faixa etária que permite, dentro da constelação da imigração portuguesa, que sejam a primeira geração de descendentes de imigrantes ou de nacionais de origem estrangeira existente em Portugal e que, por esse motivo, sejam também a primeira geração de descendentes de imigrantes a ser estudada relativamente aos seus percursos de mobilidade social. Por outro lado, o estudo da mobilidade social junto destes grupos só pode ser profícuo se for intergeracional e de sentido ascendente, uma vez que a maioria dos seus membros pertence às classes populares, e só se poderá falar de uma verdadeira mobilidade se se tiver em conta a condição socioeconómica e a posição de classe dos seus pais.

Outro ponto assente no estudo da mobilidade social das minorias de origem africana é o facto de, na sua maioria, os filhos já possuírem mais qualificações académicas do que os pais, sem que isso represente, necessariamente, mobilidade ascendente. Os pais, neste caso oriundos das ex-colónias sob um contexto de imigração laboral ou de refúgio, não detêm grandes níveis escolares e, assim, os seus filhos, socializados na

sociedade de acolhimento e afetos ao regime da escolaridade obrigatória, facilmente ultrapassam essas qualificações. Evidenciar-se-á, por isso, a trajetória socioprofissional, não descurando no entanto o sucesso educacional (*educational achievement*) dos mesmos.

Durante muito tempo, os estudos internacionais sobre a mobilidade social das minorias atribuíram as desigualdades sociais que afetam estes grupos ao fator classe, argumentando que as minorias, tendencialmente desprovidas de capitais e posicionadas nas bases da pirâmide social devido à sua condição socioeconómica mais baixa, tenderiam a estar condicionadas a manter padrões de reprodução. Essa tese está tão enraizada na comunidade científica que, até hoje, é a mais acatada. No entanto, começam a surgir estudos que procuram fundamentos em outras questões, nomeadamente na questão da etnicização das minorias e na questão do capital social como elemento fundamental nos percursos de mobilidade destas comunidades.

A Sociologia divide-se em dois grandes ramos nesta questão: a que favoriza a classe como fator primordial para a distintividade nas trajetórias pessoais e a Sociologia das relações étnicas e raciais, que prefere subestimar o fator classe (Machado, 2002) e enfatizar a distinção étnica e cultural.

Assumindo que as duas vertentes não são as únicas possíveis e podem ser ambas verdadeiras e, inclusive, coexistir, não se pretende aqui ajuizar da pertinência dos seus argumentos, mas antes aproveitar todos os contributos que cada uma delas tem para oferecer no que diz respeito ao melhor conhecimento da realidade e das características dos percursos de mobilidade ascendente dos descendentes de imigrantes africanos.

A título de exemplo, Lucinda Platt (2003), conjugando as duas vertentes no seu estudo sobre a mobilidade social intergeracional de minorias étnicas, salienta o facto de nos percursos de mobilidade social o fator classe se relacionar com o fator etnia de maneira diversa consoante o grupo étnico em questão, perspetivando assim uma comparação interétnica como uma mais-valia para o conhecimento desta temática. O mesmo sugerem Carola e Marcelo Suárez-Orozco (2002: 236) ao evidenciarem no seu estudo que “race and class [...] are closely related to one another and to opportunities for social mobility [...]” .

Não é novidade nenhuma que estes jovens têm sido vistos como um “problema social” de inadaptação. Fordham (1996) explica que no caso das minorias compostas por grupos historicamente oprimidos (como são os imigrantes de origem africana e os seus descendentes), a necessidade de manter a autoestima leva a que tendencialmente se desencadeiem processos psicológicos de sobrevivência que assentam na rejeição dos modos da classe média e na oposição à autoridade. Essa atitude, muitas vezes reconhecida como uma identidade reativa, leva a que, na percepção pública geral (distante da realidade dessas comunidades), estes jovens sejam vistos como um problema ou uma ameaça. Daí as dificuldades de adaptação de parte a parte.

Essa inadaptação, frequentemente vista como unilateral⁷ (ou seja, como sendo apenas dos jovens descendentes de imigrantes), é na verdade uma estrada de duas vias, uma vez que a “estranheza” sentida é recíproca.

Enquanto que para os pais talvez faça algum sentido exigir que estes se adaptem à realidade portuguesa, uma vez que chegam de outro país e precisam se ajustar às normas existentes, para estes jovens o cenário é completamente diferente. Eles já são parte integrante do tecido social do país, são produto de uma situação permitida e muitas vezes fomentada pelas políticas imigratórias do país (como, por exemplo, aquando da necessidade de mão-de-obra barata devido à modernização recente do país e à sua integração na Europa), devendo por isso ter uma relação de equidade em relação ao seu posicionamento na sociedade portuguesa. Fazendo juz ao *motto* europeu *Unidos na Diversidade*, a adaptação ou integração deve ser mútua.

Explicitações concetuais à parte, entre outras dimensões⁸ (nomeadamente as sociodemográfica, sociocultural e sociopolítica), a dimensão socioeconómica é, sem

⁷ A imagem dos jovens descendentes de imigrantes está tendencialmente associada à dos seus pais e por isso tem sido pensada como culturalmente distinta da dos autóctones. No contexto da tradição assimilaçãoista, a integração dos mesmos no tecido social dos países de acolhimento passa por processos de assimilação ou aculturação que não distinguem entre “cultura instrumental” (capacidades, competências e comportamentos sociais) e “cultura expressiva” (conjunto de valores, visões e padrões de relações interpessoais que dão significado e sustentam a autopercção), demandando o abandono da cultura de origem para uma melhor adaptação à realidade do país de acolhimento. No entanto, como dizem Carola e Marcelo Suárez – Orozco (2002: 160): “When immigrant children lose their expressive culture, social cohesion is weakened, parental authority is undermined, and interpersonal relations suffer. The unthinking call for immigrant children to massively abandon their culture can only result in loss, anomie, and social disruption”.

dúvida, uma das mais importantes na adaptação e integração dos indivíduos, através da melhoria da inserção profissional com trajetórias de mobilidade ascendente (Manço, 1999: 51). Mas o inverso também parece ser verdadeiro. Segundo alguns autores (Zhou, 1997), a assimilação (contexto americano) ou a integração (contexto europeu) podem ser um veículo poderoso para maximizar as hipóteses de mobilidade ascendente. Por outro lado, como já vimos anteriormente, a manutenção das estratégias, das redes familiares ou da solidariedade comunitária (Portes e Macleod, 1999; Ogbu, 1992; Zhou e Bakston; 1998) em “comunidades-modelo” como as asiáticas tem dado resultados surpreendentes, que podem servir de exemplo a outras comunidades no que diz respeito à integração socioeconómica e mobilidade ascendente.

Contudo, a situação dos jovens em Portugal, assim como um pouco por todo o mundo, é neste momento uma situação marcada por vários problemas:

[...] as circunstâncias económicas que dificultam a integração laboral e a substituem, por vezes, por uma sucessão de estágios não remunerados (condição de escravidão a que se deve estar grato e para a qual é preciso estudar); a impossibilidade de autonomização pessoal pela permanência em casa dos pais e o sucessivo adiamento da geração de filhos; a constatação do conformismo das vítimas com esta situação que já dura há tempo demais, constituindo um verdadeiro incitamento à revolta (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011: 2).

Para a maioria dos jovens, a transição para a vida adulta era ditada pela “autonomização financeira, a saída de casa dos pais e a criação de um novo agregado

⁸ Segundo o autor, as dimensões sociais que possibilitam a melhor integração, adaptação ou assimilação dos jovens descendentes de imigrantes são quatro: a dimensão sociodemográfica, a dimensão sociocultural, a dimensão socioeconómica e a dimensão sociopolítica. Na dimensão sociodemográfica, favorecem a adaptação as uniões mistas, o desaparecimento de práticas tradicionais e os índices de natalidade em conformidade com as normas locais. Na dimensão sociocultural, os descendentes de imigrantes podem beneficiar se experienciarem um aumento de conhecimentos linguísticos, melhorias no uso da língua do país de acolhimento, melhorias da escolaridade das crianças, autonomização dos estrangeiros em relação ao controlo comunitário, proximidade ideológica, mistura de sociabilidades e secularização da identidade cultural. Na dimensão socioeconómica, a adaptação pode ser favorecida se houver melhoria da inserção profissional com mobilidade ascendente e acesso a responsabilidades. E na dimensão sociopolítica, estes jovens podem ter uma melhor adaptação se houver uma boa ligação entre o país de acolhimento e o país de origem que inclua naturalização, participação sindical, política, etc.

familiar” (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011: 5). Mas agora já não é possível prever ou projetar os percursos dessa forma. As mudanças nas sociedades e nas economias têm produzido alterações nos mercados que conduzem a experiências laborais mais complexas e imprevisíveis. As trajetórias são agora pautadas por empregos precários e precarizantes (subemprego) ou até desemprego.

A transição para a vida adulta (classicamente marcada pela entrada no mercado de trabalho) é difícil para todos os jovens em geral, mas agravada para os jovens em contextos descapitalizados. A inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, no mercado de trabalho primário, revela-se um problema. Se para os autóctones que vivem em condições de pobreza e exclusão esta condição já configura um cenário de risco, para estes jovens, que têm, para além disso, uma herança imigratória a eles associada, as oportunidades são ainda mais escassas e podem mesmo desembocar em caminhos marginalizantes. A herança imigratória, aliada aos outros fatores, “reforça a vulnerabilidade social e económica” (AA.VV., 2013: 98).

Confinados aos bairros pobres e degradados, segregados e excluídos, discriminados e subestimados quanto às suas capacidades e competências linguísticas e com pais com baixas qualificações obrigados a estar ausentes a maior parte do dia para garantir o sustento da família, estes jovens veem-se logo à partida em desvantagem, o que se reflete desde muito cedo na sua motivação e autoestima.

Sem capacidade de prover, os jovens do sexo masculino tendem a assumir responsabilidades (casamento e constituição de família) cada vez mais tarde e, em consequência disso, aumentam as economias femininas e os sistemas matriarcais. “Without middle-class models, without roles in economic production, and without roles in families, young men in low-income communities tend to become marginalized and alienated”. (Zhou e Bankston III, 1998: 219).

O sucesso dos jovens também está muito associado à existência de uma família “funcional”, embora esse não seja o único fator que influencia os seus percursos. A família é a unidade estrutural básica, “the most significant emotional foundation of individuals” (Suárez-Orozco e Suárez, Orozco, 2002). Por isso, as famílias desestruturadas diminuem as probabilidades de sucesso dos seus membros, que, muitas

vezes emocionalmente desestabilizados e emocionalmente carentes, iniciam círculos viciosos de reprodução ou degradação pessoal e familiar.

Estes fatores, aliados às causas estruturais mencionadas, produzem um panorama em que reina a escassez de oportunidades. Indubitavelmente, a fraca probabilidade de mobilidade social ascendente cria frustração e desesperança em todos os jovens, principalmente quando o país atravessa uma crise económica e os noticiários não falam de outra coisa que não a avalanche de ingerências, falências e dívidas públicas. Todavia, para os jovens dos contextos descapitalizados de origem imigrante, esta condição é duplamente penalizadora.

As oportunidades de ascensão social são, por isso, desiguais. Mas será que são socialmente constrangidas ou bloqueadas? Que papel têm os fatores classe, etnia, cultura e capital social nestes percursos? Será que, nestes casos, a coincidência entre classe e capital económico (enquanto acesso a bens e recursos) ou falta deles também não mascara uma pretensa superioridade étnica? Ou seja, é possível que o facto de se pertencer a uma classe dite os modos de preconceito em relação às etnias? Ser negro e pobre é igual a ser branco e pobre, ou existem diferenças? E um negro rico, será que tem os mesmos privilégios que um branco rico? Será visto exatamente da mesma forma?

A mobilidade ascendente, mesmo quando não de fundo estrutural, não pode ser vista como sinónimo de equidade ou de ausência de barreiras à ascensão social, embora possa ser um indicador de abertura das sociedades. Nem tão-pouco a mobilidade ascendente implica necessariamente uma mudança de status, pois a ocupação de cargos mais valorizados não dita a inclusão em outras esferas da vida social, tais como clubes, sociedades e associações elitistas (Osório, 2004: 9).

Sem dúvida que o facto de um membro de um grupo desfavorecido conseguir alcançar uma posição de destaque tem consequências a nível pessoal e social, mas isto não quer dizer que tacitamente essa mudança implique ausência de preconceito ou de discriminação e de mudança de status.

Como a mobilidade social é o resultado de um percurso que passa pela origem social (família), a escolarização e ocupação de um cargo ou posição social, e os jovens das

classes populares são aqueles que detêm trajetórias mais marcadas por famílias com “inserções nos mercado de trabalho instáveis” que culminam em repetências e abandono escolar (Capucha, 1992), os seus percursos estão desde muito cedo comprometidos. As desvantagens de partida são um fator inegável neste tipo de trajetória.

Desde a infância, os jovens descendentes de imigrantes africanos tendem a ver-se presos em teias complexas onde experimentam dificuldades e bloqueios variados e onde aprendem a enfrentar situações de preconceito.

Como nos diz Sandra Mateus Gomes (2013: 351):

Os alunos com origem nos PALOP sofrem mais a experiência de reprovação, têm as classificações médias mais baixas, e são quem mais beneficia de apoio escolar. Assinalam sentimentos de discriminação de forma moderada, mas gerem quotidianamente preconceitos relacionados com os seus traços fenotípicos. A sua presença "marca" os ambientes de escola e desvaloriza a posição das escolas nas hierarquias de prestígio. São situados pelos actores escolares dentro de uma "problemática africana", entendidos como em situação de défice acumulado. As famílias fazem um acompanhamento educativo muito marcado pelas suas condições sociais, significativamente mais distanciado e moderado quando em situação de desvantagem.

Segundo a autora e os dados que analisou, os jovens descendentes de imigrantes têm ambições elevadas (tão ou mais elevadas do que as dos autóctones), mas por motivos presumíveis, as expectativas de realização das suas ambições são baixas. Para além disso, assim como as condições de desvantagem sociais e escolares, “a «visibilidade» da origem étnica acentua os fenómenos de discriminação no acesso ao mercado de trabalho”, (Mateus Gomes, 2013: 358).

Apesar da inexistência de estudos a nível nacional sobre esta matéria no respeitante ao mercado de trabalho, segundo os dados apurados sobre a inserção profissional destes grupos, os descendentes de imigrantes poderão estar concentrados no setor terciário, em atividades executantes de base cujo vínculo contratual é predominantemente a termo definido, o que não acontece com os autóctones, mais presentes no grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento (Machado, 2008).

Esta pista leva-nos a indagar sobre o processo de segmentação laboral em Portugal. Estes jovens estão a experienciar novos padrões de inserção laboral? Serão esses padrões iguais para jovens descendentes de imigrantes e jovens autóctones? Ou são os jovens descendentes de imigrantes constrangidos por fatores como a sua etnia e o racismo, a educação e o status dos pais, ou os modos de interação intercomunidades?

Os desafios à inserção laboral são variados. No entanto, no que toca aos descendentes de imigrantes, e sobretudo quando existe diferenciação étnica, a discriminação, a divisão do mercado de trabalho e a desigualdade de circunstâncias (a nível dos capitais e do acesso a recursos) parecem ser os maiores obstáculos a percursos de mobilidade ascendente.

Mas será possível singrar partindo de um contexto de imigração, diferenciação étnica, meio social desfavorecido, com baixo status socioeconómico, segregação residencial e escolar? Estudos nacionais e internacionais provam que sim. Quer seja pela manutenção ou criação de redes comunitárias enquanto estruturas para apoiar e controlar a adaptação dos seus membros ao país de acolhimento, reforçando os valores tradicionais e as aspirações a mobilidade ascendente dos mesmos (como no caso das comunidades vietnamitas estudadas por Zhou e Bankston III), quer por meio de assimilação ou aculturação⁹, ou ainda por meio de projetos mais individuais e pontuais, os casos de mobilidade ascendente entre as minorias de perfil desfavorecido existem e começam a estar em evidência um pouco por todo o mundo.

Ainda que em Portugal essa realidade esteja ainda muito pouco documentada, já se faz sentir a necessidade de saber mais sobre estes jovens, sobre os seus percursos e sobre os seus destinos. No caso dos descendentes de imigrantes africanos, juntamente com a possibilidade de estudo dos percursos socioeconómicos, começam agora a surgir os primeiros dados que permitem vislumbrar as suas trajetórias enquanto conjunto.

⁹ A assimilação ou aculturação tem sido muito criticada nos estudos mais recentes sobre o percurso de imigrantes e seus descendentes por ser um processo que tende a aniquilar os traços culturais de origem (sobretudo a língua) e por levar mais tempo a produzir resultados positivos. Esta vertente tem também a desvantagem de tendencialmente produzir uma assimilação dos jovens descendentes de imigrantes aos escalões mais baixos e alienados da sociedade de acolhimento (Suárez-Orozco e Suárez-Orozco, 2002; Portes e Rumbaut, 2001).

Em todo o caso, os “trânsfugas de classe”, ainda que se constituam como casos excepcionais (embora não se pretenda com isto afirmar que genericamente existe um padrão de reprodução), não devem ser desconsiderados e podem mesmo ser um bom objeto de estudo para o conhecimento da mobilidade social e da estratificação social, num sentido mais amplo, em relação a outros processos sociais tais como a diferenciação social, étnica e cultural.

Claramente, como as gerações de descendentes de imigrantes são uma população em expansão, quer seja por via da mobilidade ascendente ou não, o modo como estes jovens “[...] adapt and the educational pathways they take will have profound implications for society” (Suárez-Orozco, 2003: 316).

5. METODOLOGIA: ESCOLHAS, RAZÕES, IMPLICAÇÕES E FERRAMENTAS

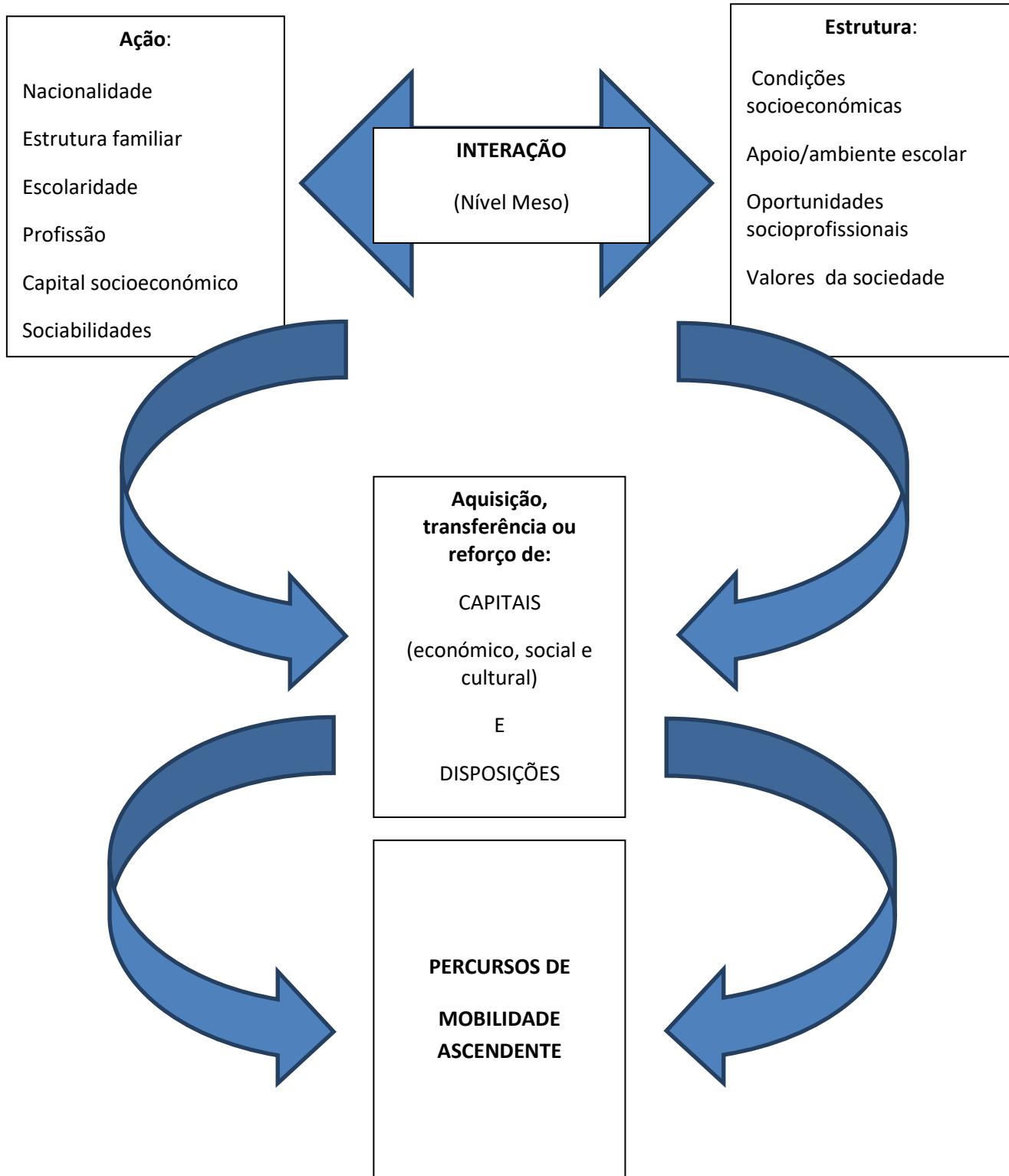
5.1. Considerações teórico-metodológicas

A presente investigação nasce da crescente necessidade de se saber mais sobre os jovens descendentes de imigrantes africanos e os seus percursos. Poderia dizer-se que esta foi uma escolha autorreferencial, na medida em que a própria investigadora faz parte do universo da população estudada. No entanto, mais do que isso, o motivo por detrás desta investigação prende-se com a quase total ausência de informação, com a ausência de dados e a ausência de conhecimento a este nível sobre tal grupo minoritário no contexto português.

À parte alguns estudos mais voltados para as vertentes da educação e da juventude (focando sobretudo o insucesso escolar, a delinquência juvenil e a exclusão nas suas várias formas), o conhecimento existente sobre as vidas e as trajetórias dos jovens filhos de imigrantes oriundos dos países africanos colonizados por Portugal, agora em idade adulta e em condições de participar ativamente na economia e na sociedade portuguesas, é ainda insuficiente.

Esta necessidade de saber mais sobre tal camada minoritária, mas ainda assim importante, do tecido social português, de certa forma mantida no anonimato e na invisibilidade, levou a investigadora ao tema da mobilidade social ascendente entre as minorias de perfil desfavorecido, numa tentativa de olhar este grupo através de outras lentes, mais positivas. E conduziu-a também a desenvolver uma hipótese de estudo baseada não só no seu conhecimento de causa mas também no ensinamento das

Figura 2: Modelo de Análise



teorias disposicionais de Bourdieu e Lahire e nas mais recentes abordagens teóricas das investigações internacionais realizadas neste âmbito, as quais defendem um papel reduzido dos efeitos de classe nos percursos de sucesso e dão maior ênfase a questões culturais, ao capital social, às redes familiares e aos modos de incorporação (Fejgin, 1995; Ogbu, 1992; Suárez-Orozco e Suárez-Orozco, 1995; Rumberger e Larson, 1998; Zhou e Bankstoon, 1998; Portes, 1999; Portes e Macleod, 1999).

A partir da hipótese de que os percursos de mobilidade ascendente entre as minorias de perfil desfavorecido seriam originados por condições particulares motivadas por disposições específicas, foi construído um modelo de análise que permite estudar várias dimensões das trajetórias pessoais dos indivíduos em causa (nomeadamente os contextos familiar, escolar, profissional e identitário).

Tal modelo de análise, construído com base nos pressupostos acima referidos e contemplando a expressa preocupação de análise do binómio ação/estrutura, serve de base ao trabalho empírico realizado. Este modelo não só pressupõe a existência de interação causal entre as várias dimensões como infere da sua importância na aquisição, transferência ou reforço de capitais e disposições necessários em percursos de mobilidade social ascendente.

5.2. A metodologia qualitativa

Se, como diz Isabel Carvalho Guerra (2008, 10), “vamos desenvolvendo formas de investigação que procuram o sentido da ação coletiva, isto é, conhecer os sentidos e as rationalidades que fazem cada um agir e, por via disso, produzir a sociedade onde todos vivemos”, quanto mais “fino” for o método de investigação mais profunda será a análise e maior será o conhecimento da produção e da mudança social.

Ao contrário dos métodos quantitativos, que dão mais atenção à frequência dos fenómenos, os métodos intensivos ou qualitativos “can be used to obtain the intricate

details about phenomena such as feelings, thought processes, and emotions that are difficult to extract or learn about through more conventional research methods" (Strauss e Corbin, 1990, 11). É por esse motivo que, nesta pesquisa, a abordagem quantitativa estava definitivamente fora de questão. Porque, como diz Lahire (2004, X- prólogo), "os procedimentos estatísticos de equivalência, devido à necessidade de codificação, assim como as operações de tipificação da sociologia mais qualitativa, desindividualizam os factos sociais e oferecem uma versão desdobrada (com abstração das singularidades individuais) do social", o que, segundo ele, é mais próprio para a captação de regularidades e invariâncias sociais e históricas.

Aqui, o que se pretende captar, descrever e interpretar é o mundo social dos indivíduos, os seus pontos de vista sobre ele, e a metodologia qualitativa era ideal para o efeito, pois este tipo de metodologia "provides us with means for exploring the points of view of our research subjects, while granting these points of view the culturally honores status of reality" (Silverman, 2011, 127).

No entanto, segundo a metodologia qualitativa, "we should not invent the viewpoint of the actor, and should only attribute to actors ideas about the world they actually hold, if we want to understand their actions, reasons, and motives (Becker, 1996), cuidado esse que sempre permaneceu ao longo da execução de todo o trabalho de investigação aqui exposto.

Partindo do princípio de que os atores são dotados de racionalidade (o que possibilita as suas escolhas) e que por isso não são meros sujeitos passivos dos contextos de que fazem parte, moldando e sendo moldados pelo social, podemos considerar que as mudanças sociais são, também elas, produto das interpretações, escolhas e estratégias dos atores, capazes de agir e mobilizar recursos em função das suas interpretações do real.

Desta forma, uma vez que o interesse da pesquisa em si se centra na interação entre as diferentes componentes sociais e no significado das interpretações dos indivíduos

(enquanto catalisadores de mudança), e não tanto somente na ação propriamente dita, a abordagem qualitativa está em consonância com o que se pretende.

O interesse particular pelas histórias de vida, pelos percursos pessoais ou individuais dos entrevistados, prende-se também com a necessidade de olhar para cada um dos casos como um exemplo particular da apreensão do mundo social, tendo em mente toda a incerteza interpretativa quer do entrevistado quer da investigadora.

No entanto, salvaguardando a já mencionada incerteza analítica, a opção por casos particulares numa perspetiva diacrónica (exigida pela opção pelo estudo da mobilidade social) possibilita também uma abordagem mais aprofundada do objeto de estudo, valorizando assim a ação em contexto (nível meso), a relação entre as dinâmicas estruturais (nível macro) e a ação individual (nível micro).

5.3. A “amostra”

Com base na questão central da pesquisa — compreender os percursos de mobilidade ascendente dos jovens descendentes de imigrantes africanos e as suas implicações — foi constituída uma amostra por contraste¹, sem pretensões de representatividade (como é habitual em pesquisas qualitativas), mas que se considera socialmente significativa no âmbito dos estudos desenvolvidos no contexto português. Assim, no âmbito desta pesquisa, foram realizadas 31 entrevistas, das quais 6 foram posteriormente excluídas por não constituírem casos de mobilidade ascendente efetiva.

A questão central da pesquisa pressupunha, desde logo, que os entrevistados fossem descendentes de imigrantes africanos com percursos marcados pela mobilidade social ascendente, mas conceitualmente foi preciso definir um perfil mais “fechado”, que delimitasse as margens da população abrangida e evitasse casos menos adequados,

¹ Na amostragem por contraste o que se pretende não é a saturação, mas antes uma generalização possível através da comparação dos casos (vd. Pires, 1997 e Guerra, 2008: 46).

minimizando o risco de enviesamento do objeto de estudo ou de contaminação da informação por elementos de difícil enquadramento analítico.

Assim, as características dos entrevistados foram estabelecidas *a priori* e chegou-se aos seguintes pré-requisitos:

- a) jovens descendentes de imigrantes africanos (limitados aos PALOP por este conjunto de países partilharem a mesma língua, uma história de colonização portuguesa e serem cultural e religiosamente próximos do contexto português);
- b) com percursos de mobilidade ascendente e intergeracional (ou seja, em comparação com os seus progenitores);
- c) de idade entre os 25 e os 40 anos (para assegurar a sua inserção no mercado de trabalho);
- d) de ambos os sexos (para despiste de efeitos de género);
- e) moradores na zona de Lisboa e Vale do Tejo (uma das zonas em que há mais concentração de imigrantes);
- f) sem origem mista de tipo europeu (para a sua mobilidade ascendente não poder ter beneficiado desse fator);
- g) preferencialmente, com toda a escolaridade feita em Portugal (para garantir que a sua socialização secundária foi predominantemente portuguesa e analisar o efeito escola no percurso dos entrevistados).

Salvaguardaram-se, no entanto, tanto a homogeneidade da amostra, que permite uma certa regularidade e padronização dos casos, quanto a diferenciação/diversidade sugerida por Bertaux (2005) e por Lahire (2004), essencial à captação das particularidades biográficas e do património disposicional individual.

Quadro 2: Caraterização dos entrevistados (resumida)

Entrevistados	Sexo	Origem	Profissão	Local de entrevista
ATC	Feminino	São Tomé	Apresentadora TV	Local de trabalho
MB	Feminino	Cabo-Verde	Prof./Investigadora	Local de trabalho
AT	Feminino	Cabo-Verde	Analista química	Bar – lanche
PP	Masculino	Cabo-Verde	Advogado/Líder	Bar – lanche
PS	Feminino	Cabo-Verde	Formadora SCM	Bar – lanche
IC	Feminino	Cabo-Verde	Bioquímica	Bar – lanche
CC1	Feminino	Cabo-Verde	Advogada	Restaurante – almoço
EC	Masculino	Cabo-Verde	Informático sénior	Restaurante – almoço
OS	Feminino	Cabo-Verde	Administrativa escola	Casa de família
S	Feminino	Cabo-Verde	Enfermeira	Casa de família
AG	Feminino	Cabo-Verde	Coordenadora	Bar – lanche
CD	Masculino	Cabo-Verde	Treinador	Local de trabalho
AD	Masculino	Guineense	Aux. Educativo	Local de trabalho
SY	Feminino	Cabo-Verde	Professora	Restaurante – almoço
SB	Feminino	Cabo-Verde	Tec. Turismo	Casa de família
FR	Feminino	Cabo-Verde	Aux. Educativa	Casa de família
NG	Masculino	Misto PALOP	Gestor	Local de trabalho
AR	Feminino	Cabo-Verde	Professora	Restaurante – almoço
CR	Feminino	Cabo-Verde	Relações Públicas	Casa de família
JMF	Masculino	Cabo-Verde	Padre	Local de trabalho
NC	Feminino	Cabo-Verde	Serviço Social	Casa de família
LS	Masculino	Cabo-Verde	Estagiário CLAI	Local de trabalho
JG	Masculino	Cabo-Verde	Designer Gráfico	Bar – lanche
AM	Feminino	Cabo-Verde	Animadora SC	Bar – lanche
CM	Masculino	Cabo-Verde	Bolseiro/Investigador	Ar livre
VV	Masculino	Cabo-Verde	Consultor	Restaurante – almoço
NA	Masculino	Cabo-Verde	Prof. Ed. Física	Bar – lanche
DR	Masculino	Cabo-Verde	Gestor de Projetos	Bar – lanche
MC	Masculino	Cabo-Verde	Kapoeira/Cantor	Restaurante – almoço
CM	Feminino	Cabo-Verde	DJ	Bar – lanche
CC2	Feminino	Cabo-Verde	Livreira	Bar – lanche

Apesar da metodologia qualitativa, procurou-se também primar pela diversificação interna e externa da amostra (Pires, 1997). Se, por um lado, a pesquisa beneficia de um olhar sobre a diversidade de atores no contexto social mais macro ou geral (diversificação externa), por outro lado, ela também beneficia de uma perspetiva mais micro, através da exploração da diversidade interna de um grupo específico (diversificação interna), neste caso, os jovens descendentes de imigrantes africanos. Por este motivo, foram realizadas entrevistas biográficas em que cada um dos entrevistados constitui um mundo particular ou singular, revelando a cada entrevista as perspetivas pessoais de cada um.

5.4. O acesso

O acesso aos informantes foi feito através do método da bola de neve com a ajuda de alguns contactos-chave. Inicialmente foram contactadas 3 pessoas de diferentes vertentes profissionais (vertente académica, vertente associativa e vertente das artes e do entretenimento) que a investigadora sabia serem detentoras de um capital social interessante para os propósitos da pesquisa.

A partir desses contactos, foram elaboradas 3 listas de possíveis entrevistados em consonância com o perfil pré-estabelecido (com 24, 22 e 33 possíveis contactos, respetivamente, num total de 79 possíveis entrevistados), seguindo-se depois o contacto telefónico ou via e-mail ou facebook com tais pessoas. Após a primeira fase, em que os contactos e as entrevistas foram sendo realizadas consoante a disponibilidade dos entrevistados, foram captados mais contactos sugeridos pelos entrevistados e foram feitas novas investidas. Alguns dos esforços revelaram-se infrutíferos, mas ainda assim quase metade dos contactos realizados resultaram em entrevista. No entanto, tratou-se de um processo mais moroso do que o que se esperava, comprovando o difícil acesso a

esta comunidade minoritária e a sua pouca disponibilidade devido a agendas muito preenchidas.

Quadro 3: Número de entrevistados segundo o meio de acesso

Contactos-chave	Nº de Entrevistas	Áreas	Nº de entrevistados	Atividades abrangidas
Académico	12 de 24	Ciências	2	Analista química, enfermeira
		Desporto	1	Prof. Educação Física
		Informática	2	Designer Gráfico, Informático
		Economia	1	Administrativa, gestor
		Humanidades	5	Advogado, Animação sócio-cultural, tec. Turismo, Padre, Serviço Social
		Investigação	1	Bolseiro de investigação/investigador
Associativo	11 de 22	Ciências	1	Bioquímica
		Desporto	1	Treinador de Basquete
		Economia	1	Gestor
		Humanidades	8	Professor, Auxiliar educativo
Artes e entretenimento ²	5 de 33	Artes	2	Dj, cantor
		Economia	1	Consultor
		Desporto	1	Professor de Capoeira
		Humanidades	1	Livreira

O leque de entrevistados pretendeu-se o mais variado possível, quer em termos de atividade profissional quer em termos de origem PALOP. No entanto, tendo em conta o método de investigação utilizado (bola de neve), não foi possível uma grande variação ao nível da origem (maioritariamente cabo-verdiana) e também não se conseguiu uma grande expressão da área desportiva, aspeto este que pode ser considerado uma lacuna devido à suposta forte expressão deste meio profissional no contexto da mobilidade

² Foram realizadas 8 entrevistas das quais 3 foram postas de lado por não obedecerem ao perfil seleccionado para as entrevistas.

social ascendente de filhos de imigrantes.

No que diz respeito ao género, tentou-se ao máximo respeitar a equidade ao nível do número de entrevistados, mas o acesso ao género feminino verificou-se um pouco mais fácil do que ao masculino, não só pela disparidade quantitativa dos próprios contactos cedidos nesse sentido como pela maior disponibilidade demonstrada pelas entrevistadas para participar na pesquisa, o que confirma a tendência, já evidenciada em outros estudos (Machado, 2005), de uma maior incidência feminina em percursos de mobilidade ascendente.

No total, foram realizadas 31 entrevistas, das quais apenas foram validadas 25, e foram entrevistados 13 homens e 18 mulheres, sendo que das entrevistas validadas para o objetivo da pesquisa contam com apenas 12 homens e 13 mulheres. As tabelas completas de caracterização dos entrevistados podem ser consultadas na íntegra nos anexos da tese.

5.5. A entrevista

A entrevista, enquanto meio de investigação, “provides a way of generating data about the social world by asking people to talk about their lives” (Silverman, 2011: 140). No entanto, ela é uma interação entre duas versões narrativas do mundo social que são criadas e construídas sempre como produto de um contexto e uma interação específicos. Por isso mesmo, não pode ser vista como realidade propriamente dita, embora possa ser um veículo de conhecimento do mundo social. Como se diz em Silverman (2011: 126), a pesquisa “may provide access to the meanings people attribute to their experiences and social worlds”, mas a entrevista em si mesma é uma interação simbólica que “does not discount the possibility that knowledge of the social world beyond the interaction can be obtained”.

É ainda preciso ter em conta que “the language of interviewing (like all other telling) fractures the stories being told” (Silverman, 2011, 127), e isto acontece em dois momentos: i) quando o entrevistado se vê impossibilitado de contar a sua vida em pormenor porque a entrevista tem um tempo limitado e por isso faz cortes na narrativa ou saltos no tempo, e ii) quando o entrevistador vai fazer a análise das entrevistas (mediante o recurso a tipologias, categorizações ou outros) e é obrigado a deixar alguns aspectos de parte, salientando outros.

Para além disso, todo o processo que vai da recolha das entrevistas até à apresentação dos resultados é um processo faseado, em que a própria experiência de investigação decorre de modo intermitente.

Estudar os percursos de mobilidade ascendente e as disposições, tentando apreender a variação social dos comportamentos individuais segundo contextos de ação, implica ter um objeto de estudo relativamente pequeno para que se possa estudá-lo em profundidade. Foi nesse sentido (de aprofundamento) que também se optou por entrevistas biográficas. Este tipo de entrevista permite, de uma forma ‘sistematizada’, obter uma narrativa centrada no percurso de vida e nas suas diferentes dimensões (como, por exemplo, a infância, a idade escolar, a vida profissional e afetiva, entre outras). Essas dimensões são consideradas como diferentes contextos e, por isso, quando analisadas cuidadosamente, permitem captar as razões das variações intra-individuais dos comportamentos e a complexa articulação dos patrimónios de disposições individuais e dos contextos do seu desencadeamento ou do seu estado de vigília (Lahire, 2004).

Um outro aspeto que justifica a escolha da entrevista como metodologia para esta pesquisa é o facto de, uma vez que o objeto de análise constitui um grupo minoritário e as trajetórias de mobilidade ascendente relativamente a este grupo são quase desconhecidas, com a entrevista, se poder dar voz a este núcleo. Como disse Ragin, aqui “the objective is not only to increase the stock of knowledge about different types,

forms, and processes of social life, but to tell the story of a specific group” (Ragin, 1994).

Os dados recolhidos, enquanto dados sobre um grupo diferenciado que se entendem como sobejamente significativos para os estudos neste âmbito, não só dão visibilidade a uma pequena fatia da população portuguesa que até agora se manteve ‘marginalizada’ como são dados que proporcionam, como diria Ragin, a possibilidade de contribuir para “social scientist’s understanding of social life in general” (Ragin, 1994, 43).

Para isso, foi elaborado um guião de entrevista onde se procurou mapear ao máximo todas as questões que poderiam favorecer tanto a análise do percurso de mobilidade ascendente dos entrevistados quanto as suas disposições mediante as seguintes dimensões (vd. guião de entrevista, em anexo):

- **Enquadramento** (o entrevistado enquanto objeto de estudo);
- **Escola e trajeto escolar** (efeito-escola, as trajetórias escolares e outras questões relativas a esse universo);
- **Trabalho e trajetória profissional** – (trajeto e relações profissionais, oportunidades e recursos envolvidos);
- **Composição e dinâmicas familiares** (estratégias familiares e relação com pais, irmãos e outros parentes);
- **Bairro** (redes de solidariedade e o ambiente a que os entrevistados estiveram expostos);
- **Sociabilidades** (redes de sociabilidade e as suas influências no percurso dos entrevistados);
- **Tempos livres** (interesses e hábitos do entrevistado);
- **Identidade** (sentimento de nacionalidade, de pertença, identificação pessoal);
- **Racismo** (fatores discriminatórios e causas estruturais que possam ter influenciado os percursos);
- **Planos para o futuro** (motivações, expectativas e aspirações);
- **Autodescrição pessoal** (perceção pessoal de si mesmo).

A partir da formulação destas dimensões, foi possível abranger uma parte significativa dos contextos biográficos dos entrevistados e perceber melhor as suas trajetórias de vida. Aplicadas as entrevistas, confirmou-se a utilidade do guião e o espetro do seu alcance, que pareceu satisfatório para os objetivos pretendidos.

Em todo o caso, como se trata de um guião de entrevista semiestruturada, a ordem pela qual as perguntas foram colocadas nem sempre foi a mesma, tendo-se a investigadora reservado o direito de colocar novas questões ou de omitir outras sempre que achou necessário e plausível. A aplicação das entrevistas seguiu uma lógica própria da conversação informal e amigável, tendo em mente a comparabilidade dos discursos dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas, na sua maioria, em locais públicos (bares, restaurantes ou instituições públicas e locais de trabalho) na zona de Lisboa, tendo apenas seis delas ocorrido em casa dos entrevistados, a pedido dos mesmos. Todas as entrevistas foram realizadas com o recurso ao gravador e estão registadas em formato áudio. A duração média de cada entrevista foi de aproximadamente uma hora e meia, tendo atingido, no mínimo, cerca de uma hora e, no máximo, as três horas de gravação. O período de realização das entrevistas estendeu-se de 18 de janeiro de 2014 a finais de dezembro de 2015.

5.6. A transcrição

No âmbito desta investigação, uma vez que se optou por utilizar como método de investigação a realização de entrevistas biográficas (histórias de vida), procedeu-se à sua transcrição integral. No entanto, em todo o processo de transcrição foi assegurado o

anonimato dos entrevistados, sendo retirada toda e qualquer menção a nomes de pessoas ou lugares que pudessem identificá-los.

A transcrição foi realizada inicialmente em formato Word, fiel ao original e apenas introduzindo a pontuação adequada. Posteriormente, essa transcrição foi adaptada ao formato XML, originando ficheiros etiquetados com anotações linguísticas para um melhor aproveitamento da sua potencialidade ao nível da análise do discurso. Procedeu-se a uma leitura cuidadosa das transcrições, fizeram-se-lhes anotações e construíram-se grelhas verticais com as sinopses das entrevistas.

A utilização de dois programas informáticos para a anotação das transcrições permitiu codificar e segmentar o discurso de forma comparável e automática, traduzindo-se num modo mais célere, eficaz e produtivo de analisar os textos.

5.7. A análise

5.7.1. A análise de conteúdo

A análise de conteúdo aqui proposta segue a linha das pesquisas qualitativas sugeridas por Guerra (2008), desenvolvendo-se nesse sentido uma bifurcação entre uma dimensão descritiva e uma dimensão interpretativa.

Na dimensão descritiva procurou-se descrever o discurso dos entrevistados segundo três tipos de análise complementares:

- a) Análise tipológica (situações-tipo, atitudes-tipo face à mobilidade ascendente. Ex. Atitude proativa, individualista, conformista, etc.)

- b) Análise categorial (a mobilidade ascendente pode ser explicada por disposições específicas, nível de habilitações, composição familiar, estratégias familiares? Análise por dimensões do guião)
- c) Análise de conteúdo tradicional (referente ao corpus das entrevistas)

Na dimensão interpretativa, tentou-se fazer a comparação das entrevistas para explicar o fenómeno da mobilidade ascendente entre as minorias de perfil desfavorecido e clarificar o sentido da ação dos entrevistados, tendo em mente a possibilidade do surgimento de novas teorias e conceitos, bem como o olhar atento e crítico em relação às teorias e conceitos já existentes.

Para isso, analisaram-se os trajetos dos entrevistados tendo como objetivo a construção de ideais-tipo de trajetórias de mobilidade ascendente nestes casos e procurando delimitar um número de possibilidades de tipos de percursos ascendentes, segundo o material recolhido.

5.7.2. A análise do discurso e a linguística de corpus

Vendo como uma mais-valia a integração de outras áreas para o auxílio da análise de conteúdo, recorreu-se a duas áreas de investigação distintas, pertencentes ao universo das ciências da linguagem: a análise do discurso e a linguística de corpus. Estas duas áreas em conjunto permitem a busca de certos padrões linguísticos a partir de processos automáticos de anotação e “mineração” de texto. Para isso, no entanto, teve de se proceder previamente à conversão do texto das transcrições para o formato XML (eXtensible Markup Language) e à seleção de categorias e etiquetas léxico-semânticas na anotação do discurso das entrevistas, o que se mostrou ser muito produtivo para o resultado final da análise aqui apresentada. Depois, avançou-se para a publicação online, com a total autorização dos entrevistados, de todo o conteúdo das entrevistas

(garantida que ficou a alteração de nomes de pessoa e de lugar), com vista à verificação, comparação, computação e partilha de informação sociológica através do Sistema TEITOK, que será explicado abaixo. Por último, procedeu-se à interpretação dos resultados obtidos através das estatísticas e operações automáticas como a frequência de palavras, palavras-chave ou "keywords" e palavras vizinhas ou "colocações".

Esta parte da investigação foi experimentada em termos de plataforma interdisciplinar. Com efeito, não só ambas as disciplinas, a Sociologia e a Linguística, podem beneficiar da fácil extração deste tipo de dados textuais como o aproveitamento integral do material recolhido passa a poder ser pesquisado, simultaneamente, enquanto registo da língua oral e enquanto testemunho do social.

Tentando compatibilizar as funcionalidades de estatística lexical, combinação de variáveis textuais e extratextuais, entre outras, com a análise sociológica do corpus de entrevistas, criou-se, no Centro de Linguística da Universidade Lisboa, um site com o nome MAEM³ (Mobilidade Ascendente entre as Minorias), no qual, através do sistema TEITOK, foi possível operacionalizar a análise das entrevistas de um modo interativo.

³ A criação do site MAEM, com o endereço <http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam/> só foi possível com o auxílio do autor do sistema TEITOK, Maarten Janssen, e com a programação dedicada de Gael Vaamonde. A ambos agradeço reconhecida.

5.7.3 O Sistema TEITOK

Passando às especificações técnicas sobre o Sistema que se usou para a pesquisa deste corpus, saiba-se que o sistema TEITOK é uma plataforma localizada na web, destinada a consultar, criar e editar corpora linguísticos extensamente marcados ao nível do texto e simultaneamente anotados ao nível da gramática e do léxico. Começou a ser desenvolvido em 2014 no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) por Maarten Janssen com o objetivo de fornecer um sistema adequado para o registo e busca dos dados de dois corpora que então se estavam a criar naquela unidade de investigação: o do projeto P.S. Post Scriptum (um corpus histórico-linguístico português e espanhol)⁴ e o projeto COPLE2 (Corpus de Português Língua Estrangeira / Língua Segunda)⁵. Desde 2014 e até ao presente, o TEITOK tem-se tornado cada vez mais polivalente, servindo atualmente para criar, editar, anotar e explorar corpora de qualquer língua e em direções muito diversas, incluindo a sociológica (Janssen 2016). O sistema lida, como o nome indica, com textos codificados no sistema TEI, i.e., textos registados em linguagem XML, que é legível pelo homem e pela máquina, incluindo os browsers da internet, mas usando etiquetas convencionadas por uma comunidade muito abrangente de historiadores, filólogos e linguistas: a Text Encoding Initiative (TEI Consortium 2017, Marquilhas e Hendrickx, 2016).

Para tirar partido do sistema TEITOK, o utilizador transcreve os seus textos (neste caso, as gravações das entrevistas) num formato autorizado pelo TEI, com os metadados num elemento de cabeçalho <teiHeader/> e o texto num elemento à parte <text/>. Neste caso, o modelo que se adotou inclui a seguinte estrutura, pensada em TEI precisamente para os textos de entrevistas gravadas (um ficheiro XML para cada entrevista):

⁴ Página do projeto *P.S. Post Scriptum*: <http://clul.ul.pt/ps>

⁵ Página do projeto *COPLE2*: <http://alfclul.clul.ul.pt/teitok/learnercorpus>

Imagen 1: Estrutura adotada no MAEAM para o elemento <teiHeader>....</teiHeader>
(1)

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<TEI xmlns:xi="http://www.w3.org/2001/XInclude" xmlnsoff="http://www.tei-c.org/ns/1.0">
  <teiHeader type="Sociologia">
    <fileDesc>
      <titleStmt>
        <title type="main">Jovens adultos descendentes de imigrantes africanos
          em (dis)posições de destaque: um estudo sobre percursos de mobilidade
          ascendente entre as minorias</title>
        <title type="descriptive">Entrevista com DD</title>
        <author><name type="interviewee">DD</name></author>
        <respStmt>
          <resp>Interview conducted by</resp>
          <name>Leonor Tavares</name>
        </respStmt>
        <respStmt>
          <resp>Transcription</resp>
          <name>Leonor Tavares</name>
        </respStmt>
        <respStmt>
          <resp>Text encoding</resp>
          <name>Leonor Tavares</name>
        </respStmt>
      </titleStmt>
      <editionStmt>
        <edition>Primeira edição, <date>2017</date>
        </edition>
      </editionStmt>
      <publicationStmt>
        <publisher>[publisher name]</publisher>
        <pubPlace>
          <address>
            <addrLine>[publisher address line 1]</addrLine>
            <addrLine>[publisher address line 2]</addrLine>
          </address>
        </pubPlace>
        <date>2017</date>
        <availability status="unknown">
          <p>© </p>
        </availability>
      </publicationStmt>
    </fileDesc>
  </teiHeader>
</TEI>
```

Imagen 2: Estrutura adotada no MAEAM para o elemento <teiHeader>....</teiHeader>
(2)

```
<sourceDesc>
  <recordingStmt>
    <recording type="audio" dur="PT01H08M53S">
      <broadcast>
        <bibl>
          <lang value="primary" norm="PT">Português</lang>
          <placeName>Chiado</placeName>
        </bibl>
      </broadcast>
      <date>yyyy-mm-dd</date>
      <respStmt>
        <resp>Recorded by</resp>
        <name>Leonor Tavares</name>
      </respStmt>
      <equipment>Olympus digital voice recorder VN-713PC
      </equipment>
    </recording>
  </recordingStmt>
</sourceDesc>
</fileDesc>
<profileDesc>
  <textDesc id="transcription_id" n="transcription">
    <channel mode="s">interview</channel>
    <constitution type="single">transcript of a continuously
      recorded interaction among the specified participants</constitution>
    <derivation type="transcription">transcribed in the languages
      used by the participants</derivation>
    <domain type="Thesis"/>
    <factuality type="fact"/>
    <interaction type="complete"/>
    <preparedness type="Guião"/>
    <purpose type="PHD"/>
  </textDesc>
</profileDesc>
```

Imagen 3: Estrutura adotada no MAEAM para o elemento <teiHeader>....</teiHeader> (3)

```
<particDesc>
    <listPerson>
        <person xml:id="interviewer_LT" role="interviewer">
            <persName>
                <forename>Leonor</forename>
                <surname>Tavares</surname>
            </persName>
        </person>
        <person xml:id="interviewee_DD" role="interviewee">
            <persName>
                <forename>Domingas (nome fictício)</forename>
                <surname>Dias (apelido fictício)</surname>
            </persName>
            <persName type="alias">
                <name>DD</name>
            </persName>
            <sex value="2">feminino</sex>
            <age>37</age>
            <birth when="1976" ref="PT"/>
            <nationality key="PT">portuguesa</nationality>
            <state type="marital_status">
                <desc>casada</desc>
            </state>
            <education>licenciatura e pós-graduação</education>
            <occupation>advogada</occupation>
            <residence>Corroios</residence>
            <affiliation>siderurgia e agricultura</affiliation>
            <event type="origem" ref="CV">
                <ab>Cabo Verde</ab>
            </event>
            <event type="filhos" n="5">
                <ab/>
            </event>
            <event type="irmãos" n="4"><ab>1 mais velho e 3 mais novos</ab>
            </event>
            <soecStatus type="percurso" n="4">percurso de
                Programação Familiar</soecStatus>
        </person>
    </listPerson>
</particDesc>
```

Imagen 4: Estrutura adotada no MAEAM para o elemento <teiHeader>....</teiHeader> (4)

```
</profileDesc>
<encodingDesc>
    <editorialDecl>
        <p>Esta transcrição foi feita com base num ficheiro audio.</p>
        <p>O vocabulário original usado pelos entrevistados foi mantido.</p>
        <p>Foi introduzida pontuação adequada, extensão de algumas
            palavras e menção a barulhos e intervenções exteriores
            durante as entrevistas.</p>
        <p>Atitudes e sons produzidos pelos entrevistados
            foram marcados entre parêntesis rectos.</p>
    </editorialDecl>
</encodingDesc>
</teiHeader>
```

Imagen 5: Estrutura adotada no MAEAM para o elemento <text>....</text>

```
</teiHeader>
<text>
  <body>
    <div corresp="#transcription_id" id="div-1">
      <div xml:lang="PT" id="div-2">
        <p id="p-1">
          <u who="#interviewee_DD" id="u-1">[texto do entrevistado]</u>
        </p>
        <p id="p-2">
          <u who="#interviewer_LT" id="u-2">[texto do entrevistador]</u>
        </p>
        <p id="p-1">
          <u who="#interviewee_DD" id="u-1">[texto do entrevistado]</u>
        </p>
        <!-- etc. até ao final da transcrição -->
      </div>
    </div>
  </body>
</text>
</TEI>
```

Uma vez convertida em ficheiro XML com o formato TEI acima exemplificado, cada entrevista pode passar a ser carregada no sistema TEITOK. Previamente, é necessário solicitar no CLUL, junto dos responsáveis pela criação de novos sites em TEITOK (Rita Marquilhas ou Gael Vaamonde) ou então junto do autor do sistema, Maarten Janssen, a reserva de um endereço para o novo site que se deseje iniciar. Neste caso, como já referido, foi criado o endereço <http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>.

As instruções para o processo de carregamento dos textos (que podem aliás ser também digitados diretamente na plataforma) são bastante simples de seguir por um leigo e estão disponíveis no endereço do próprio programa: <http://www.teitok.org/>.

Uma vez carregadas as entrevistas seguindo os passos exigidos pelo sistema, foi só necessário escolher as variáveis extratextuais que se pretendia deixar pesquisáveis (neste caso, escolheu-se *sexo* e *percurso de mobilidade ascendente*, mas poder-se-ia também ter escolhido qualquer outra das codificadas nos cabeçalhos dos ficheiros XML). A última operação antes de tornar o corpus pesquisável é uma operação automática que se corre sempre que se introduzam emendas nos textos : a operação “Regenerate the CQP corpus”. Uma vez terminada a geração do corpus, as suas buscas podem começar. Para esclarecimento do leitor, copiam-se abaixo as instruções elaboradas para o MAEAM ao se pretender mostrar como o conteúdo do site, para além de ser lido, pode ser consultado em termos de ocorrências de palavras, concordâncias de

palavras, combinação com variáveis extratextuais e obtenção automática de estatísticas, incluindo a útil contabilização de Words Per Million (Palavras Por Milhão), que permite relativizar o peso das contagens absolutas.

CAPTURA 1: Primeira imagem da página de buscas em MAEAM (<http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>)

The screenshot shows the MAEAM search interface. At the top, there's a red header with the logo of the Centro de Linguística da Universidade de Lisboa and a search bar with a placeholder 'search...'. Below the header, the main content area has a title 'MAEAM: MOBILIDADE ASCENDENTE ENTRE AS MINORIAS' and a sidebar with a menu. The sidebar includes links for 'Início', 'Busca' (which is highlighted in red), 'Entrevistas', 'Contagem de Palavras', 'Downloads', and 'Login'. The main content area is titled 'Pesquisa no corpus' and contains a 'CQP Query' input field with the text 'avancada' (highlighted in red). Below the input field are several explanatory examples:

- Exemplo 1: .*ência Resultados: ciéncia,experiéncia, vivéncia, etc.
- Exemplo 2: .*aboverdian.* Resultados: Caboverdiano, caboverdiano, Caboverdianos, caboverdianos, etc.
- Exemplo 3: .* Resultados: Todos os tokens (i.e., palavras e sinais de pontuação) do corpus.
- Exemplo 4: [word="Nós|nós"] Resultados: Nós, nós (i.e., todas as ocorrências de "nós", independentemente de terem inicial maiúscula ou minúscula).

CAPTURA 2: Segunda imagem da página de buscas em MAEAM (<http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>)

Um Roteiro Possível

Depois de escrever a palavra ou palavras das entrevistas cujos contextos de ocorrência lhe interessam (ex da Figura1: "minha mãe"), o visitante deve selecionar o botão "Search" ou simplesmente carregar na tecla Enter do seu teclado.

This screenshot shows the same MAEAM search interface as Figure 1, but with the word 'minha mãe' typed into the 'CQP Query' input field. A large black arrow points to the 'Search' button, which is located to the right of the input field. The rest of the interface, including the sidebar menu and explanatory examples, remains the same.

Figura 1

CAPTURA 3: Terceira imagem da página de buscas em MAEAM (<http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>)

O resultado surge numa nova janela, que mostra a lista das concordâncias (i.e. ocorrência das palavras em contexto) da expressão usada na pesquisa. Para o exemplo "minha mãe", o resultado será o de uma lista como a que surge na Figura 2. Neste caso, são 463 resultados, consultáveis em sucessivas janelas de 100. Para se ler mais texto do que o das linhas da lista, é preciso selecionar a ligação "contexto", à esquerda de cada uma das linhas:

The screenshot shows a search interface for the MAEAM corpus. The search query is 'Padrão CQP: [form="minha"] [form="mãe"] within text'. The results page displays 463 results, showing 100 at a time. A red arrow points to the 'context' link next to the first result. The results list contains several lines of text from a document, with some words highlighted in blue.

Pesquisa no corpus
Padrão CQP: [form="minha"] [form="mãe"] within text | Search | Avançada
463 resultados • Mostra 0 - 100 (seguir) [redacted]
Texto: Transcrição Forma escrita

[context] responsabilidade desde novo... a minha mãe o meu pai... mas
é eu quando nasci a minha mãe tava cá sozinha a cuidar
a minha professora chamou a minha mãe à escola... na altura
escola... na altura a minha mãe depois disse-me que acho que
à minha primeira classe a minha mãe falava comigo sempre em crioulo
1º classe quando chamou a minha mãe disse-lhe, disse à minha
mãe disse-lhe, disse à minha mãe , se calhar para tentar
hoje falo português com a minha mãe e com o meu pai
diferença, porque se a minha mãe e o meu pai são
diferença, porque se a minha mãe e o meu pai são
, sem parar a minha mãe também sempre trabalhou. quando
porque por exemplo a minha mãe é uma pessoa muito menos
irmão apanhou essa vertente da minha mãe e portanto somos pessoas.
pais... basicamente com a minha mãe porque num ano, um
o meu irmão com a minha mãe portanto, e quando o
da nossa educação vem da minha mãe , portanto, apesar de
foi com com a minha mãe ... mas foi uma
pai é caboverdiano e a minha mãe é angolana. | O teu pai é de que ilha? | Santo Antão
é da Brava. | O meu pai acho que é daquela zona de Ribeira Grande. | A minha mãe é de Garça. Já
ele era jardineiro. A minha mãe também a mesma coisa.

Figura 2

CAPTURA 4: Quarta imagem da página de buscas em MAEAM (<http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>)

Descendo na lista dos resultados até ao rodapé da página, o visitante encontra as opções que lhe permitem o acesso a estatísticas lexicais combinadas com variáveis linguísticas e extralingüísticas (Figura 3). Por exemplo, pode selecionar a variável "Percorso", como exemplificado abaixo:

The screenshot shows the bottom part of the search results page with various filtering options. A red arrow points to the 'Frequency' dropdown menu, which is open and displays several options: 'selecionar', 'Sex (Sexo)', 'Path (Percorso)', 'Texto', and 'Custom distribution'. Other dropdown menus include 'Use the query' (with 'Path (Percorso)' selected), 'Collocation by:' (with 'Texto' selected), and 'Frequency by:' (with 'selecionar' selected). At the bottom, there are buttons for 'text size: 1', 'direction: Left and Right', and 'Submeter pedido'.

(Query cannot be used for multi-token edit since all results span more than one word) Download results as TXT - [Direct query URL](#)

Frequency: [selecionar]
Use the query: Path (Percorso)
Collocation by: Texto
Frequency by: [selecionar]

Figura 3

CAPTURA 5: Quinta imagem da página de buscas em MAEAM (<http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>)

O visitante encontrará o resultado da Figura 4, que lhe aparece por defeito no formato de Tabela (Table) e ordenada por Números Absolutos (Count):

Group query: Group by: **Path (Percorso)**

Graph: **Table** | Count: **Count** | Download: [selecionar]

Path (Percorso)	Count	Total	Words per million
percurso de Programação Familiar	194	127,145	1,525.82
percurso de Sustentação Comunitária	111	80,030	1,386.98
percurso de Investimento Pessoal	106	72,728	1,457.49
percurso de Apoio Providencial	52	55,027	944.99

Figura 4

CAPTURA 6: Sexta imagem da página de buscas em MAEAM (<http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam>)

Pretendendo-se uma visualização diferente, como a do Gráfico de Barras, por exemplo, e uma apresentação de resultados por Números Relativos (WPM ou "Words Per Million"), é possível selecionar isso mesmo. Resultados do contraste entre Números Absolutos e Números Relativos abaixo, na Figura 5, sempre respeitantes à distribuição da expressão "minha mãe" no corpus:

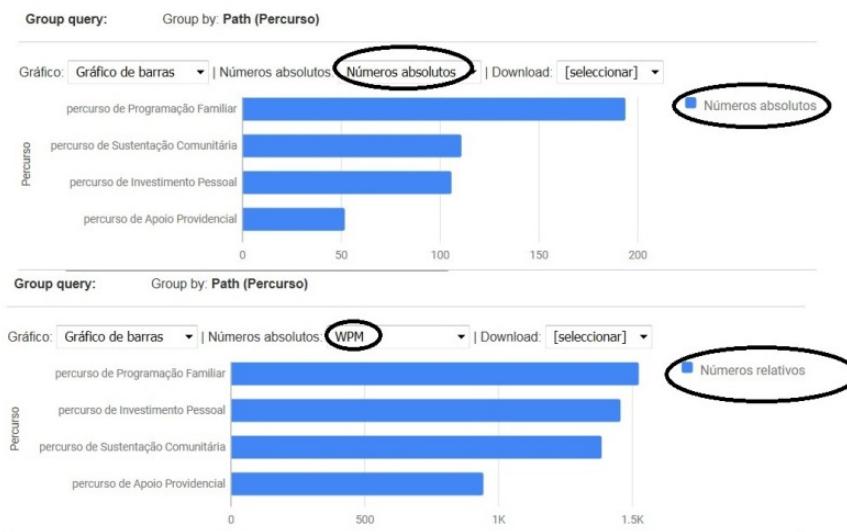


Figura 5

CAPTURA 7: Sétima imagem da página de buscas em MAEAM ([http:// cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam](http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam))

Para processos mais filtrados, as buscas fazem-se no separador [Busca Avançada](#), que permite, além da pesquisa por palavras, o estabelecimento prévio de secções do corpus a pesquisar: só entrevistas de mulheres, só entrevistas de homens, só entrevistas de um dos quatro percursos sociais ascendentes.

Pesquisa no corpus

Pesquisa do texto

Tipo de pesquisa: CQP Pesquisa por palavra

Forma escrita igual a

Tipo de visualização: KWIC Context

CQP application: CQP TT-CQP

Tamanho do contexto: 5 palavras

Ordenar por: Palavra

Matching strategy: Longest match

Sexo

Percorso

6. DESCENDENTES DE IMIGRANTES EM POSIÇÕES DE DESTAQUE: DIMENSÕES E LINHAS DE ANÁLISE

6.1 PERFIL SOCIOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS

Falamos de mobilidade social, intergeracional e de sentido ascendente, pelo que os percursos analisados no presente capítulo correspondem a um conjunto de vinte e cinco histórias de vida captadas em entrevistas semidiretivas a jovens adultos com esse perfil. Como já vimos, os jovens entrevistados são homens e mulheres residentes na zona de Lisboa e Vale do Tejo, filhos de imigrantes dos PALOP (sobretudo de Cabo-Verde por ser a comunidade africana mais numerosa e com mais tempo de residência em Portugal). A média da idade desses jovens é de 33/34 anos e por isso estes jovens já estão todos integrados no mercado de trabalho, embora as suas carreiras ainda estejam numa fase inicial, na maior parte dos casos. Desempenham profissões intelectuais, científicas, artísticas ou têm cargos empresariais de relevância. Quanto à nacionalidade, 18 são possuidores de nacionalidade portuguesa e cinco de dupla nacionalidade (portuguesa e cabo-verdeana), confirmando a relação entre a detenção de nacionalidade portuguesa e o sucesso escolar e ocupacional observada em outros estudos (Machado, 2008). Apenas dois têm nacionalidade estrangeira, ainda assim por motivos alheios à sua vontade, que se prendem com minúcias restritivas da lei da nacionalidade em vigor no país. Na família, na sua grande maioria, ocupam o lugar de filhos do meio ou mais velhos, tendo por isso muitas vezes alguma responsabilidade também na organização e sustento do lar, o que obrigou a uma inserção precoce no mercado de trabalho (grande parte dos entrevistados começou a trabalhar informalmente entre os 12 anos de idade e os 17 anos). A maioria (14 dos 25) ainda não constituiu família própria ou tem apenas um filho, o que revela uma estratégia de investimento no prolongamento da escolaridade e aquisição das condições necessárias a uma boa situação familiar.

Relativamente à escolaridade, à exceção de um único elemento do sexo masculino que enveredou pela carreira artística completando apenas o ensino obrigatório, todos os outros entrevistados seguiram para o ensino superior, entre os quais 17 licenciados, 5 mestres e 2 doutores, divididos em iguais proporções em termos de género, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 4: Nível de escolaridade dos entrevistados

ESCOLARIDADE			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
3º CICLO	1	0	1
LICENCIADOS	8	9	17
MESTRES	2	3	5
DOUTORES	1	1	2
TOTAL	12	13	25

São oriundos de famílias numerosas, onde a família alargada exerce um papel relevante, mas de capital económico e cultural muito baixo, confirmando a tendência já observada em outros estudos de pais trabalhadores das obras (ou serviços afins) e mães empregadas domésticas, uns e outros com uma escolaridade maioritariamente ao nível do ensino básico, de resto não muito diferente da população portuguesa de idêntica condição social.

As suas vidas foram iniciadas em zonas pobres, onde se viram obrigados a frequentar escolas também da periferia, com poucas condições e pouco acompanhamento. Apesar disso, e de todos os obstáculos que foram encontrando ao longo do percurso, conseguiram ter mobilidade ascendente e alcançar posições de destaque, não

reproduzindo assim a mesma condição dos seus pais, maioritariamente estagnados na base da escala social.

As suas histórias são a prova viva de que existem casos de contratendência e de que, apesar das dificuldades, é possível singrar, mesmo sendo de uma família imigrante, com poucos recursos e tendo de superar obstáculos diários devido ao preconceito em relação à proveniência, à cor da pele e à pobreza. A título de exemplo do universo analisado, passaremos ao retrato sociológico de quatro dos entrevistados, nomeadamente duas mulheres (AT e AG) e dois homens (LS e NA).

AT, uma jovem de 28 anos de idade, nasceu numa família desestruturada, nunca conheceu o pai e a mãe sofria de um problema de alcoolismo. *Desde que conheci a minha mãe, pronto, ela sempre teve problemas com álcool, mas... havia problemas em casa...* Todos os seus irmãos foram criados num colégio interno e sem grande relação com a família e a cultura africana. Por ser a mais nova, foi poupada ao internato, mas por causa do problema da mãe, cedo teve de amadurecer. Era ela quem cuidava da mãe e não o contrário. Cozinhava, lavava a roupa, fazia as compras e as limpezas da casa. A madrinha e alguns familiares e amigos ajudaram bastante na sua educação, dando conselhos e apoio psicológico, mas, ao longo dos anos, foi crescendo praticamente sozinha. Aos 16 anos ficou órfã de mãe e foi viver com a irmã mais velha, que já tinha 3 filhos por ter sido mãe muito nova. Desde essa altura trabalhava nas férias para ajudar em casa, deslocando-se ao Algarve para trabalhar em restaurantes e trabalhar como ama de criançasera necessário ajudar em casa, não é?! Pronto, na altura estava a morar com a minha irmã, ela tinha 3 filhos, as coisas não eram assim tão simples, não eram assim tão fáceis, né?! Então o facto de trabalhar nas férias já dava uma ajuda para as despesas escolares que se avizinhavam sempre.

Por mérito próprio, sempre foi boa aluna e motivada para atingir objetivos. Embora não considere que tivesse tido algum incentivo especial, refere que a sua mãe sempre lhe dissera que não tinha estudado mas que a filha devia estudar. Nenhum dos seus irmãos, todos mais velhos, estudou muito, e alguns apenas completaram o 9º ano de

escolaridade. Mas aos 18 anos desistiu da escola e foi trabalhar numa pastelaria e num supermercado porque se sentia cansada. No entanto, não se sentia satisfeita e sentia necessidade de ir mais além. ... *era uma coisa que eu sentia. Era uma coisa própria! Era de mim!* Então, eu sempre gostei de estudar. Acho que sempre fui uma aluna... uma boa aluna. Tinha boas notas e mesmo durante o tempo em que deixei de estudar, mas por opção minha... porque existem momentos da vida que não dá para aguentar tudo, não é?! Ahh! Eu apercebi-me que... eu sabia que ia voltar a estudar, não sabia era quando, não é?! Então há sempre alguma força interior que nos diz que não, não é agora, mas tens que continuar. ...entretanto apercebi-me que não era exactamente aquilo que eu queria para a minha vida, né?! Eu sabia que tinha potencialidades para mais e voltei a estudar.

Com queda para as ciências e um especial gosto por química, após completar a licenciatura em Ciências Farmacêuticas conseguiu um estágio numa empresa farmacêutica onde ficou colocada após o estágio e onde trabalha como analista química. Chega a fazer turnos de 12 horas seguidas, mas com gosto. Apesar de lhe sobrar pouco tempo para a vida social, tem vontade de participar em atividades ligadas ao associativismo e às suas origens porque se sente feliz quando não está só a trabalhar e pode ajudar outras pessoas. É uma jovem muito interessada por cultura, revela gosto pela leitura e descoberta das suas origens e também gosta particularmente de viajar, considerando que sai enriquecida de cada viagem.

Vê-se como uma mistura de duas culturas: a cabo-verdiana e a portuguesa. ...*tenho as duas culturas: tenho a cultura cabo-verdiana e tenho a cultura portuguesa, portanto, sinto-me privilegiada por ter essas duas culturas. Identifico-me bastante com a cultura portuguesa, não tenho qualquer tipo de problema em ouvir a música, ouvir fado, não é?!, em ouvir música portuguesa, em ir aos arraiais... vou e tenho amigos que são mesmo meus amigos e não tenho problema em ambientar-me nesses contextos, por isso sou portuguesa cabo-verdiana ao mesmo tempo. É muito bom ter duas culturas.* Tímida, quieta e “certinha”, nunca deu problemas e sempre procurou atingir os seus

objetivos, levando a vida intuitivamente com consciência do certo e do errado, mas escondendo em si o medo de se decepcionar, por isso não gosta de fazer planos.

AG, uma jovem de 25 anos, muito comunicativa, alegre e determinada, nasceu em França, mas veio para Portugal com 4 anos de idade e, por isso, até à data da entrevista, ainda não tinha conseguido a nacionalidade portuguesa, mantendo apenas a nacionalidade cabo-verdiana.

A sua mãe, empregada doméstica, criou-a sozinha porque o pai esteve preso vários anos e foi solto quando a entrevistada tinha completado 10 anos de idade. Depois disso, os pais separaram-se e a entrevistada não manteve uma relação muito próxima com o pai. Por isso, o pai não é uma figura relevante no seu percurso, apesar de o considerar um homem inteligente.

Tendo crescido num bairro degradado, com problemas de droga e criminalidade, e numa casa cheia de familiares, a sua mãe foi sempre o seu pilar e incutiu-lhe a necessidade de estudar e de se preparar bem para ser alguém na vida. ... *cresci com pais separados, a minha mãe a trabalhar para nos conseguir sustentar e dar-nos o apoio necessário para nós prosseguirmos os nossos estudos. Eu acho que acabei por ganhar aquele sentido de obrigatoriedade de concluir isto com sucesso.* Mas a sua irmã mais velha foi o seu grande apoio e modelo de mulher. *A minha irmã... ela é a minha role model, ela é tipo... eu sou apaixonada pela minha irmã mais velha... Foi ela que me acompanhou, foi ela que me fez ver sem falar que estudar era a melhor opção, que há certas coisas que não se fazem, que há certas coisas que não se dizem.* As duas, mãe e irmã, deram-lhe todo o apoio e incentivo de que precisava para prosseguir com os seus estudos e ir atrás de um futuro melhor. A família numerosa de que faz parte também teve uma relevância significativa, sobretudo a avó, mais uma mulher da sua vida, a qual a ensinou a falar crioulo.

Aos 15 anos começou a trabalhar informalmente em limpezas e a tomar conta de crianças, tendo passado depois por vários outros empregos ao longo do seu percurso escolar, nomeadamente em lojas de centros comerciais para ajudar em casa. Sem problemas a nível escolar, aos 18 anos descobriu que estava em situação irregular no país e ficou impedida de concorrer à universidade. ... *tive entretanto um sobressalto que foi o facto de não ter, de não estar, não ter a minha situação a nível de documentação regularizada no país, então isto descobri com 18 anos. Eu não sabia porque até ao 12º ano sempre... nunca tive problemas para as matrículas da escola, nada, a minha mãe é que costumava tratar disso. Até nunca tive problemas nenhuns. Quando acabei então o 12º ano comecei a ver faculdades e foi então que a minha mãe me explicou que eu até aos 18 anos estava coberta pela documentação dela, mas... que essa lei já não valia e portanto eu basicamente estava em situação irregular no país. Eu frustrei!* Sem poder trabalhar e sem poder estudar ficou um ano e meio embrenhada em burocracias, à espera de obter a regularização da sua situação.

Aos 19, depois de conseguir a autorização de residência, começou a trabalhar no seu primeiro emprego com contrato numa loja de roupa e conseguiu inscrever-se na faculdade. Entrou para o curso de Relações Internacionais, que concluiu em 3 anos. ... *se pudesse estudava a vida toda. Gosto mesmo do processo de aprendizagem... o ensino superior acho que é a única fase da vida que realmente tem gosto de estudar o que está a estudar porque à partida estás a estudar para a área que te interessa trabalhar o resto da tua vida.*

Aos 23 anos, depois de terminada a licenciatura e depois de várias passagens por outros locais de trabalho, teve uma grande oportunidade como coordenadora no programa Escolhas¹, por ter participado de vários projetos na comunidade onde morava durante a infância e a adolescência e ter ficado com bons contactos dessas experiências.

¹ O programa Escolhas está em funcionamento desde 2001 e é um programa governamental, gerido pelo ACM (Alto Comissariado para as migrações), que pretende promover a inclusão social de jovens de contextos descapitalizados (nomeadamente, bairros sociais vulneráveis) de todo o país (incluindo Madeira e Açores). As áreas de intervenção são: educação, empregabilidade, participação cívica e comunitária, formação na área da informática e inclusão digital e empreendedorismo social.

Hoje trabalha na área da Sociologia do programa Escolhas e ajuda na coordenação de 110 projetos de trabalho a nível nacional com comunidades imigrantes e vulneráveis, semelhantes aos projetos em que participou quando era mais nova.

Apesar de ter um sentido de africanidade aguçado e ser apaixonada pelas suas origens, vê-se como cidadã do mundo, pois sonha em viajar e conhecer outras culturas onde possa realizar um trabalho com pessoas e para as pessoas, o que talvez se deva a nunca ter saído do país devido aos problemas referidos com a documentação pessoal.

LS, jovem de 35 anos de idade, filho de um trabalhador das obras e de uma empregada doméstica, reprovou duas vezes, uma na 2^a classe, na altura em que mudava de casa por terem deitado a sua abaixo e ter sido realojado, e outra no 5º ano, coincidindo com a mudança de escola, a colocação numa turma complicada, com 35 alunos de contextos diferentes. Os dois irmãos não estudaram muito e não chegaram a concluir o 12º ano de escolaridade, mas o entrevistado não teve mais interrupções até terminar o 12º ano. Depois começou a trabalhar num hipermercado, onde permaneceu por cinco anos sem ambicionar entrar para o ensino superior. Foi quando conheceu um colega de trabalho que viria a tornar-se o seu melhor amigo e que o fez repensar a sua vida.

Tive um interregno de perto de cinco anos, mas houve uma situação que foi conhecer um amigo meu que era meu colega [no trabalho], que fizemos uma grande amizade e ele pensava, entre aspas, que eu era um baldas, que não queria estudar, que não queria saber, que eu queria curtir a vida. Até que um belo dia ele diz-me assim, porque eu estava naquela altura numa fase que todos os meus amigos, que todas as minhas amizades que eu fazia, mais próximas, pronto, afastávamo-nos, por algum motivo, ou iam trabalhar para fora, e aquela foi uma amizade que ficou. ... Ele era guineense, ganhou bolsa de estudos, saiu e disse... “eh pá, nós estamos num país diferente, com uma cultura diferente e tu sabes que a população estrangeira está um bocadinho mais em desvantagem por isso nós temos que estudar, ser melhores ou

apresentar melhores resultados para conseguirmos a nível do mercado de trabalho, conseguir ter uma melhor colocação. Aquilo ficou-me na cabeça! Ele disse: “eh pá, continua a estudar, estuda”... e isso foram palavras que me ajudaram muito, mesmo depois de ele sair.

A insistência do amigo e os seus conselhos levaram a que se inscrevesse na faculdade, no curso de Filosofia, e se sentisse motivado para estudar e tentar um futuro melhor. Mas nessa altura o seu pai adoeceu e as coisas complicaram-se. Conciliar os estudos com o trabalho e a ajuda à mãe nos cuidados ao pai tornou-se quase impossível e começou a baixar de rendimento na faculdade, acabando por desistir. Passado um ano, o seu pai veio a falecer em consequência de problemas com o álcool; como se não bastasse, LS teve um acidente no trabalho e teve de ficar quatro meses de baixa.

Com dúvidas em relação à área de estudo, inscreveu-se em outros cursos, mas sem ter sucesso. Entretanto adoeceu e descobriu que tinha insuficiência renal, e tudo se complicou. Depois de vários exames e de um processo de avaliação começou o tratamento. ...*estive um ano e qualquer coisa de baixa e ela [a médica] disse-me, começava a fazer diálise ou não, mas eu nunca quis fazer, estava já num estado avançado, mas nunca quis fazer, comecei a fazer o tratamento mesmo natural, a minha família estava de acordo, pronto.*

Durante o tempo que esteve de baixa, decidiu inscrever-se no exame de maiores de 23 e, com a ajuda do seu grande amigo, chegou à conclusão de que a melhor opção para si era fazer testes psicotécnicos para descobrir em que área se enquadraria melhor. Foi assim que descobriu a área de Serviço Social. Depois de terminada a baixa e de ter voltado ao trabalho, viu que já não tinha lugar fixo e que sentia uma certa pressão para ir embora por causa da sua doença. Depois de mais uma baixa devido a complicações de saúde, que duravam até à época da entrevista aqui analisada, foi fazendo o seu curso de Serviço Social e conseguiu acabá-lo.

Sendo o único na família com um curso superior, apesar de se manter ligado ao hipermercado onde trabalhava, estava, no momento em que o entrevistei, a concluir o

estágio no CLAII² (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes) e, aos 35 anos de idade, almejava mudar completamente o seu percurso de vida, desenvolver trabalho na área do Serviço Social e continuar a estudar.

Todo o seu percurso foi acompanhado pelo seu grande amigo, que, para além de o ter despertado para as possibilidades que tinha, também o ajudou a escolher o curso, a estudar e esteve sempre disponível para o apoiar em tudo o que precisasse. *Esse meu amigo, a experiência das conversas com ele, fizeram com que despertasse em mim aquela... espera aí, eu estou aqui e o que eu sei fazer, ou para aquilo que eu estou talhado não é propriamente trabalhar num hipermercado.*

Muito comunicativo e com muita força e alegria de viver, mesmo com todas as suas dificuldades, atribui à influência do amigo a sua mudança na maneira de ver as coisas. Depois que o conheceu, passou a ter mais ambição e objetivos, reconhecendo e valorizando as suas capacidades. A descoberta pelo gosto pelo Serviço Social foi por acaso, mas o gosto por ajudar os outros sempre esteve presente.

NA, de 39 anos de idade, detentor de dupla nacionalidade (portuguesa e cabo-verdeana), filho de um embarcadiço e de uma empregada doméstica, teve um percurso muito apoiado pela família por ser o filho mais novo de três irmãos. Com o pai ausente a trabalhar nos barcos, a tarefa da educação dos filhos recaiu sobretudo sobre a mãe, que tudo fez para compensar essa ausência. “...a minha mãe! A minha mãe e os meus irmãos. O meu pai não tanto porque, pronto, o meu pai trabalhava fora, ahhh, digamos que era um pouco ausente. Por isso não havia aquela... não tínhamos muito aquela ligação de ele estar sempre a falar: “Olha, tens que ir tirar o curso...”

²O CLAII ou Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes “funciona com um pequeno Gabinete animado por um quadro da instituição anfitriã. Está equipado com um posto multimédia com acesso à Rede Nacional de Informação ao Imigrante, um telefone com acesso à Linha SOS Imigrante e materiais informativos relevantes”. Mais informações disponíveis em <https://www.portaldocidadao.pt/web/alto-comissariado-para-as-migraoes/centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-imigrantes-claai->.

Os seus irmãos mais velhos, com quem considera ter uma relação excelente, frequentaram a universidade e sempre ajudaram a mãe a reforçar a ideia de que devia estudar, especialmente durante a época em que andava um pouco perdido. ...*na altura... na primeira fase, quando não queria muito... saber da escola. Aí eles davam-me conselhos. Diziam que eu tinha que estudar.*

No entanto, e apesar de terem mudado de zona residencial quando o entrevistado era ainda muito novo, à procura de melhores condições de vida, o entrevistado reprovou por três vezes durante o percurso escolar. Teve uma reprovação muito precocemente na 2ª classe, coincidindo com a mudança residencial; outra no 5º ano, coincidindo com a mudança de escola e a colocação numa turma problemática; e outra no 9º ano, onde diz ter estado na pior turma da escola. Esta passagem por escolas complicadas, com alunos problemáticos e elevada complexidade composicional, marcou o seu percurso. No entanto, sempre soube que queria ser professor de Educação Física e, apesar dos revéses, nunca desistiu de estudar. Ainda assim, em consequência das reprovações, no 11º ano, devido a ter atingido a idade limite, foi chamado para cumprir quatro meses de serviço militar e foi obrigado a suspender os estudos. Voltou depois de acabado o serviço militar para os concluir.

Como medida de prevenção, uma vez que já tinha estado afastado algum tempo das aulas e já tinha reprovado três vezes, o entrevistado e os pais decidiram investir em explicações para melhorar o desempenho escolar. O acesso a este recurso, não só teve benefícios a nível da compreensão da matéria, como foi útil para uma maior valorização pessoal. Contudo, devido aos parcos recursos económicos da família, o entrevistado começou a trabalhar ainda antes de iniciar o percurso universitário. *Estive a fazer uns trabalhos lá..., dentro da área da construção civil. Tinha uns amigos que trabalhavam nessa área e depois, ahhh... sempre que surgia essa possibilidade, ahhh, ia.*

A entrada na universidade, assim, fez-se um pouco tarde, mas numa altura em que o entrevistado beneficiou da sua maturidade para fazer um percurso já mais centrado no seu objetivo de concluir os estudos e realizar o seu sonho de ser professor

de Educação Física. *Senti alguma diferença, mas adaptei-me bem. Adaptei-me bem até porque o primeiro e o segundo ano até estava admirado comigo mesmo. Posso dizer que eu era dos melhores alunos da turma.* A surpresa em relação ao seu desempenho mostra bem as marcas que as reprovações e a passagem por escolas complicadas tinham deixado no seu autoconceito. A avaliação das suas capacidades estava abalada pelo seu histórico de reprovações e pelas dificuldades por que tinha passado.

Tentando conciliar trabalho e estudos, o entrevistado passou por vários empregos (empregado de hipermercado de venda a grosso, *stuart* no Estádio da luz...). Nunca conseguiu ter bolsa e apenas contou com a ajuda dos seus pais para financiar os estudos.

Quase a concluir o curso, uma tia sua, professora em Cabo-Verde, sugeriu que se inscrevesse para dar aulas de Educação Física na escola onde trabalhava em Cabo-Verde e ofereceu ajuda para tratar da parte burocrática da sua transferência para o país. Sabendo da complicaçāo do ensino em Portugal, o entrevistado refletiu um pouco sobre as suas reais oportunidades e logo decidiu que era o melhor caminho, pelo menos para ganhar experiência na área em que se diplomava. Foi então que falou com a sua tia, aceitou a proposta e iniciou o processo de mudança. *A minha tia tratou lá do resto e depois cheguei lá, supostamente que era para começar a dar aulas logo no início e também as coisas não correram bem. Já sabes, estamos a falar de um país subdesenvolvido onde as coisas é tudo mais lento, né?! Há sempre aquela... ahhh, tenho que enviar a minha documentação e depois tive que pedir equivalência, né?!* *Tinham que dar equivalência, não podia começar a trabalhar. Isso levou algum tempo. Ou seja, só comecei a trabalhar em Janeiro. Fui em Outubro e comecei só em Janeiro!*

Aos 27 anos, depois de três meses de espera para poder começar a trabalhar em Cabo-Verde, o entrevistado estabilizou a sua situação e passou a dar aulas na mesma escola onde a sua tia leccionava, onde permaneceu por 8 anos. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, a adaptação não foi fácil. *Nesse período foi complicado, até pensei em voltar porque logo à primeira... é assim, nunca tinha ido para... tinha ido a Cabo-Verde tinha 6 anos... não conhecia praticamente. Tinha ido para outra ilha. Quer*

queira, quer não, aquilo foi um choque porque é uma mentalidade completamente diferente e... e custou-me um pouco a adaptar. Eu dizia... antes eu dizia: "Ahh, eu sou cabo-verdiano! Eu estou aqui, mas eu sou cabo-verdiano e não sei quê... Apesar de ter nascido aqui eu sou cabo-verdiano, tenho cultura cabo-verdiana, etc. e não sei quê e não sei que mais". Eu cheguei lá e fiquei assim: "Epá, afinal as coisas não são bem assim!" Ou seja, estava-me a sentir um pouco desenquadrado.

Mais uma vez com a ajuda dos pais, conseguiu arranjar casa e constituir família em São Vicente, onde nasceu o seu primeiro e único filho, até à data. Mas, com alguns problemas a nível pessoal e a sentir-se estagnado a nível profissional, sem conseguir aplicar as suas ideias, decidiu voltar a Portugal. Efetivo como professor em Cabo-Verde, pediu licença sem vencimento e retornou ao país que o viu nascer. ...*eu nos primeiros anos chegava às férias tinha que vir a Portugal porque senão não dava. Senti mais quando não, já não foi... tive uns anos que não foi possível vir, aí a coisa foi ainda mais complicada. Custou, custou, custou um pouco mais.* Com uma enorme ligação a Portugal, o entrevistado encara a sua passagem por Cabo-Verde como algo temporário e não se imagina a viver em definitivo no país.

Apesar de hoje se identificar como um misto de duas culturas, tende a pender mais para o lado português no modo de estar e de ver a vida. A trabalhar atualmente como professor de Educação Física numa escola portuguesa, mas em regime de part-time, sonha em estabilizar-se profissionalmente em Portugal.

Estas e outras histórias de vida fazem parte do conjunto de dados que analisaremos sob a lente sociológica nos pontos e capítulos seguintes. Embora obedeçam ao perfil aqui mencionado, os entrevistados possuem personalidades, percursos e histórias singulares que compõem um conjunto complexo e diversificado. Por isso, analisaremos em seguida as saliências que foi possível retirar desse conjunto, tendo em mente o já exposto a nível teórico e também o que se tornou relevante em termos gerais para este conjunto específico de pessoas, não querendo por isso assumir o risco de uma

generalização abusiva, mas antes procurando estabelecer pontes para futuras incursões neste campo.

6.2 OS JOVENS DESCENDENTES E A FAMÍLIA

Embora com frequência e propriedade se associe melhores condições de vida ou boa qualidade de vida às vantagens económicas proporcionadas pela família, a condição de origem ou o grupo social familiar, os entrevistados deste estudo provam que, apesar da sua condição desfavorecida, é possível singrar na escala social. Mas como? Neste caso específico, em que o sucesso não está relacionado com a condição económica vantajosa da família, que outras ferramentas são colocadas ao dispor destes jovens para que tenham acesso a percursos de mobilidade ascendente? De facto, a família, embora não seja o único meio, tendencialmente é o pilar e o sustento desse percurso ascendente. Neste ponto, explicaremos, com base nos dados analisados, como chegámos a essa conclusão e o que foi possível verificar em relação aos contornos familiares e os seus efeitos no percurso dos entrevistados.

As famílias dos jovens entrevistados, em geral, são famílias numerosas, com vários irmãos e grande proximidade com a família alargada. Os avós, os tios, os primos e os padrinhos são elementos presentes no discurso dos entrevistados, sobretudo porque as famílias de origem africana dão muito valor à família e tendem a manter contacto com os familiares de forma próxima, permanente e frequente. De alguma forma os familiares servem de apoio, exemplo ou rede de conhecimento. Sobretudo os avós são elementos muito relevantes na transmissão e preservação de tradições culturais e auxiliam muito na educação dos mais novos, incutindo valores e princípios de vida.

... a minha mãe sempre trabalhou fora de casa, então eu ficava com a minha avó, ahhh, foi mais da parte da minha avó que houve aquela transmissão da cultura, as histórias, as histórias que ela contava, a própria língua. A minha avó não falava português, sempre foi... os meus pais sempre falaram português comigo e a minha avó sempre falou crioulo comigo... (Entrevistado EC)

Na família, na sua grande maioria, os entrevistados ocupam o lugar de filhos do meio ou mais velhos, o que lhes atribui uma responsabilidade acrescida na organização e sustento do lar em relação aos filhos mais novos. Apesar de, na maior parte dos casos analisados, estas famílias não poderem ser consideradas famílias nucleares clássicas ou intactas, mas antes monoparentais ou recompostas (devido a separação, abandono ou falecimento de uma das figuras parentais), estes jovens detêm bases familiares moralmente bem estruturadas, com hierarquias bem definidas, onde os mais velhos têm domínio sobre os mais novos e a autoridade parental não é contestada. Fazem parte, na sua grande maioria, do que Ogbu (1982) chamou de “minorias voluntárias”³, uma vez que chegam a Portugal por vontade própria procurando melhores condições de vida, o que, segundo o autor, ao contrário do que acontece com as famílias das “minorias involuntárias”, favorece a mobilidade ascendente dos seus descendentes.

Responsáveis pela socialização primária, as famílias inculcam normas e aspirações que podem favorecer a mobilidade ascendente. No caso particular e excepcional dos entrevistados deste estudo, ficou evidente que a existência de estabilidade e apoio familiar cria as condições necessárias para um bom ajuste escolar e social.

Embora a *ordem material doméstica* (Lahire, 1997), enquanto aplicação da disciplina ou instituição de modelos e rotinas de trabalho e a autoridade familiar não tenha sido na sua grande maioria instituída de forma direta, sob a vigilância cerrada e o controlo pessoal e efetivo dos pais, uma vez que estes têm cargas horárias de trabalho bastante elevadas, foi incutida uma *ordem moral doméstica* (Lahire, 1997), centrada na responsabilidade de os jovens o fazerem de uma forma autónoma, o que, por sua vez, para além de favorecer um comportamento disciplinado, também favorece a maturação de pensamento e ação dos entrevistados. Neste caso, o sentido de responsabilidade incutido pelos pais é normalmente associado a uma visão global da situação familiar que coloca em perspetiva não só a falta de recursos da família (por oposição com as famílias dos seus colegas) como também evidencia o esforço dos pais na sua educação e

³ Apenas dois dos entrevistados têm ascendentes que vieram para Portugal por motivo de refúgio durante a guerra colonial em Angola, sendo por isso considerados “minorias involuntárias”.

o motivo da sua “ausência” no acompanhamento escolar (devido sobretudo a cargas horárias excessivas nos locais de trabalho e falta de capital cultural por parte dos pais).

O objectivo dos meus pais foi sempre que nós estudássemos, que tivéssemos uma profissão, que estivéssemos bem na vida. Eles podiam fazer os sacrifícios todos, mas nós tínhamos que dar o nosso melhor. (Entrevistada AM)

... eu recordo-me que a minha mãe deixou de ir às minhas reuniões escolares no 5º ano. Ela só até à 4ª classe é que nos acompanhou a mim e foi igual para os meus irmãos, tanto para a minha irmã mais velha como para o meu irmão mais novo, só até à 4ª classe é que ela ia à escola e saber como é que as coisas estavam. A partir do 5º ano foi mesmo tida uma conversa formal em casa do género “minha filha agora vais ganhar outra responsabilidade, vais para uma escola mais longe...”, aquela conversa natural que os pais dão aos filhos quando há uma transição do 4º para o 5º, do ensino primário para o básico e, e... pronto, disse-me por razões profissionais ela própria por falta de tempo de não me poder acompanhar já nesta fase, que eu teria de ganhar a responsabilidade de concluir aquilo. Ela costumava fazer a comparação “eu tenho todos os dias de me levantar para trabalhar para vos pôr comida na mesa e vocês têm que todos os dias se levantar para ir para a escola e fazer as coisas como deve ser, pensando que eu me estou a esforçar para vocês aí estarem” (Entrevistada AG).

O exemplo dos pais é assim visto como uma motivação para a mudança de condição social. A valorização da educação é por isso uma realidade nestas famílias, mas também um sonho de consumo dos próprios pais que não tiveram essa oportunidade.

Como nos diz a entrevistada AG:

...a minha mãe já é aquela típica mulher cabo-verdiana que os pais imigraram para Portugal e ela já cresceu aqui, mas foi criada com o intuito de trabalhar, pronto, tinha que trabalhar para ajudar os pais, portanto, ela nunca procurou desenvolver-se a nível académico nem nada do género... procurou, eu acho que ela acabou por ir procurar essa concretização através dos filhos, portanto ela criou-nos aos três sozinha e... tentou

ali incutir-nos a necessidade e importância de estudarmos, tentarmos ser alguém, de procurarmos ser alguém no mundo que é tão difícil...

Nestas famílias, como o pai é uma figura geralmente mais ausente, não só pela carga horária excessiva de trabalho mas porque muitas vezes trabalha fora ou abandonou o lar, ou então não detém a guarda dos filhos após uma separação ou está preso ou faleceu em determinada altura do percurso dos entrevistados, a mãe assume-se como figura predominante e influente nesse percurso, mantendo-se como uma base sólida e motivadora dos estudos.

“E a minha mãe sempre disse que “como nós não somos ricos, não temos uma herança para vos deixar, a única coisa que vos podemos deixar é os estudos”. Então foi ela sempre que disse para estudarmos e mesmo quando era miúdo e estava toda a gente a brincar lá fora, ela obrigava-me a fazer as minhas cópias, a fazer os trabalhos de casa, fazer composições e isso... e ela foi despertando o meu gosto pelo estudo e foi ela que me influenciou bastante”. (Entrevistado CM)

Mesmo nos casos das famílias nucleares clássicas, a mãe tem predominância sobre o pai como figura influente. Os casos em que a figura paternal tem mais protagonismo são mencionados sobretudo por homens (6 casos, 5 homens e 1 mulher), talvez pela importância da figura masculina como exemplo e autoridade. Em qualquer dos casos, o apoio familiar é dado sobretudo pelos pais ou figura parental encarregada da educação, e existe uma efetiva valorização do sucesso escolar como meio de escapar à pobreza e à baixa condição social.

Todo o processo reflexivo feito em torno da condição familiar e da não reprodução dessa mesma condição proporcionam o estímulo necessário para busca de novos conhecimentos e novos horizontes, que se pode traduzir também no gosto pela leitura evidenciado pelos entrevistados. Quando questionados sobre as suas atividades recreativas, 17 dos 25 entrevistados mencionaram a leitura. Esta prática não só é reveladora desse gosto pelo conhecimento como o é de uma certa reflexividade, na

medida em que através da leitura os entrevistados mencionam procurar saber mais sobre si mesmos, as suas origens, questões metafísicas ou aperfeiçoar capacidades que julgam deter.

As estratégias educativas destes pais passam, por isso, por um investimento escolar que não se prende aos recursos económicos, antes valoriza a formação pessoal dos entrevistados enquanto seres pensantes, capazes e autónomos, com bases sólidas e valores bem definidos (entre eles o gosto pelos estudos, a importância da educação, a disciplina, a independência financeira, o respeito, a humildade, a família, o trabalho, a perseverança, a retidão de carácter, a moralidade, a honestidade, a ajuda ao próximo e a ambição [no sentido da busca de melhores condições de vida]. Já Parsons (1959) referia que a família tinha um papel fundamental na motivação para o sucesso através da educação para a autonomia, da valorização do aproveitamento escolar e da inculcação de expectativas e aspirações.

Neste caso, não só foi dada uma educação para a autonomia muito baseada no sentido de responsabilidade e na valorização do aproveitamento escolar como cedo foram incutidos valores e princípios básicos que modelaram a forma de agir e de pensar dos entrevistados e que se repercutem nos seus percursos ao longo da vida. Os entrevistados têm em comum alguns aspetos educacionais que podem ser considerados de natureza cultural, uma vez que os mesmos não entendem esses mesmos aspetos como comuns à cultura portuguesa, antes os ressaltam como características da sua herança cultural africana, tais como o valor dado à família, a humildade e o respeito pelos mais velhos. Estes valores traduzem-se muitas vezes em conformidade com as normas escolares, na medida em que o professor é tido como uma autoridade próxima à autoridade parental e por isso passível de aplicação de sanções sem contestação. Por sua vez, o comportamento humilde também pode favorecer a aprendizagem, ajudando a manter uma mente aberta a novos desafios e menos combativa ou confrontadora das normas impostas.

Por sua vez, os irmãos, quando mais velhos, também podem ter um papel muito importante no acompanhamento e aconselhamento dos mais novos, tornando-se figuras que substituem ou reforçam o poder parental em determinadas situações. Em muitos casos, a figura do irmão mais velho serve de exemplo e exerce um papel de amigo, confidente ou professor (ajudando nas tarefas e escolhas escolares).

Contudo, a família não só pode ser o alicerce para trajetórias de sucesso, dando bases sólidas, apoio e incentivo, como pode também ser agente dessas mesmas trajetórias. Como vimos, as expetativas e aspirações da família, sobretudo dos pais, influenciam o modo como os filhos gerem o seu percurso e podem promover o sucesso educacional (Platt, 2003; Seabra, 2008). Mas a sua participação na gestão dos percursos dos filhos pode ir muito mais além. Alguns pais também adotam estratégias específicas que envolvem não só o seu próprio esforço, aceitando elevadas cargas horárias de trabalho para suprir as necessidades familiares e dar o suporte material necessário para a evolução escolar (com o recurso a explicações), como a regulação das sociabilidades, a mudança de escolas e de área residencial, ou a procura de redes de vizinhança capazes de fazer o acompanhamento nas horas de ausência parental, preservando assim valores de entreajuda intracomunitários.

Como vimos, Ogbu, no seu estudo de 2003, ressaltava as expetativas altas dos pais em relação aos seus filhos e as escolhas que estes fazem no sentido de alcançar essas expetativas, nomeadamente a escolha residencial e de instituições escolares mais prestigiadas. Nos casos analisados, pudemos encontrar algumas evidências disso. A grande maioria dos entrevistados vive em zonas de maioria branca (12 entrevistados) ou de composição mista (5 casos). A explicação para este facto reside nas estratégias parentais levadas a cabo por algumas famílias no sentido da promoção social dos seus descendentes. Estes pais mudaram estrategicamente de zona residencial para dar melhores oportunidades de vida para os seus filhos em determinada altura do percurso.

Nós vivíamos no bairro social, era quase tudo africano... os meus pais não quiseram que nós ficássemos naquele bairro. Esse foi um dos grandes sacrifícios dos meus pais...

Fomos para Vila Franca de Xira, onde nós éramos os únicos africanos lá, eu e a minha irmã... Os meus colegas portugueses, diziam olá, bom dia, mas tinham medo. Medo do desconhecido, não sabiam, não conheciam. Então era difícil aproximar-me deles.
(Entrevistado PP)

Ainda assim, embora estas zonas sejam socialmente menos ostracizadas, novos problemas se levantam. Nas zonas de maioria branca, e sobretudo nas zonas mais interiores, os entrevistados relatam que a adaptação nem sempre é fácil e que foi possível sentir a estranheza e o racismo por parte dos autóctones, ultrapassada muitas vezes com a convivência ao longo do tempo.

Como nos diz a entrevistada SB:

Se eu nasci lá faz parte das minhas raízes...ahhh, que gosto! Ahhh, é um.... mas é difícil! ... a mentalidade é a mentalidade provinciana. É a mesma coisa que eu fosse lá para uma terra recôndita do Alentejo, pronto, não é metrópole, né?! Não é cidade. É aquela desvantagem quando se é diferente. Neste caso a minha diferença passa à base da cor. É um pouco mais difícil...

Nas zonas de maioria branca, os entrevistados referem a dificuldade de integração, a menor proximidade entre moradores e a existência de racismo ou algum tipo de desconforto ou estranheza em relação à sua presença naquele contexto. Assim, apesar das melhorias na qualidade de vida e de uma experiência menos traumática no sentido da exposição ao crime (sobretudo tráfico de droga) e violência policial, falta de recursos, acessos e perspetivas de futuro, a convivência com a maioria branca é um contexto em relação ao qual a adaptação é difícil, conduzindo a uma exposição à discriminação.

Já para os que se mantiveram em bairros sociais degradados e socialmente marginalizados, apesar da exposição ao crime, das más condições de vida, da segregação étnica e social de que são alvo e em detrimento da imagem negativa que os media tendencialmente difundem, a visão que têm acerca dos bairros em que vivem é

maioritariamente positiva. Nos bairros de maioria africana sublinha-se a união e sentimento de pertença entre os moradores, bem como a liberdade existente dentro do bairro. Lá, as sociabilidades são feitas de forma mais calorosa porque os moradores partilham a mesma condição social e os mesmos problemas.

Em geral, em ambos os cenários os aspectos positivos sobrepõem-se aos negativos, o ambiente é tido como bom, mas as diferenças estabelecem-se sobretudo ao nível das relações humanas. Ainda assim, não nos podemos esquecer que àquilo a que Ogbu (2003) chamou de “forças comunitárias” podem estar aliados fatores prejudiciais como a desconfiança em relação à escola e à sociedade de acolhimento. Muitas vezes a partilha de problemas comuns e o sentido de comunidade por oposição a uma realidade adversa pode levar a um fechamento intracomunitário que coloca em risco o sucesso dos seus membros além fronteiras comunitárias.

Nestes casos, uma vez que não há capital económico (embora haja esforços nesse sentido), o capital cultural dos pais também tem uma maior relevância no contrariar das tendências reprodutivas. No caso específico dos jovens entrevistados, encontram-se casos em que os pais, apesar das poucas qualificações escolares, detinham um gosto particular pelo estudo ou mostravam-se intelectualmente sagazes, discutindo assuntos de relevância cultural, política ou social com os seus descendentes, incentivando e orientando efetivamente as escolhas; chegaram mesmo a prosseguir os seus próprios estudos, obtendo mobilidade ascendente ao mesmo tempo que os filhos.

... nós em casa tínhamos sempre muitos livros e ele [o pai] foi sempre tido como alguém que estudava e tinha conhecimento... sem dúvida que isso foi uma vantagem, esse ambiente dos livros todos em casa, muitos debates em casa também, sobre política e nós estávamos lá, íamos ouvindo essas coisas. (Entrevistado VV)

Também no que diz respeito ao capital social, nestas famílias foi possível encontrar o recurso a redes de contactos bem alicerçadas dentro e fora da família, que proporcionaram saídas vantajosas para os jovens descendentes. Foi o caso do

entrevistado NA, que pôde beneficiar dos contactos da sua tia professora em Cabo-Verde, do JG, que beneficiou dos contactos da sua mãe, que, como cabeleireira, recorreu a um cliente seu para arranjar o trabalho do filho, ou da AG, que recebeu uma oferta de emprego vantajosa por já ter participado de programas sociais na adolescência e ter ficado com bons contactos.

6.3. OS JOVENS DESCENDENTES E A ESCOLA

Como vimos anteriormente, a escola é para os jovens de meios populares desfavorecidos, na base da escala social, o veículo que mais facilmente promove a integração e a mobilidade social, desde que não atue como instituição reproduutora de desigualdades através do insucesso e do abandono escolar, mantendo e promovendo a cultura e poder elitistas.

Embora a retenção por si só não seja determinante, a discussão em torno da sua funcionalidade no sistema de ensino é proffícua. Várias são as questões que se colocam sobre os efeitos da retenção nos vários ciclos, e as opiniões dividem-se quanto à sua aplicação. Países da Europa com sistemas de ensino que evitam a retenção têm tido óptimos resultados na melhoria do desempenho escolar dos seus alunos. No entanto, será lícito passar de ano alunos que não atingem os objetivos esperados? Ou será que uma taxa de retenção elevada é apenas a ponta do iceberg de um sistema de ensino obsoleto?

Independentemente das questões que se levantam e que se podem levantar a este respeito, em Portugal as taxas de retenção são expressivas e afetam maioritariamente os jovens provenientes de meios sociais desfavorecidos e sobretudo os filhos de imigrantes africanos.

Os jovens entrevistados neste estudo tiveram todos sucesso escolar, apesar das reprovações, imprevistos e empecilhos que alguns superaram no seu percurso. Mais de metade nunca chumbou, mas sete chumbaram uma vez, três chumbaram duas vezes e dois chumbaram três vezes. Embora as reprovações não tenham sido determinantes e tenham sido maioritariamente em épocas de transição, nomeadamente na altura de mudança de ciclo e consequentemente de escola (passagem para o 5º ano), para alguns dos entrevistados foi uma penalização bastante sentida.

Quadro 5: Número de reprovações consoante o sexo

NÚMERO DE REPROVAÇÕES			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
NENHUMA	5	8	13
UMA	3	4	7
DUAS	2	1	3
TRÊS	2	0	2
TOTAL	12	13	25

A passagem drástica de um ambiente normalmente mais acolhedor na primária, com alunos mais ou menos da mesma faixa etária e uma única professora que é associada a uma figura materna, para um ambiente muito mais diversificado em termos de composição e ambiente é, em alguns casos, uma mudança desestabilizadora e geradora de conflitos interiores, que podem resultar na não conformidade com as normas estabelecidas, sobretudo para o sexo masculino, onde as influências grupais parecem ter uma maior preponderância.

Para além disso, a reprovação em fases muito precoces, juntamente com a imagem negativa associada a minorias desfavorecidas etnicamente diferenciadas, pode colocar em risco a crença nas capacidades pessoais dos alunos (tanto para os outros como para o aluno em si). No entanto, isto prova que, ao contrário do que se pensava sobre a relação do insucesso escolar com a incapacidade de aprendizagem dos alunos e a falta de ambição ou de aspirações escolares, alunos de meios sociais desfavorecidos procuram e conseguem superar as dificuldades e seguir o caminho do sucesso escolar, mesmo após várias reprovações.

Então que outros elementos podem estar aqui em jogo? Apesar de ser praticamente impossível comprovar a relação entre as retenções escolares e o racismo institucional, deixamos aqui o alerta para esta situação, que se faz sentir nos depoimentos dos entrevistados. Em Portugal, o preconceito é subtil, mas não deixa de estabelecer barreiras que funcionam como bloqueios diretos no acesso a posições de topo na hierarquia social. Esses bloqueios são sentidos desde muito cedo e perpetuam-se, ainda que por vezes pontualmente, ao longo do percurso dos entrevistados. Por isso, as questões ligadas à etnicidade também têm um papel importante neste panorama. Não se pode ignorar o facto de que a maioria dos entrevistados deste estudo (20 em 25) tem a percepção de que existe racismo em Portugal e relata factos de cariz discriminatório (comentários ofensivos, subvalorização de capacidades e agressões verbais e físicas), que ocorreram sobretudo dentro das instalações escolares, nomeadamente por parte de professores, alunos e pais de alunos das escolas por onde passaram.

Na escola senti. Não é muito, mas claro, chamavam-te preta, havia um colega que me chamava estorninho, tens de ver... é um pássaro todo preto... (Entrevistada AM)

Tive uma ocasião ou outra mais no ciclo preparatório do que propriamente na primária em que tive aquele comentário “ó preta, vai para a tua terra!”... (Entrevistada CC)

Por vezes, no secundário, naquela fase da adolescência, há aquela coisa de nos chamarem de pretas, é verdade! Chamaram-me!... eu lembro-me de uma vez no secundário de... foi uma coisa que me aconteceu, mas que eu nem dei muita importância na altura... de um rapaz passar por mim e chamar-me preta e ter-me escarrado! Deitou-me uma escarreta em cima! (Entrevistada MB)

... eu tive situações muito fortes na primária... estava a cheirar mal na sala... eu era a única preta na sala... a professora teve o descaramento de me vir despir a achar que era eu, “não é a PC?!. Este episódio marcou-me. (Entrevistada PC)

... a própria professora me perguntou: “Ó ACT, assim vocês como é que preferem ser chamados? De pretos ou de negros?” E aquilo caiu-me tão mal, tão mal, principalmente vindo de uma professora. Se fosse um dos meus colegas, ok, eu sabia responder, ahhh, e aliás nem dava espaço para que houvesse esse tipo de conversas comigo, mas vindo de uma professora magoou-me ainda mais... é uma coisa que me marcou até hoje porque veio de onde eu menos esperava. (Entrevistada ATC)

Relembramos que falamos aqui de casos de exceção, uma vez que o número de reprovações e abandono escolar se encontra, na sua grande maioria, entre os filhos de pais com menos escolaridade (3º ciclo ou menos), rapazes, estudantes de famílias operárias e de empregados executantes. No que concerne às minorias, sabe-se ainda que “é entre os estudantes africanos, dos diferentes PALOP, assim como entre os descendentes de cabo-verdianos nascidos em Portugal, que a vulnerabilidade ao insucesso escolar parece mais marcada” e “a possibilidade de nunca ter sofrido uma reprovão é bastante menor que outros grupos” (Roldão, 2015, 156). Assim, quase metade dos entrevistados (12 em 25), apesar de ter conseguido fugir ao abandono escolar, foi marcada por pelo menos uma reprovão no seu percurso escolar, afetando maioritariamente o sexo masculino (7 em 12), como já vimos. No entanto, nestes casos de sucesso, o que marca a diferença é o que Ogbu (1992) já tinha mencionado no seu estudo: uma visão diferente sobre o que significa ser uma minoria, como chegar ao sucesso e o papel da educação nesse processo. Apesar da contraproducência do sistema e até mesmo das “forças comunitárias”, estes jovens e as suas famílias recusam-se a assumir um papel de vítimas e definem-se com agentes das suas próprias histórias, pensando e agindo estrategicamente para atingir objetivos.

O que acontece muitas vezes, e nestes casos específicos, é que estes alunos são relegados para escolas públicas também elas marginalizadas pelo sistema educacional, onde encontram profissionais pouco adaptados a um contexto de composição étnica diversificada e que demonstram baixas expectativas em relação aos alunos de proveniência desfavorecida.

Como nos diz a entrevistada IC:

Foi a primeira vez que eu tive a percepção que eu era diferente, ou que eu poderia ser diferente. Senti por parte dos professores, muitas vezes pelo discurso. Eram discursos do género «Não vale a pena investir muito em ti porque tu mais tarde ou mais cedo vais desistir da escola!» ou então... eu lembro-me disso, ou então não perder muito tempo comigo.

Há por isso um sentimento, expresso por vários entrevistados, de que quando se provém de uma minoria étnica ostracizada é preciso um esforço adicional para se conseguir atingir os objetivos simplesmente porque é preciso ultrapassar o preconceito daqueles que avaliam, neste caso, os professores.

... aí tinha que provar, aí tinha que me impor um bocado na sala... tinha que provar às pessoas que era capaz, que conseguia fazer as coisas e que não dependia de gostarem ou de não gostarem de mim para ultrapassar as barreiras. (Entrevistada IC)

Mas nós sabemos que ao africano, mesmo nascido em Portugal, ainda é exigido muito mais do que a qualquer outro cidadão português. Ainda é exigido muito mais!... foi o que a minha mãe sempre me ensinou “SB tu és preta e eu sei que tu tens orgulho em o ser, mas prepara-te que a vida para ti vai ser um pouco mais complicada, portanto, vais provar que não és tão boa quanto eles...” vou ter que provar que sou melhor. Eu tive sempre que provar que sou melhor! (Entrevistada SB)

Notava-se que nós éramos os únicos africanos. Nós notávamos que tínhamos que nos esforçar muito mais. Eles não eram tão compreensivos... (Entrevistado PP)

No que diz respeito à relação com os professores, os entrevistados revelam que os poucos professores que foram marcantes nos seus percursos tinham em comum o facto de terem paixão pelo ensino e se dedicarem a ele, dando atenção e incentivo aos alunos. Considerados professores criativos, preocupados com a aprendizagem e com os alunos,

interessados e abertos a dar explicações, estes professores destacavam-se sobretudo pela sua humanidade e bondade.

Eu gostei muito da disciplina pela liberdade criativa que eu tinha na disciplina e também porque ele [o professor] era muito inspirador e as nossas aulas eram completamente diferentes de todas as outras aulas, tínhamos sempre música durante os momentos de criação, havia sempre alguma coisa de diferente. Eu gostava disso. (Entrevistado VV)

Tenho um professor que ainda hoje me ficou na memória e no coração, que era um professor muito interessado nos seus alunos, não só dentro do âmbito da escola, mas de vez em quando ia fazer uma visita ao bairro e ia lá às casas para saber como nós vivíamos e a nossa realidade situada. (Entrevistado JMF)

No entanto, a maioria dos professores das escolas por onde os entrevistados passaram eram professores que os entrevistados consideram como professores impreparados, que ensinavam de forma mecânica, com baixas expectativas em relação aos alunos e que muitas vezes tinham alguma implicância com a pronúncia africana.

... eu acho que nota-se bem que há professores que não conhecem o aluno africano, não estão preparados para lidar com um aluno africano, não estão preparados para ensinar ao aluno africano... a discriminação, o não estarem preparados institucionalmente para ensinar, isso sim, nota-se... A paciência era menos. Se for preciso há um colega branco que passa o tempo todo a falar na aula, mas o africano só pode falar umas quantas vezes. Se for preciso leva logo um recado para casa que porta-se mal. Eles têm medo que aumente... (Entrevistado PP)

Depois tinha cadeiras que eu não gostava por causa dos professores... ele dizia aquilo e era aquilo que tinhas que colocar num teste, se virasses qualquer coisa não tinhas positiva.... Eu detestava esse estilo de ensino... (Entrevistado VV)

...indirectamente na escola notava-se.... Nota-se um bocadinho porque nós sermos africanos e sermos melhores do que um aluno... um aluno português... Para a professora aquilo é... é um tabu!... E aí nota-se também um bocadinho o racismo entre aluno preto e aluno branco. (Entrevistado NG)

Por outro lado, a existência de turmas de repetentes como medida beneficiadora dos “bons alunos”, supostamente mais interessados em aprender e conformes às normas escolares, torna-se uma medida penalizadora e castradora das oportunidades dos supostos “maus alunos”, na medida em que, ostracizados pela instituição e pelos professores, se veem encravados numa realidade da qual não podem escapar a não ser por meio da transferência ou do abandono escolar.

A escola em si era um pouco... um pouco complicada, com alguns alunos problemáticos. E tive a infelicidade de calhar... diziam que era a pior turma da escola. Tudo o que havia de pior naquela escola meteram todos ali juntos. Pronto, e eu e mais uns quantos caímos ali de paraquedas. (Entrevistado NA)

...o ambiente na escola C+S... era um bocado puxado... epá, era complicado ... se eu continuasse na C+S a minha carreira acabava ali. A sério, aquilo era mesmo, mesmo complicado.... Muitos outros ficaram-se pelo 9º ano... colocaram-me numa turma bastante complicada, eram 27 repetentes e eramos por volta de uns sete, sete alunos que não eramos repetentes, ahhh, e como podes imaginar era um bocado complicado... mais de metade da turma a remar para um lado e os gatos pingados ali a tentar... (Entrevistado JG)

Olha, a turma era muito complicada. Nunca tinha apanhado uma turma de tantos repetentes e colegas um tanto travessos, e lembro-me que o próprio professor já não dominava os alunos na sala de aula... (Entrevistado JMF, a propósito do ano em que chumbou).

No que diz respeito à língua, embora se pense erroneamente que o uso do crioulo seja prejudicial à aprendizagem escolar, fica provado que não existe relação evidente

entre as duas coisas, uma vez que mais de metade dos entrevistados (16) são bilingues de português e crioulo e em nada foram afetados escolarmente pelo seu uso. Ainda que muitos pais tenham efetivamente procedido à restrição do uso do crioulo por influência dos professores e pelo medo do mau desempenho escolar, o crioulo foi introduzido por elementos da família (sobretudo avós) ou amigos, não deixando de estar presente no quotidiano dos entrevistados e muitas vezes tendo um papel conciliador dentro da comunidade intra-étnica.

A condição social das famílias também é muito importante no sucesso educacional. Como vimos anteriormente, vários autores apontam para a escassez de recursos devida à baixa condição social das famílias como mote das desigualdades educacionais e do insucesso escolar dos jovens provenientes de meios desfavorecidos. No entanto, como pudemos constatar na análise dos dados dos entrevistados, ainda que estes possam ser considerados casos excepcionais, o facto é que os jovens descendentes aqui analisados, mesmo sendo de famílias economicamente descapitalizadas, ultrapassaram a barreira da sua condição socioeconómica sem ajuda estatal nesse sentido. Exetuando alguns poucos casos em que houve durante algum tempo atribuição de SASE ou bolsa de estudo por mérito e esforço dos entrevistados, a maior parte dos entrevistados nunca teve nenhum apoio escolar por parte das instituições estatais, o que coloca em perspetiva também o papel de um Estado que se pretende inclusivo no combate à reprodução das desigualdades sociais.

De facto, esta condição revela-se um problema na busca pelo sucesso educacional e, consequentemente, ocupacional, na medida em que vários dos entrevistados mencionam não terem tido condições financeiras para recorrer a explicações e material escolar mais dispendioso, assim como não ter havido nas suas casas as condições necessárias para um estudo sossegado e organizado, nomeadamente devido ao grande número de familiares em casas relativamente pequenas e à falta de um espaço físico compatível com as necessidades escolares (com secretária e estantes organizadas). Os jovens entrevistados estudavam, assim, sobretudo em locais exteriores ao seu universo, como

bibliotecas, casas de amigos e jardins, mantendo hábitos de estudo não muito organizados e incidindo sobretudo nas vésperas de exames.

Como veremos no próximo capítulo, o sucesso educacional, para Portes e Macleod (1999), está intrinsecamente ligado a fatores como o capital humano, o capital social, as redes familiares e os modos de incorporação (teoria da assimilação segmentada). Assim sendo, a análise dos percursos de mobilidade ascendente e do sucesso escolar destes jovens não poderia estar desligada da análise destes fatores, tendo em vista uma maior compreensão da abrangência deste processo.

6.4. OS JOVENS DESCENDENTES E O MERCADO DE TRABALHO

Em tempos de crise económica, a situação agrava-se para todos, mas não de maneira indiferenciada. Sabemos que em cenários de crise como o que se vivia em Portugal no período em que decorreu a recolha empírica para esta tese, as camadas mais prejudicadas são as mulheres, os jovens e as minorias étnicas. Estas camadas sofrem mais, não só com a flexibilização dos postos de trabalho mas sobretudo com a falta de segurança, as baixas de remuneração e os despedimentos ou a desregulação do trabalho em si. Assim sendo, não seria de estranhar que, se este fosse um estudo extensivo sobre os jovens descendentes de imigrantes no mercado de trabalho, fosse possível identificar uma situação alarmante no panorama da empregabilidade. No entanto, estamos a falar de casos particulares, de exceção, e por isso os resultados aqui encontrados não são generalizáveis e nem são representativos da situação da maioria dos jovens descendentes de imigrantes, embora algumas particularidades possam ser pensadas a nível macro.

Como sugeriu Carneiro (2006), os jovens em geral (assim como os que formam o objeto desta tese) tendem a ter uma primeira inserção profissional que obedece a dois polos distintos, o da não qualificação e o da especialização. Se, por um lado, iniciam a sua vida profissional muito precocemente em atividades não qualificadas, à semelhança dos seus pais, para fazer face à falta de recursos familiares e ajudar na economia doméstica, amenizando as despesas parentais e muitas vezes ajudando no suporte da casa e dos irmãos, por outro lado, quando se proporciona, estes jovens também usufruem de uma escolaridade alargada, iniciando a sua vida profissional mais tarde e entrando diretamente para cargos especializados (sobretudo na carreira académica, no que diz respeito a investigação e pesquisa). Contudo, é preciso ressalvar que, na maioria dos casos (15 em 25), estes jovens iniciaram a sua vida profissional antes dos 18 anos de idade (idade legal), em empregos não qualificados, e que esta realidade é mais pungente sobretudo para o sexo masculino (todos os entrevistados do sexo masculino

começaram a trabalhar antes dos 18 anos), que, como já vimos, também é mais afetado pelas reprovações escolares.

Estes jovens foram levados a assumir responsabilidades desde cedo e chegaram à idade adulta com um percurso profissional marcado pela instabilidade e precariedade, de forma muitas vezes informal. Contudo, esse percurso foi feito sem passagens pelo desemprego ou com passagens muito curtas, o que de certa forma garantiu uma certa estabilidade financeira, que possibilitou uma melhor integração escolar, assegurando as despesas escolares, e uma maior confiança nas possibilidades profissionais.

Apesar de não ser suficiente para uma autonomização, a busca por emprego ainda antes da conclusão do ensino obrigatório garante a estas famílias mais uma fonte de renda e o alívio da carga parental, pelo que traz benefícios a nível pessoal e familiar. No entanto, essa experiência também é sentida como sacrifício, na medida em que estes jovens são muitas vezes privados de momentos de lazer e de descanso, que seriam próprios na sua faixa etária, e de que os seus colegas mais abastados gozam, sentindo-se por isso socialmente injustiçados e penalizados.

....porque eu trabalhava. Trabalhava nas férias de verão. Normalmente com as férias de verão conseguia guardar dinheiro suficiente para comprar alguma coisa que eu quisesse e guardar para o futuro.... Custava muito porque os meus amigos estavam todos de férias, a combinar saídas, a combinar férias e eu estava a trabalhar.
(Entrevistado CM)

As parcias condições económicas das famílias, juntamente com o prolongamento da escolaridade, também obrigam a uma transição mais tardia no abandono do lar familiar e na constituição de família. A imposição de estudar e trabalhar ao mesmo tempo para contribuir com o orçamento familiar torna o percurso destes jovens mais sinuoso e, por isso, a sua incorporação no mercado de trabalho também não é fácil. Se, por um lado, investiram mais no sucesso escolar como forma de atingir outros patamares profissionais, por outro lado, foram forçados a procurar e aceitar empregos socialmente

menos valorizados para suportar despesas pessoais e familiares, o que inviabilizou uma plena dedicação ao universo escolar e uma seleção mais criteriosa e vantajosa dentro do seu leque de oportunidades.

Ainda assim, estes jovens conseguiram mudar a sua condição de partida e destacar-se em profissões supostamente mais acessíveis a elementos com condições de classe mais favoráveis. Eles são cientistas, informáticos, engenheiros, professores, advogados, enfermeiros, designers, artistas, desportistas, animadores sociais, assistentes sociais, investigadores... um conjunto diversificado de capacidades e possibilidades.

Como já vimos, Alejandro Portes (2006) refere-se ao modo como os descendentes de imigrantes são incorporados no mercado de trabalho usando o conceito de assimilação segmentada (que veremos mais em pormenor no capítulo seguinte), que alude ao sucesso escolar, ao emprego e ao uso da língua juntamente com o que chamou de modos de incorporação (i.e. políticas do país de acolhimento, valores e preconceitos da sociedade receptora e características da comunidade coétnica). Embora fosse preciso um estudo de natureza quantitativa para averiguar de modo mais fiável a acuidade destes fatores no percurso dos jovens descendentes de imigrantes, a partir da análise das entrevistas efetuadas foi possível tirar algumas ilações a esse respeito.

Tendo em mente que estamos a falar de casos excepcionais, em que a passagem pelo desemprego foi mínima ou mesmo inexistente (o que contraria não só os dados sobre os descendentes de imigrantes, mas os da população portuguesa em geral), podemos depreender do discurso dos entrevistados que, apesar de atualmente se verem inseridos em esferas laborais privilegiadas dentro do contexto português, a sua inserção no mercado de trabalho foi marcada sobretudo pelas capacidades pessoais e pela competência, pelas suas habilitações e pelo currículo extenso, e em alguns casos por oportunidades que se proporcionaram através das redes comunitárias devido ao mérito dos mesmos. Quer isto dizer que boa parte do percurso dos entrevistados foi de investimento pessoal e familiar numa boa formação a nível educacional e académico com vista a uma otimização das suas capacidades e oportunidades de sucesso.

Assim sendo, podemos concluir que, no caso dos jovens descendentes aqui analisados, o sucesso profissional, ainda que não de forma determinante, está profundamente ligado ao sucesso escolar e aos esforços feitos pelas famílias no sentido de capacitar os seus membros e otimizar recursos para facilitar a progressão e o sucesso.

No caso específico destes jovens, um caso de exceção, os modos de incorporação, embora tenham um papel relevante nos caminhos percorridos pelos entrevistados, não são determinantes nos percursos de mobilidade ascendente. Isto porque estes modos de incorporação muitas vezes funcionam mais como bloqueios do que como coadjuvantes dos percursos de sucesso, mais concretamente, quando falamos do preconceito sofrido pelos entrevistados sobretudo por parte de professores, os quais deveriam estar preparados e disponíveis para ajudar e apoiar os alunos no sentido da progressão, ou das várias políticas direcionadas aos imigrantes e que abrangem os seus descendentes, nomeadamente a política da nacionalidade, castradora de direitos a descendentes de imigrantes nascidos em Portugal. As dificuldades foram transpostas devido a uma conjuntura pessoal ou familiar propícia e muitas vezes estrategicamente pensada no sentido de uma orientação para o sucesso e não por benefício dos ditos modos de incorporação.

Contudo, isto não quer dizer que possamos centrar a discussão da empregabilidade dos jovens descendentes de imigrantes na agência dos indivíduos. Mais uma vez é preciso ressalvar que estamos a falar aqui de casos excepcionais, não generalizáveis e não representativos de uma maioria. Apesar de a agência dos entrevistados e das suas famílias ter sido fundamental nestes casos específicos, não nos podemos esquecer de que nada seria possível se as oportunidades lhes tivessem sido negadas (embora estas não tenham sido oferecidas, porque resultaram do esforço familiar e individual dos entrevistados, na maior parte dos casos). Assim, mesmo que os modos de incorporação não possam ser considerados como determinantes, na medida em que neste caso não afetaram de maneira efetivamente positiva (optimizando as chances de sucesso) ou negativa (bloqueando terminantemente os percursos), a sua relevância é considerável. Voltaremos a este ponto em mais pormenor no próximo capítulo.

Um ponto muito interessante no que diz respeito à empregabilidade dos jovens descendentes de imigrantes é o papel do capital social no acesso ao emprego. Alguns estudos recentes têm dado grande importância a este fator e, embora tendencialmente as redes a que os jovens provenientes de meios desfavorecidos estão vinculados sejam redes de pouca influência e socialmente pouco nutridas (pouco escolarizadas e de inserção laboral precária), estas redes podem ser alargadas a sociabilidades que dispõem de capital económico e simbólico mais elevados. Alguns entrevistados usaram desse recurso. É o que acontece com o entrevistado JG, que encontrou trabalho na sua área por a mãe ser cabeleireira e ter um cliente regular que lhe abriu as portas na empresa onde trabalhava.

Como vimos anteriormente, as redes familiares, quando dispõem de algum capital social, também podem ser muito úteis na progressão social dos seus membros. O entrevistado NA não só usufruiu do apoio dos pais na sua mudança para Cabo-Verde em trabalho como conseguiu o cargo por intermédio de uma tia professora, que, para além de tratar de toda a burocracia inerente ao processo de transferência, foi a responsável pela sua decisão de concorrer ao cargo e fez todos os contactos necessários para a obtenção da vaga.

Assim, a família é também muitas vezes o pilar da progressão na carreira, ajudando não só na estruturação das oportunidades como facilitando a conciliação de horários laborais com a vida familiar (sobretudo no caso da existência de filhos ou idosos no seio familiar). Acima de tudo, os avós, nos dias de hoje, têm um papel fundamental na estabilidade familiar, não só a nível económico como a nível afetivo. Vivemos no que se costuma rotular de “cultura do infantário”, e os horários laborais muitas vezes não permitem um acompanhamento efetivo por parte dos pais, pelo que os avós são chamados a intervir para ajudar na gestão das rotinas diárias. Este suporte é o que muitas vezes possibilita a dedicação ao emprego e a progressão na carreira. No caso dos nossos entrevistados, como a maioria ainda não constituiu família, foi possível perceber esta dimensão sobretudo nos relatos de infância, uma vez que muitas vezes os avós

coabitavam com os entrevistados e davam o suporte que os pais não podiam dar devido à excessiva carga horária de trabalho.

... eu vivia com os meus pais, com a minha irmã e com a minha avó, a mãe do meu pai... a minha avó sempre foi uma segunda mãe para mim, os meus pais sempre trabalharam, o meu pai e a minha mãe, a minha mãe sempre trabalhou desde que eu me conheço como gente, ela sempre trabalhou, eu tinha colegas na altura que as mães não trabalhavam, eram donas de casa e a minha mãe sempre trabalhou fora de casa então eu ficava com a minha avó... (Entrevistado EC, informático)

Os entrevistados estão ainda, na sua maioria, numa fase muito inicial das suas carreiras e com uma grande margem de progressão. Ainda assim, consideram que, apesar de por vezes serem alvo de discriminação e subvalorização de competências devido à sua origem, na maior parte dos casos o ambiente no local de trabalho é bom ou dentro da normalidade, sem grandes atritos, e esperam poder contribuir positivamente no desempenho das suas funções.

... fiquei um bocado desiludida em termos de ambiente de trabalho. Tentas separar as coisas e... acho que o que influencia muito o ambiente de trabalho é não saberes separar a tua vida pessoal da tua vida profissional. Há coisas que me deixam bastante desiludida, mas pronto! Eu tento levar... (Entrevistada AT, analista química)

....o ambiente é bom, quer dizer, as pessoas tratam-se com... inicialmente até com mais amizade do que agora. Agora as relações se calhar são mais profissionais nesse aspecto. ... é um ambiente normal para um mundo de trabalho. Nada de estranho! ... Talvez tenha havido em determinadas alturas, no contacto com alguns clientes, nalguma reunião aqui ou ali algum temor que eu pudesse eventualmente não estar à altura de reunir com determinados clientes. É claro que isso nunca foi dito. Claro que isso nunca foi expresso. Mas às vezes podia sentir que havia alguma resistência nesse aspecto... (Entrevistada CC, advogada em firma de advogados)

...Eu trabalho no hospital. Há lá quê? Dois ou três pretos. Um médico, duas enfermeiras! Uau!!! No meio de 500 funcionários... quantos professores universitários tive que fossem pretos? Nenhum! Infelizmente as pessoas só se acostumam com a realidade com base no que vêem!... Portugal recebe muitos doentes evacuados de África... então no meu serviço nós temos lá crianças que precisam ser transplantadas com dador de medula óssea... então há um ano e tal atrás veio uma criança de Cabo-Verde que não tinha nenhum dador.... e a conversa ia evoluindo e ela "... pois, mas também lá no centro de insto-compatibilidade dizem que não vale a pena fazer campanhas para essa gente porque eles não aderem". Essa gente! Essa gente são os pretos! Bem, aquilo bateu-me de uma maneira! (Entrevistada SB, enfermeira)

As aspirações relativamente ao emprego passam sobretudo por uma maior estabilidade e reconhecimento (com tradução a nível monetário), mas também por aperfeiçoamento técnico e autonomização (possivelmente com a saída para um negócio de conta própria).

7. TEORIA DA ASSIMILAÇÃO SEGMENTADA E MOBILIDADE SOCIAL

7.1. A TEORIA DA ASSIMILAÇÃO SEGMENTADA REVISITADA

Na última década do século XX, as ciências sociais norte-americanas que se preocupavam com o tema da imigração estavam ainda muito voltadas para o estudo das problemáticas relacionadas com os imigrantes ilegais. A questão dos seus descendentes começou a ser pensada em 1990 com um estudo longitudinal elaborado por Alejandro Portes e Rubén Rumbaut, que anteviram que os efeitos do fenómeno da imigração, na sociedade de acolhimento, são determinados mais pelos filhos do que pelos pais. Enquanto os pais se assumem como estrangeiros e têm um percurso mais errante, os filhos, nascidos e criados no país, permanecem e constituem-se como parte integrante do tecido social, exercendo a sua plena cidadania quando não são impedidos de o fazerem. Assim, a sua integração ou adaptação na sociedade de acolhimento não só determina o tipo de sociedade em que vivemos como pode influenciar os fluxos migratórios e o futuro dos imigrantes nas décadas seguintes.

Tendo em mente que, numa sociedade cada vez mais baseada no conhecimento, as hipóteses de sucesso das famílias sem recursos e sem capital humano são mínimas, Alejandro Portes e a sua equipa tentaram oferecer uma nova perspetiva sobre a integração dos imigrantes e dos seus descendentes, recusando a dominante teoria da assimilação linear ou clássica, originária da escola de Chicago, segundo a qual a integração estava única e exclusivamente dependente do desempenho dos imigrantes na sociedade de acolhimento, como se o processo fosse um caminho de uma só via. Invertendo a lógica da assimilação uniforme, Portes e a sua equipa argumentaram que o processo de integração dos filhos de imigrantes é um processo segmentado em percursos distintos, que tanto podem levar a trajetórias ascendentes como descendentes.

Figura 3: Trajetórias de Mobilidade através das Gerações (Portes, 2014)

DETERMINANTES	PRIMEIRA GERAÇÃO	SEGUNDA GERAÇÃO	TERCEIRA GERAÇÃO OU MAIOR
CAPITAL HUMANO	Aquisição do <i>status</i> de classe média com base no capital humano parental.	Ocupações profissionais e empreendedoras e aculturação total.	Integração completa no <i>mainstream social</i> e econômico.
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Ocupações dos pais nas classes trabalhadoras e comunidades co-étnicas fortes.	Aculturação seletiva*; obtenção do <i>status</i> de classe média por meio de credenciais educacionais.	Aculturação total e integração no <i>mainstream</i> .
MODALIDADE DE INCORPORAÇÃO	Ocupações dos pais nas classes trabalhadoras e comunidades co-étnicas fracas.	Aculturação dissonante** e baixo êxito educacional.	Estagnação em ocupações manuais subordinadas; assimilação descendente em estilos de vida desviantes.

* Definida como preservação da língua e dos elementos da cultura dos pais, juntamente com a aquisição dos costumes ingleses e norte-americanos.

** Definida como rejeição da cultura dos pais e rompimento das comunicações entre as gerações.

Portes elaborou uma teoria que põe em perspetiva três possibilidades de integração cultural e económica dos filhos de imigrantes: assimilação ou aculturação dissonante, aculturação consonante ou total e aculturação seletiva.

Na primeira, tendencialmente de mobilidade descendente, os jovens descendentes de imigrantes são integrados na classe popular mantendo um perfil dissonante em relação ao sistema educativo. Estes jovens que trilham percursos de aculturação dissonante fazem parte de famílias cujos pais pertencem às classes trabalhadoras e com comunidades coétnicas fracas. O seu baixo êxito educacional pode conduzi-los à estagnação em ocupações manuais por conta de outrem ou a caminhos desviantes, tais como abandono escolar, crime e prisão ou gravidez adolescente e desemprego.

Na segunda, de mobilidade ascendente progressiva, os jovens tendem a desenvolver um perfil idêntico ao da classe média branca. Os percursos de aculturação consonante são, assim, marcados por uma integração completa no *mainstream* da pirâmide social e económica, onde pais e filhos passam, juntos, pelo mesmo tipo de aprendizagem e adaptação. Neste caso, tanto pais como filhos gozam de um status de classe média com

base no capital humano que detêm e podem exercer ocupações profissionais de destaque ou constituírem-se como empreendedores. O único obstáculo a este tipo de ascensão pode ser a discriminação.

Na terceira hipótese, de aculturação seletiva, a integração na classe média é feita mantendo as tradições familiares, nomeadamente no que diz respeito à língua e à cultura do país de origem dos pais, e mantendo uma atitude positiva face ao ensino e ao acesso a oportunidades motivada por uma rede coétnica forte. Apesar de, tendencialmente, estas famílias fazerem parte das classes trabalhadoras e deterem poucos recursos, possuem redes comunitárias coétnicas fortes que lhes possibilitam um maior leque de oportunidades no mercado de trabalho e na sua adaptação à chegada ao país anfitrião. Por meio da obtenção de diplomas educacionais, é-lhes possível a ascensão à classe média e a integração no mainstream social. O bilinguismo ou biculturalismo dos seus descendentes pode ser considerado um sinal deste tipo de percurso.

Figura 4: O processo de assimilação segmentada (Portes, 2014)

Primeira Geração		Segunda Geração		
FATORES DE CONTEXTO	PADRÕES INTERGERACIONAIS	OBSTÁCULOS EXTERNOS		RESULTADOS ESPERADOS
CAPITAL HUMANO PARENTAL	Aculturação dissonante →	Discriminação Racial Confrontados diretamente e sem apoio.	Mercados de Trabalho Bifurcados Enfrentado apenas com recursos individuais.	Subcultura dos centros urbanos Nenhuma mensagem para contrabalançar atitudes e estilos de vida adversários. Estagnação ou assimilação descendente.
	Aculturação consonante →	Confrontados diretamente com apoio familiar.	Enfrentado com orientação dos pais e recursos familiares.	Mensagem de contraposição baseada em aspirações familiares. Na maioria das vezes assimilação ascendente bloqueada às vezes pela discriminação.
	Aculturação seletiva →	Filtrada por redes sociais étnicas e confrontada por apoio familiar e comunitário.	Enfrentado com orientação dos pais, com suporte de recursos familiares e da comunidade.	Mensagem de contraposição baseada em aspirações familiares e redes comunitárias. Assimilação ascendente combinada com biculturalismo.

Segundo Portes, os jovens descendentes de imigrantes estão também expostos a obstáculos externos, nomeadamente à discriminação racial, aos mercados de trabalho bifurcados e às subculturas dos centros urbanos (gangues, tráfico de droga, etc). Embora a sua pesquisa se centre nas causas e consequências de percursos de mobilidade descendente, o autor sublinha que os casos de exceção podem clarificar outros fatores não aleatórios, que podem ser relevantes na superação da desvantagem.

Examinando o modo como os jovens descendentes de imigrantes são incorporados nos sistemas do país de acolhimento dos seus pais, consoante a sua origem étnico-nacional, Portes e os investigadores da sua equipa de trabalho chegam à conclusão de que essa incorporação não é igual para todos. O contexto de receção muda consoante a origem dos indivíduos, e isto porque o sucesso também depende das características da comunidade coétnica, ou seja, do esforço destas comunidades no exercício de uma politização ativa e de uma estruturação das suas próprias oportunidades no mercado de trabalho.

Apoiados em dados empíricos, os autores definem não só três vias de segmentação como três níveis de variáveis para cada uma dessas três vias. Assim, as três vias de segmentação dependeriam também de fatores ligados aos níveis individual, familiar e contextual. Os fatores individuais partem da proposta clássica de assimilação e estão relacionados com a exposição do indivíduo à sociedade de acolhimento, nomeadamente a capacidade no uso da língua oficial do país de acolhimento, a origem ou naturalidade, a idade à chegada ao país e o capital humano do indivíduo em análise. Os fatores familiares prendem-se com os capitais económico e social detidos pelos pais, objeto de escrutínio por parte dos economistas como razão de sucesso. Já os fatores contextuais referem-se aos modos de incorporação na sociedade de acolhimento e dizem respeito ao sistema “acolhedor”, nomeadamente as políticas do governo, os valores e preconceitos da sociedade de acolhimento e as características da comunidade coétnica.

Embora com base nos dados da *International Migration Review* acerca da situação de seis países europeus se tenha chegado à conclusão de que a proposta de Portes não pode ser aplicável na sua totalidade, devido a supostamente não contemplar o enquadramento institucional (Crul e Vermeulen, 2003 em Marques, 2005) dos países europeus e, por

isso, relativamente ao contexto português, se pense que esta proposta também não seja aplicável, podemos partir desta teoria para tirar algumas conclusões acerca dos dados analisados nas entrevistas.

É verdade que, no caso português assim como nos restantes países europeus, a teoria de Portes é insuficiente para explicar o processo de integração dos descendentes de imigrantes, uma vez que em geral não tem em conta o enquadramento institucional, mas também porque, no caso dos imigrantes oriundos dos PALOP em particular, não tem em conta as especificidades que a qualidade de ex-colónias lhes confere. Não nos podemos esquecer de que muitos imigrantes africanos das ex-colónias vieram para Portugal numa época em que era necessário colmatar a falta de mão-de-obra para os setores da construção civil e da indústria, ocupando, por isso, com a promessa de uma vida melhor, cargos que os autóctones não queriam. Outro caso específico deste contexto é o das comunidades que fugiram à guerra colonial refugiando-se em Portugal, supostamente com o apoio estatal e ajudas de países estrangeiros para fazer face às despesas com essas comunidades, nomeadamente em alimentação, vestuário e dinheiro. Para além disso, como já vimos neste mundo cada vez mais voltado para o conhecimento e para a transnacionalidade cultural e identitária, não podemos tomar as comunidades como aglomerados homogéneos de pessoas, mas antes como conjuntos dinâmicos em constante mutação ao longo da sua formação e desenvolvimento.

No entanto, o modelo da assimilação segmentada é tido por Portes como um modelo que não se esgota no especificado e que pode abranger várias outras combinações que nele não estão explícitas, servindo apenas de guia para as possibilidades mais recorrentes e para as características dos processos de integração dos filhos de imigrantes na sociedade em geral. Por isso, os três padrões base de aculturação de Portes contêm os elementos básicos necessários para a análise dos percursos de mobilidade social, ascendente ou descendente. As possibilidades são múltiplas porque cada percurso tem as suas próprias especificidades, e aos elementos básicos podem sempre juntar-se outras variáveis que ajudem a dar sentido ao conjunto, nomeadamente as que têm a ver com o enquadramento institucional de cada país e as características específicas de cada comunidade analisada .

Sabemos também que variáveis como a condição social (des)favorecida, a origem étnico-racial, o tipo e a dimensão das famílias, bem como os eventos impactantes ou traumáticos, podem afetar as trajectórias pessoais dos indivíduos e interferir positiva ou negativamente na sua mobilidade. Contudo, nenhum destes fatores, se analisado isoladamente, pode explicar um percurso de sucesso ou insucesso. Por isso, é preciso analisar a totalidade dos dados, tentando articulá-los no seu conjunto.

Assim sendo, uma vez que aqui nos centramos única e exclusivamente em casos excepcionais, de mobilidade ascendente, não nos podemos debruçar sobre as conclusões do estudo de Portes que dizem respeito à aculturação dissonante enquanto trajeto tendencialmente gerador de mobilidade descendente. Contudo, os dados apurados nas entrevistas sugerem que alguns dos entrevistados fazem parte do padrão estabelecido por Portes para a aculturação dissonante, mas conseguiram fugir à alegada tendência de assimilação descendente, constituindo-se por isso como exceções, mesmo desse ponto de vista.

Seria imperativo analisar a fundo as duas esferas analíticas mencionadas (enquadramento institucional português, características específicas das comunidades coétnicas dos PALOP), não previstas no modelo de Portes, para se poderem tirar conclusões mais fidedignas em relação à situação dos filhos de imigrantes africanos em Portugal, mas ainda assim exploraremos aqui algumas hipóteses que nos parecem plausíveis, dado o já observado na análise de conteúdo do capítulo anterior.

7.2. INDIVÍDUO, EXPOSIÇÃO SOCIAL E MOBILIDADE SOCIAL

Como já vimos anteriormente, Portes e a sua equipa definem como um dos níveis das vias de segmentação o nível individual. Aqui é contemplado o tipo de exposição do indivíduo à sociedade de acolhimento, nomeadamente a capacidade linguística no uso da língua oficial do país de acolhimento, a naturalidade, a idade à chegada ao país e o capital humano de cada indivíduo.

Quadro 6: Variáveis individuais segundo o sexo

Variáveis individuais				
		Homens	Mulheres	Total
Local de nascimento	Portugal	9	10	19
	PALOP	3	2	5
	Europa	0	1	1
Total		12	13	25
Idade à chegada	Nascença	9	10	19
	Até 2 anos	0	2	2
	Até 4 anos	0	1	1
	Até 6 anos	2	0	2
	Mais de 6 anos	1	0	1
Total		12	13	25
Tempo de permanência	Menos de 20 anos	1	0	1
	20 anos ou mais	1	4	5
	30 anos ou mais	10	9	19
Total		12	13	25

Tendo em conta que o objeto de estudo de Portes são as minorias imigrantes nos Estados Unidos, impunha-se apurar o grau de proficiência na língua inglesa dos indivíduos das diferentes comunidades abrangidas. No caso específico dos jovens entrevistados para este estudo, uma vez que são todos de origem PALOP e a maioria

nasceu e cresceu em Portugal, a questão da língua não se coloca nos mesmos termos, ou seja, não tem lógica questionar o nível de proficiência na língua, uma vez que o português é, para a maioria, a língua materna. No entanto, algumas questões são relevantes a esse respeito.

Como podemos ver pela tabela acima, muitos dos jovens entrevistados nasceram em Portugal ou, não tendo nascido em Portugal, passaram a maior parte da vida no país. Não só o português é a sua língua materna como a cultura portuguesa é também adquirida por eles de forma primária. Para algumas comunidades, como a santomense e a moçambicana, muitas vezes os próprios pais já só falam português e mantêm costumes muito próximos dos portugueses em função da colonização de São Tomé e Moçambique. Já a comunidade cabo-verdiana, apesar de ser a comunidade com mais tempo de permanência em Portugal, tendencialmente mantém a sua herança cultural e preserva o uso do crioulo. Por isso, a maioria dos entrevistados vê-se como português ou como um misto de duas culturas e, apesar da relação estreita com a língua e a cultura portuguesas, identificam-se também com as origens dos pais e têm gosto na aprendizagem e no uso do crioulo.

De um modo geral, os entrevistados identificam-se com as características dos portugueses devido ao facto de terem nascido ou terem feito a sua escolaridade e percurso pessoal e profissional no país, formando a sua personalidade e estilo de vida de acordo com os padrões nacionais. Assim, as características que mais evidenciaram essa identificação prendem-se com os relacionamentos interpessoais (simpatia, amizade, hospitalidade, bondade, humildade, sociabilidade) e com as capacidades intelectuais dos entrevistados (a capacidade de organização, racionalidade, sistematização, rigor, pontualidade, luta por objetivos). O estilo de vida é, sem dúvida, o fator que mais aproxima portugueses e descendentes de imigrantes, uma vez que, vivendo em Portugal, os entrevistados têm hábitos urbanos que são comuns aos autóctones, tais como o stress, a agitação, a capacidade de adaptação e a noção mais restrita de família.

No que diz respeito a uma identificação cultural com o país de acolhimento dos pais, os entrevistados identificam-se sobretudo com a língua, a gastronomia portuguesa,

alguma música, bem como o sentimento de nacionalismo quando se encontram no estrangeiro.

Ainda assim, quando confrontados com a questão, os entrevistados sentem muita dificuldade em responder. Poderia parecer contraditório, mas essa dificuldade advém do facto de ser uma realidade tão próxima que se torna difícil racionalizar, mostrando assim que, de facto, o ser português é um dado adquirido e não algo escolhido.

Já no que diz respeito às suas origens africanas, no geral, os entrevistados identificam-se sobretudo a nível cultural (gastronomia, música, dança, língua, criatividade), a nível familiar (no conceito de estrutura familiar e valorização da família, respeito pelos mais velhos, educação, manutenção das raízes e tradições) e a nível dos valores e da forma de estar e de se relacionarem com as pessoas (calma, alegria, bondade, generosidade, descontração, simplicidade, gosto por ajudar). Pesa também o fator étnico-racial, uma vez que o sentimento de pertença também passa por uma maior identificação com as características físicas próprias dos africanos, tidas como desvalorizadas em Portugal.

Apesar de algumas famílias terem restringido o uso do crioulo em casa para não prejudicarem a aprendizagem escolar, muitas vezes aconselhadas ou incitadas por professores, estes jovens são na maioria bilingues de crioulo e português, sem que isso tenha prejudicado as suas trajetórias. Ao contrário do que tem sido preconizado publicamente, “a fluência em duas línguas é significativamente associada a uma série de resultados positivos na adolescência tardia, incluindo notas mais altas na escola, aspirações educacionais mais altas, maior auto-estima e menor conflito intergeracional” (cf. Peal e Lambert, 1962; Hakuta, 1986; Rumbaut, 1995; Portes e Hao, 2002; Portes et al., 2008, p. 36).

Ainda assim, ficou visível no discurso dos entrevistados que existe uma certa subavaliação patente nos sistemas de ensino, que não só procede à problematização da aquisição do crioulo como língua na infância como também à ostracização do seu uso, imputando-lhe efeitos negativos na aprendizagem do português. Este desrespeito das origens africanas dos alunos, juntamente com as reprovações precoces (no primeiro ciclo e na entrada para o segundo, nomeadamente 5º e 7º ano), estão na génesis de um

sentimento de incapacidade e inaptidão escolar que marca os seus discursos e que, nos casos excepcionais aqui analisados, só foi superado devido a algum esforço pessoal nesse sentido ou à intervenção de figuras motivadoras e inspiradoras que causaram uma mudança de perspetiva a esse respeito.

Quer isto dizer que o sistema de ensino, enquanto instituição integradora, está muito aquém do que seria esperado, podendo contribuir mais para o desencorajamento dos alunos de origem imigrante do que para o seu incentivo. Como nos diz Cristina Roldão (2015), “a experiência de se ver colocado em “grupos de nível”, “turmas de repetentes”, ou estabelecimentos de ensino particularmente excludentes intensifica uma relação de desconfiança face à escola e pesa na desmobilização escolar destes jovens. É difícil criar uma relação subjetivamente significativa com a escola quando se sente que se é sistematicamente humilhado e excluído por ela” (p.294).

No entanto, felizmente, no caso destes entrevistados, apesar de algum desconforto e estranheza no ambiente escolar, as condicionantes negativas não pesaram ao ponto de suscitem o abandono precoce ou o mau desempenho escolar. Outras forças se impuseram e fizeram sobressair o potencial dos alunos, nomeadamente a presença de alguns professores motivados para o ensino, a intervenção de figuras particulares no percurso, a motivação pessoal e as estratégias familiares, entre outras. É notório também o efeito que as boas classificações têm não só na autoavaliação dos alunos mas também na avaliação dos colegas e professores, pois este acaba por ser um dos fatores que proporcionam uma melhor integração escolar e também se reflete ao nível das sociabilidades. As boas notas, o bom comportamento, assim como uma habilidade física ao nível do desporto, da música ou da comunicação, parecem ser atenuantes que minimizam fenómenos de discriminação e marginalização escolar ou social.

Contudo, importa sublinhar que não podemos remeter à agência dos próprios alunos todo o mérito ou demérito na trajetória escolar. Sabemos que, embora o êxito académico e a ambição educacional funcionem como inibidores da assimilação descendente, eles não dependem única e exclusivamente da agência do indivíduo. Pelo contrário, estão em causa também dinâmicas segregadoras que se traduzem nas desigualdades dentro do próprio sistema educacional (através das retenções em fases escolares iniciais, da segregação de alunos em turmas “complicadas”, do ambiente escolar, da falta de

preparação dos docentes para lidar com públicos etnicamente diferenciados, da falta de informação sobre as oportunidades e apoios disponíveis), bem como nas desigualdades sociais fora do sistema de ensino, nomeadamente as que dizem respeito a aspetos legais (como a concessão de nacionalidade e consequentemente de plenos direitos) e a aspetos organizacionais ou urbanísticos, que se prendem com a composição dos territórios habitacionais e a escolha dos estabelecimentos de ensino, corpo docente e turmas consoante esses critérios de exclusão socio-territorial.

7.3. FAMÍLIA, CAPITAIS E MOBILIDADE SOCIAL

Acredita-se que, de alguma forma, o sucesso escolar e ocupacional entre as classes populares está intimamente ligado ao universo das famílias intactas, ou seja, famílias em que não houve nenhum tipo de rutura (i.e. divórcio, separação, morte, etc.), cujos pais desempenhem funções administrativas ou de comércio, ou seja, não manuais (indústria, agricultura, pesca, etc.). Supostamente, tanto a estabilidade profissional como o género de tarefa executada neste tipo de ocupações (leitura, escrita, cálculo, tratamento de documentação e familiaridade com burocracias) favorecem um ambiente familiar propício à criação de perfis conformes ao universo escolar e, consequentemente, a percursos de mobilidade ascendente (ver Roldão, 2015, p. 291). No entanto, no caso excepcional dos entrevistados, a maioria dos pais tem ocupações manuais, nomeadamente na construção civil, limpezas, serralharia, cozinha, jardinagem e afins.

Ainda que se possa confirmar que, efetivamente, a família intacta tem um efeito beneficiador dos trajetos de ascensão social (20 dos 25 entrevistados pertencem a famílias intactas), quando olhamos com lentes mais precisas para os dados, encontramos casos de famílias aparentemente intactas, mas geridas matriarcalmente devido à ausência da figura paternal. Muitas destas famílias são constituídas por um núcleo parental intacto, onde há efetivamente uma figura paternal e uma figura maternal em contexto de matrimónio ou união de facto, mas em que não existe coabitação efetiva, estando o pai ausente devido a trabalho no exterior, prisão ou separação não oficial. A ausência e pouca relevância da figura paternal é, por isso, mencionada no discurso dos entrevistados com algum peso, ainda que a figura maternal, de alguma forma, supra essa necessidade afetiva.

Como estamos a falar de famílias numerosas e com poucos recursos, o pai, quando se responsabiliza pela família, normalmente assume a função de provedor, aceitando cargos mais bem remunerados para suprir as necessidades familiares, mas que implicam o sacrifício da distância de casa e desses mesmos laços familiares que sustenta. Este modelo familiar não pode ser colocado no mesmo patamar analítico de uma família

intacta com coabitacão efetiva dos cônjuges, mas também não chega a ter os mesmos contornos das famílias desestruturadas, uma vez que mantém um pouco mais de estabilidade financeira e moral do que o modelo das outras.

Contudo, o aspeto mais interessante a ressalvar dos resultados desta pesquisa prende-se com as diferenças de género. Como podemos ver na tabela abaixo, os efeitos do tipo de família parecem afetar mais os homens do que as mulheres. Enquanto apenas um dos entrevistados pertencia a uma família efetivamente desestruturada, quase um terço das mulheres tinha essa condicionante, sem que isso tenha prejudicado, em termos irreversíveis, a sua trajetória.

Quadro 7: Variáveis familiares segundo o sexo

Variáveis familiares				
		Homens	Mulheres	Total
Tipo de Família	Intacta	11	9	20
	Desestruturada	1	4	5
Total		12	13	25
Capital social ¹	Reducido	7	11	18
	Médio	5	2	7
Total		12	13	25
Capital económico ²	Reducido	10	11	21
	Médio	2	2	4
Total		12	13	25

Como seria de esperar, os capitais social e económico destas famílias são, na maioria dos casos, reduzidos. São famílias com um capital humano muito escasso e oriundas das classes populares. No entanto, podemos ver pelos dados da tabela acima que os valores dos capitais dos pais também diferem um pouco consoante o caso. Isto porque, no conjunto dos 25 entrevistados, existem alguns casos de mobilidade ascendente de pais e

¹ Resultados obtidos através da análise dos recursos familiares dos entrevistados a nível escolar, cultural e de relações interpessoais vantajosas, tendo em conta a composição familiar (intacta ou desestruturada).

² Resultados obtido através da análise das profissões dos pais, subdivididas entre profissões manuais e não-manais e tendo atenção ao rendimento auferido estimado de cada uma.

filhos em simultâneo. Nestes casos, os pais são já um pouco mais escolarizados do que a maioria, chegando a ter frequência universitária. Obedecem, por isso, a lógicas um pouco diferentes, onde o esforço familiar é todo voltado para atingir metas propostas e para a ascensão social por meio das qualificações escolares ou profissionais. Nestes casos, os pais procuram munir-se de recursos que possam ajudar à concretização desses objetivos, nomeadamente usando estratégias educativas específicas no sentido da maximização das hipóteses de sucesso e alargando as suas redes de sociabilidades a esferas mais abonadas. Também aqui o resultado é mais expressivo no caso do sexo masculino, uma vez que quase todos os homens analisados pertencem a famílias ditas intactas (i.e. 11 em 12), levando a crer que os homens são mais suscetíveis a ambientes desestruturados do que as mulheres.

Em todo o caso, estas famílias têm poucos recursos (materiais e sociais) para fazerem face às exigências do sistema educacional português, sendo os seus filhos muitas vezes relegados para escolas das periferias ou até mesmo dos próprios bairros habitacionais, sem grandes condições e qualidade de ensino. As famílias um pouco mais munidas em termos de capital procuram, por meio do recurso a explicações, dar algum incentivo extra e capacitar os seus filhos para as adversidades escolares, mas o acompanhamento das rotinas escolares raramente é conseguido, uma vez que estes pais têm cargas horárias de trabalho muito elevadas e estão maioritariamente concentrados no sustento do lar e das necessidades básicas (incluindo aqui as escolares).

A noção de que a única hipótese viável para a ascensão social se encontra numa educação avançada está patente nos discursos dos entrevistados, que assumem que, desde a infância, foram alertados pelos pais para a importância de um bom desempenho escolar. O contrário disto seria a estagnação em ocupações semelhantes às dos pais, manuais e mal remuneradas. É desta premissa que nascem os projetos de ascensão social, consciente ou inconscientemente.

Como vimos anteriormente, estas famílias regem-se por uma lógica de autoridade parental e responsabilização dos filhos. Se, por um lado, a autoridade parental é incontestada e muitas vezes reforçada na figura de outros familiares, nomeadamente dos avós ou dos irmãos mais velhos, por outro lado, desde cedo, estes jovens são ensinados

a ter responsabilidade e autonomia na gestão do seu percurso, salientando-se para isso as consequências das más escolhas e de um comportamento indisciplinado e irresponsável.

Assim, os projetos de ascensão social vão sendo construídos através do exercício da autoridade parental (muitas vezes com o recurso ao controlo e restrição das sociabilidades) e da aplicação de uma disciplina rigorosa por meio de castigos e alertas para as consequências de comportamentos menos aconselháveis. No entanto, no caso dos entrevistados, não se pode dizer que este tipo de educação conduza a uma aculturação seletiva no sentido pleno projetado por Portes (2014), como seria de esperar. Uma vez que a comunidade coétnica de que falamos tem contornos diferentes das comunidades imigrantes dos Estados Unidos, assistimos a um processo também ele um pouco diferente. Estes jovens combinam o aprendizado do português e da cultura portuguesa com alguns elementos da cultura dos seus pais, como o crioulo, a gastronomia e algum gosto musical (na maior parte dos casos), e também obtêm o seu estatuto de classe média por meio de credenciais educacionais, mas não se pode dizer que as suas comunidades coétnicas sejam fortes porque, em grande parte dos casos, existe um afastamento em relação ao convívio com as comunidades coétnicas e um maior contacto com a maioria branca, quer ao nível das relações interpessoais quer ao nível dos gostos e costumes.

Embora de entre os três tipos de aculturação sugeridos por Portes e a sua equipa (i.e. aculturação dissonante, aculturação consonante e aculturação seletiva) a aculturação seletiva seja a mais plausível para a maioria dos casos de mobilidade ascendente que encontramos nesta pesquisa (ainda que com alguns ajustes), existem também alguns casos que se poderiam incluir nas outras duas modalidades (também com algumas ressalvas), nomeadamente casos de mobilidade ascendente em simultâneo de pais e filhos, enquanto casos de aculturação consonante, e casos de grande probabilidade de mobilidade descendente que, surpreendentemente, se transformaram em mobilidade ascendente pela conjugação de fatores exógenos ou endógenos específicos, e que não estão previstos na tipologia de Portes.

Quer isto dizer que, à partida, o modelo de assimilação segmentada de Portes pode, sim, ser aplicado ao contexto português, desde que sofra alguns ajustes ou aperfeiçoamentos teórico-analíticos, que têm a ver com as especificidades do objeto de estudo.

7.4. MODOS DE INCORPORAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

Uma recepção acolhedora ou, no mínimo, neutra pelas autoridades governamentais, uma recepção complacente ou pelo menos não hostil por parte da população nativa e a existência de redes sociais com comunidades co-étnicas bem estabelecidas e prósperas abrem caminho para a possibilidade de se pôr em uso quaisquer credenciais ou habilidades que tenham sido trazidas de fora. Inversamente, uma recepção hostil pelas autoridades e pelo público, bem como uma comunidade co-étnica fraca ou inexistente impõem desvantagens aos imigrantes e dificultam-lhes a tradução de seu capital humano em ocupações compatíveis ou a aquisição de novas habilidades ocupacionais.

(Portes et al., 2008)

Os modos de incorporação estão dependentes do tipo de receção que as comunidades imigrantes têm nas sociedades acolhedoras. Isto implica três níveis de ação: o nível governamental, o nível societal e o nível comunitário. Se, por um lado, o governo e a sociedade têm obrigações para com as populações que recebem no país, por outro lado, a própria comunidade coétnica também tem o dever de gerar boas condições para a integração dos seus membros.

Uma das grandes preocupações que se fazem sentir em Portugal ao nível governamental tem a ver com as leis que dizem respeito aos imigrantes e aos seus descendentes. Não é de hoje que o debate sobre a lei da nacionalidade põe em causa os direitos dos imigrantes e, sobretudo, dos seus descendentes. Pela lei vigente, não só os pais têm muita dificuldade para se conseguirem naturalizar portugueses, como os próprios filhos, nascidos em Portugal, enfrentam um mar de burocracias, mantendo-se em situação ilegal ou com passaporte estrangeiro no país onde nasceram. A nacionalidade, não sendo aplicada como *jus soli*, obedece a critérios que limitam em grande parte a aquisição do direito a ela, como a obrigatoriedade de viver no país em situação legal pelo tempo mínimo de seis anos. Em termos práticos, o que acontece é

que há neste momento um grande número de descendentes de imigrantes nascidos em Portugal que não detêm nacionalidade portuguesa e que, por esse motivo, estão impedidos do exercício da sua plena cidadania. Isto porque a partir de 1981 todos os filhos de imigrantes ficaram impedidos de registar os filhos como portugueses à nascença e foram obrigados a escolher uma nacionalidade estrangeira (de um dos países dos pais), supostamente com a possibilidade da naturalização anos mais tarde. Estes casos vêm-se arrastando ao longo dos anos, e os pedidos de naturalização têm sido protelados, sem que a situação se resolva (como aconteceu com alguns dos entrevistados). Estes jovens veem assim negados os seus direitos como cidadãos portugueses e, mesmo nascendo em Portugal e conhecendo apenas a realidade portuguesa, são tratados aos olhos da lei como estrangeiros ou *outsiders*. Infelizmente, muitas vezes é mais fácil conseguir a nacionalidade portuguesa por casamento do que tendo nascido em Portugal mas sendo filho de imigrantes.

Outra questão que se faz sentir ao nível governamental passa pelos mercados de trabalho bifurcados. Enquanto os imigrantes chegam ao país à procura de melhores oportunidades de vida mas com um leque já pré-determinado ou com um espírito batalhador que os motiva a aceitar os empregos chamados 3D (i. e. “dirty, demanding, dangerous”) em troca de uma remuneração reduzida mas que supra as suas necessidades, os seus filhos, que nascem, crescem e se tornam parte do tecido social do país, vão desejar e reivindicar as mesmas oportunidades dos autóctones. No entanto, como competir em pé de igualdade quando os recursos de que se dispõe são mínimos e as condições que se apresentam são adversas? Estas desigualdades podem comprometer o futuro destes jovens, que se encontram na encruzilhada da origem migrante e da pertença nacional.

Com a desindustrialização, o mercado de trabalho está a tornar-se cada vez mais centrado nas novas tecnologias, na informação e no conhecimento. Ou seja, cada vez mais é necessária a especialização e o recurso a materiais informáticos, que são dispendiosos do ponto de vista das famílias humildes. O acesso ao mercado de trabalho está, por isso, cada vez mais exigente, mais caro e mais desigual. As opções passam por ocupar as vagas nos trabalhos mal remunerados que exigem alguma força física ou tentar chegar ao topo apostando numa formação avançada que permita ingressar no

mainstream social. No meio termo estão os empregos precários e sem grandes hipóteses de progressão, como os oferecidos no setor das vendas, marketing ou restauração.

Assim, os jovens oriundos dos meios desfavorecidos e sem recursos para obterem condições vantajosas veem-se duplamente marginalizados, quer por terem pouco capital humano nas gerações anteriores³ quer por, na sua própria geração, estarem limitados a condições desvantajosas e serem obrigados a concorrer pelas mesmas oportunidades dos filhos das famílias mais abastadas.

No caso dos filhos de imigrantes africanos, esta situação agrava-se porque entra ainda em jogo a condicionante da aparência física. Os traços fenotípicos desempenham um papel importante no bloqueio a trajetórias de sucesso e podem ganhar relevância ao nível da interação social, na medida em que, subjetivamente, podem comprometer as oportunidades de vida.

A nível societal, apesar de Portugal ser conhecido como um país de brandos costumes e ter um vasto historial enquanto país colonizador, os fenómenos racistas vão sendo perpetuados e, de uma maneira subtil, aparecem em quase todos os relatos dos entrevistados. É inegável a existência de racismo em Portugal (Vala e Lima, 2002). Embora esteja a diminuir e haja hoje uma maior abertura em relação a tempos passados, o racismo em Portugal ainda é um racismo camouflado e, na maior parte das ocorrências, assume a forma de atitudes e comentários menos agradáveis, vivenciados no dia-a-dia nos relacionamentos interpessoais.

No entanto, como vimos, existem fatores que minimizam ou protegem em relação aos efeitos do racismo, nomeadamente o bom desempenho na escola ou em áreas como as do desporto e da música, facto este comprovado no discurso dos entrevistados. Contudo, o racismo, se não é determinante no percurso de vida dos filhos de imigrantes etnicamente diferenciados, é, sem dúvida, condicionador: atua como limitador de oportunidades escolares e profissionais. Os entrevistados sentem que têm de se esforçar mais para atingir os mesmos objetivos e que isso faz com que, de alguma forma, a sua personalidade ganhe características diferentes, nomeadamente uma maior resiliência ou

³ Salienta-se que a falta de capital humano, enquanto misto de capital escolar e sucesso ocupacional, provém do facto de estas comunidades PALOP terem uma história centenária ligada a fenómenos como a escravatura, o colonialismo e uma desvalorização e marginalização que se perpetuam geração após geração, num ciclo reprodutivo difícil de quebrar sem ajuda externa, nomeadamente dos países de acolhimento.

assertividade ou, por vezes, um fechamento em si mesmos (introversão). Ainda que esta forma de racismo seja aparentemente inofensiva, as consequências são visíveis na memória dos entrevistados e nas pequenas barreiras que estes vão tendo de ultrapassar todos os dias.

Para além disso, os efeitos psicológicos da exposição a atos ou comentários racistas podem ser perturbadores e até altamente destrutivos. No caso específico dos entrevistados, embora a maioria tenha sido confrontada com comentários e atos racistas ao longo da vida, esses episódios, felizmente, não ganharam uma dimensão significativa nos seus percursos. Apenas deixaram marcas que se traduzem em alguma desconfiança, estranheza ou afastamento em relação a relações interpessoais com autóctones, mas, no geral, não influenciam o modo como se posicionam na vida. Isto porque a maioria dos entrevistados adotou uma atitude de desvalorização desses atos e de combatividade em relação a eles, não permitindo que se tornassem uma forma de vitimização ou atuassem como dissuasores dos seus intentos. Em casos mais extremos, as consequências podem ser bem diferentes.

Do lado da responsabilidade comunitária, seria preciso um estudo longitudinal para se perceber como as diferentes comunidades atuam na integração dos seus membros e se existem efetivamente redes comunitárias para os imigrantes PALOP, à semelhança do que acontece com as comunidades asiáticas um pouco por todo o mundo.

No entanto, o que se pode apurar quanto aos entrevistados e à sua relação com a comunidade coétnica é que existem diferenças substanciais no que diz respeito ao género. Tomando como medidas de avaliação o maior ou menor contacto com familiares fora do agregado familiar, com amigos da mesma origem étnico-racial e a participação em associações de imigrantes, foi possível chegar aos resultados expressos no quadro nº 8. Apesar de aparentemente a relação com a comunidade coétnica não poder ser tida como relevante, pelo menos não apenas pelos dados captados nas entrevistas, uma vez que tanto a relação forte como a fraca obtiveram números muito semelhantes, a diferença de género a esse respeito é sugestiva. Embora os resultados expressos acima não possam ser tomados como evidências significativas, mas apenas como pistas para um estudo mais aprofundado na matéria, as diferenças de género sugerem que as mulheres que trilham percursos de mobilidade ascendente, tendencialmente, têm uma ligação mais forte à comunidade coétnica do que os homens.

Se pensarmos nos resultados anteriores relativos às diferenças de género, esta asserção torna-se lógica .

Quadro 8: Variáveis contextuais segundo o sexo

		Variáveis contextuais		
		Homens	Mulheres	Total
Relação com comunidade coétnica ⁴	Fraca	8	5	13
	Forte	4	8	12
Total		12	13	25

Como vimos anteriormente, os homens são mais afetados pelas condições adversas do que as mulheres: eles reprovam mais, são mais suscetíveis às influências grupais e sofrem mais com as desestruturações a nível familiar. Quer isto dizer que o sucesso escolar e ocupacional pode estar mais dependente de boas condições de partida sobretudo para os homens, uma vez que as mulheres se mostram mais resilientes às adversidades.

Assim sendo, no caso da relação com as comunidades coétnicas, é esperável que os homens tenham um resultado menos expressivo do que o das mulheres, porque a relação com a comunidade coétnica implica muitas vezes estar em contacto com a realidade da pobreza, da pouca capacitação e até da marginalização que afeta estas comunidades. Por isso, ao maior contacto com as comunidades coétnicas que se observa nos elementos femininos contrapõe-se o maior contacto com a comunidade branca ou autóctone que se observa nos elementos masculinos. Os dados sugerem, assim, que a aculturação dos elementos masculinos esteja mais voltada para um afastamento das raízes africanas e um maior contacto com a maioria branca. Isto é corroborado pela representação mais elevada de cônjuges e companheiras brancas nos entrevistados masculinos. Enquanto as mulheres, tendencialmente, procuram o companheiro dentro da

⁴ Números obtidos através da análise da relação dos entrevistados com a cultura africana, associações africanas e a comunidade coétnica.

sua comunidade coétnica, ou pelo menos dentro da comunidade africana, os homens estão mais dissociados dessa ligação e encontram as suas companheiras na maioria branca, muitas vezes por não terem contacto algum com a comunidade coétnica, para além da familiar.

É também de notar que, embora os valores sejam equiparados no total dos entrevistados, os resultados das relações com a comunidade coétnica pendem ligeiramente para o tipo de relação fraca. A sustentar-se esta tendência em análises posteriores e mais extensivas, talvez se possa formular a hipótese de estarmos perante um novo padrão de aculturação não contemplado pelo modelo de Portes. Um padrão que associa elementos da aculturação dissonante, nomeadamente a ocupação dos pais nas classes trabalhadoras e as comunidades coétnicas fracas, com elementos de aculturação seletiva como o bilinguismo, a obtenção do *status* de classe média por meio de credenciais educacionais e aculturação total e integração no *mainstream*.

Se, como nos diz Portes (2008: 44), a longo prazo, um cenário em que as populações de origem imigrante não consigam atingir mobilidade ascendente levará “a uma sociedade cada vez mais desigual, à expansão de áreas de pobreza associadas a determinadas etnias e à perpetuação do pesadelo urbano de crime, drogas, prisões e morte”, então há que dar mais atenção a esta questão e procurar soluções que explorem os fatores que podem ajudar a tirar os filhos de imigrantes da sua condição de desvantagem, pois “tornar o sucesso menos excepcional entre essa população deveria ser uma política pública prioritária” (idem).

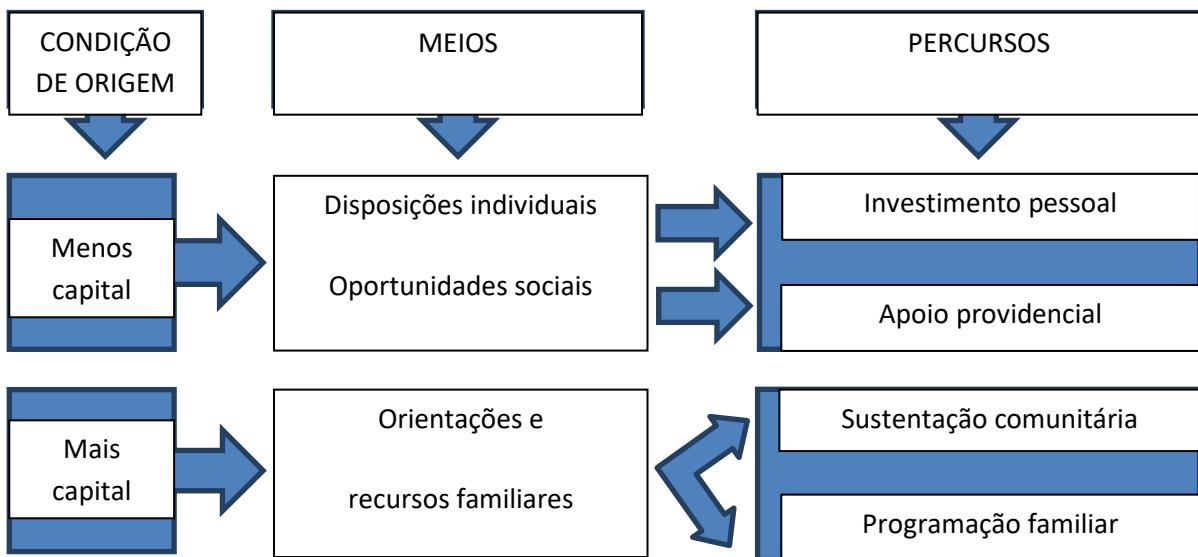
8. PERCURSOS DE MOBILIDADE ASCENDENTE: UMA TIPOLOGIA

8.1. ANÁLISE TIPOLÓGICA DOS PERCURSOS

Os jovens que contaram as suas histórias de vida para este estudo conseguiram superar as barreiras da sua origem social desfavorecida e atingiram um patamar social mais elevado, ascendendo ao *mainstream* social por meio das suas credenciais educacionais (Portes, 2008). Aqui, procurámos encontrar não as causas para essa ascensão, mas antes os meios que possibilitaram esses percursos de mobilidade ascendente. Acreditamos que, através deles, é possível chegar aos fatores endógenos e exógenos que possibilitam os percursos excepcionais.

Com a análise qualitativa das entrevistas recolhidas foi construída uma tipologia com dois tipos e quatro subtipos distintos de percurso.

Figura 5: Tipologia de percursos de mobilidade ascendente



Foi analisado o capital humano¹ de cada uma das famílias segundo a aceção de Portes (2008), todas de uma condição social não privilegiada ao tempo da idade não adulta dos entrevistados, ressaltando dessa análise algumas diferenças significativas.

Reparámos que, apesar de socialmente estas famílias pertencerem todas à mesma classe e terem as ocupações manuais e as habilitações ao nível do ensino primário como padrão, havia algumas um pouco mais escolarizadas ou com funções um pouco mais exigentes, nomeadamente as famílias que tiveram uma mobilidade ascendente em simultâneo com os filhos e no caso de alguns trabalhadores independentes que gerem o seu próprio negócio (cabeleireiro, stand de automóveis, etc.). Por isso, e tendo em conta o já especificado relativamente à análise do capital humano destas famílias, foram definidos dois tipos de percurso: os de origem familiar menos capitalizada e os de origem familiar mais capitalizada (em termos de capital humano).

Considerámos também que cada um desses tipos tem uma abordagem diferente no que diz respeito a aspirações escolares, estratégias familiares e acompanhamento ou intervenção no percurso dos seus filhos. Enquanto as famílias menos capitalizadas tendem a ter aspirações ao nível do ensino secundário, manifestam também falta de capacidade para dar um acompanhamento ao percurso dos filhos de forma presencial (devido a cargas horárias de trabalho muitas vezes mais pesadas, mas também por falta de habilitações para o fazer) e, por isso, tendem a não ter estratégias bem definidas para ajudar os seus filhos a superar os obstáculos e a conseguir ter sucesso; as famílias mais escolarizadas já têm aspirações ao nível do ensino universitário, fazem algum acompanhamento e aconselhamento dos seus filhos no que diz respeito às escolhas escolares (ainda que de forma também por vezes não sistemática) e desenvolvem estratégias específicas para alcançar os seus objetivos, nomeadamente dando orientação e mobilizando recursos nesse sentido.

¹ Na aceção de Portes (2008), ou seja, avaliação do capital escolar e do tipo de profissão exercida.

Quadro 9: Percursos de mobilidade ascendente

Percursos de mobilidade ascendente				
	Tipo 1 (Menos capital)		Tipo 2 (Mais capital)	
	Apoio Providencial	Investimento Pessoal	Sustentação Comunitária	Programação Familiar
Capital humano familiar	Menos capital humano	Menos capital humano	Mais capital humano	Mais capital humano
Aspirações familiares	Ao nível do 12º ano	Ao nível do 12º ano	Universitárias	Universitárias
Acompanhamento escolar	Sem ou Pouco acompanhamento	Sem ou Pouco acompanhamento	Acompanhamento e orientação	Acompanhamento e orientação nas escolhas
Estratégias Familiares	restrição do uso de crioulo restrição de sociabilidades	restrição do uso de crioulo restrição de sociabilidades	restrição do uso de crioulo restrição de sociabilidades recurso a explicações	restrição do uso de crioulo restrição de sociabilidades recurso a explicações mudança para casa em área de maioria branca mudança para escola mais prestigiada accionamento de redes de contactos mobilidade ascendente em simultâneo
Figuras relevantes no percurso	Pessoas exteriores ao núcleo familiar (namorados, amigos, padres)	Sem figuras relevantes	Núcleo familiar (Mãe, pai, irmãos mais velhos) e vizinhos/ amigos	Núcleo familiar alargado (mãe, pai, irmãos e família alargada)
Disposições individuais	Alteração no sistema de disposições	Presença de disposições excepcionais	Sem disposições excepcionais ou alterações significativas	Sem disposições excepcionais ou alterações significativas
Inserção socio-profissional	Credenciais Convite	Credenciais Convite	Credenciais Rede de contactos (individual)	Credenciais Rede de contactos (familiar)
Oportunidades Sociais	Ajuda externa	Sem ajuda externa	Sem ajuda externa	Sem ajuda externa

Assim, acreditamos que os percursos de tipo 1 (menos capitalizados) estão mais dependentes das disposições individuais dos entrevistados e das oportunidades sociais que lhes foram concedidas, ao passo que os percursos de tipo 2 (mais capitalizados) dependem mais das orientações familiares e dos recursos familiares (económicos e sociais) que lhes assistem.

Para cada tipo de percurso foram identificados dois subtipos, os quais especificam melhor os fatores envolvidos na construção do percurso e se prendem, sobretudo, com os meios utilizados para chegar ao sucesso.

O subtipo 1 (Menos capital) é composto pelos percursos de “Apoio Providencial” e “Investimento Pessoal” e o subtipo 2 (Mais capital) é composto pelos percursos “Sustentação Comunitária” e “Programação Familiar”. As diferenças entre os percursos de tipo 1 e tipo 2 envolvem, sobretudo, além da diferença de capital, o papel desempenhado pela família no percurso dos jovens, mas as diferenças entre os subtipos já oferecem uma compreensão mais refinada, centrando-se nos elementos-chave de cada percurso.

Naturalmente, estamos a falar do que foi possível observar no discurso dos entrevistados e no que se tornou saliente na análise qualitativa dos dados, mas não nos podemos esquecer de que outros fatores haverá que talvez estejam encobertos pelos não-ditos e por questões outras que poderiam ter sido exploradas e que foram propositadamente excluídas do escopo de análise, tais como a vida particular e amorosa dos entrevistados ou pormenores familiares mais íntimos, que pareceram invasivos para a abordagem analítica proposta.

Ressaltamos, também, que os fatores exógenos analisados (como o racismo institucional, o mercado de trabalho e as sociabilidades) mereciam uma abordagem mais aprofundada, que foi impossível neste estudo e que se pretende que seja considerada para outros. No entanto, foram captados os traços gerais que permitem, de forma segura, tirar ilações sobre o percurso específico destes jovens.

Os dados e o discurso dos vinte e cinco jovens entrevistados foram analisados qualitativamente de forma a revelarem diferenças e semelhanças entre os respetivos percursos. Estes dados levaram-nos aos quatro percursos que apresentamos, os quais, de uma forma geral, podem ser definidos do seguinte modo:

- **Percorso de “Apoio Providencial”:**

Este tipo de percurso acontece quando as bases familiares do indivíduo detêm um menor volume de capitais, os pais manifestam expectativas só ao nível do

ensino obrigatório e não acompanham ou acompanham muito pouco o desempenho escolar dos filhos, mas há uma figura relevante fora do seio familiar que impulsionou o percurso.

Neste tipo de percurso, a família tem um papel reduzido, uma vez que se vê incapacitada de alguma forma para o fazer (por extrema pobreza ou inexistência de capital escolar). As estratégias familiares, quando presentes, limitam-se à restrição do uso do crioulo e das sociabilidades (nos casos em que parece ser necessário).

Alguém exterior ao núcleo familiar tem um papel coadjuvante no percurso dos entrevistados. O percurso é, pois, acompanhado por essa figura exterior, a qual desempenha um papel preponderante. Pela intervenção de tal figura, o indivíduo é levado a fazer boas escolhas, que o levam a aproveitar o seu capital humano da melhor forma. Em virtude desse acompanhamento, são-lhe propostas oportunidades interessantes, que fazem a diferença. A inserção socioprofissional dá-se por via das credenciais educacionais obtidas ou, em alguns casos, por convite da figura que acompanhou o percurso ou de alguém que valorizou as capacidades individuais do indivíduo. O percurso não é intencional ou planeado, mas sim suscitado por uma possível alteração no sistema de disposições e por oportunidades vantajosas.

- **Percorso de “Investimento Pessoal”:**

Este tipo de percurso acontece quando nem as bases familiares do indivíduo (pouco capitalizadas) nem nenhuma figura em particular têm muita influência no seu percurso, mas ele faz escolhas de forma consciente em busca da realização de metas pessoais, adaptando-se aos contextos a que foi submetido e tirando o melhor proveito daquilo a que está exposto de forma focada e autodirecionada.

Embora as aspirações familiares sejam ao nível do ensino obrigatório, não haja muito acompanhamento do desempenho escolar e as estratégias familiares, quando presentes, se limitem à restrição do uso do crioulo ou das sociabilidades, existe um conjunto de disposições individuais excepcionais,

facilitadoras da mobilidade ascendente, que beneficiam a caminhada para o sucesso, uma vez que os entrevistados apresentam características similares (nomeadamente a determinação, a iniciativa, a curiosidade e vontade de aprenderem sempre mais para evoluírem enquanto sujeitos).

Neste tipo de percurso, mais autocentrado, o desenvolvimento e aproveitamento das aptidões pessoais surge como objetivo pessoal dos indivíduos. O foco não é, portanto, no percurso de mobilidade ascendente em si, mas numa realização pessoal por meio do uso apropriado das capacidades intelectuais e criativas. Por isso, neste tipo de percurso, a vontade de aprender e de aperfeiçoar capacidades leva a uma busca por fazer sempre mais e melhor, o que em termos ocupacionais se torna numa grande mais-valia, reconhecida pelos empregadores. Desde modo, a inserção socioprofissional dos jovens é feita por meio das suas credenciais educacionais, mas, também, muitas vezes, por convite dos próprios empregadores, que reconhecem o talento e as capacidades dos indivíduos em questão.

- **Percorso de “Sustentação Comunitária”:**

Este tipo de percurso acontece quando a família e a comunidade constituída pelos vizinhos e amigos têm um papel fundamental nas escolhas e na evolução do indivíduo, influenciando-o de maneira positiva e dando suporte para que ele seja bem sucedido. Estas famílias detêm um maior volume de capitais e aspirações mais elevadas (ao nível universitário), por isso exercem também um maior acompanhamento do desempenho escolar dos seus filhos (embora nem sempre de forma sistemática) e, quando possível, fazem uso do recurso a explicações como forma de aumentar as hipóteses de sucesso. Todo o processo é acompanhado e incentivado no sentido de um bom desempenho, sendo dada orientação em momentos específicos e disponibilizados recursos materiais para a concretização das metas propostas.

Neste tipo de percurso, em geral, os vizinhos têm um papel fundamental porque funcionam como autoridade parental quando os pais se encontram ausentes (usualmente por motivo de horas excessivas de trabalho). Assim, os

vizinhos não só fazem o controlo dos menores como aconselham, incentivam e orientam no sentido de um bom comportamento e um bom desempenho a nível socioeducativo.

A comunidade constituída no bairro residencial forma uma rede bem apetrechada de monotorização, que não só permite a vigilância contra padrões desviantes como um reforço da autoridade parental. Deste modo, os princípios morais e os valores familiares são mantidos e perpetuados de forma a conservar não só a hierarquia familiar como a disciplina dentro da rede comunitária. O percurso destes jovens é, por isso, marcado por um sentido muito forte de união, dando-se muito valor às relações interpessoais.

Assim, a inserção socioprofissional neste tipo de percurso é feita por meio das credenciais educacionais obtidas, mas também, em alguns casos, com recurso a redes de contactos estabelecidas pelos próprios indivíduos dentro e fora da rede comunitária.

- **Percorso de “Programação Familiar”:**

Este percurso é feito tendencialmente por jovens oriundos de meios familiares mais escolarizados, com mais capitais (sobretudo o económico e o cultural), com expetativas ao nível do ensino superior e aspirações de futuro mais elevadas. Estas famílias almejam a ascensão social e não pouparam esforços para maximizar as hipóteses de o conseguir, dando acompanhamento mais próximo e orientação nas escolhas escolares e profissionais.

Este tipo de percurso acontece quando há recurso a uma estratégia racional, intencional e específica por parte dos familiares no sentido da promoção social do indivíduo, do aumento das suas probabilidades de ascensão, como proposto por Ogbu (2003). Entre as estratégias aplicadas estão: a) restrição do uso de crioulo; b) controlo das sociabilidades; c) mudança de residência para local mais caro, menos segregado ou maioritariamente habitado por brancos; d) mudança e seleção cuidadosa de escolas; e) recurso a explicações ou financiamento de estudos; e, f) ativação de redes de contactos.

Todo o processo de mobilidade é feito de forma focada e bem delineada, com projetos de futuro bem estruturados e estabelecidos *a priori*. A inserção socioprofissional destes jovens dá-se, por isso, por meio das suas credenciais educacionais, mas também com recurso a redes de contacto familiares já estabelecidas. Neste tipo de percurso, alguns pais trilharam percursos de mobilidade ascendente em simultâneo com os filhos, gozando de uma nova condição social e socioprofissional quando os filhos já se encontravam na idade adulta.

Da análise tipológica realizada, surgiram ainda algumas pistas sobre a incidência de cada tipo de percurso e as diferenças de género no que diz respeito a percursos de mobilidade ascendente. Nove entrevistados trilharam percursos do tipo 1, sendo que quatro entrevistados trilharam o subtipo de percurso a que chamámos “Apoio Providencial” e cinco o de “Investimento Pessoal”. Do tipo 2, fazem parte os restantes dezasseis entrevistados, sendo que seis trilharam o percurso de “Sustentação Comunitária” e dez o de “Programação Familiar”.

Quadro 10: Número de entrevistados por tipo de percurso de mobilidade ascendente

MOBILIDADE ASCENDENTE			
TIPOLOGIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Apoio Providencial	3	1	4
Investimento Pessoal	2	3	5
Sustentação Comunitária	1	5	6
Programação Familiar	6	4	10
TOTAL	12	13	25

Estes dados não só comprovam que quanto mais desprovidas de capital são as famílias mais difícil se torna a ascensão social dos seus filhos como provam que o sucesso educacional e ocupacional é otimizado quando existe uma boa conjuntura familiar e estratégias específicas para esse efeito, nomeadamente uma seleção cuidada das escolas, o acionamento de redes de contacto, a restrição de sociabilidades, etc.

No que diz respeito ao género, as diferenças também são reveladoras, uma vez que, em conformidade com o já explicitado nas análises anteriores, sugerem que as práticas educativas diferem consoante o género. Enquanto as mulheres são educadas em bases mais conservadoras, com um forte vínculo à família, e, por isso, os seus percursos são maioritariamente marcados pela conjuntura familiar, os homens, educados de maneira mais “livre”, explorando mais o convívio no exterior do lar, chegam ao sucesso por meio, sobretudo, do uso de estratégias específicas para atingir o sucesso, ou então são “salvos” por intervenção de figuras providenciais coadjuvantes no seu percurso.

8.2. O percurso de “Apoio Providencial”

Este tipo difere dos outros três tipos sobretudo pela presença de uma figura relevante, que, fora do seio familiar, impulsiona o percurso. Os quatro casos que identificámos como pertencendo a tal percurso evidenciam este aspeto da providencialidade. À margem da sociedade e sem grandes perspetivas de futuro, a reprodução social era quase certa, mas, por intervenção destas figuras, a desvantagem foi invertida. No entanto, nada seria possível se algumas portas não se tivessem aberto para receber estes jovens, que, ao longo do seu caminho, foram mudando a forma de ver o mundo e adaptaram-se às circunstâncias. De entre as figuras relevantes encontradas no discurso dos entrevistados estão as que surgiram nos contextos do relacionamento amoroso, da amizade ou, ainda, as institucionais. Trata-se, concretamente, de a) companheiros e namorados; b) amigos e c) uma figura religiosa (um padre).

a) Companheiros e namorados:

Filho de um marinheiro e de uma empregada doméstica, CD veio para Portugal com um ano e meio de idade e, até à data da entrevista concedida para este estudo, ainda não detinha nacionalidade portuguesa. Revoltado com a situação, não conseguia reconhecer as suas próprias capacidades e achava que não tinha meios para voar mais alto do que a vida que observava no bairro onde morava, até conseguir ter algum êxito escolar.

...nós jovens aqui do bairro naquela altura, nós tínhamos a tendência de achar que por exemplo só os brancos é que tinham 5, tiravam 5, tiravam 4, nós tirávamos 2. Eu apercebi-me que era também capaz de tirar 5 a geografia, a história e sem muito esforço, acredita.

Com o pai a trabalhar fora (vinha a Portugal duas vezes por ano) e a mãe a governar sozinha a casa, não tinha nenhum acompanhamento escolar e ficava muitas

vezes ao cuidado de vizinhos. Apesar de a sua educação ter sido baseada no respeito pelos mais velhos, na responsabilidade e na autonomia, os seus pais não conseguiam acompanhá-lo no percurso escolar, e as aspirações familiares não eram altas. Não tinham dinheiro para financiar os estudos nem informação sobre universidades ou oportunidades de bolsa e, mesmo conseguindo ter boas notas, acabou por desistir de estudar depois de terminar o ensino obrigatório.

Depois de algumas passagens por trabalhos sobretudo manuais na construção civil e em fábricas, sentia-se algo perdido. Foi quando a sua namorada e atual mulher, que já frequentava a universidade, o incentivou a prosseguir os estudos. Na altura já tinha um filho e tinha de se preocupar com a família, mas o incentivo da mulher foi fundamental.

Eu só depois de trabalhar, de ver a vida, de conhecer... conheci muita coisa, decidi um dia, olha se calhar estava na altura de reiniciar aquilo que comecei e fui tirar o curso de gestão desportiva na altura à noite, porque tirei o curso à noite porque estava a trabalhar, já tinha casa, já tinha um filho, tinha que preocupar-me e a minha mulher por acaso apoiou-me nisso. Ela tem mais escolaridade do que eu e tem uma visão das coisas, ela achava que eu deveria.

Foi o único na sua família a tirar um curso universitário e hoje, enquanto treinador de basquetebol de uma equipa da primeira liga portuguesa, sonha fazer um mestrado em Sociologia do desporto e conhecer melhor o país que o viu nascer.

SBS ficou cedo órfã de pai, e a mãe sustentava a casa sozinha com o salário de empregada doméstica. Na sua família não tinha nenhum exemplo de sucesso académico, e as aspirações familiares apenas contemplavam o ensino obrigatório. Sem nenhum plano para o futuro, acabou por se envolver num namoro com alguém que a incentivou a continuar os estudos e a tentar ingressar numa faculdade.

Nunca tive o objectivo de ir para a faculdade... o estudo não é o meu forte. Não gosto muito de estudar. Continuo a não gostar. Tem que ser, mas, pronto, continuo a

não gostar. Sou mais... gosto mais das coisas práticas. Mas depois o... o amigo da altura, o namorado da altura é que me incentivou e “vai, vai, vai!!!”... e pronto! Lá comecei a fazer o curso porque senão também não tinha ido e fui escolher um que era o mais rápido possível! Na altura era o de turismo, que era de três anos e não tinha muita média.

Mesmo sem saber o que escolher, e optando pela via mais fácil de concluir, acabou por se interessar pelo turismo e por desenvolver todo o seu percurso profissional nessa área. Hoje, como técnica de turismo, já conheceu vários países e conseguiu uma condição social confortável para si e para a sua família.

b) Amigo:

Como já vimos anteriormente, LS estava estagnado a trabalhar num hipermercado depois de ter terminado o ensino obrigatório e não tinha perspetivas de futuro. Foi um colega de trabalho e amigo seu que, ao ganhar uma bolsa de estudos para fazer um curso universitário na área das Ciências Sociais, lhe chamou a atenção para a vida.

Ele era guineense, ganhou bolsa de estudos, saiu e disse... eh pá, nós estamos num país diferente, com uma cultura diferente e tu sabes que a população estrangeira está um bocadinho mais em desvantagem por isso nós temos que estudar, ser melhores ou apresentar melhores resultados para conseguirmos, a nível do mercado de trabalho, conseguir ter uma melhor colocação. Aquilo ficou-me na cabeça... isso foram palavras que me ajudaram muito. ... naquela altura tinha aquela ideia de ensino superior para quê... por isso é que especifiquei que o momento que foi importante para mim foi a amizade que eu tive com esse meu amigo... ele, ah pá tu nas conversas que tenho contigo vejo que tens ... ou seja, tinha uma cultura geral por assim dizer, tinha bases para fazer melhor, para poder avançar, mas eu estava naquele modo sedentário, naquele modo stand by, queria era trabalhar e acomodei-me um bocado, confesso.

Para além disso, o entrevistado acabou por fazer um curso também na área das Ciências Sociais e o seu amigo sempre esteve muito presente dando apoio, incentivando e ajudando na realização dos trabalhos universitários. Foi uma figura crucial para o sucesso académico e ocupacional do entrevistado, mostrando-se sempre disponível para ajudar e orientar.

c) Figura religiosa (padre):

Oriundo de uma família muito pobre de um bairro social degradado, JMF desde cedo foi obrigado a conviver com as adversidades da vida. Filho de pai operário fabril e mãe empregada doméstica, recebeu uma educação autoritária baseada na disciplina e no trabalho árduo. Sabia que só através do estudo poderia singrar na vida, mas as dificuldades de integração eram muitas e, apesar de não ter um mau desempenho escolar, chumbou um ano por ter estado numa turma em que a maioria dos alunos era repetente. A sua família, muito religiosa, frequentava assiduamente a igreja católica, e foi lá que conheceu a pessoa que seria a sua inspiração e exemplo de vida. Hoje, como padre, reconhece a importância de um outro padre na sua vida:

É engracado como são as coisas, o padre C, que foi quem semeou essa vocação em mim, foi padre aqui desta igreja em 1969 e agora estou cá eu... O padre C era um padre missionário mas sempre diocesano, que de vez em quando pedia mesmo ao Bispo que tinha necessidade disso, ir para fora, dar-se a conhecer às comunidades. Aqueles países, ele galgava aquilo tudo. Portanto, também foi uma pessoa muito interessada quando chegou este grande surto de migrações aqui a Portugal. Ele era um grande amigo da família e ia lá a casa muitas vezes.

... olha, foi ele que de algum modo me fez chegar onde estou. Olha, quando eu crescer quero ser como o padre C, é interessante como aquele padre me marcou de uma determinada maneira, pois ser padre é trabalho de formiga... ele era muito preocupado... foi um padre muito preocupado em arranjar um centro de convívio não só para nós africanos mas também para os timorenses... e não mediou esforços para o

conseguir porque acreditava que as tradições, as histórias, as culturas dos povos não deviam ficar tolhidas ou suprimidas, mas antes deviam ser valorizadas.

O padre C de que fala o entrevistado não só ajudou esta família em momentos cruciais (como quando a sua barraca desabou numa tempestade) como esteve sempre muito presente na vida do entrevistado e dos irmãos, aconselhando e incentivando uma boa postura através do seu próprio exemplo de humildade, generosidade, empenho e solidariedade.

Estas são algumas das histórias de vida que nos levaram a determinar a tipologia “Apóio Providencial”. Como se pode ver pelo discurso dos entrevistados e pela sua condição de vida, houve figuras que intervieram no respetivo percurso e que marcaram a diferença, incentivando, apoiando e auxiliando nas escolhas. Se essas figuras não existissem, provavelmente o percurso de vida destes entrevistados seria muito diferente, e o mais provável é que fosse de reprodução da condição social dos pais, uma vez que todos se encontravam sem grandes perspetivas de futuro, acomodados com a sua condição.

8.3. O percurso de ‘Investimento Pessoal’

Neste tipo de percurso é de salientar a resiliência dos entrevistados e a sua obstinação na luta para realizarem objetivos. Ao contrário do tipo de percurso de “Apoio Providencial”, aqui não existe nenhuma figura relevante e nem sequer a família tem uma proeminência significativa para a obtenção do sucesso. Os jovens entrevistados que trilharam este tipo de percurso definem-se sobretudo por uma predisposição para atingir metas pessoais, uma vez que se adaptam facilmente às situações e tendem a tirar o melhor partido de todas as oportunidades que lhes surgem.

Eles são determinados, curiosos, mostram vontade de aprender e têm muita iniciativa, o que faz com que, automaticamente, procurem saber sempre mais e ir mais além em vários aspetos da sua vida. O gosto pelo conhecimento não se prende somente com o meio académico, mas também com o foro pessoal (autoconhecimento e conhecimento das suas raízes). O percurso é feito de forma focada e autodirecionada.

Com este perfil encontrámos os cinco casos que passamos a apresentar:

VV teve um percurso extraordinário em vários aspetos. Filho de um vendedor e de uma doméstica, reprovou na 4^a classe por motivo de doença, mas teve sempre um percurso escolar exemplar. Apesar de considerar que a escola em geral não estava preparada para lidar com a diversidade, felizmente teve alguns bons professores que acreditaram no seu potencial e não o desencorajaram no seu gosto pelo estudo, alimentado desde criança. O desejo de sair do bairro motivou-o a ir mais além. Tentou fazer a sua formação na área de informática, mas descobriu que a sua verdadeira vocação eram as Artes. Com um gosto muito acentuado pela leitura, identifica-se sobretudo como um cidadão do mundo.

Nós habituamo-nos a navegar nestas águas de ninguém e começamos a criar a nossa identidade de navegadores e eu gosto disso. Não quero estar preso num rótulo. O rótulo cabo-verdiano traz uma série de estigmas, assim como o rótulo africano.... Eu

acho que tu deves ser aquilo que és, independentemente daquilo que os outros acham. Eu vou buscar as coisas que me interessam em cada mundo para construir a minha identidade a cada momento, a cada segundo, sem me importar muito. Não me interessa. Acho que é redutor eu dizer que sou só uma coisa.

A música acompanhou todo o seu percurso académico e profissional e foi a forma pela qual conseguiu perseguir os seus sonhos. Depois de concluir um curso de Letras numa universidade portuguesa decidiu fazer mestrado em Educação em Londres, no King's College, onde se graduou com mérito. Aí participou, com grande sucesso, em programas com financiamento estatal para a realização de projetos de ações comunitárias inovadoras a nível nacional e governamental.

Em Portugal, já conhecido no mundo artístico pelo grupo musical de que fazia parte e pelos seus projetos, fez televisão, deu aulas nas escolas dos bairros, participou em associações de imigrantes e desenvolveu trabalhos na área social voltados para as comunidades carenciadas, como aquela em que vivia depois de os pais se terem separado, tendo conseguido algumas notoriedade a nível internacional. Com várias formações feitas no estrangeiro (Alemanha, Suíça, Inglaterra, entre outros países) e depois de trabalhar com algumas das maiores empresas portuguesas, estabeleceu-se como consultor por conta própria e vive entre a música (agora como compositor) e os projetos de ação social.

Como já vimos, AT não conheceu o pai, e a mãe era analfabeta e tinha um problema de alcoolismo. Desde cedo, teve de aprender a fazer tudo sozinha e ganhou uma personalidade muito vincada. Tímida e reservada, sempre soube bem o que queria e nunca chumbou. Depois de um pequeno interregno em que trabalhou em empregos mal remunerados, percebeu que o que queria mesmo era ir para a universidade e continuar a estudar. Mesmo sem ter ninguém na família que tivesse completado a ensino secundário, sonhava com um futuro na área das Ciências.

Eu nunca tive influências de ninguém. Acho que nunca tive influências de ninguém. Isto porque também não... Pronto! Os meus irmãos nunca estudaram além do ensino secundário... têm o 9º, o 10º ano... Ahhh!!! Mas era uma coisa que eu sentia. Era uma coisa própria! Era de mim! Era de mim! Então, eu sempre gostei de estudar. Acho que sempre fui uma aluna... uma boa aluna. Tinha boas notas... eu sabia que ia voltar a estudar, não sabia era quando, não é?! Então há sempre alguma força interior que nos diz que não, não é agora, mas tens que continuar. Depois, vendo a situação em que estava e o ambiente em que eu estava, eu apercebi-me que realmente aquilo não era vida para mim, não é?! Então, eu sabia que eu podia dar mais e decidi ir para a faculdade, mas eu não tive assim nenhuma influência que justificasse a minha ida para a faculdade ou sei lá... Eu sabia que podia fazer mais, não é?! Mas não por influência de familiares ou de amigos... é claro que uma pessoa tem ambição e quer sempre mais...

Após concluir o curso, conseguiu emprego numa empresa como analista química e sonha realizar um mestrado e trabalhar como voluntária na área da saúde em África. Entretanto, dedica-se ao seu trabalho de corpo e alma e vai fazendo trabalho associativo com crianças filhas de imigrantes africanos, assim como algumas formações voltadas para a lusofonia.

MC teve valores rígidos e uma educação autoritária em casa, mas as más condições financeiras da família fizeram com que abandonasse os estudos cedo para trabalhar e contribuir com as despesas do lar. Mesmo quando ainda estudava, trabalhava nas férias para fazer face às despesas durante o ano letivo. O momento em que ambos os seus pais ficam desempregados marca a sua saída da escola, mesmo sendo um bom aluno. Apesar de ser o único entrevistado que não prosseguiu para o ensino universitário, construiu uma carreira sólida no mundo das artes e conseguiu realizar o sonho dos pais de concluir o ensino obrigatório. Após muitos problemas com a aquisição da nacionalidade portuguesa e várias passagens pelo mundo dos empregos mal remunerados,

nomeadamente na construção civil e na restauração, conseguiu o reconhecimento do seu talento como capoeirista e cantor.

É assim, eu nunca fui assim... nunca fui de ficar parado... sempre fui assim de aceitar desafios... é com a capoeira que eu me sustento, isso é algo importante, é fazer o que eu gosto e fazer... juntar o útil ao agradável. Aquilo que eu começo eu quero levar adiante, e eu quando entro em alguma coisa, eu entro de corpo e alma, caso contrário fico de fora. Se eu sinto que não vou ser capaz de seguir eu prefiro ficar fora... mas não sou de fazer planos... estruturo algumas situações e pelo meio até pode haver algumas mudanças, que eu sinto a necessidade de fazer essas mudanças... é como a capoeira, não planeei, a música não planeei, comecei, continuei até hoje, né?! Mas não sou, não, não sou de fazer planos, nem com pessoas, nem comigo próprio, eu deixo ir andando e vou controlando melhor assim a situação.

Com um modo de estar descontraído e bem disposto, procura aproveitar as oportunidades que lhe vão aparecendo, tirando sempre o melhor partido delas. Ciente das suas capacidades e em busca da concretização dos seus objetivos, nomeadamente na música e na capoeira, tem sido favorecido pela sorte, mas também se esforça bastante para que o seu talento natural seja reconhecido e apreciado. Trabalho, dedicação, disciplina e empenho são as suas palavras de ordem.

Na altura da entrevista, vivia de ensinar capoeira e estava prestes a lançar o seu primeiro disco como músico, tendo já feito a abertura para outros artistas de renome. O seu percurso foi marcado pela luta e perseverança na conquista de metas e objetivos.

PC é uma animadora sociocultural, filha de um pedreiro e de uma empregada doméstica. A vida familiar nunca foi economicamente folgada e as dificuldades fizeram-na pensar em desistir dos estudos mesmo antes de terminar o secundário. A doença da mãe afetou não só o orçamento familiar (que já não era muito), como perturbou física e emocionalmente toda a família. PC sentia que precisava ajudar em casa e, durante o 10º ano, teve de fazer algumas pausas no estudo para trabalhar. Mesmo

assim, reprovou uma só vez e prosseguiu os estudos optando pela área da animação sociocultural num curso técnico-profissional. Depois de uma experiência como voluntária no Brasil, da passagem por missões em Moçambique e de trabalho em várias instituições e centros sociais, decidiu que era tempo de investir mais na sua formação e fazer a faculdade em Estudos Africanos, ao mesmo tempo que trabalhava na Santa Casa da Misericórdia. Confessa que não foi fácil conciliar os turnos com os estudos, mas a sua paixão pela aprendizagem e pelo curso fizeram com que superasse todas as barreiras.

A minha sorte é que eu por estar tão apaixonada pelo curso, de gostar tanto do curso que eu estava a tirar que me sentia altamente envolvida. E foi muito fácil ao nível da matéria, da percepção, de entendimento, é muito fácil. Porque era tudo aquilo que eu queria também, perceber as minhas raízes, não só Cabo Verde, mas toda a África que está em mim e em todo o meu meio de socialização. Foi muito fácil. A paixão levou-me a que fosse muito fácil tirar o curso... sempre fui boa aluna. Sempre tive este gosto, que ainda tenho. Ainda sonho em poder estudar mais, mas estou sempre a estudar... gosto de aprender, gosto muito de aprender... por acaso tive sorte nesse sentido, gostar, querer fazer e conseguir realizá-los, concretizá-los [os planos]. Acho que sou uma pessoa que arrisco, tenho alguma coragem, gosto de arriscar. Acho que sou um bocado aventureira e atrevida nesse sentido. Gosto de arriscar, tenho imensa sede de vida, de viver.

Apesar de o seu percurso escolar ter sido marcado por alguns episódios menos positivos, o sonho não morreu dentro de si e, mesmo não se tendo tornado professora, como era o seu desejo em pequena, acabou por fazer um trabalho com jovens que passava muito pela educação, pela orientação, pela passagem de testemunho.

Depois de algumas divergências relativamente à coordenação e aplicação programática da instituição em que trabalhava, despediu-se e decidiu ir trabalhar para Inglaterra, onde permaneceu durante cerca de um ano. Lá aproveitou para aperfeiçoar o idioma e fazer algum dinheiro para investir nos seus projetos pessoais.

De volta a Portugal, procurava, no momento da entrevista, uma vaga como animadora social numa instituição que lhe oferecesse um ordenado compatível com a sua vasta experiência nessa área.

A única a tirar um curso universitário na sua família, MB sempre gostou de estudar e sempre sonhou ser professora. Filha de um cozinheiro que trabalhava nos navios na Holanda e de uma empregada doméstica, nunca reprovou e estudava afincadamente para alcançar os seus objetivos. Sempre quis ir para a Faculdade e não mediou esforços para o conseguir. Os pais ajudaram financeiramente, apesar de também não terem muitas posses. Ainda esteve um ano sem poder estudar por não ter recursos para o fazer, mas as dificuldades foram ultrapassadas e ingressou na Faculdade de Letras.

Foi um objectivo que eu tinha... lá está! ... era um objectivo que eu tinha em mente porque eu, pronto... eu na altura achava que para ter uma melhor vida teria que ir para a faculdade sem a menor dúvida, e se queria vencer na vida, tinha sem dúvida que estudar.

Depois de concluir a licenciatura em Estudos Africanos, como forma de aprofundar o conhecimento sobre as suas origens, estagiou e trabalhou na embaixada de Cabo Verde durante um ano. Depois conseguiu trabalho como administrativa numa empresa, até que se inscreveu no Ministério de Educação cabo-verdiano e surgiu a oportunidade de ir para Cabo Verde como professora, para leccionar português numa escola pública, onde esteve por seis anos. Em Cabo Verde, trabalhou ainda como correspondente de rádio por dois anos. Regressou depois a Portugal para fazer o mestrado em Jornalismo e desenvolver algum trabalho de investigação a nível académico. Na altura em que foi dada a entrevista à investigadora, encontrava-se a estagiar no gabinete de comunicação do Alto Comissariado para as Migrações.

Estas são as histórias que compõem o leque de percursos de “Investimento Pessoal”. Como foi possível verificar, a dinâmica e criatividade de VV, a determinação de AT e MB, o empenho e foco de MC e a paixão e iniciativa de PC fizeram a diferença nos seus percursos. Estas características foram essenciais para que perseguissem os seus sonhos e não se deixassem derrotar pelos obstáculos. Oriundos de meios carenciados, sabiam que precisavam de fazer algo para mudar a vida, e essa consciência foi a motivação para o seu sucesso.

8.4. O percurso de “sustentação comunitária”

Este percurso tem a particularidade de ser muito centrado no incentivo dado pelas pessoas da comunidade de que os entrevistados fazem parte, nomeadamente a família e os pares. Uma conjuntura familiar forte e o apoio dos amigos é crucial nestes percursos, todos eles desenvolvidos com base nessas ligações.

Embora não haja neste caso uma estratégia bem delineada para atingir o sucesso, existe uma forte motivação e um suporte essencial para o desenvolvimento pessoal e para a progressão rumo ao sucesso. São ainda dispensados alguns recursos no sentido de otimizar essa progressão, e é dada alguma orientação em momentos específicos. Os pais, os irmãos e os amigos ou vizinhos têm uma grande influência em trajetos desta natureza.

Foram encontrados seis casos que correspondem a este tipo de percurso, maioritariamente desenvolvido no feminino. Vejamos:

De origem santomense, SY sempre viveu com a mãe que trabalhava como ama de crianças, apesar de ter o 9º ano de escolaridade e de ter chegado a estudar enfermagem. Só conheceu o pai aos 12 anos de idade, e este emigrou e deixou de ter contacto com a família. Dos seus quatro irmãos, apenas uma irmã lhe seguiu as pegadas, estando, na altura da entrevista, a tirar uma licenciatura. A entrevistada também teve alguns percalços no seu percurso. Reprovou no 7º e no 9º ano, mas, graças à intervenção firme da mãe, SY entendeu que tinha de estudar, e com dedicação, para poder ir para a faculdade e conseguir ser alguém na vida.

Acho que foi aí que fez o click, para pensarmos no que queremos e começarmos a ter objectivos. A minha mãe foi sempre muito liberal, mas sempre me explicou as coisas e isso fez-nos pensar sempre muito naquilo que queríamos e como lhe podíamos chegar. Ela foi um ponto essencial nesse sentido.

A influência do lugar onde cresceu e da vizinhança no seu dia-a-dia também se fez notar:

...[era] um sítio liberto, um, sitio livre, de alegria, onde sempre houve muita vizinhança. Onde saía para dormir na casa da vizinha da frente. Onde sempre tivemos as portas abertas, onde estivemos sempre à vontade porque tínhamos sempre alguém que olhasse por nós, mesmo não sendo uma pessoa que estivesse lá em casa.

Após três anos a tentar obter a nacionalidade portuguesa sem sucesso, o que lhe tirou a oportunidade de conseguir entrar para a faculdade com bolsa de estudos, acabou por conseguir a documentação, mas só porque era necessária para poder representar Portugal na Palestina com a companhia de dança de que fazia parte. As frequentes idas ao SEF marcaram toda a sua infância e adolescência, facto que recorda com mágoa.

No entanto, o incentivo sempre presente da mãe fez com que não desistisse dos seus objetivos e procurasse alcançá-los. Professora do ensino básico, estava, no momento da entrevista, dedicada a atividades extracurriculares e à coordenação de um centro de atividades de tempos livres. Sonha fazer um mestrado e visitar São Tomé.

AR sempre sonhou ser professora e sempre trabalhou na área social. Filha de um serralheiro e de uma empregada doméstica, cresceu num ambiente familiar saudável, com uma família unida. Os pais, apesar das dificuldades, sempre se sacrificaram para dar estudos aos filhos. A mãe foi a grande figura impulsionadora e motivadora do seu percurso escolar, mostrando a ela e às suas irmãs que o futuro dependia da educação.

A minha mãe por acaso incentivou-nos bastante, mesmo com as dificuldades dela. Os meus pais não recebiam tão bem e sempre fizeram um esforço para estudarmos, para dar-nos aquilo que nós necessitávamos. E a nível de escola ela [a mãe] sempre nos apoiou no sentido em que “vocês têm de estudar, têm de ter melhores habilidades que eu”. A única que não estudou foi a [X], a mais velha, porque ela começou a trabalhar e fez o curso de cabeleireiro e começou a trabalhar desde essa altura... E sempre fomos incentivadas mais pela minha mãe que estava sempre a puxar “estuda, estuda, para um dia mais tarde não terem de trabalhar nos jardins...”, ela incentivou-nos bastante.

Quando os pais não estavam em casa, eram os vizinhos que assumiam o papel de cuidadores responsáveis:

[....] os nossos pais tinham que sair cedo, nós ficávamos praticamente sozinhos. [...] Depois tenho a vizinha que dá um olhinho por mim. [...] Nós quando éramos pequeninas... as relações que nós temos de vizinhança... quando éramos pequeninas tínhamos sempre alguém a olhar por nós enquanto os nossos pais iam trabalhar. Tínhamos sempre um vizinho independentemente de ser familiar ou não, apoiavam.

Tendo feito um curso técnico-profissional de equivalência ao 12º ano na área da administração, comércio e técnica de contabilidade na Casa Pia, acabou por conseguir bolsa para uma universidade privada, onde concluiu o curso sem nenhuma reprovação.

Com uma licenciatura em ensino do 1º ciclo e uma pós-graduação em ensino especial, começou por dar aulas na escola do bairro onde vivia como professora de substituição, mas, após vários anos, e cansada da instabilidade em que vivia, inscreveu-se para dar aulas em Cabo Verde, onde esteve durante um ano a ensinar voluntariamente num colégio português.

Terminado esse ano, voltou a Portugal para o seu antigo lugar, onde permanece. Trabalha como professora de atividades extracurriculares para formar leitores e como agente de educação familiar numa associação, mas ainda sonha com alguma mudança.

CR cresceu no seio de uma família intacta, bem estruturada. Filha de um serralheiro e de uma empregada doméstica, é a mais nova de quatro irmãs. Por isso, sempre contou com o apoio dos pais e das irmãs mais velhas.

[Os pais] deixaram-nos à vontade para a gente abrir os horizontes, sempre nos incentivaram para a escola, embora não sabendo sempre nos incentivaram e ir para a faculdade, financeiramente, mesmo não sabendo o que estávamos a fazer, sempre nos apoiavam, e isso é importante. Acho que nos deram e transmitiram boas bases, senão

nenhuma de nós tinha continuado na escola... e a minha mãe sempre disse para estudar muito que é importante.

Sem nunca ter reprovado, boa parte do seu percurso escolar deve-se à ajuda das irmãs mais velhas, que também frequentaram o ensino superior e lhe explicavam as matérias e orientavam nas escolhas. Embora tenha enveredado por uma área diferente, mais condizente com a sua personalidade irreverente, o apoio, incentivo e influência das irmãs foi notório.

Acho que isso é o facto de teres irmãs mais velhas que tu vês a estudar e começas a querer copiar e a formar ali a tua inteligência... Ser mais nova às vezes é melhor porque aprendes com os mais velhos, e eu aprendi muita coisa com as minhas irmãs, verdade seja dita. Eu lembro-me de em pequenina, a minha irmã, eu lembro-me de a gente se sentar e ela fazer-me perguntas e tal, quantas bolas tem aqui dentro, contar, fazer aqueles exercícios. Lembro-me de ela fazer essas coisas, lembro-me de não ter problemas nenhuns na escola. Chegar, fazer... boa aluna. Tinha sempre boas notas, mesmo na faculdade.

Também os colegas de escola tiveram alguma influência, na medida em que sempre esteve em turmas em que havia uma competição saudável, que servia de incentivo: *ninguém vai ficar para trás, vamos todos avançar.... Então agora vou desistir e os outros vão para a frente, não! Não era competição, mas um incentivo, então sempre seguimos... se eu não tivesse calhado na turma que eu calhei, se calhar... nunca tinha seguido o caminho que eu segui... a turma era tão fixe e sempre falavam em ir para a faculdade. [...] Havia uma colega minha que a gente era muito amigas. Então nós antes de irmos inscrever para a faculdade sentávamos e íamos ver para que o nosso curso serve e o que é que a gente gosta. Então quando me inscrevi não fui à toa...*

Depois de terminar a licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, continuou no emprego que tinha conseguido no último ano do curso, mas no departamento de Comunicação. Apesar de ter um emprego estável e de ter hipóteses de progressão na carreira, sente-se um pouco estagnada e tem vontade de arriscar outros voos. Com um enorme desejo de liberdade e uma enorme curiosidade, adora viajar e investe bastante do seu tempo livre nisso, pensando ainda em vir a mudar de emprego.

Como já vimos anteriormente, AG, coordenadora do programa Escolhas², filha de um cozinheiro e de uma empregada doméstica, cresceu numa família desestruturada. Os pais separaram-se e não manteve uma relação próxima com o pai, que esteve preso alguns anos. No entanto, a sua relação com a mãe, a avó e a irmã definem muito da sua forma de ser e se relacionar. Pilares de todo o seu percurso, estas três figuras femininas deram apoio, incentivo e sentido à sua vida.

.... Eu sou apaixonada pela minha irmã mais velha... foi ela que me acompanhou, foi ela que me fez ver sem falar que estudar era a melhor opção, que há certas coisas que não se fazem, que há certas coisas que não se dizem... Sabe estar, sabe falar, pá, ela é um modelo para mim, completamente. A minha mãe, claro! A minha mãe, a minha avó... a minha avó mas é outro tipo de modelo, percebes?! São pessoas de outra geração, com outra forma de ver o mundo...

A irmã mais velha, sobretudo, não só serviu de exemplo como esteve sempre presente nas escolhas da entrevistada, tendo por isso um papel crucial no seu desenvolvimento pessoal, escolar e profissional.

Mas também os vizinhos e amigos estiveram sempre presentes nesse percurso: [...] *eu criei ali amizades e tenho pessoas ali com a qual posso contar como se fossem familiares. Por isso, mesmo pessoas fora... de amigas que são muito próximas, que são irmãs, não é?! Ahh, há pessoas dentro do bairro, da comunidade que eu posso confiar para certas e determinadas coisas e sei que posso recorrer a qualquer altura.*

² Programa governamental a nível nacional criado em 2001 que procura promover a integração e inclusão de crianças e jovens de contextos desfavorecidos de modo a que possam ter igualdade de oportunidades.

AM cresceu numa família bem estruturada e os pais sempre desejaram que frequentasse a faculdade. Filha de um jardineiro e de uma empregada doméstica, apesar de o capital económico da família não ser muito, fizeram-se esforços no sentido de uma melhoria das condições familiares através das credenciais educacionais dos oito filhos.

O objectivo dos meus pais foi sempre que nós estudássemos, que tivéssemos uma profissão, que estivéssemos bem na vida. Eles podiam fazer os sacrifícios todos, mas nós tínhamos que dar o nosso melhor. Foi por isso que eu acho que nunca desisti e acho que nunca tive aquela necessidade de desistir.

Os irmãos, apesar de nem todos terem ido para a universidade, completaram todos o ensino obrigatório. Depois de acabar o secundário, a entrevistada ainda esteve três anos sem estudar, mas trabalhava como auxiliar de geriatria num lar de idosos e estudava à noite para acompanhar a matéria e poder fazer as provas de ingresso na universidade.

Terminado o curso de Animação Sociocultural, começou a trabalhar nessa área e aí se manteve, estando já à data da entrevista com 11 anos de casa na instituição onde trabalhava. No entanto, sabia que não tinha margem de progressão na carreira no local de trabalho e sentia-se um pouco desmotivada. Por isso, estava a fazer workshops e a participar em seminários para se atualizar.

Tímida, nunca gostou muito de arriscar e não se via a trabalhar no estrangeiro. Depois de uma história de vida complicada a nível amoroso, o seu maior sonho é “ser feliz”.

DR, o único homem a integrar o leque que corresponde a este tipo de percurso, levou algum tempo a descobrir o seu caminho porque não sabia bem o que queria. Filho mais velho de um cozinheiro numa empresa marítima na Holanda e de uma empregada doméstica, contou sempre com o apoio dos pais nas suas escolhas escolares. O facto de o pai o ter ensinado a contar em inglês mesmo antes de aprender português suscitou o seu interesse por línguas, acabando por optar, mais tarde, pela área das Humanidades.

Também teve acesso a explicações pagas pelos pais como forma de salvaguardar um bom desempenho escolar, uma vez que era bom aluno.

Tive sempre uma linha de orientação... até aos dezoito, até aos dezoito não, até mais, aos vinte anos, pelos meus pais que era “tens que acabar a escola e dê por onde der tens que acabar a escola”... tive isso sempre como objectivo desde os meus dez, onze anos, portanto, sabia que tinha que ter esses objectivos cumpridos...

[...] mas posso dizer que identifico-me muito... no convívio entre família, portanto, foi um dos valores que, com que eu cresci e... e se calhar por isso é que eu sou tão apegado à família e se calhar por isso é que também dou muito valor aos amigos mais próximos. É o valor de família, o convívio, um pouco se calhar a responsabilidade com que temos que ter perante a vida.

Mantendo-se sempre fiel aos valores familiares que lhe foram incutidos, procurou sempre ir mais longe. Por isso mesmo, começou a trabalhar logo após sair do secundário, investindo ao mesmo tempo num curso profissional que dava equivalência ao bacharelato. Após estágios em algumas empresas na sua área, acabou por se interessar pelo curso de Relações Internacionais por ter alguns colegas que lhe mostraram as disciplinas e as saídas profissionais que tinha. O irmão mais novo terminou o curso superior primeiro e também foi uma inspiração.

Estável no emprego como gestor de projetos de uma multinacional francesa, acredita que teve sorte em ter trabalhado em empresas que davam valor ao seu desempenho e sonha ser dono de um pequeno negócio por se considerar uma pessoa muito social e ter gosto no contacto com os outros.

Estas são as histórias de vida que nos fizeram definir o percurso de “Sustentação Comunitária”. Como se pode ver pelo discurso dos entrevistados, a família e os amigos, neste caso em particular originados através das relações estabelecidas na vizinhança, são os pilares que sustentam tais percursos. A união entre moradores permite a criação de laços de amizade que se mantêm ao longo dos anos e que servem de recurso também em ocasiões de necessidade. Estas dimensões têm tanto peso na vida dos entrevistados que

seria praticamente impossível imaginar que tivessem o mesmo tipo de percurso se elas não existissem. As ligações estabelecidas com os familiares e, em alguns casos, com os amigos são tão fortes e tão bem estruturadas que impelem os entrevistados num sentido objetivo de vida. Por isso, o seu percurso é delineado por essas relação e sustentado por elas.

8.5. O percurso de “Programação familiar”

Este é sem dúvida o percurso que mais possibilitou a ascensão social dos entrevistados (dez dos vinte e cinco), também porque é o único que está realmente centrado no objetivo da ascensão social. Ainda que em alguns casos não seja de maneira explícita, os entrevistados que compõem este grupo têm em comum o facto de as suas famílias terem acionado estratégias específicas muito similares com o intuito de promover um bom desempenho escolar e, consequente, de aumentar as hipóteses de sucesso ocupacional no futuro.

Como proposto por Ogbu (2003), neste tipo de percurso existe de facto uma estratégia racional, intencional e direcionada por parte dos familiares. Entre as estratégias aplicadas, estão, por exemplo, a mudança de residência para um local mais caro, menos segregado ou maioritariamente habitado por brancos, o controlo das sociabilidades e a restrição do uso do crioulo, uma seleção cuidadosa das escolas a frequentar, o recurso a explicações ou a financiamento dos estudos e o recurso a redes de contactos bem nutridas.

Estas estratégias não só otimizam as chances de promoção social dos indivíduos como estão na base de um projeto familiar de ascensão, muitas vezes em simultâneo com os filhos. Por isso, tendencialmente este tipo de estratégia é aplicado no seio de famílias um pouco mais escolarizadas, com mais capital económico e social, e com aspirações mais elevadas do que as anteriores.

De entre os percursos de “Programação Familiar” podemos ainda distinguir dois tipos: a) os de mobilidade ascendente básica ou mobilidade intergeracional; e b) os de mobilidade ascendente simultânea (em que os pais ascendem praticamente em simultâneo com os filhos).

Vejamos alguns casos que ilustram este tipo de percurso.

a) Mobilidade ascendente básica:

Mãe de família com cinco filhos, CC é dedicada ao seu trabalho como advogada numa firma. Os pais têm ambos trabalhos servis, mas o pai completou o antigo 5º ano (correspondente ao 9º ano atual) e trabalhou num hotel na Suíça. Dos seus quatro irmãos, nem todos frequentaram o ensino superior, mas a irmã mais velha é doutorada e outra irmã é licenciada.

A mãe foi a grande impulsionadora do seu gosto pelos estudos e, mesmo após a mudança de casa para uma zona de maioria branca, fazia questão de controlar as sociabilidades dos filhos como forma de os proteger e de se certificar da sua educação.

... a minha mãe... lá está, à boa maneira cabo-verdiana e porque também estava no meio de brancos, lá está, aquilo que ela dizia era: “Vocês, o vosso mundo é este quintal! Toda a gente pode vir aqui, vocês não vão a casa de ninguém! Não vão incomodar ninguém porque eu não quero que hoje ou amanhã venham dizer que os teus filhos foram, fizeram, não sei o quê, não sei o quê!.... Nós começámos a ir para os outros quintais bastante mais tarde, já bastante crescidos. Íamos para a casa desta ou daquela vizinha em particular porque tinha miúdos da nossa idade e porque a minha mãe tinha mais confiança com elas e porque deixava e porque gostava e porque não sei o quê... a minha mãe também para nos proteger um bocado não queria que nós fôssemos porque não queria eventualmente, pode ser que na cabeça dela não queria que nós fôssemos discriminados.

CC fez o seu percurso escolar sem reprovações, tendo mesmo terminado o ensino secundário com média de dezanove valores. Considera que o facto de ter sido uma ótima aluna sempre lhe facilitou o relacionamento com colegas e professores. Apesar do seu amor pela Filosofia, curso no qual entrou inicialmente, acabou por mudar para Direito por falta de perspetivas de futuro na área. A trabalhar desde os 12 anos de idade, sentia a urgência em fazer face às despesas familiares e pessoais, o que ditou a mudança de curso.

... eu cresci numa família em que nunca faltou nada, mas nunca sobrou nada e não fazia sentido nenhum para mim a perspectiva de estar até aos 30 anos desempregada...

Isso para nós não era... nunca seria possível porque nós trabalhámos todos desde cedo nas férias escolares e por aí fora, e tínhamos a plena noção de que não poderíamos viver encostados aos nossos pais e que obviamente teríamos que trabalhar e ganhar a vida.

Ainda chegou a planejar trabalhar em Cabo Verde, mas depois de uma tentativa frustrada em que sentiu que não era bem-vinda no país, desistiu da ideia. Vive em função da família, mas sonha estudar mais, progredir na carreira e trabalhar na área da propriedade intelectual.

Tendo vivido toda a sua vida num bairro pobre, IC sonhava mudar de vida e sabia que isso só seria possível através da educação. Filha de um servente de pedreiro e de uma empregada doméstica, as suas chances de ascender estavam bastante limitadas, mas surpreendentemente a sua família conseguiu reunir as condições necessárias para que isso acontecesse. Ela e os três irmãos concluíram todos cursos universitários.

A construção do seu percurso partiu, no entanto, da ideia muito presente, incutida pelo avô materno, de que a única forma de quebrar a barreira da pobreza era pela educação. Com todas as dificuldades que teve, a mãe não conseguiu realizar esse sonho, mas transmitiu-o ao filhos.

... Eu sou a segunda de quatro irmãos... e todos nós tínhamos o objectivo de fazer o ensino superior porque era uma coisa muito incutida na minha mãe, nos meus pais.... Eu recebi esse suporte todo da minha mãe. A minha mãe tinha uma ideia muito clara daquilo que ela queria para nós, para os filhos. Ela não queria que nós passássemos as mesmas dificuldades que ela teve e então... ela apoiou-nos muito e tinha sempre referências altas para nós, objectivos estabelecidos e claros para nós... Houve uma altura em que a minha mãe até me pagou explicações de inglês e de matemática.

Para que os filhos atingissem os objetivos propostos, a mãe não olhou a meios, tanto que trabalhava muitas horas, mas tentava acompanhar os filhos, tendo chegado até a interferir na mudança de escola da filha e conseguido que ela fosse para uma boa escola, onde só entravam bons alunos.

Quando o pai faleceu, estava a terminar o ensino secundário e, nessa altura, se não fosse o apoio da mãe, não teria conseguido terminar o ano. A partir desse momento, a condição económica da família agravou-se e o dinheiro era contado, pelo que a entrevistada só conseguiu ingressar no ensino superior por ter conseguido bolsa de estudos por mérito próprio.

Eu não podia deixar cadeiras para trás porque a minha mãe tinha as coisas muito bem planeadas. Quando eu entrasse... quando eu saísse da faculdade, os meus dois irmãos estariam a entrar, portanto se eu ficasse para trás ia de alguma forma prejudicar os estudos deles e os recursos que ela tinha.

Assim, a entrevistada nunca reprovou e nunca deixou nenhuma cadeira atrasada. Se o fizesse, corria o risco de perder a bolsa de estudos e de comprometer o futuro dos irmãos. Formou-se assim em Bioquímica e seguiu diretamente para doutoramento, tendo feito dois anos de investigação científica pelo meio. A terminar o doutoramento e já inserida num laboratório de investigação, desenvolveu muito trabalho na área da biologia molecular e pretende passar uma temporada a fazer investigação numa universidade estrangeira.

Filho de um pedreiro e da dona de um cabeleireiro com o 7º ano de escolaridade, JG deve à mãe a sua ida para a faculdade. Foi ela quem sempre o incentivou a prosseguir os estudos e orientou as suas escolhas. Todo o seu percurso foi marcado pela intervenção da figura materna.

...A minha mãe disse que não queria ensinar [crioulo] porque na altura já se ouvia falar que um dos grandes défices escolares de filhos de imigrantes era que não sabiam falar correctamente, então ela optou por não ensinar.

...sempre lidei mais com portugueses mesmo porque onde eu cresci... num raio de alguns quilómetros eu durante um bom tempo não tinha ninguém, não tinha nenhum cabo-verdiano.

... esse objectivo [a ida para a universidade] foi mais da minha mãe do que meu... esse desejo sempre foi mais da minha mãe do que propriamente meu.

... a minha mãe também estava lá a ver os contactos, se conhecesse alguém que me pudesse colocar em algum lado e fui parar à empresa onde eu estou agora. Porque como a minha empresa faz muitos trabalhos para a embaixada, há umas pessoas que trabalham na embaixada que são clientes da minha mãe, encaminharam-me para onde eu estou e pronto, fui para lá...

A trabalhar como designer gráfico depois de um percurso quase linear (salvo uma reprovação no 7º ano), dedica-se à sua paixão pela fotografia e sonha em viver dos seus projetos na área de design e em viajar o mundo.

CM é o mais novo de oito irmãos e por isso contou com apoio não só dos pais mas também dos irmãos mais velhos. Filho de um jardineiro e de uma empregada doméstica que vieram para Portugal para fugir à guerra em Angola, acabou por interiorizar a necessidade de estudar e ser alguém na vida por ver a condição da família.

...nós somos oito filhos e a minha mãe nunca... a minha mãe... o meu pai era jardineiro, ele fazia... ganhava ordenado mínimo e de vez em quando fazia uns biscuits e criar oito filhos não era simples. Eu comecei a trabalhar primeiro nas obras, depois num restaurante a partir dos 15 anos. Sabia que se quisesse ser alguma coisa tinha que trabalhar para isso. E a minha mãe sempre disse que “como nós não somos ricos, não temos uma herança para vos deixar, a única coisa que vos podemos deixar é os

estudos". Então foi ela sempre que disse para estudarmos e mesmo quando eu era miúdo e estava toda a gente a brincar lá fora, ela obrigava-me a fazer as minhas cópias, a fazer os trabalhos de casa, fazer composições e isso... e ela foi despertando o meu gosto pelo estudo e foi ela que me influenciou bastante.

... a minha mãe sempre foi muito protectora quanto às más influências...

...uma opção da minha mãe que foi não nos ensinar o crioulo, só aprendemos o português porque ela disse e se calhar com alguma razão que isso ia-nos facilitar muito na escola... às vezes gostaria que a minha mãe me tivesse ensinado a falar crioulo, mas foi uma opção e percebo essa opção e acredito que ajudou muito, mas como sempre tive maioritariamente colegas de origem portuguesa e era com quem eu passava a maior parte do tempo, sempre criei mais raízes portuguesas do que cabo-verdianas.

Como se pode ver pelo discurso do entrevistado, a mãe teve um papel fundamental no seu percurso. Não só não ensinou o crioulo como forma de minimizar as hipóteses de insucesso escolar, como restringiu as sociabilidades e acompanhou e incentivou os estudos dos filhos, orientando-os no sentido da valorização do sucesso escolar para um futuro mais risonho.

O entrevistado passou também toda a sua vida num meio de maioria branca, sem grande contacto com as origens cabo-verdianas, o que levou a que a sua identificação com o estilo de vida e cultura dos portuguesas seja muito natural.

Doutorado em Química orgânica e a trabalhar como bolseiro de investigação nessa área, sonha aumentar a família e vir a trabalhar numa empresa farmacêutica depois de uma temporada no estrangeiro.

Com dois mestrados na área de enfermagem, SB trabalha num hospital público e é filha de dois administrativos. O contacto que teve com o pai foi pouco porque ele faleceu quando a entrevistada tinha poucos anos de vida. A mãe chegou a Portugal sem ter completado o ensino primário para acompanhar o marido e acabou por concluir o ensino secundário em Portugal. Trabalha como administrativa num hospital. Dos seus

cinco irmãos, um veio a falecer, mas todos chegaram ao ensino superior e apenas um não concluiu o curso onde ingressou.

A minha mãe sempre incentivou os estudos, sempre incentivou a educação, proporcionou a oportunidade sozinha (que a minha mãe ficou viúva, portanto, muito cedo, né?!)... ela sempre incentivou a escolaridade em todos nós, o hábito de leitura, todos nós tivemos oportunidade de entrar na faculdade... ela sempre proporcionou isso sem pôr qualquer opção. Tinha que ser pública. Não, pública ou privada ela fazia os esforços que fossem necessários para sustentar... e sempre valorizou a importância de termos formação académica.

A mãe incentivou, acompanhou e orientou os filhos desde cedo para o objetivo da formação académica. Para isso, não permitiu que os filhos aprendessem crioulo e procurava fazer todos os esforços para que atingissem os objetivos.

...nunca falei cabo-verdiano, até muito recentemente, porque a minha mãe, lá está, sempre fez questão que em casa se falasse português. A minha mãe nunca falou cabo-verdiano connosco, nunca.

A entrevistada não só não aprendeu a falar crioulo (embora atualmente perceba e já consiga falar um pouco) como adquiriu um estilo de vida e gostos culturais tipicamente portugueses por ter nascido e vivido no Ribatejo e ter tido pouco contacto com a cultura africana. Gosta de rock, tauromaquia, bairaricos e toda a sua rede de sociabilidades é branca. Não se vê a morar em Cabo Verde e sente-se portuguesa.

NG é filho de um carpinteiro e de uma agente educativa com o 9º ano de escolaridade. Mestre em Gestão pelo ISCTE-IUL, trabalha na área do seu curso e teve ofertas de algumas empresas importantes no meio. O seu percurso foi impulsionado sobretudo pela mãe e pela influência de um tio que estudou Medicina e ocupa um cargo político de importância em São Tomé.

... tenho um tio meu que actualmente está em São Tomé, mas ele sempre foi bom os estudos, começou inicialmente por ir para Itália tirar medicina, mas depois parou e voltou para São Tomé porque o amor dele é a política e agora é... está envolvido na política. E numa das conversas com ele “Ah, tens que ir para Gestão! Gestão, Gestão, gestão...” Depois fez-me a cabeça e eu fui para Gestão.

As conversas com o tio fizeram-no, com efeito, optar pela área de Gestão, mas o ingresso no mestrado já foi mais por influência da mãe. *A minha mãe dizia que achava que era importante eu fazer o mestrado...* A mãe interveio sempre no seu percurso, acompanhando, incentivando e orientando, tendo chegado a pagar explicações para que o filho pudesse melhorar a média para a entrada na faculdade.

NG fez um percurso quase sem sobressaltos (só reprovou no 5º ano). Apesar de se queixar de alguma discriminação na escola por parte de professores, sempre foi bom aluno. No momento da entrevista, encontrava-se numa situação estável no trabalho e com alguma margem de progressão. O seu sonho era conhecer a terra dos pais (Cabo Verde e São Tomé) e poder aprofundar o seu conhecimento sobre África em geral.

b) Mobilidade ascendente simultânea:

ATC vive dividida entre duas funções: a de investigadora e a de apresentadora de TV. De origem santomense, veio para Portugal com um ano de idade, na companhia dos pais e dos três irmãos mais velhos. Quando era pequena, os pais tinham poucas posses. O pai trabalhava nas obras e a mãe no campo. Graças ao irmão que singrou com negócios de sucesso em Angola, toda a família pôde mudar de condição e o pai passou a ser dono de uma farmácia e a mãe gestora de uma loja do filho. Também uma irmã ficou encarregada de gerir uma oficina do irmão como sócia. A ascensão foi familiar.

A infância da entrevistada foi passada numa aldeia de Torres Vedras onde a inexistência de comunidade africana lhe trouxe alguma dificuldade ao nível da

adaptação, mas sempre foi uma boa aluna, tendo reprovado uma única vez no 10º ano. Nessa ocasião, os pais chamaram-lhe a atenção.

... graças aos pais que tenho, eles disseram: “Ok, não queres estudar, tudo bem! Mas já sabes, se não estudas, se não te... (era a tal coisa), se não tiveres um curso, se não fores mais além, já sabes os trabalhos que te esperam! Portanto, ou vais para empregada de limpeza ou vais trabalhar no campo... tu sabes! Se não quiseres estudar, não estudas! Se quiseres estudar, nós apoiamos!”... E então foi isso que me fez... e porque também sempre nos incentivaram nas férias a ganhar o nosso dinheiro... então nós percebemos: “Ok, se calhar é melhor estudar e ter um curso do que nos sujeitarmos a estes trabalhos!”

Os irmãos também frequentaram todos o ensino superior e apenas um não concluiu o curso, optando por uma carreira militar. Com o exemplo dos irmãos e uma boa orientação dos pais, a entrevistada estava a concluir o mestrado em Linguística e sonhava elaborar um dicionário dos crioulos de São Tomé e Príncipe.

Os pais de PP vieram para Portugal, como tantos outros imigrantes cabo-verdianos, em busca de melhores condições de vida. Em Portugal, instalaram-se inicialmente num bairro pobre, mas quando o entrevistado tinha cerca de 12 anos, mudaram de casa e foram para uma zona melhor, de maioria branca.

Os meus pais não quiseram que nós ficássemos naquele bairro. Esse foi um dos grandes sacrifícios dos meus pais...

A melhor coisa que nos aconteceu, a mim e aos meus irmãos foi ir viver para [X], onde encontrámos aquele grupo de jovens que queriam entrar para a faculdade já desde pequeninos, aquilo acaba por entrar em ti.

Quando PP estava no 9º ano, o pai entrou para a universidade e depois seguiu-se-lhe a mãe, que entrou quando PP estava no 12º ano. Depois de muita luta a trabalhar, cuidar dos filhos e estudar, concluirão a licenciatura pouco tempo antes do filho. O pai

licenciou-se em Direito, mas não exerce, tendo-se tornado proprietário de um stand automóvel, e a mãe licenciou-se em Serviço Social e é assistente social. Estava a concluir o mestrado. Os quatro irmãos, mais novos, todos entraram para o ensino superior e terminaram os seus cursos.

PP veio para Portugal com 7 anos de idade. Apesar de ter iniciado a sua vida escolar ainda em Cabo Verde, fez praticamente o percurso escolar todo em Portugal, sendo dos melhores alunos das suas turmas. Apesar de ser disléxico, nunca reprovou. Os pais fizeram todos os esforços para o ajudar com o seu problema e fazer com que fosse bem sucedido nos estudos.

Então foi mesmo preciso uma técnica... a professora desconfiava, mas não tinha a certeza... a minha técnica por acaso era disléxica... cobra imenso. A minha mãe teve de pagar e ela acho que deu uma consulta de graça porque são valores... para um africano aquilo... Nós eramos quatro. A minha mãe tirar aquilo tudo era um balúrdio mesmo exorbitante, mas foi muito importante.

Quando chegou a altura de ingressar no ensino superior, os pais também interferiram na escolha da universidade, ajudando-o a escolher a que se adequava mais. Depois de uma mudança de curso, licenciou-se em Direito. O exemplo e influência do pai e o hábito familiar de discutir assuntos da atualidade às refeições gerou um espírito argumentativo no entrevistado, que sempre foi uma criança muito curiosa.

A sua irmã formou-se no mesmo ano, mas em Inglaterra. Após assistir à cerimónia de formatura da irmã, o entrevistado decidiu fazer mestrado também em Inglaterra. Para juntar dinheiro, trabalhava ao mesmo tempo que iniciou o ano zero da faculdade em Londres. Depois, as saudades da namorada apertaram e voltou a Portugal, tendo-se casado no ano seguinte.

Com o exemplo, a educação autoritária e o constante acompanhamento feito pelos pais, o sucesso dos quatro filhos ficou garantido. No momento da entrevista, exercia a sua profissão, estava a concluir o mestrado e era líder associativo, tendo um blog onde publica textos de cariz socioanalítico.

O projeto de ascensão familiar começou com o pai de EC, que instalou a família num bairro de maioria branca e decidiu voltar a estudar. Em Cabo Verde, a mãe fez o 6º ano e o pai tinha o ensino secundário completo e já dava aulas no ensino primário³. Em Portugal, depois de muitos trabalhos precários e de os dois filhos serem já crescidos, o pai concluiu uma licenciatura em Direito um pouco antes de o filho terminar o seu curso e tornou-se advogado. A mãe trabalhou numa pastelaria alguns anos, mas também conseguiu melhorar de condição tornando-se auxiliar de uma instituição de saúde pública.

...sempre vivi em... não sei se se pode dizer em bairros normais, nunca vivi em bairros, aqueles bairros que nós conhecemos essencialmente de africanos, embora tivesse... tenho família em alguns desses bairros, mas nunca vivi lá.

...os meus pais sempre me proporcionaram, não vou dizer o melhor, o melhor deles, ahhh, sempre me proporcionaram para que eu fizesse um percurso académico até ao mais longe possível... simplesmente, claro, eles tinham sempre um desejo que eu continuasse a escola...

...os meus pais não eram assim... não eram ausentes antes pelo contrário, o meu pai sempre foi muito, muito ciente e muito preocupado...

... [os pais] comigo sempre falaram português, ahhh, porque eles sempre acharam que também eu estando aqui em Portugal também não poderia, ahhh, de forma, mas se calhar não teria influência, mas não poderia ter dificuldades na escola ou com o português...

Os pais foram a grande referência do entrevistado e tudo fizeram para lhe darem as condições necessárias para um percurso de sucesso sem grandes tumultos. O sucesso do entrevistado deve-se, por isso, às estratégias aplicadas pelos pais, que não só promoveram a ascensão familiar como beneficiaram o seu percurso em vários aspectos. Sem nenhuma reprovação ao longo do percurso, o entrevistado concluiu uma licenciatura em informática e trabalha, com grande estabilidade profissional, numa importante empresa portuguesa da mesma área.

³ Ver Roldão (2015): projeto de *reascensão familiar*.

Através destas histórias, pudemos identificar um padrão que tem a ver com estratégias específicas aplicadas no seio familiar de forma a valorizar o desempenho escolar e a aumentar as hipóteses de sucesso ocupacional. Estes pais estavam cientes do seu papel no percurso dos filhos e da forma como a sua intervenção poderia beneficiar uma trajetória de sucesso. No caso da mobilidade ascendente em simultâneo, o desejo de progressão e ascensão não só é projetado nos filhos, como é um desejo e um objetivo dos próprios pais. Estes incentivam, orientam e acompanham os filhos, além de lhes servirem de modelo.

9. DISCURSO E MOBILIDADE SOCIAL: UM ENSAIO EXPLORATÓRIO

9.1. ANÁLISE DO DISCURSO E LINGUÍSTICA DE CORPUS

Este capítulo corresponde a um ensaio de verificação, utilizando conceitos e métodos fornecidos pelas ciências da linguagem, das abordagens sociológicas que figuram em outras partes da tese. Com efeito, introduzimos aqui um ponto de vista que toma os sujeitos da amostra na sua primordial qualidade de falantes, de usuários da língua, autores de enunciados orais a que o sociólogo chamará “entrevistas recolhidas”, mas que, na perspetiva de quem as produz, são também textos dotados de coerência, pelo menos lugar a lugar, pergunta a pergunta, com o objetivo de os tornar inteligíveis para o entrevistador (cf. Partington e Marchi, 2015, 219). É nossa intenção verificar se a análise do comportamento discursivo destes falantes pode acrescentar elementos à caracterização das suas disposições enquanto atores sociais.

Há duas áreas de investigação em ciências da linguagem cujos achados nos auxiliam bastante em tal tentativa de abordagem. São elas a *análise do discurso* e a *linguística de corpus*. Procederemos, por conseguinte, à sua breve apresentação antes de mostrarmos os resultados do nosso tratamento linguístico do corpus de entrevistas que constituímos.

A análise do discurso é uma área muito heterogénea, interdisciplinar, que até por isso mesmo recebe muitas vezes o nome menos vinculativo de *estudos discursivos* ou *discourse studies*. Como explica Teun Van Dijk (1991, 44-45), tais estudos tomam os enunciados linguísticos não como simples mensagens mas como exemplos particulares de usos da linguagem e da comunicação inseridos dentro de contextos socioculturais. A análise do discurso tem, naturalmente, antecedentes na tradição clássica da Retórica, mas desde as décadas de 1960 e 1970 que se combinou com outras áreas de estudo dentro das humanidades e das ciências sociais, da antropologia à psicologia, da poética à história e à ciência política, todas elas lidando com dados da escrita ou da

conversação. A análise do discurso segue, contemporaneamente, muitas diferentes orientações, mas trata-se sempre de um estudo detalhado dos vários níveis do discurso natural, procurando nele estruturas textuais ou conversacionais. É também, precisamente, interdisciplinar porque nunca perde de vista a relação entre texto e contexto. Como adianta o mesmo autor: “discourse analysis specifically aims to show how the cognitive, social, historical, cultural, or political contexts of language use and communication impinge on the contents, meanings, structures, or strategies of text or dialogue, and vice versa, how discourse itself is an integral part of and contributes to the structures of these contexts” (Van Dijk, 1991, 45).

Os autores mais influentes na utilização da análise do discurso com interesse para o sociólogo são os que fazem *análise crítica do discurso* (CDA ou *critical discourse analysis*), procurando com ela intervir no problema das desigualdades sociais. São especialistas como Norman Fairclough, Teun Van Dijk ou Ruth Wodak (Wodak e Meyer, 2009), sendo que para a nossa perspetiva é sobretudo importante o trabalho de TeunVan Dijk (1991/2006). Com efeito, através do seu estudo da ideologia expressa em discurso racista, foi-nos possível chegar ao princípio básico das estratégias discursivas na dicotomia Nós/Eles, que explicaremos mais adiante.

Embora os estudos de referência em análise crítica do discurso privilegiem sobretudo um tipo de análise qualitativa, ou de “leitura próxima”, dos discursos que estudam (Partington e Marchi, 2015, 216), tem-se experimentado também mais recentemente a combinação com métodos quantitativos nos chamados *estudos do discurso assistidos por corpus* (os CADS, acrônimo de *corpus-assisted discourse studies*), que aqui também aplicaremos. Correspondem à larga utilização da linguística de corpus para fazer análise do discurso (seja ele o académico, o político, o jornalístico, o profissional, ou outro) em busca de certos padrões linguísticos, automaticamente detetáveis, que permitam, por exemplo, investigar o seguinte: “how social, cultural, and political representations, such as gender or race, are constructed and reinforced by the accumulation of linguistic patterns” (Partington e Marchi, 2015, 220).

Como em CADS se trata de proceder a uma modalidade de linguística de corpus, tenha-se presente a seguinte caracterização de tal metodologia, segundo explicação de Biber e Reppen (2015), que traduzimos e adaptamos:

- A linguística de corpus é uma abordagem, dentro da investigação sobre a linguagem humana, que facilita pesquisas empíricas sobre a variação das línguas e sobre o seu uso, resultando em descobertas que ganham muito mais possibilidade de generalização e de validação do que seria possível trabalhando de outra forma. Debaixo da capa da linguística de corpus, realizam-se estudos que partilham objetivos de investigação e características analíticas distintivas:
 - são estudos empíricos que analisam padrões efetivamente presentes em textos produzidos naturalmente (e não intuídos pelo investigador);
 - são estudos que se baseiam numa coleção grande e sistematicamente recolhida de textos naturais, coleção essa designada de 'corpus';
 - o corpus é avaliado em função de ser suficientemente representativo de um domínio alvo de uso da língua;
 - são estudos que recorrem largamente aos computadores para a sua análise, empregando técnicas automáticas e técnicas interativas;
 - são estudos que dependem, ao mesmo tempo, de técnicas de análise quantitativas e qualitativas.
- A característica mais distintiva da linguística de corpus é o argumento de que é possível representar um domínio de uso da língua com um corpus de textos e de que é possível descrever empiricamente padrões linguísticos de uso por meio da análise de tal corpus. Qualquer pergunta relacionada com a variação e uso da língua pode assim ser abordada segundo esta perspetiva metodológica.
- A linguística de corpus tem uma história antiga, se ignorarmos o aspeto do recurso a computadores. Com efeito, até à década de 1960 toda a linguística se baseava em coleções de textos (manualmente recolhidos, é claro) e não nas intuições dos linguistas, ao contrário do que começou a acontecer nas décadas de 1960 e 1970, quando ganhou força a abordagem das línguas [enquanto órgãos mentais, na senda das propostas de Noam Chomsky]. O que começou a mudar na década de 1980, [para além de uma reação ao excessivo formalismo das abordagens chomskyanas e de um ceticismo em relação a teorias da linguagem que descartassem o plano do uso], foi a progressiva generalização de corpora em

formato eletrónico. A partir dessa altura, e também com o desenvolvimento de software adaptado à análise de corpora, há até alguma linguística que só se faz baseada em corpora: é o caso do estudo das linguagens para objetivos específicos e o do estudo da linguagem académica. (Biber e Reppen, 2015, 1-4)

Tendo presentes os conceitos acima esclarecidos, o que nos propusemos fazer para a elaboração deste capítulo foi, em primeiro lugar, a conversão das transcrições das nossas entrevistas num corpus legível por computador para efeitos de pesquisa automática de algumas das suas estruturas linguísticas. Em segundo lugar, e com vista ao processamento automático desse mesmo corpus de entrevistas mantendo-o legível enquanto conjunto de textos coerentes, procurámos demonstrar como é concretizável o projeto de publicar online os textos que constituem material empírico para análises sociais. A expressão “publicar”, neste caso, significa mais do que “tornar público”, já que pretendemos dar um passo decisivo para que o nosso corpus se possa juntar a outros corpora de entrevistas feitas por sociólogos numa plataforma que, ao contrário do que acontece no panorama atual¹, facilite tarefas de verificação, comparação, computação e partida para novas investigações, sociológicas ou outras. Nesse sentido, socorremo-nos de métodos e instrumentos recentes das *humanidades digitais*, mais concretamente, da linguagem XML-TEI e do sistema TEITOK (descritos no capítulo 5). Finalmente, e aplicando as principais técnicas estatísticas usadas em CADS (Partington e Marchi, 2015, 217), tentámos extrair as ilações que nos pareceram mais corretas a partir do discurso biográfico dos nossos entrevistados: tratou-se sobretudo de interpretar, em contexto, os resultados de operações automáticas de listagem de frequência de palavras, deteção de palavras-chave ou *keywords* (abordagem mais quantitativa) e deteção de palavras vizinhas, colocações ou *collocations* (abordagem mais qualitativa).

Antecipando um pouco as conclusões, quisemos testar a teoria da análise do discurso segundo a qual, tendencialmente, quando duas fações opostas verbalizam as ideologias

1 Cf. os exemplos muito pouco interativos dos UK Data Service (<https://www.ukdataservice.ac.uk/>), do Audio Interview Archive da Harvard University Press (<http://www.hup.harvard.edu/news/podcast-archive.html>) e das CCCS Audio Interviews da Universidade de Birmingham (<http://www.birmingham.ac.uk/schools/historycultures/departments/history/research/projects/cccs/interviews/audio-interviews.aspx>).

inerentes a cada grupo, procedem desta forma: por um lado, enfatizam as boas qualidades do grupo a que pertencem e os defeitos do grupo oposto; por outro lado, minimizam os seus próprios defeitos, bem como as qualidades do grupo oposto (Van Dijk, 1991/2006). Quer isto dizer que as características do “Nós” serão tendencialmente positivas e as do “Eles” tendencialmente negativizadas. Verificámos sob que forma essa dicotomia estaria presente no discurso dos entrevistados e concluímos que estava presente, sim, embora nem sempre da forma clássica apontada por Van Dijk.

Com efeito, após a observação sistemática do nosso corpus em busca de frequências de palavras, ocorrência de palavras-chave e ocorrência de colocações de palavras, percebemos que os entrevistados nem sempre tinham uma posição muito bem definida em termos de identidade pessoal. No corpus, muitas vezes o “Nós” representa vários grupos e o “Eles” não se refere única e exclusivamente à maioria portuguesa branca ou dominante, como seria de esperar. Percebemos que “Nós” e “Eles” são categorias flexíveis que obedecem a lógicas vivenciais e que se carregam de simbologia consoante o contexto em que são utilizadas. Apesar de a maioria dos entrevistados se identificar como sendo portuguesa (9 dos 25 entrevistados) ou assumir uma identidade dupla de um misto de africano e português (8 dos 25 entrevistados), o corpus dos seus testemunhos indica que estes jovens já não se integram numa só categoria e têm identidades versáteis, que se aproximam mais de uma transnacionalidade do que de uma identidade nacional concreta. Tanto a origem e autonomia como a pertença dão-se de forma ajustada ao contexto de vida e, apesar de influenciarem as vivências, não são determinantes, pois juntamente com elas jogam outros fatores que influenciaram as escolhas e os percursos de vida dos entrevistados, tais como fatores sociopolíticos, económicos e familiares, combinados com a própria agência dos atores, sobretudo em termos de capacidade de gerir as tensões.

Foi ainda possível proceder a uma análise cuidadosa das variáveis extratextuais (género e tipo de percurso de mobiidade ascendente) que pudemos recolher a partir da análise feita nos capítulos anteriores. Através desta análise, apercebemo-nos de que existe efetivamente alguma variação no tipo de percepção e conceção dos percursos ao nível do género, mas que as diferenças mais substanciais se encontram sobretudo ao nível do percurso de mobilidade ascendente em si. Como pudemos ver antes e

poderemos ver no último ponto deste capítulo, embora a figura materna tenha sempre grande saliência, sobretudo no discurso feminino, ela é mesmo a grande figura de influência dos percursos de mobilidade ascendente, não só porque é muitas vezes a única encarregada de educação mas também porque, devido às condições de pobreza, ela se torna na figura mais presente e disciplinadora, deixando mais nas mãos do pai o dever do sustento da casa. Mas as especificidades dos percursos não se esgotam nesse pilar educativo.

Veremos mais adiante, também, como a vivência social é ainda concebida de forma sexista, bem como as suas consequências na formação de personalidade e nos percursos de mobilidade ascendente dos entrevistados.

No que diz respeito aos percursos de mobilidade ascendente, foi-nos possível verificar que as palavras mais usadas pelos entrevistados são efetivamente palavras elucidativas quanto ao seu tipo de percurso, e que estas ganham sentido em contextos muito específicos. A relação do tipo de percurso com o léxico a ele associado não deixa dúvidas sobre a pertinência da análise sociológica feita anteriormente. Voltaremos a falar em pormenor nesta questão no último ponto deste capítulo.

9.2. O CORPUS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

O corpus aqui analisado é constituído pelas 25 entrevistas biográficas realizadas a jovens descendentes de imigrantes africanos da zona de Lisboa e Vale do Tejo, somando um total de 288 mil palavras. O texto incluído na análise diz respeito única e exclusivamente à transcrição do discurso dos entrevistados, tendo-se por isso retirado as questões colocadas pela investigadora do total de palavras a analisar.²

A primeira etapa do trabalho realizado com as entrevistas enquanto corpus linguístico teve por base a contagem de frequência de palavras usando o programa WordSmith Tools (Scott, 2006).

A partir de uma visão geral do número de ocorrências das palavras do corpus de entrevistas foi possível chegar à lista das palavras que ocorriam mais do que 100 vezes no discurso dos entrevistados. Podemos ver que boa parte do texto recolhido diz respeito não só às unidades temáticas abordadas no guião da própria entrevista (família, escola, trabalho, sociabilidades, etc.) mas também ao universo da narrativa biográfica (utilização de pronomes pessoais, verbos de ação, etc.), como seria de esperar. No entanto, a frequência com que algumas dessas palavras aparecem no texto e a emergência de algumas palavras inesperadas pode ser reveladora de uma significância acrescida neste corpus em particular.

Do conteúdo das palavras mais utilizadas no nosso corpus foi preciso averiguar as que não só seriam mais frequentes no corpus em questão como também em qualquer outro corpus da mesma língua e do mesmo tipo textual (i.e., com predomínio da narrativa). Para isso era preciso comparar o corpus das entrevistas com um corpus de referência do português, pelo que procedemos, sempre munidas do software WordSmith Tools e das suas funções de estatística lexical, à comparação com um corpus de referência constituído no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) com

² Agradecemos a Gael Vaamonde, do CLUL, a elaboração dos scripts em linguagem Perl que permitiram extrair apenas as respostas das entrevistas a partir dos ficheiros de texto que continham a sua transcrição completa, incluindo as perguntas da entrevistadora.

um milhão e meio de palavras (1.781.033 tokens), o *corpus LT*, que inclui romance em português contemporâneo.³

Para podermos identificar as palavras que foram utilizadas com mais frequência relativa no nosso corpus particular de entrevistas (*as keywords ou palavras-chave*), procedemos a uma contagem das palavras dos dois corpora e comparámos a utilização das mesmas palavras em cada um deles. Só as palavras que aparecem com mais frequência relativa no corpus das entrevistas do que no corpus de referência são contabilizadas com um valor de *keyness* (i.e., saliência) positivo (Scott, 2006). Para o efeito, serve a ferramenta “*KeyWords*” do *WordSmith Tools*,⁴ que calcula a *keyness* exata de cada palavra para os dois corpora (o de base e o de referência) e assim permite identificar o léxico com maior saliência nos dados das nossas entrevistas.

De uma forma geral, olhando para a lista de palavras-chave no seu conjunto, podemos ver que os entrevistados fazem referência a:

- a) universo pessoal ou individual (eu, minha/s, meu, meus, me, mim);
- b) universo familiar e de sociabilidades (mãe, pai, pais, família, irmão, irmã, irmãos e amigos, colegas);
- c) universo comunitários (Nós/Eles; portugueses/cabo-verdianos; africanos);
- d) grandezas espaço-temporais (já, sempre, depois, quando, ano, agora, nunca, ainda, hoje, dia, tempo, momento, antes, aqui, lá)
- e) ações e sentimentos voltados para a realização pessoal (sei; gosto/gostei; vou; sinto/senti; quero/queria; faço; podia; consigo; vejo; comecei, acabei)
- f) dimensões do saber e do esforço pessoal (saber, estudar, conhecer, pensar, perceber, educação, ensino, trabalhar, trabalho/s, viver);
- g) dimensões da experiência marginalizada (diferente/s; problema/s; difícil; racismo);
- h) visão global (pessoa/s; gente; povo; todos/as).

³ É diretamente descarregável da página do catálogo ELRA (European Language Resources Association) com o ID: ELRA-W0059 e o ISLRN: 569-208-468-863-2). A busca faz-se no seguinte endereço da web: <http://catalog.elra.info/en-us/>

⁴ De entre os dois testes de probabilidade que o programa permite, o qui-quadrado e o logaritmo de verosimilhança, escolhemos o segundo, bem como o valor $p < 0,05$, por serem as especificações estabelecidas por defeito no WordSmith Tools e aconselhadas pelo autor.

Quadro 11: Palavras-chave do discurso dos entrevistados⁵

Palavra	Frequência	Percentagem	Palavra	Frequência	Percentagem
NÃO	7328	2,54	ALTURA	524	0,18
EU	6359	2,20	VER	518	0,18
MUITO	2609	0,90	TU	512	0,18
MAIS	2296	0,80	TRABALHAR	506	0,18
JÁ	1561	0,54	AQUILO	496	0,17
MINHA	1555	0,54	VOU	492	0,17
TAMBÉM	1484	0,51	AINDA	469	0,16
SEMPRE	1357	0,47	SIM	461	0,16
DEPOIS	1347	0,47	NOS	459	0,16
ACHO	1231	0,43	ISTO	454	0,16
LÁ	1203	0,42	PESSOA	454	0,16
ME	1185	0,41	VIDA	416	0,14
MEU	1171	0,41	AÍ	413	0,14
QUANDO	1077	0,37	MIM	410	0,14
PESSOAS	1061	0,37	TEMPO	410	0,14
NÓS	1005	0,35	GENTE	408	0,14
ASSIM	996	0,35	PAI	404	0,14
COISAS	981	0,34	TODOS	393	0,14
COISA	946	0,33	NADA	390	0,14
ENTÃO	885	0,31	NEM	373	0,13
SEI	871	0,30	ALI	372	0,13
MESMO	831	0,29	AMIGOS	371	0,13
PRONTO	787	0,27	ONDE	370	0,13
ANO	722	0,25	PARTE	367	0,13
ELES	720	0,25	NÍVEL	364	0,13
DIZER	709	0,25	CALHAR	363	0,13
MEUS	706	0,24	FORMA	362	0,13
ELA	669	0,23	PAIS	342	0,12
SÓ	669	0,23	PORTUGAL	334	0,12
AGORA	621	0,22	FALAR	333	0,12
TUDO	617	0,21	FAMÍLIA	320	0,11
AQUI	602	0,21	DIA	319	0,11
ANOS	601	0,21	CABO-VERDE	318	0,11
ESCOLA	582	0,20	MUITAS	315	0,11
ELE	580	0,20	PORTUGUÊS	314	0,11
TRABALHO	570	0,20	MUITA	313	0,11
CASA	564	0,20	HOJE	311	0,11
ESTAVA	564	0,20	DISSE	308	0,11
BEM	563	0,20	ESTUDAR	308	0,11
PORTANTO	556	0,19	QUER	304	0,11
VEZES	545	0,19	TIPO	304	0,11
MÃE	542	0,19	CURSO	298	0,10
NUNCA	541	0,19	VEZ	298	0,10
GOSTO	532	0,18	EXEMPLO	293	0,10

⁵ A vermelho estão selecionadas as palavras que no discurso dos entrevistados parecem ter alguma relevância quanto ao seu posicionamento perante o seu percurso pessoal e a sua realidade social.

Palavra	Frequência	Percentagem	Palavra	Frequência	Percentagem
MENOS	292	0,10	VÃO	146	0,05
BOCADINHO	289	0,10	GOSTEI	143	0,05
MUITOS	285	0,10	JOVENS	143	0,05
OUTRA	281	0,10	SOMOS	143	0,05
POSSO	278	0,10	HISTÓRIA	142	0,05
DAR	276	0,10	PROFESSOR	142	0,05
COMECEI	275	0,10	ALGUMAS	141	0,05
GOSTAVA	272	0,09	MAIOR	141	0,05
BAIRRO	270	0,09	MIÚDOS	141	0,05
ALGUMA	269	0,09	MANEIRA	139	0,05
CULTURA	263	0,09	MUNDO	139	0,05
OUTROS	257	0,09	IRMÃ	138	0,05
POUCO	257	0,09	IRMÃOS	138	0,05
ÁREA	254	0,09	NOSSA	138	0,05
CÁ	253	0,09	VIVER	138	0,05
COLEGAS	252	0,09	PRIMEIRA	136	0,05
DIFERENTE	252	0,09	DURANTE	134	0,05
OUTRO	252	0,09	QUASE	134	0,05
QUÊ	244	0,08	PERCURSO	133	0,05
PELO	243	0,08	MAL	131	0,05
DOIS	242	0,08	PORQUÊ	130	0,05
PORTUGUESA	239	0,08	DELES	129	0,04
BOM	236	0,08	POVO	129	0,04
ESTA	233	0,08	PROBLEMAS	128	0,04
TODA	232	0,08	SITUAÇÃO	127	0,04
MELHOR	229	0,08	QUESTÃO	126	0,04
OUTRAS	226	0,08	SABES	125	0,04
QUEM	225	0,08	ACABEI	122	0,04
RELAÇÃO	221	0,08	TURMA	122	0,04
FOR A	220	0,08	AFRICANOS	121	0,04
TE	220	0,08	PODIA	120	0,04
BOCADO	219	0,08	IDEIA	119	0,04
VAI	219	0,08	ENSINO	118	0,04
BOA	218	0,08	SENTI	118	0,04
PÁ	217	0,08	SINTO	118	0,04
DENTRO	216	0,07	ALGUM	117	0,04
QUERO	213	0,07	FÁCIL	117	0,04
FAÇO	209	0,07	PODER	117	0,04
FACULDADE	207	0,07	LEMBRO-ME	116	0,04
QUALQUER	205	0,07	PORTUGUESES	116	0,04
MOMENTO	203	0,07	DIFERENTES	114	0,04
CABOVERDIANA	201	0,07	ENTRETANTO	114	0,04
GRANDE	197	0,07	SABIA	114	0,04
QUERIA	196	0,07	TRABALHOS	114	0,04
SENTIDO	196	0,07	MESMA	113	0,04
PAÍS	193	0,07	COMIGO	112	0,04
PODE	191	0,07	MEIO	112	0,04
MINHAS	190	0,07	LICENCIATURA	111	0,04
TANTO	190	0,07	SITUAÇÕES	111	0,04
FILHOS	188	0,07	TAL	111	0,04

Palavra	Frequência	Percentagem	Palavra	Frequência	Percentagem
EXPERIÊNCIA	110	0,04	ALGUÉM	103	0,04
PARTIR	110	0,04	RACISMO	103	0,04
FÉRIAS	107	0,04	TARDE	103	0,04
MATEMÁTICA	107	0,04	TIRAR	103	0,04
NORMAL	107	0,04	PROFISSIONAL	102	0,04
PROBLEMA	107	0,04	RUA	102	0,04
DIFÍCIL	105	0,04	ACASO	101	0,04
PASSAR	105	0,04	CONSEGUI	101	0,04
SAIR	105	0,04	EXISTE	101	0,04
DINHEIRO	104	0,04	ÁFRICA	100	0,03
FALO	104	0,04	CONSIGO	100	0,03

9.2.1. Palavras-chave e dimensões dicotómicas (análise quantitativa)

Tendo em conta que falámos apenas da camada superficial que a contagem de palavras nos pode oferecer, e que havia necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o modo como a frequência de palavras pode estar relacionada com o sentido expresso no texto, foi preciso selecionar as palavras-chave que nos poderiam ser úteis no estudo do semanticamente interpretável a partir dos discursos dos entrevistados.

Procurámos assim servir-nos da dicotomia tão bem conhecida, utilizada nos estudos de análise crítica do discurso de Teun Van Dijk, sobre racismo na imprensa. Como vimos anteriormente, segundo o autor, a dicotomia “Nós/Eles” revela a ideologia de cada grupo e as ações do grupo a que se pertence. As ações do “Nós” são sempre avaliadas como positivas, ao passo que as do grupo contrário, as do “Eles”, têm tendência a ser subvalorizadas ou avaliadas de forma negativa.

Quer isto dizer que o grau de pertença a um grupo pode ser avaliado pela forma como o discurso pessoal ou grupal revela estas diferenças na forma de perceber e descrever o “outro”. O que autor propõe como “the combined strategy of positive self-presentation and negative other-presentation” (Van Dijk, 1991, 177) resulta num posicionamento face a uma realidade que, embora subjetiva, se concretiza como ideologia, identidade ou pertença implícita.

Assim, seleccionámos e analisámos as palavras-chave *Nós*, *Eles*, *Portugal*, *portugueses*, *África*, *africanos* e *cabo-verdianos*. Pareceu-nos ainda pertinente analisar a

frequência das categorias raciais *brancos, negros, pretos* e contabilizar a sua frequência no texto quer em números absolutos quer em números relativos. Quisemos também verificar a sua distribuição no que dizia respeito à tipologia de percursos de mobilidade ascendente. A incidência no plural das palavras deve-se sobretudo ao seu sentido grupal, por oposição ao individual, o qual não serviria os nossos propósitos de análise.

Antes de apresentar os resultados de tal verificação, temos de esclarecer, contudo, que o corpus “cru” das entrevistas, tal como tinha sido utilizado até agora, já não nos servia de muito. Era preciso, com efeito, combinar as funcionalidades de estatística lexical do *WordSmith Tools* com outras que o programa já não apresentava, como era o da combinação de variáveis textuais e extratextuais. Assim, e como no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa havia a possibilidade de carregar o nosso corpus de entrevistas no sistema TEITOK (Janssen 2016),⁶ que permitia todas as operações a que queríamos proceder bem como a disponibilização dos nossos dados num site interativo, criámos o recurso MAEAM (Mobilidade Ascendente Entre As Minorias).⁷ No entanto, para não interrompermos aqui o argumento sobre os resultados da exploração do nosso corpus de entrevistas, remetemos para o capítulo da metodologia as especificações que permitirão ao leitor entender como se retirou proveito do sistema TEITOK.

Passamos assim à tabela dos resultados da busca no recurso MAEAM do TEITOK das palavras-chave *Nós, Eles, Portugal, portugueses, África, africanos e cabo-verdianos*, bem como de outras palavras que, não tendo ocorrência chave, referiam ainda assim categorias raciais: *brancos, negros, pretos*. Verificámos a respetiva frequência em termos absolutos e em termos relativizados (WPM, ou seja, Words Per Million) cruzando-a com a variável *sexo* e com a variável *percursos de mobilidade ascendente*.

⁶ Janssen, Maarten. 2016. “TEITOK: Text-Faithful Annotated Corpora.” In *Proceedings of the Tenth International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2016)*, 4037–43. Portorož, Slovenia: European Language Resources Association. http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2016/pdf/651_Paper.pdf.

⁷ A criação do site MAEAM, como o endereço <http://cards-fly.clul.ul.pt/teitok/maeam/>, só foi possível com o auxílio do autor do sistema TEITOK, Maarten Janssen, e com a programação dedicada de Gael Vaamonde. A ambos agradeço reconhecida.

Como podemos ver na tabela abaixo, as categorias raciais *brancos* e *negros*, consideradas como eticamente corretas, são os únicos itens que não chegam a atingir o mínimo de cem ocorrências, pelo que não foram contabilizados em termos da análise do discurso.

Quadro 12: Dicotomias segundo frequência e tipo de percurso

Palavras	Frequência			Percuso (números relativos em Words Per Million)			
	Tota l	M	F	Programação Familiar	Sustentação Comunitária	Investimento Pessoal	Apoio Providencial
Nós	995	443	552	3232,43	2773,96	2818,45	2853,15
Eles	716	386	330	2257,19	2186,68	2241,02	1653,73
Portug*	647	338	309	1871,82	2386,61	1851,12	2307,96
Afric*	312	133	179	1226,91	649,76	907,40	690,57
África	101	33	68	298,86	124,95	687,43	54,52
abo-verdian	559	276	280	1761,71	18124,32	1306,11	1653,73
Branc*	85	16	69	306,73	374,86	123,74	127,21
Negr*	30	12	18	55,05	124,95	123,74	72,69
Pret*	165	27	138	676,37	537,30	384,96	145,38

No entanto, sabemos pela análise de conteúdo feita anteriormente que estas duas categorias são utilizadas pelos entrevistados única e exclusivamente como forma de diferenciar fenótipos. Já a categoria racial *pretos* é utilizada sobretudo como referência a episódios em que houve discriminação e altercação insultuosa:

“Não gosto de pretos, mas gosto de ti”. É tanto assim, é tanto assim. Então eu tenho esse poder de comunicação, de verbalização, sei comunicar já sou uma preta diferente. É uma coisa horrível. É altamente racista a comunidade portuguesa. (entrevistada QD)

Eu lembro-me muito de ouvir quando era miúda: “Ai, estes meninos andam sempre tão limpinhos!”, como se os pretos tivessem que andar sujinhos! (entrevistada DD)

“Os pretos isto, os pretos não sei o quê, pretos para aqui, vão para a vossa terra não deviam cá estar....” Foi a situação assim mais recente em que aconteceu no bairro...

não foi bem uma rusga, foi num dia normal, e aconteceu com dois colegas meus de trabalho em que foram praticamente espancados... agressão verbal e física, que sofreram com os agentes da PSP. (entrevistada BS)

No que diz respeito aos números, pode-se sublinhar, em termos de género, o facto de que as mulheres falam mais no “Nós”, enquanto os homens falam mais no “Eles”, e que elas também mencionam mais vezes aspetos relacionados com África, parecendo portanto ser mais sensíveis a fenómenos raciais/racistas.

Quanto aos percursos definidos, foi possível observar que os jovens que pertencem ao grupo dos percursos de *Programação Familiar* são aqueles que apresentam um discurso ideologicamente mais marcado em termos da dicotomia “Nós/Eles”. Já no que diz respeito a nacionalidades [i.e. Portugal/portugueses; África/africanos; cabo-verdiano(s)/a(s)], os jovens do percurso de *Sustentação Comunitária* são aqueles que mais evidenciam uma diferenciação a esse nível. Em suma, estes dois tipos de percurso são aqueles que demonstram uma maior consciência em termos discursivos das disparidades existentes nas comunidades maioritária e minoritária, demonstrando por isso uma maior expressão ideológica no sentido da dissemelhança.

9.2.2 A prosódia semântica nas colocações (análise qualitativa)

Verificámos também a conotação positiva ou negativa das palavras-chave selecionadas. Este teste, também chamado de prosódia semântica, é realizável por meio da busca das colocações (*collocations*), ou palavras vizinhas, pela seguinte razão: “there are always semantic relations between nodes and collocates, and among the collocates themselves” (Stubbs 2002, 225). Com efeito, observando os diferentes contextos de ocorrência de cada palavra num texto (as suas *concordâncias*), pode-se chegar à observação de quais palavras, semanticamente positivas ou negativas, ocorrem de forma sistemática na sua proximidade. Foram assim analisadas as principais 30 colocadas ou *collocates* (ou o seu equivalente no que concerne ao sentido expresso no texto) para definir a conotação de cada palavra-chave.

Quadro 13: Palavras-chave e tipo de colocação⁸

NÓS	ELES	Africanos/ Negros	Portugueses / Brancos
Africanos	Africanos	Abertos	Adaptáveis
Alunos	Alunos	Acolhedores	Afáveis
Amigos	Amigos	Adaptáveis	Arrogantes
Artistas	Artistas	Agressivos	Atenciosos
Cabo-verdianos	Brancos	Alegres	Aventureiros
Casal	Cabo-verdianos	Aventureiros	Comodistas
Colegas	Ciganos	Comodistas	Conformados
Conterrâneos	Colegas	Conformados	Criativos
Couintes	Estrangeiros	Desvalorizados	Desconfiados
Crianças	Familiares	Discriminados	Desenrascados
Cristãos/católicos	Filhos	Família	Egoístas
Empresa	Grupos	Fortes	Espertos
Família	Idosos	Humildes	Falsos
Filhos	Imigrantes	Imigrantes	Gananciosos
Filhos de africanos	Irmãos	Inferiorizados	Hospitaleiros
Grupo de trabalho	Jovens	Líderes	Individualistas
Jovens	Moradores do bairro	Lutadores	Interesseiros
Moradores de bairro	Pais	Melhores	Lutadores
Mulheres	Patrões	Mistura	Maldosos
Pais	Polícias	Mulherengos	Medrosos
Pessoas	Portugueses	Musicais	Organizados
Portugueses	Povo cabo-verdiano	Orgulho	Pacíficos
Povo português	Professores	Pacíficos	Passivos
Pretos/negros	Racistas	Positivos	Pontuais
Profissionais	Ricos	Raízes	Racistas
Turma	Seguranças	Resistentes	Rancorosos
Vizinhos	Serviços	Respeitadores	Rigorosos
		Solidários	Sociáveis
		Trabalhadores	Solidários
		Únicos	Stressados

⁸ Aqui salienta-se a importância das ocorrências não em termos quantitativos mas antes em termos de significância a nível dos discursos dos entrevistados. A análise é por isso apenas qualitativa.

Em primeiro lugar, foi preciso perceber de que é que os entrevistados falavam quando falavam de “Nós” e de “Eles”. Como foi possível verificar, estes dois grupos são muito flexíveis no que diz respeito ao seu conteúdo semântico.

Os jovens entrevistados incluem-se em vários grupos diferentes à medida que vão contando a sua história de vida: eles foram crianças, alunos; são filhos, pais, jovens, casados, colegas, amigos; fazem parte de grupos (de mulheres, de bairros, de empresas); têm um lugar na sociedade como cristãos, profissionais, contribuintes; e têm uma identidade própria que pode ser a de negros, cabo-verdianos ou outra, filhos de africanos ou portugueses. Como sugere Van Dijk (1991), estas categorias são todas percebidas como positivas.

Do lado teoricamente oposto, o lado do “Eles”, encontramos alguns paralelismos. Os entrevistados mencionam pais, filhos, irmãos e outros familiares, mas excluem-se do grupo dos alunos, dos colegas, dos amigos, dos moradores de bairro, dos artistas, dos idosos, dos ricos (dos quais já não fazem, ainda não fazem ou nunca fizeram parte); não se integram no grupo dos ciganos, dos estrangeiros ou dos imigrantes; não se identificam com alguns jovens, alguns professores, alguns cabo-verdianos, africanos ou alguns portugueses; não são brancos, seguranças ou polícias ou racistas. No entanto, nem todas as categorias mencionadas são consideradas como negativas. A sua conotação negativa ou positiva está dependente do contexto em que são apresentadas.

Por isso, procedemos a uma análise mais fina no que diz respeito à dicotomia mais clara no discurso dos entrevistados: a dicotomia racial brancos/negros, assumida muitas vezes no discurso como uma oposição entre africanos ou descendentes de africanos e portugueses.

Como seria de esperar, tendencialmente os jovens entrevistados percebem e caracterizam de maneira mais positiva o grupo a pertencem. Os africanos, filhos de africanos ou negros são percebidos como pessoas abertas ao contacto com os outros, acolhedoras, alegres, fortes, trabalhadoras, humildes, respeitadoras, positivas, resistentes, que valorizam a família, que provêm de uma mistura única e que têm orgulho em si mesmos e nas suas raízes, mas que são muitas vezes associadas à imigração, são desvalorizadas, inferiorizadas e vítimas de discriminação. Como

características negativas, são salientadas, no homem africano, a agressividade e o seu gosto excessivo por mulheres.

No entanto, como é possível verificar, também se identificam com várias características do grupo oposto, tais como a adaptabilidade, o carácter lutador, aventureiro, a natureza pacífica e solidária, bem como o comodismo e o conformismo no que diz respeito a características negativas.

Já no que respeita aos portugueses brancos, é salientado sobretudo o carácter versátil e desenrascado do povo português, o modo como ultrapassa as adversidades de maneira criativa e como demonstra esperteza. Os portugueses brancos são considerados pessoas afáveis, atenciosas, sociáveis, hospitalícias. No trabalho, são vistos como pontuais, organizados e rigorosos, mas são considerados mais individualistas, dando pouco valor à família e valorizando sobretudo bens materiais, o que faz com sejam vistos como egoístas, interesseiros e gananciosos. Segundo os entrevistados, o estilo de vida português é stressante e a população é passiva. Nos contactos interpessoais em geral, são vistos como falsos, maldosos e rancorosos. Já no contacto com outras culturas, são vistos como desconfiados, medrosos, arrogantes e racistas.

De uma maneira geral e não muito exaustiva, percebe-se, pelos dados recolhidos e analisados, que, embora o fator racial tenha um peso significativo no modo como a percepção e os discursos dos entrevistados se organizam, tem sobretudo peso a nível das vivências, porque é nelas que se fundamentam as ideologias expressas pelos entrevistados. Se por um lado as diferenças são assumidas e reclamadas, por outro elas não ofusciam nem diminuem as semelhanças existentes.

9.3. DISCURSO E MOBILIDADE SOCIAL: AVANÇOS TEÓRICO-PRÁTICOS

As dimensões simbólicas e ideológicas expressas no discurso dos entrevistados dão-nos algumas pistas sobre o modo como a integração, enquanto processo social e psicológico (Clanet, 1990; in Manço, 1999), é vivida pelos mesmos.

Manço (1999) tem uma teoria interessante sobre o que chama de *integração psicossocial*. Segundo o autor, por um lado, a nível sociocultural, a integração dos descendentes de imigrantes é um caminho de duas vias, em que a gestão positiva das diferenças e das semelhanças beneficia a participação sociopolítica. Por outro lado, a dimensão psicológica da integração é feita através do que o autor chama de *personalização*, que em termos gerais se pode traduzir pela emancipação dos indivíduos através do equilíbrio de forças e motivações antagónicas: as da autonomia e da pertença. De uma forma genérica, quer isto dizer que a tensão entre a cultura de origem e as imposições estruturais do país de acolhimento ou do país de nascença e o modo como essa tensão é gerida (pelas duas partes, descendentes e maioria autóctone) vão definir o tipo de integração e de mobilidade social dos descendentes de imigrantes quer a nível social quer a nível psicológico.

Após realizar algumas das suas pesquisas, Manço (1999) concluiu também que os jovens descendentes de imigrantes com uma melhor integração social e uma maior probabilidade de sucesso educacional e ocupacional eram aqueles que apresentavam uma melhor delineação de projetos de futuro.

Embora a teoria do autor tenha implicações e desenvolvimentos outros que não são abordados aqui por não nos parecer pertinente, é importante reter a ideia de que a base da sua teoria assenta na premissa de que a integração depende da conciliação de características e fatores individuais com os contextos sociais em que os indivíduos se movimentam, mas que essa integração não é um fenômeno apenas social, sendo também psicológico. A forma como os descendentes percebem e representam a integração faz parte do problema em si e pode condicionar as suas hipóteses de ascensão. Tendo em conta que os jovens deste estudo fazem parte de um pequeno grupo que trilhou

percursos de mobilidade ascendente, impõe-se perceber de que modo estas asserções pode ser confirmadas ou infirmadas.

Recorrendo mais uma vez à análise de corpus, procurámos selecionar dentro das *palavras-chave* da lista já apresentada as palavras que poderiam ter um significado acrescido tanto a nível das tipologias estipuladas no capítulo anterior como a nível do conjunto do corpus de entrevistas.

Para esse fim, foram selecionadas 40 palavras, sendo que algumas foram incluídas não por pertencerem à lista das palavras mais frequentes mas por relevância semântica. As palavras com a mesma raiz etimológica foram agrupadas de modo a obtermos uma noção mais precisa da sua relevância.

Como podemos ver no quadro 14, a distribuição das palavras por género tem algumas inconstâncias, variando bastante em função do tipo de percurso. Assim, olhando através de uma lente analítica mais cuidadosa, podemos perceber algumas consonâncias.

No que diz respeito ao género, é de salientar que a figura materna aparece com mais relevância no discurso feminino do que no masculino, enquanto com a figura paterna acontece o inverso. Como já pudemos verificar nas análises anteriores, a figura materna tem proeminência no seio familiar não só como encarregada de educação mas também como figura de influência na busca por melhores condições de vida. Na maior parte dos casos, as mães aparecem no discurso dos entrevistados como as figuras que mais incentivaram a progressão escolar e o percurso ascendente. Doze dos 25 entrevistados referem-se à figura materna como base essencial para o sucesso do seu percurso. Já a figura paterna, em muitos dos casos ausente do contexto familiar, é mencionada sobretudo pelos elementos masculinos, os quais sentem na figura do pai uma maior autoridade.

Elas falam ainda em esforço e regras, objetivos, incentivo e acompanhamento, ao passo que eles se viram mais para os amigos, os professores, a ajuda (sobretudo recebida) e as explicações. Tendo em conta o exposto nos capítulos anteriores, podemos concluir que estas diferenças se devem sobretudo ao tipo de educação dada a homens e mulheres, que é ainda mais restritiva para as segundas.

Quadro 14: Palavras-chave, género e percursos de mobilidade ascendente

Palavras	Frequência			Percorso (nímeros relativos em Words Per Million)			
	Total	M	F	Programação Familiar	Sustentação Comunitária	Investimento Pessoal	Apoio Providencial
Eu	5238	2627	2611	15706,00	16293,90	16897,00	12866,40
Mãe	539	220	319	1777,44	1599,40	1640,82	1181,24
Pai	402	265	137	1305,55	962,14	1113,63	1417,49
Irmã*	478	199	279	1337,01	1561,91	1636,08	1163,07
Família	315	172	143	1203,31	712,23	302,47	1508,35
Amig*	525	286	239	1525,77	1486,94	1608,58	1726,43
Vizinh*	69	32	37	70,78	412,35	151,23	290,77
Apoi*	88	38	50	212,35	449,83	192,48	199,90
Ajud*	220	138	82	464,02	712,23	412,46	1344,79
Incentiv*	46	11	35	173,03	199,93	54,99	72,69
Acompanh*	74	34	40	204,48	337,37	82,49	272,59
Objectivo* ⁹	58	17	41	338,19	87,47	96,24	18,17
Plan*	161	72	89	574,13	337,37	522,45	417,98
Consegu*	391	210	181	1415,66	1162,03	577,44	1381,14
Esforç*	56	16	40	220,21	199,93	68,74	127,21
Sacrifício*	12	2	10	31,46	87,47	---	18,17
Orient*	19	14	5	70,78	37,49	68,74	36,35
Regra*	21	3	18	55,05	99,96	82,49	---
Valores	55	27	28	165,16	274,90	82,49	109,04
Muda*	150	78	72	503,35	499,81	302,47	436,15
Faculdade	197	48	149	770,75	749,72	384,96	199,90
Universidade	67	45	22	259,54	249,91	54,99	181,73
Explicações	17	15	2	86,51	---	54,99	36,35
Profess*	480	283	197	1376,34	1386,98	1251,12	1871,81
Bolsa	42	21	21	220,21	99,16	54,99	36,35
Racis*	141	63	78	393,24	362,36	261,22	781,44
Racismo	98	52	46	220,21	287,39	109,99	708,74
Discrimina*	50	19	31	298,86	12,50	27,50	163,56
Trabalh*	1507	663	844	4105,42	5472,95	4427,03	4,088,90
Senti	106	41	65	369,65	262,40	329,97	254,42
Gost*	1011	447	564	2839,19	2974,03	3313,40	3580,06
Fazer	1120	595	525	2839,19	3036,36	3863,34	4270,63
Estud*	672	321	351	1974,06	2024,24	2034,78	2017,19
Escola	569	279	290	1643,74	2436,59	1017,39	1653,73
Problem*	259	149	110	534,81	899,66	384,96	1653,73
Dific*	133	62	71	353,12	524,80	261,22	490,67
Diferen*	485	208	277	1454,99	1761,84	866,16	1744,60
Vontade	63	38	25	125,84	224,92	233,73	218,08
Desejo	13	11	2	31,46	---	41,25	109,04
Sempre	1287	629	658	4482,92	4085,00	3272,00	2762,28

⁹ O corpus foi transcrito pelo antigo Acordo Ortográfico, pelo que a busca devolveu a grafia com –ct-.

Elas, educadas no e para o seio familiar, são ensinadas desde pequenas a ter um comportamento mais regrado, em que a liberdade se limita ao permitido e o caminho não suporta deslizes. Já eles, mais voltados para o exterior e para o despreendimento, veem em figuras externas ao seio familiar (como professores e amigos) a ajuda necessária para se encaminharem no sentido da progressão e do sucesso ocupacional. São eles também que, com mais reveses no percurso escolar, tendem a recorrer mais a explicações (nos casos em que foi possível lançar mão deste recurso).

Vejamos agora, percurso a percurso, que ilações se podem tirar do discurso dos entrevistados.

a) Percorso de Programação Familiar:

Como vimos no capítulo anterior, os jovens que trilharam este tipo de percurso pertencem a um grupo cujas famílias são um pouco mais escolarizadas e desenvolveram estratégias específicas no sentido do aumento das probabilidades de sucesso dos seus descendentes.

Neste conjunto de entrevistas, podemos ver que a palavra “**mãe**” tem uma maior saliência, não só porque este conjunto de entrevistados é constituído por quatro elementos do sexo feminino mas porque se confirma aqui também a tendência já observada da figura materna como elemento-chave na educação para o sucesso escolar (em ambos os sexos).

Neste grupo também são expressivas as palavras “**objetivo**” e “**plano**”. Estas duas palavras sugerem que os entrevistados têm um percurso muito focado e bem delineado. Como diria Manço (1999), os seus percursos foram feitos com base em projetos de futuro bem estruturados e estabelecidos *a priori*. Estes jovens vêm do seio de uma família com ambições elevadas e expectativas escolares ao nível do ensino superior. Por isso, as palavras “**Faculdade**” e “**Universidade**” também têm uma maior expressão neste grupo. Para além disso, alguns jovens pertencentes a este grupo tiveram acesso a certas vantagens, nomeadamente no que diz respeito ao recurso a explicações e a bolsas de estudo, ainda que as últimas tenham sido obtidas por esforço e mérito dos mesmos.

“**Explicações**”, “**bolsa**” e “**esforço**” são, por isso, palavras que ocorrem com alguma frequência nos seus discursos.

Devido às estratégias aplicadas pelos pais, sobretudo as relacionadas com as mudanças habitacionais ou escolares, a palavra “**mudança**” também aparece com grande destaque neste grupo. A percepção da alteração, não só nas condições de vida e no estatuto social mas também nas oportunidades, é fortemente sentida pelos entrevistados e vivenciada como um alteração marcante.

Nota-se ainda que os entrevistados deste grupo gozam de uma boa estabilidade familiar: oito dos dez entrevistados têm efetivamente uma família intacta e os pais possuem profissões estáveis, sendo que alguns têm inclusive negócio próprio. Esta maior estabilidade também se nota na forma como os entrevistados se mostram muito seguros nas suas afirmações e têm um discurso pessoal muito assertivo. A frequência das palavras “**sempre**” e “**consegui**” denotam essa assertividade. O uso da palavra “**sempre**” pode efetivamente estar ligado a um sentido de estabilidade, continuidade ou coerência no percurso. Já a saliência da palavra “**consegui**” indica que não só havia de facto uma intenção consciente e racional para determinada atitude como também que um objetivo foi alcançado. Os entrevistados demonstram assim que estiveram confiantes no seu percurso e que, de forma geral, estão satisfeitos com o seu desempenho.

b) Percorso de Sustentação Comunitária:

Este tipo de percurso tem como elemento fundamental o papel que a rede comunitária (incluindo aqui vizinhos, amigos, colegas, professores, etc.) tem no percurso dos entrevistados e na sua ascensão social, do ponto de vista educacional e ocupacional.

Não admira, portanto, que a palavra “**vizinho**” tenha uma maior expressão neste grupo de entrevistados. Os vizinhos são, neste conjunto de entrevistas, figuras cruciais que muitas vezes auxiliam nos cuidados às crianças quando os pais, com horas excessivas de trabalho, não os podem acompanhar. O acompanhamento é, assim, prestado por pessoas fora do seio familiar, as quais juntamente com os pais servem de

alicerce dos percursos, dando apoio e incentivo para a continuação de um bom desempenho escolar e uma melhor perspetiva ocupacional. As palavras “acompanhar/acompanhamento”, “apoio” e “incentivo” são assim marcadamente mais reveladoras neste tipo de percurso.

Destacam-se ainda as palavras “**regras**” e “**valores**”, pois estas famílias têm um tipo de educação muito voltada para a transmissão de princípios morais sólidos, como o respeito pelos mais velhos, a dignidade, o valor do trabalho, a disciplina, entre outros. São estes valores que permitem uma organização familiar hierarquizada e que fazem com que os mais novos sigam, sem contestar, as regras impostas pelos mais velhos, mantendo depois esses valores ao longo da vida.

A palavra “**trabalho**” surge também com algum destaque neste tipo de percurso, justamente porque o trabalho é considerado no seio destas famílias como um valor. É ele que dá o sustento da casa e por isso deve ser valorizado e respeitado.

Associada ao trabalho, vem a noção de “**sacrifício**”, que surge também como uma das palavras com maior relevância neste tipo de percurso. Desde cedo, os jovens deste conjunto de entrevistas entenderam que o sucesso dependia de sacrifícios: o sacrifício dos seus pais, a trabalharem durante horas excessivas para lhes poderem dar o sustento e as condições necessárias para progredirem, e o seu próprio sacrifício, enfrentando todos os problemas, dificuldades e diferenças sociais, na luta por melhores condições de vida.

Não é pois de estranhar que “**escola**” seja uma palavra com grande importância para estes jovens, uma vez que ela é um dos veículos, senão o único, que os pode conduzir a um caminho mais bem sucedido e a diminuir diferenças sociais.

c) Percorso de Investimento Pessoal:

Neste tipo de percurso, salientam-se sobretudo as escolhas feitas pelos entrevistados, os quais têm em comum uma determinação, uma curiosidade, um espírito de iniciativa e uma vontade de aprender notáveis.

Estes são jovens que trilham um tipo de percurso mais autocentrado, em que o desenvolvimento e aproveitamento das aptidões pessoais está acima de tudo. As suas

escolhas são feitas com base neste critério e, por isso, o principal objetivo não é o sucesso ocupacional mas sim uma satisfação pessoal através do bom uso das suas capacidades intelectuais e criativas.

A palavra “**Eu**” tem grande relevância nos seus discursos, justamente porque estes jovens estão voltados para o aperfeiçoamento e a realização pessoal. O seu projeto de futuro (ainda que muitas vezes a curto prazo) passa pela vontade de crescer a nível pessoal. Os seus percursos obedecem assim à lógica das suas vontades. Talvez seja por isso que a palavra “**vontade**” tem maior destaque neste tipo de percurso.

Como a vontade de aprender é aqui uma característica notória, os estudos (sejam eles institucionais ou autodidáticos) tornam-se um modo de estar, uma forma natural de conhecimento pessoal e do mundo, valorizada e entendida como necessária para a evolução intelectual. A palavra “**estudo/s**” está muito presente, não só por fazer parte dessa lógica de aperfeiçoamento pessoal mas também como via de progressão ocupacional, uma vez que estes jovens definem metas pessoais que evidenciam esse gosto pela aprendizagem.

O autoconhecimento também é um fator muito importante neste tipo de percurso uma vez que os interesses e as escolhas destes entrevistados tendem a resvalar para uma busca pelas suas origens, por uma aproximação ao mundo dos seus ascendentes (quer pelo lado mais criativo quer pelo lado mais ativista).

Os jovens que trilharam este tipo de trajeto têm sede de conhecimento e buscam-no em si mesmos e em tudo ao seu redor. Os seus “**planos**” são feitos nessa perspetiva de conhecimento e aperfeiçoamento pessoal, pelo que a sua visão do mundo é alargada e muito marcada por temporadas de trabalho fora do país.

d) Percorso de Apoio Providencial:

Os jovens que trilharam o percurso denominado Apoio Providencial, como vimos anteriormente, são provenientes de famílias descapitalizadas e com expectativas só ao nível do ensino obrigatório. O elemento diferenciador, aqui, é a presença de uma figura, exterior ao núcleo familiar, que impulsiona a ascensão social, acompanhando e aconselhando os jovens entrevistados de forma muito próxima e consistente.

Constituído maioritariamente por homens, este conjunto de entrevistados destaca-se no uso da palavra “**pai**”. Como já foi dito, existe uma maior identificação do sexo masculino com a também masculina figura paterna. Os entrevistados parecem atribuir-lhe mais autoridade e, em alguns casos, a figura paterna serve de inspiração e modelo de conduta. Em alguns casos também, a referência ao pai surge num discurso oposto ao anterior, evidenciando uma certa mágoa com a ausência ou a conduta paterna.

Tendo em conta que existe neste tipo de percurso uma figura relevante exterior ao seio familiar, não é de estranhar a saliência das palavras “**amigo**”, “**professor**” e “**ajuda**”. Embora a ajuda que estimulou os percursos de mobilidade ascendente destes jovens não tenha efetivamente vindo da parte de professores, eles foram cruciais no seu desenvolvimento, na medida em que apoiaram o percurso ou tiveram um papel avaliado como positivo. No entanto, a ajuda veio sobretudo da parte de pessoas consideradas amigas (como já vimos, um amigo, um padre e dois companheiros).

Curioso é notar que este tipo de percurso denota também uma maior ocorrência das palavras “**racismo/racistas**” e “**problema/s**”, associadas também a “**dificuldade/s**” e “**diferença/s**”. Sabemos que estes entrevistados não tiveram as condições de partida necessárias para um bom desempenho escolar. As suas famílias detinham poucos recursos e o contexto em que cresceram era desprovisto de perspetivas de futuro. Assim, os seus projetos de futuro estavam condicionados ao contexto em que viviam e as suas aspirações não eram altas. Daí que a percepção dos problemas e das diferenças sociais seja muito forte e a discriminação também seja mais sentida.

Ainda assim, o desejo de um futuro melhor fomentado pelas figuras de relevo que surgiram no percurso dos entrevistados fez com que estes buscassem ultrapassar as barreiras sociais e seguir no sentido da ascensão social. De alguma forma, as suas disposições parecem ter sido alteradas no sentido de uma inversão da maneira de se posicionarem no mundo. Novos horizontes se abriram e com eles novas oportunidades, aproveitadas da melhor forma.

Tendo em conta o exposto, podemos concluir que Manço (1999) estava certo quando se referia à integração dos jovens descendentes de imigrantes como uma via de dois sentidos, em que a gestão das diferenças e das semelhanças de maneira positiva, quer pelos jovens quer pela sociedade dita de acolhimento, estaria na base de uma boa participação socioeconómica. Embora se possa ressalvar que esta relação entre os jovens e a sociedade que os viu nascer (na maior parte dos casos) não é isenta de problemas, especialmente os relacionados com racismo institucional, a gestão dos mesmos pode ser feita de forma não prejudicial para estes jovens.

Os jovens que participaram deste estudo são a prova de que, apesar das desvantagens de partida, quando as condições de acolhimento são favoráveis, ou pelo menos não são desfavoráveis, é possível obter bons resultados. No entanto, parece claro pelo discurso dos entrevistados que a tensão a gerir não se inscreve tanto ao nível da cultura, como poderiam advogar as teorias mais culturalistas, mas sim ao nível da rotulação racial e dos preconceitos a ela associados que a sociedade de acolhimento impõe aos estrangeiros de fenótipo diferente, uma vez que em termos culturais as semelhanças são muitas. A história da colonização portuguesa deixou marcas culturais profundas, e nenhuma das ex-colónias (apesar das suas especificidades) está desprovida de traços culturais portugueses, assim como em Portugal se notam também várias influências africanas.

CONCLUSÃO

No contexto global de uma crise económica e social ainda não ultrapassada e de um mercado de trabalho avassalado pelas constantes mudanças sociais e tecnológicas, a imigração, apesar de se apresentar muitas vezes como um problema social, pode na verdade constituir-se como uma solução.

Esta afirmação torna-se evidente se pensarmos, por exemplo, no caso dos imigrantes não laborais ingleses (entre outros), que têm vindo a usufruir do seu estado de reforma comprando imóveis em Portugal e investindo as suas posses na economia portuguesa (sobretudo no âmbito do turismo regional). Há ainda o caso dos imigrantes laborais americanos, europeus ou asiáticos que têm vindo a investir no país adquirindo pontos de comércio, inovando em termos tecnológicos ou contribuindo com o seu *know-how* em microempresas ou grandes empresas. E também se deve notar a recente vinda de várias celebridades para o país, fomentando o turismo e a notoriedade de Portugal no estrangeiro. Esta imigração é vista como um trunfo para a economia nacional, a ponto de ser almejada e fomentada quer ao nível das políticas de imigração quer dos direitos civis.

No entanto, a força de trabalho de imigrantes oriundos dos países pobres, restringida em muitos aspectos, não é reconhecida como uma vantagem para o país e é até muitas vezes retratada nos media como causa de instabilidade social, o que leva muitos a acreditar que os imigrantes roubam os seus postos de trabalho e pauperizam ainda mais os cofres do estado. Sobretudo quando se trata de imigrantes de origem africana, aliada à ideia preconcebida de uma crescente pauperização do país e da comunidade autóctone, encontra-se ainda uma certa aversão com base na não aceitação da diferença fenotípica.

Os anos 1980 e 1990 marcaram a imigração laboral oriunda dos países lusófonos e desde então estas comunidades têm-se estabelecido e fixado em Portugal, reagrupando ou formando as suas famílias e contribuindo para a economia do país, não só através do trabalho como também pela contribuição para o aumento das taxas de natalidade (a Europa encontra-se com níveis de envelhecimento populacional muito altos) e para o dos consumos e investimentos.

Embora nos últimos anos a imigração lusófona para Portugal tenha vindo a decair, muito por causa da crise sentida, este fenómeno é necessário ao crescimento do país e antevê-se sobre ele uma certa permanência, não só porque a emigração de portugueses tem aberto novas vagas de trabalho que podem ser colmatadas por estrangeiros, mas também porque a deterioração das condições de vida nos países de terceiro mundo fomenta o aumento dos fluxos migratórios.

Porém, os descendentes destes imigrantes, na sua grande maioria, já nasceram no país, ou seja, não experimentaram a odisseia imigratória, ou fizeram-no numa fase muito precoce da sua vida. Frequentaram ou frequentam o sistema de ensino português e vão entrar, ou estão agora a entrar, no mercado de trabalho ou a fixar-se nele. Deste modo, a sua condição no país é muito diferente da dos seus progenitores.

Enquanto os imigrantes laborais entendam o país de acolhimento como um país que oferece melhores condições de vida do que o país de origem, eles tendem também a aceitar a sua situação de estrangeiros num país novo e com regras de funcionamento próprias, sonhando frequentemente com o regresso ao país de origem (nem que seja para gozar a velhice). Já os seus descendentes, nascidos e criados no contexto de acolhimento, muitas vezes não conhecem o país de origem dos progenitores e não alimentam a hipótese de lá viverem, não aceitam a conjuntura desvantajosa que lhes é imposta e questionam a marginalização da sua existência.

Com o desemprego e a precariedade laboral que se vem sentindo em Portugal, a situação dos trabalhadores em geral agrava-se, mas a dos imigrantes e dos seus descendentes em particular piora consideravelmente. Não é novidade nenhuma o facto de que numa fase inicial os imigrantes laborais oriundos de países empobrecidos que percorrem caminhos de mobilidade ascendente tendem a passar por uma inserção nos segmentos de trabalho mais desqualificados para depois efetuarem uma progressão gradual (ver modelo da Curva-U, capítulo 2). O que não é de esperar (pelo menos numa sociedade democrática e com valores equitativos) é que essa progressão não aconteça e que, além disso, as gerações vindouras também permaneçam bloqueadas nos seus trajetos, reproduzindo a condição dos progenitores de geração em geração. Este fenómeno caracterizaria um panorama grave de falta de abertura da sociedade de

acolhimento. No entanto, como diz Fernando Luís Machado (2002: 437), “a informalidade e a desregulação dos segmentos do mercado de trabalho onde se insere a grande maioria dos migrantes laborais africanos constituem fenómenos económicos e sociais com grande capacidade de reprodução, o que significa, do ponto de vista do sistema, uma forte inércia estrutural e, do ponto de vista dos actores, que ajudam a reproduzi-lo, a tendência para aí permanecerem, uma vez entrados nele”.

Os casos em que essa tendência é quebrada são ainda uma minoria, são dotados de características particulares e constituem o nosso objeto de estudo. Eles são jovens que conseguiram ultrapassar as malhas do insucesso e do abandono escolar, da marginalização, e trilharam percursos de mobilidade social de sentido ascendente. Embora o sucesso educacional nem sempre se traduza em sucesso ocupacional e o sucesso ocupacional nem sempre esteja dependente do sucesso educacional, estes jovens (na maioria dos casos) conseguiram atingir ambos.

A massificação do ensino que se deu especialmente a partir dos anos 1990 e possibilitou a entrada de jovens das classes populares no ensino universitário configurou-se como “um fator importante na construção dos trajetos de contratendência nas classes populares” (Roldão, 2015: 290). No entanto, este facto por si só está longe de explicar o sucesso educacional de alguns “trânsfugas de classe”.

Estes jovens, provenientes de meios sociais desfavorecidos e de famílias maioritariamente numerosas, na sua grande maioria são inseridos em escolas periféricas e desprestigiadas, onde as turmas de repetentes são uma realidade incontornável. Não tendo nenhum apoio estatal durante o percurso, apoiam-se na sua capacidade pessoal de atingir objetivos e na disciplina incutida em casa pelos progenitores (nem sempre necessariamente relativa aos estudos). O reconhecimento das suas capacidades por meio de uma boa avaliação de desempenho serve muitas vezes de motivação à caminhada e auxilia na integração escolar, ajudando na mudança da percepção de professores e alunos autóctones.

No entanto, o interesse pelo conhecimento surge em determinados casos suscitado por professores com gosto pela sua profissão e, também eles, motivados a fazer a diferença, dando apoio e incentivo aos alunos. Em outros casos, esse gosto já nasce de

uma curiosidade natural, ou adquirida no contexto familiar ou amical através dos valores difundidos, do incentivo ao estudo ou do exemplo de familiares com percursos de mobilidade ascendente já efetivados ou em andamento. Em qualquer das hipóteses, a figura materna investe-se de uma grande relevância para os percursos de mobilidade ascendente. Frequentemente, na ausência da figura paterna (por motivo de abandono do lar, falecimento, emprego no exterior ou horas excessivas de trabalho), a figura materna assume a total responsabilidade de encarregado de educação e de sustento do lar. A maioria dos entrevistados refere a mãe como figura impulsionadora dos seus percursos escolares e profissionais, dando o apoio e o incentivo necessários para a concretização das metas propostas.

Para os jovens oriundos de famílias com um menor capital humano, as aspirações escolares limitaram-se ao ensino obrigatório e o acompanhamento escolar foi praticamente inexistente, uma vez que os progenitores tinham cargas horárias de trabalho excessivas ou simplesmente não tinham condições de o fazer. Sem condições materiais para fazer face às exigências escolares (o acesso a livros, materiais escolares, equipamentos tecnológicos e até mesmo um espaço para estudar no lar eram limitados ou inexistentes), as dificuldades foram sentidas de maneira mais profunda, tanto no que diz respeito à percepção da discriminação como no que diz respeito à integração escolar (maior número de retenções, inserção sistemática em turmas de repetentes, etc.). Nestes casos, a presença de uma figura exterior à família, que acompanha, aconselha e incentiva não só ao sonho como à realização de objetivos (ver percursos de Apoio Providencial), ou a própria agência dos indivíduos, determinados a enfrentar as adversidades e a atingir metas autopropostas, com vista a uma realização pessoal através do desenvolvimento e aproveitamento das aptidões pessoais (ver percursos de Investimento Pessoal), delimitou a caminhada rumo ao sucesso ocupacional. Este é um conjunto de casos que estava entre o limite da marginalidade e o da reprodução efetiva da condição familiar, sem grandes alternativas para explorar. No entanto, estes jovens conseguiram alcançar um patamar mais elevado, e o meio pelo qual o conseguiram difere em grande medida do dos jovens das famílias mais capitalizadas.

Já os jovens pertencentes a famílias um pouco mais capitalizadas (uma vez que todos pertencem à mesma classe), por seu turno, tiveram acesso a algumas vantagens relativamente aos casos anteriores, nomeadamente uma conjuntura familiar material e moralmente um pouco mais estável, onde as aspirações já incluíam um trajeto académico e um acompanhamento escolar mais próximo (ainda que nem sempre sistemático), em muitos casos com recurso a estratégias específicas com vista à ascensão social (tais como mudança residencial ou de instituição escolar, pagamento de explicações ou recurso a redes de contactos privilegiadas, i.e. capital social).

Em alguns casos, o acompanhamento do percurso foi partilhado. A rede comunitária (amigos e vizinhos das famílias) teve um papel preponderante não só no controlo das sociabilidades como no cuidado dos menores, no apoio e incentivo dos seus percursos (ver percursos de Sustentação Comunitária). Estes elementos exteriores à família, mas coadjuvantes na educação e no controlo dos descendentes, mostram-se como figuras cruciais no encaminhamento dos menores e, na ausência dos pais (normalmente por causa das horas excessivas de trabalho), funcionam como a autoridade parental de substituição, tendo por isso um papel fundamental na manutenção dos padrões parentais de bom comportamento e bom desempenho.

Noutros casos, a própria família encarregou-se de, de forma sistemática, planear cuidadosamente o percurso dos seus descendentes e reunir esforços no sentido da progressão a nível familiar, utilizando para isso estratégias com vista à ascensão social, como a mudança residencial para áreas menos marginalizadas, a mudança escolar para instituições mais conceituadas ou o recurso a explicações ou a bolsas de estudo (ver percursos de Programação Familiar). Estes jovens vêm de famílias em que as expectativas são ao nível do ensino superior e as aspirações são elevadas. Eles têm objetivos e planos bem delineados porque, nestes casos, as estratégias desenvolvidas passam tanto por uma orientação seletiva das escolhas individuais como pela definição de critérios de excelência para toda a família. Os seus percursos baseiam-se em projetos de futuro bem estruturados e estabelecidos *a priori*. Em alguns dos casos, os pais chegam a ter mobilidade ascendente em simultâneo com os filhos, acabando a sua

formação e mudando de área de emprego para áreas mais vantajosas e dentro da sua nova condição académico-profissional.

No que diz respeito à inserção socioprofissional, «parte-se do pressuposto de que se os indivíduos tiverem oportunidade de adquirir competências, conhecimentos e outros tipos de “capital humano” podem aumentar o seu valor pessoal, com repercussões no valor do seu rendimento salarial; ou seja, o seu salário pode exceder o seu valor social (de origem) permitindo acumulação de capital que pressupõe a alteração da sua posição na hierarquia social, com repercussões nos seus modos de vida e no seu reconhecimento simbólico.» (Faria, 2010). A inserção socioprofissional destes jovens dá-se por isso sobretudo pela via do capital humano (enquanto misto de conhecimentos e competências) que os entrevistados acumularam ao longo da sua vida escolar e profissional. Assim, a maioria dos entrevistados obteve mobilidade ascendente por via das suas próprias credenciais educacionais, ainda que em alguns casos tenha sido acionada a rede de contactos (quatro casos) ou tenha sido feito um convite por parte do empregador (três dos casos). Seja como for, os caminhos trilhados por estes jovens estiveram sempre delimitados pelas suas condições de origem, as suas capacidades pessoais (i.e. capital humano) e as oportunidades sociais que surgiram.

Os seus percursos são marcados por uma entrada precoce no mercado de trabalho (antes dos 18 anos em quinze dos casos) e pela passagem inicial, por vezes longa, por profissões menos qualificadas, ao mesmo tempo que prosseguem os seus estudos. Embora nos casos analisados a grande maioria nunca tenha experimentado nenhuma fase de desemprego, dada a baixa idade com que entraram no mercado de trabalho (em alguns casos aos 12 anos de idade) para ajudar na economia familiar, passaram por vários empregos precários (muitas vezes em situação de informalidade), onde não tinham qualquer oportunidade de progressão. No entanto, essas experiências parecem ter fortalecido o seu espírito combativo e tê-los motivado para a procura de melhores condições de vida. Apesar das más condições de trabalho, da má remuneração e do trabalho pesado (sobretudo para adolescentes), acabaram por adquirir competências que lhes eram favoráveis após o final da etapa escolar, nomeadamente uma maior facilidade

de se movimentarem no mercado de trabalho e uma maior versatilidade no que respeita ao contacto com públicos, bem como a capacidade de adaptação a contextos variados.

Estes jovens foram obrigados a amadurecer rapidamente para poderem ajudar a família a sustentar-se quer a nível monetário quer a nível relacional, nomeadamente na manutenção da hierarquia e união familiar. A importância dos valores transmitidos pela família é, por isso, fundamental para que a herança e os valores culturais e familiares não se diluam em meio às dificuldades sentidas no país de acolhimento. Ensinados desde cedo a ter responsabilidade e autonomia na gestão do seu percurso, estes jovens habituaram-se a pensá-lo como um meio de melhorar a sua condição de vida, mas também, de alguma forma, a das suas famílias. Por isso, nestes casos a ascensão social significa não estar mais aprisionado ao que os americanos chamam de *black tax*¹, abandonando uma tendência à reprodução da condição de pobreza dos seus ascendentes e à desqualificação para assumir uma condição social mais vantajosa a nível financeiro e a nível simbólico (status), deixando para trás um passado marcado pela marginalização, geração após geração.

No que diz respeito à identidade pessoal, os jovens analisados nesta pesquisa veem-se maioritariamente como sendo portugueses ou com uma identidade dupla ou mista (de africano e português), embora se possa dizer que, na verdade, dada a complexidade das suas origens e pertenças, se tenha adquirido uma identidade transnacional ou pluricultural, como nos apontam alguns dos entrevistados que se classificam como “cidadãos do mundo”. Ainda assim, dada a ligação histórica de Portugal com as suas ex-colónias, naturalmente que as proximidades entre as duas comunidades (autóctone e migrante) são mais do que muitas, começando pela língua partilhada por todos e a religião católica (na maior parte dos casos) e terminando nas sociabilidades interétnicas que, atravessando todas gerações, se tornam particularmente evidentes nos circuitos relacionais dos descendentes de imigrantes, uma vez que a sua socialização foi feita desde sempre em contexto multicultural.

¹ Alusão ao preço alto que se paga por se ser fenotipicamente ou etnicamente diferente, neste caso de origem africana.

Porém, não deixa de ser curioso que a maioria dos jovens aqui entrevistados que trilhou percursos de mobilidade ascendente viva em zonas de maioria branca portuguesa e tenha sociabilidades maioritariamente dessa natureza ou extremamente interétnicas, relegando o contacto com as origens africanas para o nível quase estritamente familiar. Não obstante, apenas cinco entrevistados dizem não ter qualquer memória de episódios racistas a nível pessoal, mencionando sobretudo episódios racistas relacionados com pessoas suas conhecidas ou que lhes foram relatados. Os restantes 20 entrevistados dizem ter sofrido discriminação sobretudo pela sua condição desfavorecida e pelo seu fenótipo, sendo que esta foi perpetrada sobretudo no ambiente escolar (por colegas, professores e pais de alunos), nos serviços (com um atendimento claramente inferior ao de clientes autóctones) e, em alguns casos, também no ambiente de trabalho (com alguns comentários impróprios ou com a subvalorização das suas capacidades).

Há que ressalvar, no entanto, que a percepção do racismo e o racismo em si podem ser matérias discutíveis, uma vez que remetem muitas vezes para dimensões subjetivas do entendimento. Apesar disso, o racismo institucional pode ser facilmente identificado no discurso dos entrevistados no que diz respeito ao universo escolar, nomeadamente no que concerne a: a) ao sistema (escolas marginalizadas, docentes impreparados, turmas de repetentes, conteúdos pouco apelativos, sobretudo no que diz respeito à disciplina de História, retenção); b) à participação dos alunos (exclusão ou invisibilidade); c) ao fenótipo em concreto (comentários ofensivos); e d) às oportunidades de progressão (avaliação prejudicial). Já no que diz respeito ao mercado de trabalho, o racismo institucional manifesta-se sobretudo ao nível de a) acesso ao emprego (negado em função do fenótipo e da zona residencial); b) desvalorização das capacidades em função do fenótipo e c) condições laborais e oportunidades de progressão (desfavoráveis e limitadas).

Ao longo do seu percurso, os entrevistados tiveram de se deparar com manifestações de racismo institucional, que em alguns casos não só marcaram a sua experiência escolar e laboral como a influenciaram ou condicionaram. Este é o tipo de racismo que pode bloquear os caminhos de ascensão social para os imigrantes e os seus

descendentes, e que Portes (2008) já descrevia no que chamou de “modos de incorporação” como um modo de bloqueio de cariz societal.

Sabendo-se de antemão, por via de outros estudos, que “os jovens de origem portuguesa das classes populares têm maior probabilidade de desenvolver trajetos de contratendência do que os seus pares de origem cabo-verdiana [ou africana em geral] da mesma classe social” (Roldão. 2015: 298), fica patente a importância dos modos de incorporação como veículo de bloqueio a trajetórias de mobilidade ascendente de jovens descendentes de imigrantes.

Acreditamos, por isso, no cenário futuro projetado por Portes (2008), segundo o qual, se as populações migrantes não conseguirem atingir mobilidade ascendente, estaremos perante uma sociedade cada vez mais desigual, com áreas de pobreza consignadas a determinadas etnias e com o aumento de fenómenos de marginalização, crime e morte. Assim sendo, urge não só um maior conhecimento desta realidade como um maior interesse por parte das agendas governamentais e das instituições competentes no sentido da melhoria das possibilidades de ascensão, se não dos imigrantes, pelo menos dos seus descendentes, que fazem já parte do tecido social português.

Assim, consideramos que os objetivos inicialmente propostos para esta dissertação foram alcançados, nomeadamente no que diz respeito ao conhecimento dos seguintes aspetos: os processos de mobilidade social em Portugal, as características gerais de percursos de mobilidade ascendente entre populações com perfil desfavorecido, os contextos e fatores que podem levar a que um membro de uma comunidade étnica minoritária em desvantagem consiga derrubar as fronteiras da sua condição e ter mobilidade social ascendente e, finalmente, o mapeamento do papel dos diferentes atores nos percursos de mobilidade ascendente: a família, a escola, os amigos ou pares e o mercado de trabalho, tendo-se dado particular atenção às suas estratégias e disposições.

Ressalvamos, no entanto, as lacunas que o estudo em questão possa apresentar, nomeadamente no que diz respeito à quase ausência de representantes do mundo desportivo no leque de entrevistados, suscitada sobretudo pela metodologia aplicada (bola de neve) e pela pouca disponibilidade dos contactos encontrados para se prestarem

a uma entrevista; no que diz respeito à metodologia aplicada (sobretudo qualitativa) e à ausência de estatísticas recentes sobre determinados aspectos da investigação, uma vez que este é um universo ainda não totalmente quantificado. Também em relação ao aprofundamento de algumas questões, ele não terá sido sempre concretizado dados os limites da metodologia baseada em entrevista e a escassez de bibliografia de apoio, já que se trata de tema pouco tratado em Portugal.

Acreditamos, contudo, que as conclusões que retirámos da análise das nossas entrevistas servirão de base para estudos ulteriores e mais aprofundados sobre os jovens descendentes de imigrantes e suscitarão novas questões quanto ao futuro das suas comunidades. Assim sendo, sugerimos que em futuras investigações se dê maior atenção ao modo como a escola e o mercado de trabalho podem ser veículos de disseminação de racismo institucional, bloqueando efetivamente a plena participação destes jovens no tecido social português, bem como ao modo como as influências grupais ou as sociabilidades interétnicas podem ser um elemento diferenciador na percepção social e individual dos atores sociais.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1999), José Machado Pais (coord.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.
- Abou Sada, G. e H. Milet (1986), *Générations issues de l'immigration. Mémoires et Devenirs*, Paris, Arcantère.
- Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, capital social e mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes de países africanos lusófonos em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia – Especialidade Sociologia das Migrações. Lisboa: Universidade Aberta.
Disponível em: <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle/10400.2/1271>.
- Almeida, João Ferreira de (1986), “Temas e conceitos nas teorias da estratificação social”, *Análise Social*, vol. XX (81-82), 167-190.
- Almeida, João Ferreira de (2013), “Classes sociais na Europa” in *Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Anthias; Floya e Nira Yval-Davis (2005), *Racialized boundaries – Race, nation, gender colour and class and the anti-racist struggle*, London: Routledge.
- Antunes, M. L. Marinho (1981), “Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português”, *Análise Social*, 65.
- Archer, Margaret S. (2003), *Being Human – The Problem of Agency*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, Margaret S. (2007), *Making our Way through the World. Human Reflexivity and Social Mobility*, Cambridge University Press, UK.
- Archer, Margaret S. (2010), “Routine, Reflexivity, and Realism”, *Sociological Theory*, 28.3, Setembro 2010.
- Azevedo, Thales de (1955), “As elites de cor numa cidade Brasileira: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio”, *Brasiliana*, série V, vol. 282. São Paulo, Companhia Editora Nacional. Disponível em:
<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/483/1/282%20PDF%20-%20OCR%20->

[%20RED.pdf](#)

Baganha, Maria Ioannis (2005), “Política de imigração: a regulação dos fluxos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em:

Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis (2009), “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica”, *Ler História*. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1979>

Barth, Fredrick (1969), *Ethnic Groups and Boundaries*, Bosston, Little, Brown.

Becker, Howard (1996), The Epistemology of qualitative Research”, in Jessor, Richars, Anne Colby e Richard A. Shweder (eds.), *Etnography and human development: context and meaning in social inquiry*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 53-71.

Berger, Peter L. e Thomas Luckmann (2004), *A Construção Social da Realidade*, 2^a edição, Lisboa, Dinalivro.

Bernstein, Basil, (1982), “Aspectos da Relação entre a Educação e a Produção”, em Sergio Grácio, Sacuntala de Miranda e Stephen Stoer (orgs.), *Sociologia da Educação: Antologia – funções da escola e reprodução socia*, V.I, Lisboa, Horizonte, pp.275-302.

Bertaux, Daniel (1977), “Pour sortir de l’ornière néo-positiviste” ”, *Sociologie et sociétés*, vol. 8, nº 2, p.119-134.

Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.

Bertaux, Daniel (1993/2005), “Mobilité sociale: l’alternative”, *Sociologie et sociétés*, vol. 25, nº 2, p.211-222.

Bertaux, Daniel e Bertaux-Wiame, I. (1988), “Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations”, *Life stories/Récits de vie*, nº 4.

Biber, Douglas e Reppen, Randi (2015), “Introduction” in Douglas Biber e Randi Reppen (Eds.), *The Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1–8.

Bourdieu, Pierre (1972/2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras, Celta.

Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction. Critique social du jugement*, Paris: Minuit.

Bourdieu, Pierre (1980/1994), *Raisons Pratiques. Sur la Théorie de l’Action*, Paris, Seuil.

Bourdieu, Pierre (1999) “Classificação, Desclassificação, Reclassificação”, em Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.), *Escritos de Educação*. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, pp. 39-64.

Bourdieu, Pierre e Abdelmalek Sayad (1964/2004) “Colonial Rule and Cultural Sabir”, *Ethnography* 5(4): 544–86.

Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1964, 2006), *Los herederos: Los estudiantes y la cultura*, Argentina, Siglo Veintiuno Editores.

Bourdieu, Pierre. e Jean-Claude Passeron (1970, 2008), *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Vega Universidade.

Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1973), *Los estudiantes y la cultura*. 3^a ed. Buenos Aires: Labor.

Bourdieu, Pierre e Loïc Wacquant (1992), *Réponses. Pour Une Anthropologie Réflexive*, Paris, Seuil.

Bruto da Costa, Alfredo e Manuel Pimenta (Coord.) (1991) – Minorias Étnicas Pobres em Lisboa, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã/Câmara Municipal de Lisboa.

Camilleri, C. (1991) “Communautés, immigration, intégration”, *Migrants-formation*, nº 86, p.195 e seguintes.

Carneiro, R. et al. (2006), A mobilidade ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal, Lisboa, DGEEP; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Castro, Paula e Maria João Freitas (1991), *Contributos para o Estudo dos Grupos Étnicos Residentes na Cidade de Lisboa – Vale do Areeiro, um estudo de caso*, Lisboa, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Chan, Tak Wing e Vikki Boliver (2013) The grandparents effect in social mobility: evidence from British birth cohort studies”, *American Sociological Review*, 78 (4), pp.662-678.

Chiswick, B. R. (1978), “The effects of Americanization on the earnings of foreign-born men”, *Journal of Political Economy*, 86 (5), pp. 897-921.

Chiswick, B. R. et al. (2005), A Longitudinal Analysis of the Occupational Mobility of Immigrants”, Proceedings of the 30th Annual Winter Meeting: Industrial Relations Research Association Series.

- Contador, António Concorda (1998), “Consciência de Geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 26, pp. 57-83.
- Costa, António Firmino da (1998), “Classes sociais e relações de classe” in *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- Dahrendorf, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Stanford California, Stanford University Press.
- Davis, Kingsley e Wilbert E. Moore (1945), “Some principles of stratification”, *American Sociological Review*. Disponível em:
<http://academic.udayton.edu/ClaraKim/inequality/articles/3-perspectives/Davis%20-%20Some%20Principles%20of%20Stratification.pdf>
- Duncan, Beverly e , Otis Dudley Duncan (1969), “Minorities and the Process of Stratification” in *American Sociological Review*, Vol. 33, No. 3 (Jun., 1968), pp. 356-364.
- Durkheim, Emile (1997/2013), *The Division of labor in Society* Disponível em:
http://facweb.northseattle.edu/ratkins/ClassMaterials/Scans%20Diagrams/SOC101/Winter%2712/MSLib_Durkheim_Labor.pdf
- Egreja, Catarina e João Peixoto (2011), “Inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 67, pp. 43-64.
- Elder-Vass, Dave (2007), “Reconciling Archer and Bourdieu in an Emergentist Theory of Action”, *Sociological Theory*, 25:4, Dezembro 2007.
- Elias, Norbert (1939/1990), *La sociedad de los Individuos*, Barcelona, Ediciones Peninsula.
- Esping-Andersen, Gosta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1999), “Analise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53.
- Estanque, Elísio e Nunes, João arriscado (2003), “A Universidade e os Jovens”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 03-04. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/rccs/1150>
- Featherman, D. L e R. M. Hauser (1978), *Opportunity and Change*, Nova York, Academic Press.

- Fejgin, Nancy (1995) “Factors contributing to the academic excellence of American Jewish and Asian Students”, *Sociology of Education*, vol. 68 [January], pp. 18-30.
- FELICIANO, Cynthia (2005), “Does Selective Migration Matter? Explaining Ethnic Disparities in Educational Attainment among Immigrants’ Children”, *International Migration Review*, Volume 39 Number 4 (Winter 2005):841-871.
- Forquin, Jean-Claude (1982), “L’approche sociologique de la réussite et de l’échec scolaires: inégalités de réussite scolaire et appartenance sociale”, *Revue Française de Pédagogie*, 59, pp.52-75.
- Gándara, Patricia (1995), *Over the Ivy Walls: The educational mobility of low-income Chicanos*, Albany, StateUniversity of New York Press.
- Garcia, José Luís et al. (2000), Estranhos, Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (1973), *The Class Structure of the Advanced Societies*, London, Hutchinson.
- Giddens, Anthony (1979, 2000) *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (1984), *The constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity.
- Giddens, Anthony (2005), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Glass, David Victor e Jerzy Berent (1954), *Social Mobility in Britain*, Routledge aan Kegan Paul.
- Goffman, Erving (1959/1993), A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias, Lisboa, Relógio d’Água.
- Goldthorpe, John H. (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- Goldthorpe, John H. et al. (1968), *The Affluent Worker: Industrial Attitudes and Behaviour*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Guerra, Isabel Carvalho (2008), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, Lisboa, Principia.
- Hirschman, Charles (1983), “America’s Melting Pot Reconsidered”, *Annual Review of Sociology*, Vol. 9, pp. 397-423. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1037/h0093840> e <https://journals.openedition.org/rccs/952>

Janssen, Maarten (2001), “TEITOK: Text Faithful Corpora” in Proceedings of LREC 2016, Portoroz, Eslovénia, ELRA, pp. 4037–4043. http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2016/pdf/651_Paper.pdf

Janssen, Maarten. (2016). “TEITOK: Text-Faithful Annotated Corpora.” In Proceedings of the Tenth International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2016), 4037–43. Portorož, Slovenia: European Language Resources Association. http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2016/pdf/651_Paper.pdf.

Jerónimo, Miguel Bandeira, e António Costa Pinto (2015) «A modernising empire? Politics, culture and economy in Portuguese Late Colonialism». Em The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons, editado por Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, 51–80. London: Palgrave MacMillan.

Kastoryano, R. (1991), “Relations interethniques et formes d'intégration”, em Taguieff, P. A. (ed.), *Face au racisme*, t.II, Paris: La Découverte, p. 167 e seguintes.

Laacher, Smain (1990/1995), “L'école et les miracles: notes sur les déterminants sociaux des trajetoiress scolaires des enfants de familles immigrées”, *Politix*, 3 (12), pp.25-37.

Laacher, Smain (2003), “Partir pour le bout de la terre”, in *Critique Internationale*, n° 19.

Lahire, Bernard (1995), Tableux de familles: Heurs e malheurs scolaires en milieux populaires, Paris Gallimard/Seuil, Hautes Études.

Lahire, Bernard (1999/2001), O Homem Plural. As molas da Acção, Lisboa, Instituto Piaget.

Lahire, Bernard (2003), “From the habitus to an individual heritage of dispositions. Towards a sociology at the level of the individual”, *Poetics*, 31, pp.329-355, Elsevier B. V. Disponível em www.elsevier.com/locate/poetic

Lahire, Bernard (2004), *Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais*, São Paulo, Artmed Editora.

Lahire, Bernard (2005), “Patrimónios Individuais de Disposições – Para uma Sociologia à escala individual” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 49, pp. 11 -42.

Laurens, Jean- Paul (1995), “La migration: une chance contre l'échec scolaire?”, in Hommes e Migrations. Une histoire de familles, n° 1185.

Laurens, Jean-Paul (1992), “Des pratiques de surscolarisation en milieu populaire”, in

Fin de Siècle: Quelle école?, textes recueillis par René Guth, Les Cahiers du Groupe de Recherche et d’Action Pédagogique des Inspecteurs de l’ Education Nationale.

Li, Yaojun e Anthony Heath (2008), Minority ethnic men in British labour market (1972-2005), *International Journal of Sociology and Social Policy*, Vol. 28 No. 5/6, 2008 pp. 231-244.

Li, Yaojun, Mike Savage, e Alan Warde (2008), “Social mobility and social capital in contemporary Britain”, *British Journal of Sociology*, vol. 59, 3.

Lipset, Seymour Martin e Reinhard Bendix (1959), *Class, Status and Power. A Reader in Social Stratification*, Glencoe, Free Press of Glencoe.

Loury, Glenn C., Tariq Modood e Steven M. Teles (2005), *Ethnicity, Social Mobility and Public Policy*. Comparing the USA and UK, Cambridge University Press, UK.

Machado, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 111-134.

Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.

Machado, Fernando Luís (2008), “Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajectos”, *Revista Migrações*, Número temático: *Imigração e Mercado de Trabalho*, João Peixoto (org.), ACIDI.

Machado, Fernando Luís e Alexandre Silva (2009), *Quantos caminhos há no mundo?* Fundação Calouste Gulbenkian, Principia.

Machado, Fernando Luís e Ana Raquel Matias (2006), *Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica*, CIES e-Working Paper Nº 13.

Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Leal (2005), Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos, in *Análise Social*, vol. XL (176), pp. 695-714.

Machado, Fernando Luís e Maria Abranches (2005), “Dois Caminhos de integração social: uma análise extensiva e comparativa das trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e indianos hindus em Portugal”,

Machado, Fernando Luís et al. (2008), “Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 66, 45-80.

Malheiros, Jorge Macaísta, B. Padilha e F. Rodrigues (2010), *Mulheres imigrantes empreendedoras*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Malheiros, Jorge Macaísta e Francisco Vala (2003), A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa.

Manço, Altay A. (1998), Valeurs et Projects des Jeunes Issus de L'Immigration, l'exemple des Turcs en Belgique, Paris, L'harmattan.

Manço, Altay A. (1999), *Integration et identités. Stratégies et positions des jeunes issus de l'immigration*, Paris, De Boeck Université.

Marques, Maria Margarida e Joana Lopes Martins (2005), *Jovens Migrantes e Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Marques, Maria Margarida e Maria João Valente Rosa (2003), “L'intégration des immigrés au Portugal: singularité ou retard?”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 9-36.

Marquilhas, Rita e Iris Hendrickx (2016), “Avanços nas Humanidades Digitais” in Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*, De Gruyter, pp. 252–277.

Marx, Karl (1871/1960), *O Capital*, São Paulo, Editora Abril.

Mateus Gomes, Sandra Cristina (2013), *Futuros Convergentes? Processos, dinâmicas e perfis de construção das orientações escolares e profissionais de jovens descendentes de imigrantes em Portugal*. Tese de Doutoramento. ISCTE-IUL.

Matias, Ana Raquel (2014), “O Lugar das Línguas Imigrantes Não-Europeias enquanto objecto na Sociologia das Migrações Internacionais”, *40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas. Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*.

Mead, George Herbert (1934), *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*, Works of George Herbert Mead, Vol. 1.

Mendes, José Manuel de Oliveira (1997), “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”, *Revista crítica de Ciências Sociais*, 49.

Mendes; José Manuel Oliveira (2001), “Todos iguais? Uma análise comparada da mobilidade intergeracional e das desigualdades sociais”, *Revista Crítica de Ciências*

Sociais, 61.

- Mills, Charles Wright (1956/1970). *The Power Elite*. Nova York, Oxford University Press.
- Mince, Juliette (1986), *La génération suivante. Les enfants de l'immigration*, Paris, L'Aube.
- Mitterauer, Michael (1992), *A History of Youth*, Oxford, Blackwell.
- Ogbu, John U. (1982), “Cultural Discontinuities and Schooling”, *Anthropology e Education Quaterly*, Vol. 13, No. 4, (Winter, 1982), pp.290-307.
- Ogbu, John U. (1990), “Minority Education in Comparative Perspective”, *Journal of Negro Education*, Vol. 59, No.1, Howard University.
- Ogbu, John U. (1992), “Adaptation to Minority Status and Impact on School Success”, *Literacy and The African-American Learner*, Vol. XXXI, No. 4 Autumn 1992, College of Education, The Ohio State University
- Ogbu, John U. (1998), “Voluntary and Involuntary Minorities: A Cultural-Ecological Theory of School Performance with Some Implications for Education”, *Anthropology & Education Quaterly*, Vol. 29, No. 2, (Winter, 1982), pp.155-188.
- Ogbu, John U. (2003), *Black American Students in an Affluent Suburb: A Study of Academic Disengagement*, Mahwah, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Osório, Rafael Guerreiro (2004), *A Mobilidade Social dos Negros Brasileiros*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.
- Pakulski, Jan e Malcom Waters (1996), *The Death of Class*, Londres, Sage.
- Parsons, Talcott (1959), “The school class as a social system : some of its functions in American Society”, *Harvard Educational Review*, 29, pp.297-318.
- Partington, Alan e Anna Marchi (2015), “Using corpora in discourse analysis” in Douglas Biber e Randi Reppen (Eds.), *The Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 216–234.
- Peal e Lambert (1962), “The relation of bilingualism to intelligence”, *Psychological Monographs: General and Applied*, 76 (27), 1-23. Disponível em :
- Pierson, Donald (1945), *Teoria e pesquisa em Sociologia*. São Paulo, Melhoramentos.
- Piore, M. J. (1979), *Birds of passage : migrant labor and industrial societies*, Cambridge Univ. Press.

- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Pires, Rui Pena (2007), “Árvores conceptuais. Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº53, pp.11-50.
- Platt, Lucinda (2003), “The Intergenerational Social Mobility of Minority Ethnic Groups The ISER Working Papers, No. 2003-24.
- Portes, Alejandro (1993), “Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology”, Annual Review of Sociology, vol. 24, pp. 1-24.
- Portes, Alejandro e Dag Macleod (1999), Educating the second generation: Determinants of academic achievement among children of immigrants in the United States, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 25:3, 373-396, DOI: 10.1080/1369183X.1999.9976693
- Portes, Alejandro e Min Zhou (1993), “The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants”, Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 530, Interminority Affairs in the U. S.: Pluralism at the Crossroads (Nov., 1993), pp. 74-96.
- Portes, Alejandro e Patricia Fernández-Kelly (2008), “No Margin for Error: Educational and Occupational Achievement among Disadvantaged Children of Immigrants”, The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science (November 2008) vol. 620, No. 1, pp. 12-36.
- Portes, Alejandro e Rúben G. Rumbaut (2001), *Legacies. The Story of the Immigrant Second Generation*, California, University of California Press.
- Portes, Alejandro e Ruben G. Rumbaut (2006), *Immigrant America: a portrait*,
- Putnam, Robert (2000). *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster.
- Putnam, Robert (2001), Social Capital: Measurement and Consequences, *Canadian Journal of Policy Research*, Isuma, 2(1), 41–51.
- Queiroz, Maria Cidália e Marielle Christine Gros (2002), *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*, Porto, Campo das Letras.
- Ragin, Charles (1994) *Constructing Social Research. The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks: Pine Forge.
- Roazzi, António e Leandro S. Almeida (1988), “Insucesso Escolar: Insucesso do Aluno ou Insucesso do Sistema Escolar?”, *Revista Portuguesa de Educação*, 1988, Vol. 1, No. 2,

pp. 53-60.

Roldão, Cristina (2014), *Factores e Perfis de Sucesso Escolar “Inesperado”: Trajectos de Contratendência de Jovens das Classes Populares de Origem Africana*, Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.

Rosário, Edite; Tiago Santos e Silva Lima (2011), *Discursos do Racismo em Portugal: Essencialismo e Inferiorização nas Trocas Coloquiais sobre Categorias Minoritárias*, Observatório da Imigração, Estudos OI, 44.

Rosenthal, R., e L. Jacobson (1968/1986). Pygmalion in the classroom: Teacher expectation and pupils' intellectual development. New York: Holt, Rinehart,& Winston.

Rumbaut, Rubén G. (1998), “Comming of Age in Immigrant America”, *Research Perspectives on Migration*, Vol. 1, No. 6, pp. 1-14.

Rumberger, Russel W. e Katherine A. Larson (1998), “Student Mobility and the Increased Risk of High School Dropout”, *American Journal of Education*, Vol. 107, No. 1 (Nov., 1998), pp. 1-35.

Saint-Maurice, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas, Cabo-Verdianos em Portugal*, Celta, Oeiras.

Saint-Maurice, Ana de e Rui Pena Pires (1989), “Descolonização e igrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11, pp. 203-226..

Santelli, Emmanuelle (2001), *La mobilité social dans l' immigration. Itinéraires de réussite des enfants d'origine algérienne*. Paris, Presses Universitaires du Mirail.

Seabra, Teresa (2008), *Etnicidade e “excelência escolar” – Cabo-verdianos e indianos na AML*, Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.

Shumpeter, Joseph (1984), “Les classes sociales en milieu ethnique homogène”, em Shumpeter; Joseph; *Impérialisme et Classes Sociales*, Paris, Flammarion (1^a ed. 1927).

Silverman, David (2011), Qualitative Research (3rd edition), London: Sage.

Smelser e Lipset (ed.) (1966), *Social Structure and mobility in economic development*, New Brunswick, New Jersey, Transaction Publishers.

Sorokin, Pitirim (1957/1970), *Social e Cultural Dynamics*, Boston, Porter Sargent Publisher.

Sorokin, Pitirim (1959), Social and Cultural Mobility, Nova Iorque, The Free Press.

- Strauss, A. e J. Corbin (1990), *Basics of Qualitative Research; Grounded Theory Procedures and Techniques*, London, Sage.
- Stubbs, Michael (2002), “Two quantitative methods of studying phraseology in English”, *International Journal of Corpus Linguistics*, 7(2), 215–244.
- Suárez-Orozco, Carola (2003) “Formulating Identity in a Globalized World”, in *Globalization: Culture e Education in the New Millennium*, Marcelo M. Suárez-Orozco e Desiree Quin Hilliard (eds), University of California Press e Ross Institute.
- Suárez-Orozco, Carola (2007), “AfterWord: Reflections on Research with Immigrant Families”, in *Immigrant Families in Contemporany Society*,
- Suárez-Orozco, Carola (2009), “The Significance of Relationships: Academic Engagement and Achievement Among Newcomer Immigrant Youth”, *Teachers College Record*, Vol. 111, No. 3, March 2009, pp. 712-749.
- Suárez-Orozco, Carola e Marcelo M. Suárez-Orozco (2002), *Children of Immigration*, Harvard, Harvard University Press.
- Sudan, Dimitri (2002), *Construction identitaire chez les jeunes Afro-portugais à Lisbonne*, Paris, L'Harmattan.
- Svallfors, Stefan (ed.), (2005), *Analyzing Inequality: Life Chances and Social Mobility in Comparative Perspective*, Califórnia, Stanford University Press.
- TEI Consortium (2017), TEI P5: Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange (Text Encoding Initiative Consortium). <http://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/index.html>
- Teixeira, Elsa Guedes (2008), “Trajectórias de sucesso escolar no Ensino Superior de Jovens Provenientes de Contextos descapitalizados”, em *Actas do VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, Publicação electrónica, pp.1-17 – <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/420.pdf>
- Temple e Reynolds (1995), Quasi-experimental estimates of the effects of a preschool intervention: Psychometric and econometric comparisons, *EVALUATION REVIEW*, Vol. 19 No 4, August 1995 347-373, Sage Publications, Inc. Disponível em: <https://bobcat.militaryfamilies.psu.edu/sites/default/files/placed-programs/Reynolds%20%26%20Temple%201995.pdf>
- Terrail, Jean-Pierre (1990), *Destins ouvriers: la fin d'une classe?*, Paris, Presses

Universitaires de France.

Terrail, Jean-Pierre (2002), De l’inegalité scolaire. Disponível em: reaktiv1979.free.fr

Vala, Jorge (org.)(2003), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta.

Vala, Jorge e Marcus E. O. Lima (2002), “Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo”, in *Análise Social* , voul. XXXVII (162), pp. 181-207.

Vala, Jorge e Marcus E. O. Lima (2004a), *A cor do sucesso: Efeitos da performance social e económica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil*.

Vala, Jorge e Marcus E. O. Lima, (2004b), “As novas formas de expressão do preconceito e do racismo”, in *Estudos de Psicologia*, 9 (3), pp.401-4011.

Vala, Jorge e R. Brito e D. Lopes (1999), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta.

Van Dijk, Teun (1993), Principles of Critical Discourse analysis, *Discourse & Society*, Sage (London, Newbury Park and New Delhi), Vol. 4 (2): 249-283.

Van Dijk, Teun (2006), “Ideology and discourse analysis”, *Journal of Political Ideologies*, 11:2 pp.115-140.

Vasconcelos, Pedro (2004), “Categorização, identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação” in Ana Paula Marques et al. (coord.), *Formas Identitárias e Modernidade Tardia*, Braga: ICS-UM, 51-70.

Villaverde Cabral, Manuel (1998), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal” in *Análise Social*, Vol. XXXIII (146-147).

Vitorino, António (coord.), (), *Imigração. Oportunidade ou Ameaça*, Fundação Calouste Gulbenkian.

Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos (2001), “Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality”, *Journal of European Social Policy*, 11 (3), pp. 213-233.

Wallet, Jean- William; Abdeljalil Nehas e Mahjoub Sghiri (1996), *Les perspectives des jeunes issus de l’immigration maghrébine*, Paris, L’Harmattan.

Weber, Max (2001/2013), *The protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Nova Iorque, Routledge.

Wodak, Ruth e Michael Meyer (2009), “Critical discourse analysis: history, agenda,

theory and methodology” in Ruth Wodak e Michael Meyer (Eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*, 2 .^a ed., Londres / Thousand Oaks / Nova Delhi / Singapura, SAGE Publications, pp. 1–33.

Wright, Erik Olin (2000), *Class Counts*, U.K, Cambridge University Press.

Zeroulou, Zaihia (1988), “La réussite scolaire des enfants d’immigrés: l’apport d’une aproche en termes de mobilisation”, *Revue Française de Sociologie*, 29 (3), p. 447-40.

Zhou, Min (1997a), “Growing up American: The Challenge Confronting Immigrant Children and Children of Immigrants”, *Annual Review of Sociology*, Vol. 23, pp. 63–95.

Zhou, Min (1997b), “Segmented Assimilation: Issues, Controversies, and Recent Research on the New Second Generation”, *International Migration Review*, Vol. 31, No. 4, Special Issue: Immigrant Adaptation andNative-Born Responses in the Making of Americans. (Winter, 1997), pp. 975-1008.

Zhou, Min e Carl L. Bankston III (1998), *Growing Up American – How Vietnamese Children adapt to Life in the United States*, Nova Iorque, Russel Sage.

Zhou, Min e Susan S. Kim (1997), “Community Forces, Social Capital, and Educational Achievement: The Case of Supplementary Education in the Chinese and Korean Immigrant Communities”, *Harvard Educational Review*.

Zhou, Min e Yang Sao Xiong (2005), “The multifaceted American experiences of the children of Asian immigrants: Lessons for segmented assimilation”, *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 28, No. 6, November 2005, pp. 1119-1152

ANEXOS

ANEXO1:

Guião de entrevista

1. DADOS DE ENQUADRAMENTO

- 1.1. Onde nasceste e em que ano? E os teus pais? Como e porque motivo vieram para Portugal?
- 1.2. Já vives sozinho/a? És casado/a? Tens filhos?
- 1.3. Condição perante o trabalho?
- 1.4. E os pais? Qual a condição perante o trabalho, a escolaridade, o último emprego? Tens irmãos? Quantos, de que idades, com que nível de escolaridade e com que profissões?

2. TRAJECTO GEOGRÁFICO

- 2.1. Já viveste alguma vez fora de Portugal? Quando? Com quem? E por quanto tempo?
- 2.2. Em Portugal moraste em mais do que um concelho/localidade/bairro? Em que circunstâncias? Em qual deles permaneceste mais tempo?

3. ESCOLA E TRAJECTO ESCOLAR

- 3.1. Com que idade entraste para a escola? Onde?
- 3.2. Em quantas escolas andaste até hoje? Como foi o teu percurso escolar?
- 3.3. Qual o teu nível de escolaridade?
- 3.4. Reprovaste alguma vez? Quando?
- 3.5. Conta como foi a tua experiência escolar. Conta como te sentiste durante todo o processo.
 - quais foram os momentos que mais te marcaram?
 - como vivenciaste os bons e/ou os maus resultados?
 - Como era a relação com os colegas?
 - Tínhas apoio em casa para estudar? Dos pais? Dos irmãos? Outros?
 - Qual a tua opinião em relação às escolas por onde passaste, aos professores e ao método de ensino?

- Quais foram os aspectos positivos e negativos da tua experiência escolar.
- Tiveste alguma dificuldade em lidar com algum aspecto da escola?
- Como enquadrarias o teu percurso escolar na tua trajectória futura?

4. TRABALHO E TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL

- 4.1. Com que idade começaste a trabalhar?
- 4.2. Porque motivo começaste a trabalhar?
- 4.3. Qual foi o teu primeiro emprego? Como o encontraste? Onde se situava e como te deslocavas até lá?
- 4.4. Que condições tinhas (salário, contrato, horário, etc.)?
- 4.5. Como era a relação com os colegas de trabalho e com os chefes?
- 4.6. Quanto tempo durou e porque é que acabou?
- 4.7. Gostavas de trabalhar lá?
- 4.8. Fala-me dos outros empregos que tiveste e de como foi o teu percurso. Como chegaste ao emprego que tens hoje?
 - Quantos empregos?
 - Que tipo de trabalho?
 - Durante quanto tempo?
 - Como eram as relações no trabalho?
 - Houve algum período de desemprego? Porquê? Por quanto tempo? Com subsídio de desemprego ou não?
 - Gostas do teu emprego actual? Quais os pontos positivos e negativos deste emprego?
 - Vês-te a continuar a fazer o que fazes hoje a vida toda ou tens algum outro projecto em mente.

5. COMPOSIÇÕES E DINÂMICAS FAMILIARES

- 5.1. Gostaria que me falasses agora da tua família. Na infância, viveste sempre com os teus pais? Até que idade estiveste em casa deles?
- 5.2. Como e porquê decidiste sair de casa?
- 5.3. Como era a convivência familiar? O que aprendeste com os teus pais? O que achas da educação que eles te deram? Quais eram as regras em casa?
- 5.4. De quem te sentias mais próximo e porquê?
- 5.5. E os teus irmãos? Como os descreves e que importância lhes atribuis na tua trajectória?

- 5.6. Algum outro familiar foi muito importante para ti?
- 5.7. E das tuas relações amorosas, alguma marcou a diferença? Quando, como e porquê?
- 5.8. [Se é casado/a] Consideras que o teu parceiro/a contribuiu ou contribui para o teu sucesso profissional? Porquê?
- 5.9. [Se tem filhos] Quantos filhos tens e de que idades? Como fazes a gestão do tempo?
- 5.10. Como foi lidar com a maternidade/paternidade e as obrigações profissionais?

6. BAIRRO

- 6.1. Como vês o bairro onde moras?
- 6.2. Vantagens e desvantagens de morar neste bairro?
- 6.3. Como vês as pessoas que moram neste bairro? E como é a tua relação com elas?
- 6.4. Qual a influencia do lugar onde moras no teu percurso?
- 6.5. Gostarias de morar noutro lugar? Qual e porquê?

7. SOCIALIZADES

- 7.1. Quem são os teus amigos mais próximos e como os conheceste?
- 7.2. De que origem são e como os conheceste?
- 7.3. O que fazem habitualmente e com que frequência?
- 7.4. Tiveste sempre os mesmos amigos ou foram mudando ao longo dos tempos? Porquê? Ainda conservas algum amigo de infância?

8. TEMPOS LIVRES

- 8.1. O que costumas fazer nos teus tempos livres?
- 8.2. Costumas fazer essas actividades sozinho/a? Quem te acompanha normalmente?
- 8.3. Que outras actividades gostarias de fazer? Porquê?

9. IDENTIDADE

- 9.1. Como te descreves em termos de identidade? Sentes-te português ou de outra nacionalidade africana?
- 9.2. Gostas de viver em Portugal? Porquê?

- 9.3. Sentes-te bem aceite e integrada/o?
- 9.4. Gostarias de viver no país dos teus pais? Já pensaste em viver lá?
Porquê?
- 9.5. Qual a tua ligação com África? Já alguma vez lá foste?
- 9.6. Quais as vantagens e desvantagens de se viver em Portugal?

10. RACISMO

- 10.1. Tiveste algum episódio de racismo? Como o sentiste?
- 10.2. Achas que existe racismo em Portugal? Porquê?
- 10.3. O racismo afectou o teu percurso? Em que medida?
- 10.4. O que achas que deveria ser feito para mudar isso?

11. PLANOS PARA O FUTURO

- 11.1. Como imaginas que vais estar daqui a 10 anos?
- 11.2. O teu percurso foi pensado ou as coisas foram acontecendo naturalmente?
- 11.3. Fazias planos para a tua vida? Com que frequência? E tentavas atingir todos os planos que fazias?
- 11.4. Há uns anos atrás imaginavas que estarias hoje onde estás?
- 11.5. Hoje achas que estás onde querias estar? Porquê?
- 11.6. Quais os pontos negativos e positivos da tua situação actual?
- 11.7. Sentes vontade de mudar alguma coisa? O quê?
- 11.8. Se pudesses mudar alguma coisa no passado o que seria?
- 11.9. O que gostarias de atingir no futuro?
- 11.10. Qual é o teu maior sonho?

ANEXO 2:

Caracterização alargada dos entrevistados

	Entrevistado 1 (AT)	Entrevistado 2 (CC)	Entrevistado 3 (ATC)	Entrevistado 4 (IC)	Entrevistado 5 (OS)
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	28 (1985)	37 (1976)	30 (1983)	32 (1981)	39 (1974)
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa
Origem	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Santomense	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana
Escolaridade	Licenciatura	Licenciatura + pós-grad.	Mestranda + investigação	Doutoranda	Licenciatura
Profissão	Analista Química	Advogada em firma	Apresentadora TV	Bioquímica	Assist. admin. Escola
Estado civil	Solteira	Casada	Casada	Solteira	Solteira
Nº de filhos	0	5	1	0	1
Escolaridade do pai	3ª classe	5º ano antigo	12º ano	4ª classe	6º ano antigo
Profissão do pai	Agricultura	Siderurgia, campo, hotel	*Dono de farmácia	Servente de pedreiro	Cônsul da embaixada*1
Escolaridade da mãe	Analfabeta	3ª classe	6º ano	4ª classe	12º ano + licenciatura
Profissão da mãe	Limpezas	Campo	Gestora de loja	Empregada doméstica	Escriturária REFER

	Entrevistado 6 (MB)	Entrevistado 7 (PS)	Entrevistado 8 (S)	Entrevistado 9 (EC)	Entrevistado 10 (PP)
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Idade	34 (1979)	37 (1978)	34 (1979)	36 (1977)	26 (1987)
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa
Origem	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana
Escolaridade	Mestrado	Licenciatura	2 Mestrados	Licenciatura	Licenciatura
Profissão	Professora/ Investigadora	Animadora Sociocultural	Enfermeira	Informático sénior CTT	Advogado/líder associativo
Estado civil	Solteira	Solteira	Solteira	Casado	Casado
Nº de filhos	0	0	0	5	1
Escolaridade do pai	4ª classe	4ª classe	Seminário	Licenciado há 10 anos	Licenciado*1 recentemente
Profissão do pai	Cozinheiro	Pedreiro	Administrativo IFP	Prof. Primário advogado*	Dono de estaleiro/stand
Escolaridade da mãe	4ª classe	4ª classe	6º ano /12º ano	6ª ano	Licenciada*1 Recentemente
Profissão da mãe	Doméstica	Doméstica	Administrativa de hospital	Auxiliar IPO	Assistente social

	Entrevistado 11(AG)	Entrevistado 12 (CD)	Entrevistado 13 (AD)	Entrevistado 14 (SY)	Entrevistado 15 (SB)
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Idade	25 (1989)	38 (1976)	41 (1974)	31 (1983)	35 (1979)
Nacionalidade	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa
Origem	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Guineense	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana
Escolaridade	Licenciatura	Licenciatura	9º completo + formação profissional	Licenciatura (Educação)	Bacharelato
Profissão	Coordenadora Escolhas	Treinador basquete SLB	Aux. de acção educativa	Professora	Técnica de turismo
Estado civil	Solteira	União de facto	Solteiro	Casada	Casada
Nº de filhos	0	2	2	1	2
Escolaridade do pai	4ª classe	Analfabeto	7º ano	4ª classe	4ª classe
Profissão do pai	Cozinheiro	Marinheiro	Marinheiro	?	Cantoneiro
Escolaridade da mãe	4ª classe	2ª classe	4ª classe	9º ano	4ª classe
Profissão da mãe	Doméstica	Doméstica	Enfermeira	Restauração/ Ama	Operária fabril

	Entrevistado 16(FR)	Entrevistado 17 (NG)	Entrevistado 18 (AR)	Entrevistado 19 (CR)	Entrevistado 20 (JMF)
Sexo	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino
Idade	39 (1975)	27 (1987)	34 (1980)	30 (1984)	43 (1972)
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	portuguesa	portuguesa	Dupla
Origem	Cabo-verdiana	Cv + santomense	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana
Escolaridade	10º ano	Mestrado ISCTE	Licenciatura	Licenciatura	Seminário + universidade
Profissão	Auxiliar de educação	Gestor	Professora	Relações públicas	Padre
Estado civil	Solteira	Solteiro	Solteira	Solteira	Solteiro
Nº de filhos	2	0	0	0	0
Escolaridade do pai	4ª classe	4ª classe	4ª classe	4ª classe	4ª classe antiga
Profissão do pai	Serralheiro	Carpinteiro	Serralheiro	Serralheiro	Operário fabril
Escolaridade da mãe	4ª classe	9º ano	4ª classe	4ª classe	Analfabeta
Profissão da mãe	Doméstica	Agente educativa	Doméstica	Doméstica	Doméstica

	Entrevistado 21 (NC)	Entrevistado 22 (LS)	Entrevistado 23 (JG)	Entrevistado 24 (AM)	Entrevistado 25(CM)
Sexo	F	M	M	F	M
Idade	38 (1977)	35 (1980)	33 (1982)	38 (1977)	32 (1983)
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	Dupla	Portuguesa	Portuguesa
Origem	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana	Cabo-verdiana
Escolaridade	12º + curso profissional	Licenciatura Serviço Social	Licenciatura	Licenciatura	Doutoramento
Profissão	Serviço social	Estagiário CLAI	Designer gráfico	Animadora Sociocultural	Bolseiro pós-doc.
Estado civil	Solteira	Solteiro	Solteiro	Solteira	Solteiro
Nº de filhos	3	0	0	2	1
Escolaridade do pai	4ª classe	4ª classe	4ª classe	4ª classe	4ª classe
Profissão do pai	Pintor	Encarregado de obras	Pedreiro	Jardineiro reformado	Jardineiro reformado
Escolaridade da mãe	4ª classe	4ª classe	7º ano	4ª classe	4ª classe
Profissão da mãe	Doméstica	Doméstica	Cabeleireira	Doméstica	Doméstica

	Entrevistado 26 (VV)	Entrevistado 27 (NA)	Entrevistado 28 (DR)	Entrevistado 29 (MC)	Entrevistado 30(CM)	Entrevistado 31 (CC2)
Sexo	M	M	M	M	F	F
Idade	41 (1974)	39 (1976)	33 (1982)	30 (1984)	38 (1977)	35
Nacionalidade	Portuguesa	Dupla	Dupla	Portuguesa	Portuguesa	Dupla
Escolaridade	Mestrado	Licenciatura	Licenciatura	12º ano	Licenciatura	Licenciatura
Profissão	Consultor	Prof. E. Física	Gestor Proj	Animador	DJ	Livreira
Nº de irmãos	8	2	1	4	6	2
Idades	Entre 39 e 17	47 e 43	31	36, 34, 31 e 21	Entre 40 e 7	35, 43
Estado civil	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	União de facto	Solteira
Nº de filhos	1	1	0	0	0	0
Nacionalidade pai	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Angolano
Escolaridade do pai	12º ano	4ª classe	4ª classe	4ª classe	Licenciatura	Licenciatura
Profissão do pai	Vendedor (reformado)	Embarcadiço (reformado)	Cozinheiro	Pedreiro	Engenheiro	Engenheiro
Nacionalidade da mãe	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Angolana
Escolaridade da mãe	4ª classe	4ª classe	4ª classe	Analfabeta	4ª classe	Licenciatura
Profissão mãe	Doméstica	Doméstica	Doméstica	Doméstica	Doméstica	Assis. Social

ANEXO 3: Grelha de análise - Assimilação Segmentada

Entrevistados	Individual	Familiar	Contextual
Código: E1 Idade: Sexo: Grau académico: Profissão: Línguas: Amigos co-étnicos: Estatuto do pai: Estatuto da mãe:	factores de exposição à sociedade de acolhimento: capacidade de falar português local de nascimento idade à chegada tempo de residência no país de imigração capital humano detido pelo indivíduo	Capital social dos pais Capital económico dos pais	Modos de incorporação: políticas do governo da sociedade de acolhimento valores e preconceitos da sociedade de acolhimento características da comunidade co-étnica
Código: Idade: Sexo: Grau académico: Profissão: Línguas: Amigos co-étnicos: Estatuto do pai: Estatuto da mãe:	factores de exposição à sociedade de acolhimento: capacidade de falar português local de nascimento idade à chegada tempo de residência no país de imigração capital humano detido pelo indivíduo	Capital social dos pais Capital económico dos pais	Modos de incorporação: políticas do governo da sociedade de acolhimento valores e preconceitos da sociedade de acolhimento características da comunidade co-étnica
Código: Idade: Sexo: Grau académico: Profissão: Línguas: Amigos co-étnicos: Estatuto do pai: Estatuto da mãe:	factores de exposição à sociedade de acolhimento: capacidade de falar português local de nascimento idade à chegada tempo de residência no país de imigração capital humano detido pelo indivíduo	Capital social dos pais Capital económico dos pais	Modos de incorporação: políticas do governo da sociedade de acolhimento valores e preconceitos da sociedade de acolhimento características da comunidade co-étnica